

Organizadores:
Patrícia M. S. Merlo
Juliano Gomes
Lucas Onorato Braga

DIÁLOGOS SOBRE A MODERNIDADE

Interfaces, saberes e reconfigurações



Patrícia M. S. Merlo
Juliano Gomes
Lucas Onorato Braga

Diálogos sobre a Modernidade:
Interfaces, saberes e reconfigurações

Vila Velha, 2023.



Identidade

Rua Antônio Ferreira de Queiroz, 105, Centro, Vila Velha - ES. CEP.: 29180-100.
editoraidentidade@gmail.com

Coordenadora: Dra. Patrícia M. S. Merlo

Conselho Editorial: Dr. Alexander Martins Vianna (UFRRJ), Dr. André Luís Lima Nogueira (Fiocruz), Dra. Anny Jackeline Torres Silveira (UFOP), Dra. Carmem Soares (Universidade de Coimbra), Dra. Cilene da Silva Gomes (PUC-PR), Dra. Eliane Morelli Abrahão (Unicamp), Dra. Fabiana Kraemer (UERJ), Dr. Felipe Fernandes Cruz (Universidade de Tulane), Dr. Jadir Rostoldo Peçanha (UFES), Dr. José Newton Coelho Meneses (UFMG), Dra. Juliana Sabino Simonato (UFES), Dra. Maria Cecília Pilla (PUC/Paraná), Dra. Mônica Chaves Abdala (UFU), Dra. Patrícia M. S. Merlo (UFES), Dra. Raquel Bello Vázquez (UniRitter), Dr. Renato da Silva Dias (Unimontes), Dra. Rita de Cassia Aquino (USJT), Dr. Sebastião Pereira Franco, Dr. Valdecir Carlos Ferri (UFPEL).

Editoração e projeto gráfico: Lucas Onorato Braga

Imagem da capa: STOOP, Dirk (1618-1686). Terreiro do Paço em 1662.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

MERLO, Patrícia Maria da Silva, 1977-

M565d Diálogos sobre a Modernidade: interfaces, saberes e reconfigurações / Patrícia Maria da Silva Merlo; Juliano Gomes, Lucas Onorato Braga (orgs.) – Vila Velha: Identidade, 2023.

306 p.: ilustrações.

ISBN: 978-65-85813-01-3

1. Modernidade. 2. Política. 3. Trajetórias. 4. Rede de Sociabilidades. 5. Antigo Regime. I. Merlo, Patrícia Maria da Silva. II. Gomes, Juliano. III. Braga, Lucas Onorato. III. Título.

CDU: 900

Patrícia M. S. Merlo
Juliano Gomes
Lucas Onorato Braga

Diálogos sobre a Modernidade:

Interfaces, saberes e reconfigurações



Vila Velha, 2023.

Sumário

Apresentação | 8

Vozes da América: o perfil iluminista de Thomas Jefferson | 11

Guilherme Marchiori de Assis

O campo historiográfico da História das emoções e os estudos da Modernidade | 30

Anny Barcelos Mazzioli

Ópera portuguesa em fins do antigo regime: do patrocínio de D. João V a influência cultural de D. Maria Ana de Áustria | 53

Maria Aparecida Stelzer Lozorio

Correspondências entre naturalistas: reflexões sobre as redes de sociabilidade de Antigo Regime | 71

Lucas Onorato Braga

Política Ilustrada e produção de alimentos na divulgação científica do Império Luso em finais do século XVIII | 93

Patrícia M. S. Merlo

Traje e circularidade: a moda ao final do século XVIII na América Portuguesa, notas de pesquisa | 109

Carlla Luísa Alves Côrtes

Entre sementes e xícaras: uma história sobre o café e seus espaços de consumo | 128

Júlia Ribeiro Pereira

A emergência das casas de café na Corte oitocentista do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX: notas de pesquisa | 139

Ricardo Gonçalves Rodrigues Filho

O aparecimento da moqueca nos anúncios publicados na Corte carioca oitocentista | 154

Eduardo Gomes M. Moisés

O desenvolvimento conceitual da moqueca nos periódicos oitocentistas publicados nas províncias além dos limites à Corte | 179

Juliano Freires Ramos

Um Banquete literário com Eça de Queiroz: Análise das referências alimentares nas obras “O crime do padre Amaro” & “A cidade e as serras” | 199

Marina Galvão Prezotti

“Nariz de Cera” e Ensino de História, ou por que Maquiavel não é meu big brother? | 228

Alexander Martins Vianna

Sabor de conhecimento: alimentação como recurso didático para o ensino de História | 263

Gabriel Bolognini Benedicto

Arte e cultura na escola: interculturalismo e multiculturalismo | 285

Marcia Almeida Machado

Apresentação

No decurso da modernidade assistimos profundas transformações políticas e culturais que impactam profundamente os diversos campos de saberes. Tal contexto correu paralelo às operações de conhecimento e mapeamento do território, que concorreram para a construção de inventários sobre suas potencialidades humanas e naturais.

A mudança de perspectiva inaugurada pela modernidade comporta, portanto, importantes nuances tanto no que diz respeito ao caráter propriamente científico da produção de conhecimentos quanto a sua utilização com relação à governança.

Temos, portanto, o propósito estimular debates sobre a circulação de conhecimentos, práticas, ideias, além de intercâmbios culturais no mundo moderno, valorizando a pesquisa empírica e o diálogo com as metodologias e as abordagens contemporâneas, propomos a descortinar temáticas já consagradas pela historiografia luso brasileira sob diferentes prismas, bem como introduzir novos objetos na cena da produção do conhecimento histórico.

Assim, os trabalhos aqui apresentados são apoiados na vasta tipologia de fontes documentais e relatos científicos confeccionados, colecionados ou compilados por cidadãos luso-brasileiros ou estrangeiros. Dentre estas, podemos destacar, para além dos documentos oficiais, inventários,

crônicas, cartas, estudos, desenhos, mapas, coleções, publicações em jornais e periódicos científicos, etc. Esta produção documental reflete a inegável transformação no campo cultural, nos conhecimentos, representações e práticas que se apresentam como os alicerces que moldaram os saberes numa configuração transatlântica.

No que compete à história da alimentação e das práticas de cura, as últimas décadas assistiu ao crescimento significativo de pesquisas tornando o atual cenário onde se inscreve o processo de interlocução desses temas cada vez mais frutífero. Portanto, a história da alimentação e da saúde passam a figurar como um possível centro de atenção dos historiadores, o que nos permite lidarmos com uma abordagem alternativa quando às evoluções da sociedade, já que compete à História buscar essas alternativas e oferecer um suporte para a projeção de perspectivas.

Os organizadores.

Vozes da América: o perfil iluminista de Thomas Jefferson

Guilherme Marchiori de Assis¹

Introdução

O discurso iluminista é posto em uma sua multiplicidade como um discurso universal (TODOROV, 2008, pp. 117-130). Caso tal afirmação seja aceita como verdade irrefutável, urge a importância em se obter uma resposta que repousa em um dos primados desse mesmo questionamento: qual é a importância de um determinado indivíduo na viabilidade do projeto das luzes?

Não obstante, crível é desposar da História a abordagem efetiva de um dos grandes movimentos intelectuais da Idade Moderna, qual seja, o Iluminismo. Homens com o pensamento direcionado para a evolução da sociedade até então disposta, revolucionaram o que existia e criaram uma nova realidade social e histórica. Fala-se aqui de notáveis cientistas que modificaram o meio de se analisar o mundo (CASSIRER, 1992, pp. 267-269).

1 Doutor em História Social das Relações Políticas pela Universidade de Coimbra - Portugal e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. guilherme1marchiori@gmail.com

Homens importantes como Thomas Jefferson, Condorcet, Diderot, Montesquieu, Voltaire, D'Alembert, apenas para mencionar alguns nomes, entre tantos outros de nacionalidades distintas e de tamanha importância para a ciência, são vistos hoje como patriarcas da evolução cultural engendrada no Ocidente (BOBBIO, 1983, pp. 605-608). Nesse diapasão, parte-se da premissa de que a escolha de um nome dentre muitos é igualmente necessária e crucial. Sendo assim, considerando o cenário descrito, elegemos Thomas Jefferson como o personagem a ser esquadrihado e verificada sua análise dentro do pensamento ocidental contemporâneo.

Considerado um dos *founding fathers*² dos Estados Unidos da América, juntamente com George Washington, John Adams, Benjamin Franklin, Alexander Hamilton, John Jay e James Madison, Jefferson analisou precipuamente a liberdade de pensamento e expressão como um dos primados indissociáveis do Iluminismo. A base de uma sociedade livre onde o cidadão fosse consciente de seus direitos e obrigações. Sendo assim, havia como ainda existe a preciosa necessidade em se focar os direitos dispostos como atributos imperiosos de uma sociedade justa e igualitária onde homens e mulheres fossem aptos a se autogovernar (PETERSON, 2011). A Declaração de Independência dos Estados Unidos da América é considerada a principal contribuição de Jefferson para o movimento das luzes, já que nela estão apregoadas os princípios e ideais básicos de uma sociedade igualitária. A busca pela felicidade e uma liberdade almejada, são preceitos importantes que o pensador não deixa de aludir (ARMITAGE, 2007, p. 135).

Importante frisar que o pensador acima descrito possui pontos im-

² Tradução livre: "Pai fundador".

portantes no que atenta à forma de se ver o homem como objeto da liberdade a ser proporcionada (MORSE, 1988). Um claro exemplo dessa questão está no fato de Jefferson ter sido um ferrenho defensor da causa da liberdade, mas não menos, foi um senhor de escravos no estado da Virgínia (WOOD, 2002, p. 159). Ainda que a Declaração de Independência não tenha mencionado diretamente a causa da abolição da escravidão, o documento pode ser citado como uma importante fonte dos princípios ilustrados. “Que todos os homens são criados iguais, sendo-lhes conferidos pelo seu Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais se contam a vida, a liberdade e a busca da felicidade” (WILLS, 1978, p. 85). Esses preceitos que pareciam estar implícitos para os americanos do século XVIII, são divididos em uma vasta gama de distinções de posição social se confrontados com a clara contradição da escravidão dos negros.

A Declaração de Independência proclamada nos Estados Unidos estabeleceu, nitidamente, uma filosofia de direitos humanos que não somente era aplicável aos americanos que estavam imbricados na realidade revolucionária, mas também a todos os povos em todas as partes do globo. Esse caráter universal estava presente na Revolução Americana e detinha uma importante parcela de objetividade nos escritos de Thomas Jefferson. Ainda sobre preceitos ilustrados, pode ser citado que o autor analisava a estrutura do conhecimento de sua época e aponta meios próprios para sua organização (PETERSON, 2011, pp. 1348-1352). Segundo o ilustrado, cada indivíduo deveria ter a quantidade necessária de conhecimento que o atrelasse à incessante busca da liberdade e da felicidade. É justamente esse apelo universal, diga-se novamente, da busca pela felicidade que faz com que a Declaração de Independência escrita por Jefferson ganhasse notório status de documento com objetivos iluministas.

Trajetória ilustrada

É importante dimensionar, para fins elucidativos, a trajetória ilustrada de Thomas Jefferson com o objetivo precípua de relacionar os eventos significativos de sua biografia com os princípios do movimento iluminista. Para tanto, abaixo serão expostos os principais eventos da vida do personagem que sugerem uma ligação direta com esse movimento e sua significância dentro do que ficou conhecido como a Revolução Americana e a Declaração de Independência. Thomas Jefferson foi o terceiro presidente dos Estados Unidos, autor da Declaração de Independência, bem como do Estatuto da liberdade religiosa da Virgínia e fundador da Universidade da Virgínia. Seu pai foi Peter Jefferson, cidadão de origem galesa que deteve certa influência política no condado de Albemarle, na Virgínia, e sua mãe, Jane Randolph. Nasceu em Shadwell na Virgínia em 2 de abril de 1743, sendo o terceiro de 10 filhos (PETERSON, 2011, p. 987).

Após graduar-se no colégio William and Mary, Jefferson cursou direito e em abril de 1764, após ter completado 21 anos, assumiu a administração das propriedades de seu pai, que totalizavam extensas terras. No mesmo período foi nomeado sacristão e juiz de paz, cargos que herdou de seu pai. Ao desenvolver as atividades nas propriedades da família, Jefferson desenvolveu um zelo pela agricultura que se transformaria em uma verdadeira obsessão.

Tal sentimento viria a acompanhá-lo para o resto de sua vida. Em tal perspectiva, Jefferson acreditava que os Estados Unidos deveriam fundamentar sua economia na agricultura, e não na indústria. Continuou seus estudos jurídicos, o que o levou a trabalhar nos escritos de Lord

Coke, respeitado membro do partido Whig³ que abraçava a causa da liberdade de religião. Tais escritos o inspiraram a negar a ideia formada por Nathan Hale de que o cristianismo estava imbuído nas leis da Inglaterra. Essa questão o inspirou a escrever o Estatuto da Liberdade das Religiões.

Outro indivíduo que influenciou grandemente os conceitos e opiniões formadas por Jefferson, e por sua decisão de entrar na política, foi Patrick Henry. Jefferson estava presente nas reuniões de 1765, na House of Burgesses, quando Henry exigiu direitos iguais para os britânicos que viviam na América, redarguindo que estes teriam direito à representação, caso pagassem os impostos do rei. No ano de 1767, Jefferson foi aprovado no exame da Ordem dos Advogados da Virgínia e, em 1769, deu início a construção de Monticello, obra que seria sua marca registrada. Em 11 de maio de 1769, Jefferson se juntou à House of Burgesses, que foi dissolvida cinco dias depois pelo governador Boutetourt, já que a mesma exigia representação de seus membros no governo implantado no Estado pela Inglaterra. De qualquer forma, a despeito da dissolução, a Câmara dos Burgueses se reuniu de forma clandestina e aprovou a resolução de qualquer sorte.

O Estado da Virgínia se preparou para a guerra, que começou em março de 1776, quando Patrick Henry declarou, veementemente: “Devemos lutar!” (PETERSON, 2011, p. 76). Essa postura veio 27 dias antes dos primeiros disparos ocorridos em Lexington. Jefferson havia deixado Charlottesville em junho para se dirigir à Filadélfia, quando assumiu a cadeira de George Washington no Congresso, quando este passou a ser o

3 O partido Whig foi formado pelos adeptos à exclusão de Jaime II (1603-1701), convertido ao catolicismo, ao trono da Inglaterra, Escócia e Irlanda. De outro lado havia os Tories, indivíduos que o apoiava.

general dos revolucionários.

Já em maio de 1776, Jefferson tomou conhecimento de que os delegados da Virgínia votaram de maneira unânime pela independência e nesse passo, já aos 10 de junho de 1776, conhecido mais pela escrita elegante que pela habilidade de oratória, passou a redigir a Declaração de Independência juntamente com Benjamin Franklin, John Adams, Robert Livingstone e Roger Sherman. Após a assinatura da Declaração pelo Congresso em 4 de julho de 1776, renunciou à sua posição no Congresso Continental como delegado e retornou à Virgínia para se unir à legislatura estadual, para a qual foi reeleito (PETERSON, 2011, p. 78).

Já em 1783, Jefferson foi eleito na formação do novo Congresso Nacional e se mudou para Annapolis a fim de assumir seu cargo. Aos 5 de julho de 1784, tornou-se plenipotenciário na França como assistente de Benjamin Franklin e John Adams nas negociações que se seguiram naquele país, com o objetivo de firmar tratados comerciais com a corte de Luís XVI. A partir de 1785 sucedeu a Franklin como o único agente diplomático com poderes especiais na França, cargo esse em que serviu por mais 3 anos. Em 1789, Washington nomeou-o para servir como secretário de estado. O serviço prestado foi alvo de duras críticas por parte de Alexander Hamilton o que ocasionou em sua renúncia em 1794. A partir de então anunciou a aposentadoria da vida pública (VCDH).

Não obstante a ocorrência dos eventos mencionados, já em 1796 Jefferson se lança à candidatura para presidência dos Estados Unidos. Nessa primeira tentativa perde a eleição por três votos, o que, nos termos da lei vigente no período, lhe conferia a possibilidade de ser vice-presidente do adversário vencedor, John Adams. O motivo pelo qual havia retornado à

vida pública foi atinente à sua oposição à aderência dos Estados Unidos ao Tratado de Jay, firmado em 1795. Tal tratado abordava na maioria de seus artigos direitos comerciais entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, mas causou um grande alvoroço na América já que John Jay, responsável pela sua assinatura e corroboração, havia concedido muitos poderes à coroa de Jorge III, representada por William Wyndham, Barão de Grenville e Wotton. Jefferson concluiu que sem a existência desse tratado, os Estados Unidos poderiam ter assegurado o reconhecimento de uma neutralidade imanente na Europa. Fato é, no entanto, que no artigo 1º do respectivo tratado, havia menção a um armistício entre a Inglaterra e o recém-criado Estados Unidos, o que, do ponto de vista diplomático, era favorável aos americanos (THE AVALON PROJECT).

A partir de 1801, Jefferson é eleito como o terceiro presidente dos Estados Unidos. Em seu primeiro mandato ocorre um significativo aumento do território dos Estados Unidos, com a compra da Louisiana em 1803 junto ao governo francês. O negócio foi firmado entre Robert Livingston e Napoleão Bonaparte, já que este necessitava de dinheiro para financiar suas tropas na Europa. Na primeira parte de seu mandato houve significativas melhoras econômicas e políticas, já que Jefferson conseguiu eliminar o imposto sobre a venda de uísque, reduziu o déficit da balança comercial e viabilizou a derrota dos piratas britânicos que estavam assaltando navios mercantes norte-americanos no Mediterrâneo (BAILYN, 1990, p. 230). Em seu segundo mandato, iniciado em 1804, Jefferson passa a maior parte de sua vida política protegendo os direitos à neutralidade dos comerciantes americanos face ao avanço dos britânicos e franceses. A fim de impedir o envolvimento dos Estados Unidos nas guerras napoleônicas, travadas na Europa, Jefferson adiciona um embargo ao trans-

porte marítimo, a fim de inviabilizar o comércio entre os americanos e franceses naquela conjuntura. Apesar desse movimento ter logrado êxito em sua gênese, foi considerado impopular, lhe gerando duras críticas. Em 1809 deixa a presidência, sendo sucedido por seu secretário de Estado, James Madison (PETERSON, 2011, p. 96).

Aposenta-se em 1809 da vida pública, em definitivo, imerso em dívidas vultosas. Diante desse fato, retorna a Monticello e passa, a partir de 1819, a projetar e supervisionar a construção da Universidade da Virgínia, que é inaugurada em 1825. Para facilitar a obra, obteve dinheiro com a ajuda de amigos próximos que ainda mantinham cargos oficiais. Também organizaram arrecadações de fundos e pressionaram seus credores a fim de lhe perdoar as dívidas. Vem a falecer aos 4 de julho de 1826, 50 anos após ter escrito a Declaração de Independência (WILSON, 1888, pp. 415-423).

A declaração de independência

O documento foi inicialmente elaborado aos 2 de julho de 1776, depois de alguns meses de deliberação, quando o Congresso votou no sentido de declarar os Estados Unidos da América separados e independentes do reino da Grã-Bretanha. Dois dias depois, foi aprovada a redação final da Declaração, que em sua maior parte fora escrita por Thomas Jefferson. Diversas cópias foram impressas e distribuídas pelo território e através das tropas continentais (WILLS, 1978, p. 85). A revolução americana que se seguiu à Declaração de Independência, surgiu de extraordinários esforços empreendidos pelos colonos para entender o que ocorria na América. A resistência aos impostos cobrados pela coroa da Inglaterra

se transformou em uma rebelião, e essa, em guerra. A Declaração de 1776 transformou a separação da Grã-Bretanha em um importante evento que muitos americanos e para alguns europeus do Século XVIII consideraram como algo ainda não visto na história humana. Na visão de alguns historiadores norte-americanos, esses lutavam não somente para se libertar, mas também para trazer certa liberdade para o resto do mundo (WOOD, 2002, p. 71). Diante desses eventos, é importante ressaltar que foi Thomas Paine, nascido na Inglaterra e fiscal aduaneiro, que já havia sido demitido duas vezes, e que havia ingressado na colônia somente em 1774, esboçar em janeiro de 1776, a ira que os americanos sentiam pela coroa de Jorge III. Em seu panfleto *Senso comum*, Paine coloca o rei como um “bruto real” e exigiu a independência dos Estados Unidos, imediatamente. “Em nome de Deus, permita-nos chegar à separação final”, demandou. “O nascimento de um novo mundo está próximo” (PAINE, 1975).

O panfleto foi o mais incendiário documento de todo o período revolucionário e teve 25 edições apenas no ano de 1776. Paine deixa claro que na nova sociedade americana, surgida nos escombros do império britânico, seu foco de leitores principais não eram os cavalheiros bem-educados de Sua Majestade, mas sim a população em geral, nas áreas das cidades dominadas por tabernas e artesãos. Para Paine, seus eleitores eram conhecedores apenas da Bíblia e, para tanto, não empregou em seus escritos, a linguagem rebuscada dos escritores latinos tradicionais, com citações em latim e referências atribuídas à erudição. Visava, justamente por esse motivo, atingir a essa vasta camada da população que ansiava por uma separação da Grã-Bretanha, e documentada na Declaração de Independência (PAINE, 1975).

Como mencionado, aos 4 de julho de 1776, os delegados do Congresso constituído nas trezes colônias, aprovou a Declaração de Independência, em um conjunto aproximado de trezentas palavras escritas, em sua maioria, por Thomas Jefferson. No documento, Jorge III, apontado como o único elo remanescente entre os Estados Unidos e o reino da Grã-Bretanha, foi considerado culpado por todo o sofrimento enfrentado pelos americanos desde 1764. O reinado de Jorge III, segundo a declaração dos americanos “perante o mundo honesto”, era “uma história de sucessivas injúrias e usurpações, todas com o objetivo último de estabelecer um regime absoluto de Tirania sobre estes Estados” (PETERSON, 2011, p. 331). Ainda que a Declaração de Independência não tenha mencionado, explicitamente, a importante questão da escravidão que vigia na América, o documento pode ser tido como um importante viés para os ideais que o movimento ilustrado apontava como essenciais. O documento retratava decorosamente “que todos os homens são criados iguais, sendo-lhes conferidos pelo seu Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais se contam a vida, a liberdade e a busca da felicidade” (WILLS, 1978, p. 85). Essa visão ilustrada dos americanos que vislumbraram uma sociedade livre e igual, apesar da escravidão e das diferenças existentes entre as distintas classes sociais que tal sociedade abarcava, pôde estabelecer, não menos, uma factível filosofia de direitos humanos que poderia ser aplicável não apenas aos americanos, mas também aos povos de outras partes do globo, tal como apregoava o movimento das luzes. Esse apelo universal era essencial à Declaração de Independência e a Revolução Americana (CASSIRER, 1992, pp. 267-269).

Jefferson também era um assíduo leitor da *Enciclopédia*. Após ter lido um anúncio no panfleto *Virginia Gazette*, em um momento crucial

da Revolução Americana, o futuro presidente comprou uma edição da obra pagando pela mesma 15.068 libras de tabaco. Seu intento era o de aplicar os ensinamentos nela previstos para o uso da população em geral, especialmente quando as trezes colônias estavam em alerta máximo contra as investidas do general Cornwallis. Do mesmo modo, empreendeu esforços para encontrar uma cópia para seu uso particular (DARNTON, 2008, p. 250):

Estou imensamente ansioso para obter uma cópia da grandiosa *Enciclopédia*, mas tenho muito receio de tentar obtê-la por intermédio das vias comerciais, cara como ela é originalmente e sobre-carregada como viria com o enorme adiantamento que exigem sob o pretexto de segurá-la dentro e fora do país (JEFFERSON, 1950, p. 250).

A *Enciclopédia*, da forma que foi referendada por Jefferson, parece ter tido uma particular inferência na redação mesma da Declaração de Independência, mesmo que não tenha ocorrido menções diretas à questão. Ao trabalho elaborado por diversos pensadores do Século XVIII, dentre os quais se revela Diderot e d'Alembert, de cunho ilustrado, corrobora os princípios e ideais que foram apresentados na mesma Declaração. Os sentimentos aflorados nos americanos, em especial a partir de 1776, não derivava apenas da realização de uma revolução republicana com princípios ilustrados, que tinha como objetivo ir de encontro às monarquias europeias então vigentes. Indivíduos como Jefferson, Adams, Franklin e Monroe, acreditavam participar de uma verdadeira República das Letras, cujo objetivo principal era promover um novo florescimento das artes e das ciências (DARNTON, 2008, p. 361). Para esses intelectuais, os princípios e ideais ilustrados viriam com uma nova força da Europa e beneficiariam

os movimentos sociais que estavam atrelados à Revolução Americana. Importa dizer que o objetivo desses pensadores não era o de invalidar os movimentos iluministas que estavam se estabelecendo no continente europeu, em especial na parte Ocidental, mas obter deles o que havia de melhor para o incremento dessas mesmas resoluções. Esses ideais estavam atrelados às inspirações nas quais os líderes revolucionários se baseavam, inculcando na mente dos participantes da revolução republicana uma confiança útil à consecução desse movimento social. Os intelectuais da Revolução Americana entendiam, na forma que foi explicitada por David Hume, que Estados livres disseminavam o conhecimento para o povo mais simples, e um povo instruído era a melhor fonte de genialidade e talento artístico (HUME, 1975).

Importa dizer que Jefferson escreveu o preâmbulo da Declaração tendo por base a Constituição do Estado e na Declaração de Direitos da Virgínia, documentos esses compostos por George Mason, ambos escritos em junho de 1776. Também existe o debate entre os historiadores acerca da influência relativa de outras obras sobre o personagem, incluindo o de Locke de 1689, relativos aos tratados sobre governo, mas é notável a presença de conceitos Iluministas na Declaração, como “lei natural” e “direitos naturais da humanidade” (IMBARRATO, 1998). As ideias presentes na Declaração de Independência são, em sua maioria, importantes referências aos preceitos ilustrados, como já se disse. Pode ser dito, nessa linha de raciocínio, que duas eram as premissas da Declaração. Uma primeira no sentido de que todo ser humano era dotado de direitos naturais e uma segunda que dizia que o império britânico era formado por uma federação voluntária de estados independentes (BERCOVITCH, 1995, p. 380).

No Segundo Congresso da Filadélfia, iniciado em 1775, ocorreram algumas alterações ao texto da Declaração de Independência, mas que não foram suficientes para lhe alterar a significância dada por seu escritor original. Algumas das alterações foram apenas verbais e outras retiraram parte do texto, com o objetivo de a mesma ser aprovada pelo Congresso em 4 de julho de 1776.

Na visão de John Adams, Jefferson foi escolhido para redigir o documento por ter características de escrita próprias, e também porque foi a pedido dos restantes patriotas presentes na assembleia magna da Filadélfia. Fato é que os escritos do personagem denotavam uma característica peculiar: a ideia de a busca da felicidade estar imanente nas passagens que foram apresentadas. Também era claramente notada a capacidade literária de Jefferson, sendo bem conhecida pelos seus pares, tanto os moderados como os radicais. Desse modo, foi possível unificar as ideias dos congressistas americanos e, ao mesmo tempo, não se voltando a temas diversionistas (BELOFF, 1948).

Para além de declarar a independência do império britânico, a Declaração de Independência justificava ao mundo que as razões para tal ato dessa amplitude era para determinar o que já havia sido consumado. Para o cientista político Charles Merriam, os princípios ilustrados que Jefferson detinha estavam bem representados no diploma: “Nele estão eloquentemente expressadas as agora familiares doutrinas dos direitos humanos da igualdade, dos inalienáveis direitos naturais do homem, a garantia desses direitos, como a primeira causa desses e o direito à revolução quando esses mesmos direitos são subvertidos” (MERRIAM, 1936, p. 146).

Pautando-se sobre esse mesmo aspecto, tem-se que um dos pontos

principais da Declaração era o de que quando qualquer forma de governo ferisse os direitos inalienáveis do indivíduo, o povo deveria instituir um novo sistema governamental, que buscasse a segurança e a felicidade. No documento escrito por Jefferson foram atribuídas uma série de infrações cometidas pelo rei George III, onde se subtrai que o mesmo desejava implementar a tirania em uma terra onde, ao que os americanos desejavam, era necessário florescer a liberdade (BRANDT, 2006).

O direito divino que vigorava na Europa no Setecentos colocava em cheque as aspirações dos revolucionários americanos, e tornava o simples desejo ao direito à revolução um ato infundamentado. Antes de expor os motivos pelos quais eles buscavam a emancipação da Grã-Bretanha, necessário era colocar as reivindicações em um pilar consolidado (JEFFERSON, 1980). É visível na Declaração a exposição do direito à revolução quando o governo instituído fosse incapaz de cumprir os objetivos a que estava obrigado. Mesmo não sendo unânime a população dos Estados Unidos quanto à separação do império britânico, Jefferson deixou nítida a ideia de que havia um consenso geral sobre o assunto. As monarquias europeias do século XVIII, que poderiam ser aliadas das treze colônias americanas na Revolução que se seguiria à Declaração, eram as destinatárias finais do documento que ora se fazia e, para assumirem uma posição de aliadas aos recém-formados estados Americanos, necessário era invocar a violação dos seus direitos humanos à luz da natureza, do que apenas citar despudores aventados com o império britânico.

A noção da existência de uma filosofia dos direitos naturais era um ponto indubitável no pensamento ilustrado do Setecentos. “Sem se atentar para a originalidade, Jefferson na Declaração de Independência

reduziu a filosofia dos direitos naturais do homem a uma base de ‘senso comum’ e a tornou uma ‘expressão’ da mente americana” (PATTERSON, 1953, p. 30). O mundo na visão do escritor era regido por uma ordem natural das coisas, criadas por Deus a fim de guiar a humanidade. O deísmo, instituído pela razão e por uma análise das leis sob essa ordem, exercia um fundamental papel nas ideias e instituições humanas.

Conclusões

Feitas as considerações acerca da trajetória de Thomas Jefferson, bem como as principais observações relativas à Declaração de Independência e sua relação com o movimento ilustrado, cabe agora fazer os apontamentos restantes de como o documento influenciou e consolidou a posição do pensador como um importante veículo do Iluminismo na América do século XVIII (BECKER, 1960). Uma eloquência é visível no texto da Declaração, principalmente levando-se em consideração a seriedade que seu autor deu aos fatos nela descritos. Nas palavras desferidas por Jefferson existia o cunho objetivo e profícuo de uma necessidade de expor os fatos que justificavam a Revolução, mas que uma paixão aos ideários revolucionários em si. Em princípio, a leitura da Declaração de Independência ensejava a junção das noções vistas na filosofia abstrata de governação com um conjunto de agravos políticos iniciados pelo monarca inglês. Não obstante, o objetivo precípuo do documento não era esse, já que visava a produção de efeitos específicos. As denúncias imputadas ao rei George III, que ocuparam um vasto espaço, não era o tema principal do documento. O objetivo primário da Declaração era o de convencimento, ou seja, demonstrar ao mundo o direito legal e moral que as colônias

americanas possuíam em separarem-se da Grã-Bretanha. O princípio primeiro do documento escrito por Jefferson era o de que qualquer povo ou nação possuía o direito de organizar seu próprio governo. Secundariamente, os americanos se viam como um povo constituído, e por esse motivo mesmo, tinham o direito a se rebelar contra o governo inglês. Esses colonos, ao se dirigirem aos territórios que faziam parte do império britânico, exerceram seus direitos naturais à uma autodeterminação e, por isso mesmo, se atribuíam na possibilidade de se emancipar da Inglaterra. A união com os súditos ingleses foi realizada por um pacto de obediência que poderia ser revisto, já que a vassalagem a um soberano comum estava em jogo. Essa mesma obediência, agora posta sob a perspectiva da Declaração, necessitava de reparos urgentes, o que para os americanos somente seria possível por meio de uma ruptura sem precedentes. No texto da Declaração se infere a agressividade atribuída a George III e a submissão forçada que era lançada sobre os ombros dos colonos americanos, suas vítimas. Sob essa premissa básica, o texto pôde ter o efeito desejado: o de alicerçar todo o sofrimento dos colonos que eram alvo insistentes da tirania real. Os dizeres proferidos por Jefferson na Declaração de Independência, buscou atingir o espírito renovador dos colonos, lhes aprimorando a visão de uma realidade que era destemperada pelas investidas tautológicas do rei inglês. Nesse apelo emocionado do futuro terceiro presidente dos Estados Unidos, buscava-se que o entendimento dos revolucionários estivesse atrelado ao movimento social que se buscou empreender. A envergadura que foi atribuída pela Declaração aos eventos que a seguiram, deram a Jefferson, segundo seu próprio entendimento, uma imortalidade, independentemente das outras realizações que este veio a empreender após 1776. Não obstante, para os delegados do Congresso da Filadélfia,

ele era um importante, mas ainda um mero representante do comitê constituído para a elaboração do documento. Tanto assim se deu, que Jefferson em sua autobiografia apresenta a Declaração como um segmento de sua vida e garantiu ser seu autor. Os leitores da Declaração original chegam a essa conclusão, realmente. Jefferson foi o autor, retiradas as alterações que foram feitas pelo próprio Congresso. A visibilidade do projeto das luzes ficou também latente na Declaração por justamente ter contribuído para a edificação de um momento importante na transição de um governo tido por despótico, para outro que se mostrava democrático. Ao menos essa foi a intenção de seu autor e essa investida ajuda a realçar a natureza ilustrada do documento (ZIFF, 1991, p. 115).

REFERÊNCIAS

- ARMITAGE, David. **Declaração de independência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BAILYN, Bernard. **The ideological origins of the american revolution**. London: The Belknap Press of Harvard University Press, 1990.
- BECKER, Carl. **The heavenly city of the eighteenth-century philosophers**. New Haven: Yale University Press, 1960.
- BELOFF, Max. **Thomas Jefferson and american democracy**. New York: Collier Books, 1948.
- BERCOVITCH, Sacvan. **The cambridge history of american literature**. V. 1. Cambridge: Cambridge U Press, 1995.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Vol. 1. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1983.

- BRANDT, Anthony. **Thomas Jefferson travels: selected writings, 1784-1789.** New York: Random House, 2006.
- CASSIRER, Ernst. **A Filosofia do Iluminismo.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- DARNTON, Robert. **O iluminismo como negócio: história da publicação da enciclopédia (1775-1800).** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- JEFFERSON, Thomas. **Declaration of Independence: the Thomas Jefferson papers at the Library of Congress.** Washington: United States Congress, 1980.
- _____. **The papers of Thomas Jefferson.** Princeton: Julian P. Boyd, 1950.
- HUME, David. **Enquiries concerning human understanding and concerning the principles of morals.** Oxford: Oxford University Press, 1975.
- IMBARRATO, Susan C. **Declarations of independency in eighteenth-century american** autobiography. Knoxville: University of Tennessee Press, 1998.
- MERRIAM, Charles E. 1936, **A history of american political theories.** New York: Macmillan, 1936.
- MORSE, Richard M. **O espelho de próspero.** São Paulo: Companhia das Letras.
- PAINE, Thomas. **Common Sense: the Call to Independence.** New York: Woodbury, Barron's Educational Series, inc., 1975.
- PATTERSON, Caleb Perry. **The constitutional principles of Thomas**

Jefferson. Austin: University of Texas Press, 1953.

PETERSON, Merrill D. **Writings, Autobiography, Notes on the State of Virginia, Public and Private Papers, Addresses and Letters.** Washington: The Library of America, 2011.

“President Thomas Jefferson”. **VCDH.** Disponível em http://www2.vcdh.virginia.edu/lewisandclark/biddle/biographies_html/jefferson.html. Acesso em 23 mar. 2022.

THE AVALON PROJECT. **British-American Diplomacy, The Jay Treaty; November 19, 1794 .** Disponível em: < https://avalon.law.yale.edu/18th_century/jay.asp >. Acesso em: 23 mar. 2022.

TODOROV, Tzvetan. **O espírito das luzes.** São Paulo: Barcarolla, 2008.

WILLS, Gary. **Inventing America: Jefferson’s Declaration of Independence.** New York: Garden City, 1978.

WILSON, James Grant. **Thomas Jefferson.** New York: Appleton’s Cyclopaedia of American Biography, 1888.

WOOD, Gordon S. **A revolução americana.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

ZIFF, Larzer. **Writing in the New Nation.** New Haven: Yale University Press, 1991.

O campo historiográfico da História das emoções e os estudos da Modernidade

Anny Barcelos Mazioli¹

A História das emoções vem se consolidando como uma ampla possibilidade de trabalho para as pesquisas históricas. O embrião desse campo historiográfico foi uma sugestão feita por Lucien Febvre na década de 1930, na primeira geração da escola dos Annales. A partir da virada historiográfica proposta pelos Annales, os trabalhos historiográficos passaram a estudar novos aspectos da sociedade, para além da História política, e acabaram por abordar as emoções de forma tangencial, já que partiam de outros objetos como a morte, o corpo ou a sexualidade.

Pode-se dizer que Norbert Elias foi um precursor dos estudos das emoções na modernidade, haja vista que, ainda na mesma década da publicação de Febvre, abordou o *controle dos afetos* como aspecto basilar da sociedade moderna. Contudo, a primeira obra que versou diretamente sobre um objeto emocional foi *Uma história do Medo no ocidente*, de Jean Delumeau, lançada em 1978. Nesse momento, muitos historiadores estavam inseridos na perspectiva da História das Mentalidades.

¹ Doutoranda em História em regime de cotutela entre a Universidade Federal do Espírito Santo e a Universidade de Coimbra. Contato: anny.mazioli@gmail.com.

Devemos considerar que um movimento nos estudos antropológicos sobre o *Self*, capitaneado por Clifford Geertz, ocorrido na década de 1950 e denominado “Antropologia das Emoções”, influenciou também as pesquisas históricas. Assim, desde as produções de Febvre e Elias, passando pelas influências da Antropologia das emoções e da formação da História das Mentalidades, a História das Emoções vem se construindo. Esta última é considerada uma precursora da História das Emoções.

Já na década de 1980, dois modernistas, Peter Stearns e Carol Stearns, foram fundamentais para a formação deste campo historiográfico, pois convocaram os historiadores a historicizar as emoções, por meio de um manifesto publicado em 1985. Neste manifesto, o casal elaborou um conceito chave para tal tarefa: “emotionology”. O novo conceito está ligado a perceber as emoções humanas como relacionadas ao contexto social de uma época, ou seja, como possíveis objetos históricos a serem trabalhados por uma nova metodologia:

Emotionology: as atitudes ou padrões que uma sociedade, ou um grupo definível dentro de uma sociedade, mantém em relação às emoções básicas e sua expressão apropriada; maneiras pelas quais as instituições refletem e encorajam essas atitudes na conduta humana (STEARNS, STEARNS; 1985, p. 813)².

Esse neologismo basilar tem a função de possibilitar a correção de uma vulnerabilidade historiográfica que segundo os autores é desnecessária, ou pelo menos evitável, a partir de uma distinção terminológica (STEARNS, STEARNS; 1985, p. 814). A partir dos estudos de Stearns e outros autores, houve uma consolidação da História das emoções como

² Tradução nossa.

campo historiográfico ao longo das últimas décadas, principalmente entre historiadores anglófonos. Ainda há pouco conteúdo produzido acerca da historicidade das emoções em língua portuguesa. Este capítulo objetiva apresentar algumas definições e métodos que possibilitam analisar as emoções historicamente e mostrar como o nascimento e a consolidação do campo estão conectados com os estudos da modernidade. Pretende-se demonstrar como é impossível analisar o período moderno sem considerar as emoções e os usos políticos dos sentimentos.

História das Emoções: definições e métodos

De acordo com Katie Barclay, em seu livro-guia sobre a história das emoções, essa vertente historiográfica explora como as pessoas conceberam, explicaram e experimentaram emoções no passado dentro de suas respectivas culturas e contextos particulares (BARCLAY, 2020, p. 17). Busca-se compreender como as emoções são modeladas pela cultura e pela sociedade e como isto afeta as relações sociais, “desnaturalizando” uma parte da experiência humana que, até então, era assumida como universal, natural, ou imutável.

Para tanto, aborda-se a emoção como “o que uma pessoa sente e como interpreta esse sentimento, [...] onde o sentimento aconteceu, o ambiente, a arquitetura [...] e os ideais culturais, valores e crenças sobre emoção [...]” (BARCLAY, 2020, p. 24). Ou seja, utiliza-se uma definição de emoção que inclui a pessoa, seu corpo e sua individualidade como uma categoria que dialoga com a sociedade. O casal Stearns (1985, p. 815) argumenta em seu manifesto que o campo e seus historiadores podem “contribuir à teoria - a uma compreensão da dinâmica do comportamento

emocional - em áreas onde os psicólogos têm sido prejudicados [...]”.

Para manter possível essa contribuição dos historiadores, foram criados diversos conceitos e métodos que o mesmo livro guia de Barclay nos apresenta. Primeiramente, a autora nos chama atenção para a importância da linguagem na investigação histórica sobre as emoções. Mesmo que Barclay aceite que as emoções sejam anteriores à linguagem — já que não precisam ser nomeadas para serem sentidas — a autora também reitera como as palavras e seu lugar dentro de um sistema de significados associados formam o modo como nos relacionamos com o mundo à nossa volta. Por essa concepção, a linguagem torna-se essencial na compreensão de como os seres humanos sentem suas experiências, pois palavras não são descritores naturais das coisas, mas ordenam o mundo, decretando valores e formulando o senso comum. É a linguagem que nos coloca em contato com as outras pessoas de nossa comunidade emocional, pois é por meio dela que a emoção se torna uma atividade social e compartilhada.

É por essa função social das emoções que elas se tornam historicamente relevantes. É preciso entender como diferentes culturas as entenderam e as praticaram para saber como suas sociedades funcionavam. Assim, introduz-se uma expressão importante para o campo, pois os indivíduos que participam das sociedades fazem parte de um *contexto emocional*.

É importante compreender a relação existente entre razão e emoção, pois no período moderno essas duas palavras eram concebidas como opostas, já que a razão era vista como a faculdade que administrava a experiência emocional. Entretanto, atualmente, aborda-se a emoção e a cognição como intrinsecamente relacionadas e operantes em paralelo ao

moldar a experiência humana.

Outro conceito que devemos mencionar são os *estilos emocionais*, criado por Peter e Carol Stearns. Esse conceito possibilita relacionar a linguagem às experiências pessoais, as normas sociais ao comportamento individual, bem como explorar a mudança diacrônica das ideias acerca de uma emoção ao abordá-las em diferentes períodos ou gerações. Os *estilos emocionais* são as “atitudes ou padrões” que uma sociedade constrói sobre “emoções básicas” e como instituições disciplinadoras determinam expressões emocionais “apropriadas” (BARCLAY, 2020, p. 49).

A questão é que todas as sociedades têm padrões emocionais, mesmo que às vezes não sejam ditas ou debatidas e as sociedades sejam diferentes, muitas vezes significativamente, nesses padrões. Os antropólogos há muito conhecem e estudaram esse fenômeno. Os historiadores estão cada vez mais conscientes disso, conforme percebemos que os padrões emocionais das sociedades mudam com o tempo, em vez de simplesmente diferirem, constantemente, através do espaço. [...] mudanças nos padrões emocionais ocorreram, não apenas em nosso próprio passado recente, mas também em diferentes casos históricos, podemos buscar pistas em tais mudanças para outras mudanças históricas. (STEARNS; STEARNS, 1985, p. 814-15).

Assim, o casal propõe a investigação diacrônica dos padrões emocionais, haja vista que o estilo emocional de uma determinada época desvela toda uma estrutura cultural, pois procura revelar as regras emocionais contidas em diferentes expressões, o que possibilita compreender suas mudanças ao longo do tempo.

Há, ainda, o conceito de *comunidades emocionais* criado por Barbara Rosenwein (2011, p. 8). Essa elaboração propõe estudar as emoções do passado considerando grupos sociais cujos membros aderem às mesmas

valorações sobre as emoções e suas formas de expressão, levando em consideração toda a panóplia de fontes que estes grupos produziram. Esse conceito é criticado por ter um caráter descritivo, entretanto foram essas descrições que possibilitaram estudos sobre as mudanças ocorridas nas expressões emocionais ao longo do tempo e sobre as relações de poder na sociedade.

Um conceito chave para a compreensão do mundo moderno é o de “*regimes emocionais*”, desenvolvido pelo historiador e antropólogo William Reddy (2001) para explicar como as normas emocionais (1) operam como uma forma de poder que restringe o comportamento humano e (2) afirmam a autoridade dos grupos poderosos. O diferencial desse conceito é trazer as instituições de poder para a análise, pois um regime emocional é um conjunto generalizado de valores emocionais aos quais as autoridades esperam que as pessoas se conformem, percebendo como instituições — Estado, Igreja e família — prescrevem normativas emocionais (REDDY, 2001).

Dessa forma, a História das emoções também se ocupa em perceber a relação exercida entre os espaços, lugares e as emoções na sociedade. Os espaços são “socialmente construídos” e se relacionam com a cultura de uma determinada comunidade, pois manifestam os ideais dos poderosos. Essas premissas se baseiam em colocações de Henry Lefebvre, que considera a paisagem e a arquitetura em conjunto com as atividades humanas, assumindo o lugar como um espaço associado à identidade e ao pertencimento. Emoção e espaços estão conectados, haja vista que a emoção é um recurso utilizado para compreender o ambiente, que, por sua vez, possui sua própria energia. Nossas experiências emocionais não são restritas a

palavras, pois também são efeitos de aspectos arquitetônicos e ambientais em nossos corpos (BARCLAY, 2020, p. 127-130).

Entre esses diversos conceitos, elencamos três abordagens para analisar aspectos da modernidade ao longo deste capítulo: “palavras emocionais”, “regimes emocionais” e “espaços e lugares”. Procuramos estabelecer a relação entre os mecanismos de poder da época moderna, por meio das representações artísticas das emoções, para desvelar o *regime emocional* instaurado pelo Estado moderno.

Palavras emocionais na modernidade

Por meio da importante noção de linguagem retratada no tópico acima, defende-se o método mais basilar da História das emoções, que consiste em encontrar as palavras emocionais e categorizá-las para descobrir o que elas manifestavam naquela realidade histórica em particular. Tais palavras são divididas em duas categorias: as relacionadas aos sentimentos do corpo, como amor ou raiva, e as associadas à experiência emocional que nos ajuda a descrevê-la ou produzi-la, por exemplo “sensação”, “sentimento”, “criança”. É preciso considerar o que está associado a uma palavra, quais sentidos ela “contém”; ou seja, alguns historiadores seguem um método baseado em identificar as palavras emocionais, descobrir o que elas manifestam no contexto histórico ao qual estão relacionadas e assim utilizá-las para produzir História das Emoções.

As palavras que expressam as emoções são importantes para entender como os humanos experimentam as emoções e seu papel na sociedade, como “raiva”, “medo” e “amor”. Um dos pontos de partida para trabalhar com as palavras emocionais em uma época é buscá-las em dicionários ou

enciclopédias do período, que provavelmente descrevem seus significados comuns naquele recorte. A partir do acesso ao significado, deve-se considerar suas implicações para as relações sociais e afetivas do período, ampliando o viés de análise histórica do léxico para o social (BARCLAY, 2020, p. 26-27).

Neste tópico apresentaremos palavras relacionadas às emoções³ e a primeira delas é a própria palavra “emoção”. De acordo com Georges Vigarello (2020, n.p.), o dicionário de Julien Greimas e Edmond Huguet, especializado na linguagem do século XVI, apresenta o conceito de emoção de forma inédita (“esmoution”) e seu sentido corrobora uma compreensão existente há muito tempo: “agitação ou efervescência quase corporal” ou “rebelião e sublevação popular”. Os termos medievais “esmouvoir” ou “esmouvement” tinham esse mesmo sentido entre os séculos XIV e XV, com prevalência dada “à vertente física, transtorno particular provocado por tal comoção”. Já no século XVII, foram incorporadas novas expressões inéditas que trouxeram mais complexidade para o conceito: “movimento da alma”, “movimento do espírito” ou “agitação” (VIGARELLO, 2020). Ao longo da modernidade, também aparecia a palavra “paixões” em referência aos afetos e às emoções humanos.

Em meados do século XVIII, Diderot escreve na *Encyclopédie* o conceito de “Émotion”: movimento ligeiro; no sentido físico e moral; e diz-se “essa notícia causou-me emoção; ele tinha emoção no pulso”; “Movimentos fisiológicos e psicológicos para sentir-se vivo, para agir e pensar”. Já “Sensibilité, sentiment” são vocábulos definidos por um médico na enciclopédia: “analisa a capacidade de todos os seres vivos para receber

3 Neste capítulo nos restringimos a apresentar apenas palavras associadas à experiência emocional, que criam um léxico capaz de perceber as emoções nas sociedades.

impressões do mundo exterior, as quais passam pelo sistema nervoso e se concentram no plexo; as nossas emoções surgiriam da dilatação ou da contração do plexo” (DELON, 2020, n.p).

Para Jean-Jacques Rousseau, “ser sensitivo” está relacionado ao despertar da sensibilidade, que é vivenciado sob a forma de emoções. Durante o século XVIII, houve uma proliferação de termos para precisar o termo “sensível”, como “Sentimenté”, que significa sentimento à flor da pele, o que sugere novas conceituações que concernem ao psicológico (DELON, 2020, n.p). Outros conceitos interessantes a serem ressaltados são o de “empirismo”, “irritabilidade” e “melancolia”.

De acordo com a *Encyclopédie*, o empirismo é a sensibilidade física que transmite ao ser humano uma experiência cotidiana que se traduz em emoções e se transforma em ideias. É o empirismo que permite a continuidade do corpo ao intelecto, que relaciona o indivíduo à coletividade. Já Francis Gilson, define o termo “irritabilidade” em um tratado médico do século XVII como um “modo particular de uma faculdade mais geral das partes orgânicas dos animais”, o que também será tratado sob o nome de sensibilidade.

Um conceito interessante por sua complexidade é o de Melancolia. A palavra melancolia possui diversos significados, inclusive no século XVIII. Para acessá-los, consultamos a *Encyclopédie*⁴. Nela constam pelo menos cinco definições para a palavra: a primeira diz respeito ao humor melancólico⁵, a segunda ao temperamento⁶, a terceira a um sentimento, a

4 A “Encyclopédie”, obra coletiva organizada por Diderot e D’Alembert, e composta por 20 volumes publicados a partir de 1751.

5 É o mais grosseiro, o menos ativo e o mais suscetível à acidez de todos os nossos humores.

6 A melancolia era, segundo os antigos, fria e raivosa; formou o temperamento frio e

quarta à religião, e a quinta ao sentido médico do vocábulo.

A melancolia enquanto sentimento e a melancolia no discurso médico possuem sentidos diametralmente opostos, pois como sentimento a melancolia é vista como sentir “nossa imperfeição”, associada à fraqueza da alma e dos órgãos, e também das ideias, mas com uma visão romantizada e positiva desse estado: “deleita-se na meditação que exercita suficientemente as faculdades da alma para dar-lhe um doce sentimento de sua existência”. Vista como um estado que possibilita “saborear os delicados prazeres da alma e dos sentidos”⁷.

O ponto de vista religioso se aproxima do discurso médico, pois classifica a Melancolia como uma doença cruel que acomete o corpo e também o espírito. Doença que é atribuída a um tipo de tristeza causada por uma visão errônea das normas religiosas:

nascida da falsa ideia de que a religião proíbe os prazeres inocentes, e que apenas ordena aos homens que os salvem com jejum, lágrimas e contrição de coração. [...] consideram a alegria como partilha de réprobos, os prazeres inocentes como ultrajes feitos à divindade, e as mais legítimas doçuras da vida como uma pompa mundana diametralmente oposta à salvação eterna⁸.

De acordo com o texto, a doença surgiria de escrúpulos infundados que estariam relacionados a um “desarranjo da máquina”. É perceptível como a relação imbricada entre corpo e alma é manifestada nessa definição.

Já a descrição médica da melancolia é atribuída a Hipócrates e à sua

seco.

7 Cf. SAINT-LAMBERT. *Encyclopédie*, 1765, Vol. 21, p. 432.

8 Cf. DE JAUCOURT. *Encyclopédie*, 1765, Vol. 21, p.432

teoria humoral. Nessa plataforma de pensamento, a melancolia é vista como uma doença produzida pelo excesso de bÍlis negra no corpo, o que causa delÍrios sem febre ou fúria, diferindo-se de outras doenças como a mania e o frenesi. Outros sintomas da doença estão associados a “uma tristeza intransponÍvel, um mau humor, uma misantropia, uma decidida inclinação para a solidão”⁹. Alguns exemplos de delÍrio são: “imaginam-se reis, senhores, deuses [...] acreditam ser metamorfoseados em bestas, em lobos, em cães, em gatos, em coelhos”¹⁰ e assim os doentes imitam estes animais e seguem seus modos de vida. Houve melancólicOs que se abstiveram de “urinar com medo de inundar o universo e produzir um novo dilúvio”¹¹. Para além dos delÍrios, os melancólicOs costumam ser “tristes, pensativos, sonhadores, inquietos, constantes no estudo e na meditação, pacientes com frio e fome; eles têm rostos austeros, sobranceiras franzidas, tez morena e ventres constipados”¹². São citados dois casos, um masculino e um feminino, de melancólicOs que não evacuaram por meses.

As causas da melancolia são atribuídas a tristezas, problemas mentais, paixões e, acima de tudo, amor e apetite venéreo não satisfeitos — que são os mais frequentes. Também podem causar melancolia as impressões provocadas por pregadores religiosos exagerados, pois levam a medos excessivos das ameaças de punições que perturbam espÍritos sensÍveis. Paralelamente, atribui-se a melancolia às causas corporais como “distúrbios no fÍgado, no baço, no útero e nos vasos sanguíneos”¹³, bem como aos efeitos físicos do uso prolongado de alguns tipos de alimentos chamados

9 Cf. MÉNURET. *Encyclopédie*, 1765, Vol. 21, p. 433-437.

10 *Ibidem*

11 *Ibidem*

12 *Ibidem*

13 *Ibidem*

de “austeros, endurecidos pelo sal e pela fumaça”¹⁴. Hábitos que quebram o ideal grego de temperança, como a devassidão, também podem levar a essa doença. Em diversos casos, e em suas respectivas autópsias, a melancolia é relacionada à presença de sangue negro ou líquido escurecido. Há uma crítica feita à atribuição da melancolia à ação do demônio. Para os iluministas, os médicos devem saber lidar com os delírios dos melancólicos, não os confrontar diretamente, mas saber manejá-los para resolver o delírio que envolve a mente do doente.

A partir do vocábulo “melancolia”, podemos perceber como, apesar dos esforços em criar um léxico capaz de nomear e compreender as emoções, os estudiosos setecentistas não tinham claros os limites entre corpo e alma, emoções e doença. A própria palavra melancolia adquire características positivas e negativas dependendo do ponto de vista sob o qual é analisada. Assim, podemos perceber a complexidade do léxico emocional do século XVIII, como atestado pela especialista Ute Frevert (2014, p. 4): “desde o Iluminismo, a modernidade trouxe uma compreensão abrangente das emoções, mas profundamente ambivalente e flutuante, variando de acordo com a experiência e perspectiva contemporânea”.

O Regime emocional da modernidade e o Antigo Regime

O conceito de regime emocional, desenvolvido pelo historiador e antropólogo William Reddy, diz respeito a como as normas emocionais operam como uma forma de poder e restringem o comportamento humano. A base do pensamento de Reddy é a “teoria dos atos de fala”. Para o autor, quando falamos, não apenas “descrevemos” ou “nomeamos” o que

14 Ibidem

estamos sentindo, pois as expectativas sociais atribuídas àquele vocábulo dão forma e função ao sentimento que ele representa.

É dessa ideia que surge o conceito de “emotivo” como uma categoria de palavras que não apenas descreve um sentimento mas molda como reagimos a ele. Para Reddy, nomear nossas emoções têm um impacto em nossos sentimentos, pois os ajustamos para corresponder com mais precisão ao ideal cultural. Precisamos que nossas emoções correspondam aos valores sociais, pois, para o autor, existe um conjunto de princípios generalizados aos quais se espera que as pessoas se conformem. Esses princípios geralmente são professados pelos eminentes na sociedade e constituem os valores de um regime emocional. Nas palavras do autor, um regime emocional é um suporte necessário para qualquer regime político estável, que estabelece um conjunto de emoções normativas, rituais, e práticas emotivas oficiais que expressam e inculcam diferentes emoções (REDDY, 2001).

Centrais na vida dos indivíduos, abertas a uma profunda influência social, as emoções são da mais alta importância política. Qualquer regime político duradouro deve estabelecer como elemento essencial uma ordem normativa para as emoções, um “regime emocional”. Tais regimes emocionais podem ser colocados, preliminarmente, em um espectro. Em um extremo estão os regimes estritos que exigem que os indivíduos expressem emoções normativas e evitem emoções desviantes (REDDY, 2001, p. 125).

Os emotivos são modelados por meio de eventos em que os indivíduos são obrigados a expressá-los, na expectativa de que as emoções normativas sejam aprimoradas e habituadas. Os que não conseguem performar corretamente as emoções enfrentam a perspectiva de penalidades.

Estas podem vir na forma de tortura, destinada a extrair uma mudança por meio de conflito de objetivos induzido, ou na forma de simples violência, confinamento, privação, exílio. A possibilidade de punições induz todos os indivíduos presentes na sociedade a um conflito interno. Esse conflito aumenta em muitas pessoas a probabilidade de que os emotivos necessários tenham o efeito apropriado.

Assim, como modernista, Reddy ressalta a importância das emoções para o funcionamento do poder, já que as regras normativas para expressar e responder às emoções fazem parte da vida política. A conformidade emocional com esse conjunto de normas é uma expectativa do Estado e de outras instituições sociais. Muitos autores, ao desvendarem as características da modernidade, demonstram como o poder está conectado ao manejo emocional, que deve estar em conformidade às normas sociais apreçadas pelo Estado moderno.

Um desses exemplos é Norbert Elias que, em seu livro *O processo civilizador*, aborda o Estado moderno como dependente de técnicas emocionais para a manipulação de adversários políticos e súditos. O “controle de si” ou “controle dos afetos” mostra como a sociedade moderna estava ligada a um autocontrole que deveria permear a todos, do governante ao homem comum (ELIAS, 1994). Para Elias, os povos medievais eram muito emocionais e primitivos e o processo civilizador corresponde a um paulatino controle das emoções que se torna comum na modernidade.

Barclay (2020, p. 68) faz uma crítica a essa influente teoria de que a história das emoções humanas seja uma narrativa de autocontrole crescente à medida que as pessoas se tornavam mais civilizadas. Para os autores vinculados à história das emoções é equivocado associar o controle

das emoções a uma ideia de progresso. Haja vista que os medievalistas do campo — em especial, Bárbara Rosenwein ao criar o conceito de comunidades emocionais — buscaram demonstrar que as comunidades medievais tinham seus próprios códigos de conduta emocional e a variedade desses códigos celebra a diversidade humana. É feita uma crítica ao pensamento de que os povos medievais não controlavam suas emoções e por isso eram menos civilizados que os posteriores. De acordo com Rosenwein (2006), os povos medievais eram tão civilizados quanto os posteriores.

Essa discussão e crítica à caracterização do período medieval feita por Elias não diminui a importância de seu texto para os modernistas, pois a sociedade de corte desvendada por ele se baseia em um controle das emoções que serve ao uso político do Antigo Regime. Esse ponto de vista é corroborado por outros teóricos que pensaram a modernidade, como o filósofo Foucault (1995, p. 234), quando esclarece que as formas de governo não dizem respeito só às características políticas e econômicas de uma sociedade, mas também às paixões, que “designavam a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos”. A governabilidade moderna estava ligada ao governo de si mesmo e às técnicas de dominação de si.

Foucault produz uma história da arte de governar, sob a ideia de que o governo dos homens está na raiz do exercício da soberania política. O autor se interessou pela racionalização que o governo faz de si e no estabelecimento do domínio de sua prática. O brasileiro Daniel Andrade (2016) utiliza a teoria de Foucault para escrever como a política dos séculos XVII e XVIII está relacionada ao governo das paixões. Segundo Andrade (2016, p. 240), na modernidade as paixões passaram a ser questões de Estado que apareciam em tratados políticos e teológicos. Esses textos

pretendiam levar a uma moderação das paixões dos súditos e fiéis, além de oferecer ferramentas de manipulação aos príncipes.

A análise de Andrade foca na governamentalidade britânica do século XVIII e em sua estratégia de poder emocional para tentar compreender como os discursos e as técnicas de poder moldam a maneira de sentir. A sociedade moderna vive as consequências políticas das concepções teológicas da reforma protestante, em especial a Inglaterra, que viveu uma guerra civil religiosa. A questão da graça está no centro do debate entre os reformadores religiosos que resgataram a visão das paixões de Santo Agostinho e sua relação com a graça divina.

Na visão de Agostinho, a incapacidade do homem decaído de governar a si mesmo legitima o uso da coerção, uma “disciplina externa” que objetiva garantir que os indivíduos se submetam à regra emocional, desfazendo a concupiscência. De acordo com Andrade (2016, p. 239), Agostinho confere ao poder político o status de um órgão educativo de repressão, com um papel até mesmo apostólico, que torna o rei um ministro do sacerdócio. Ao final do século XVI, as disputas religiosas obrigaram os Estados a adotarem uma religião oficial e a lidarem com aqueles que não aceitavam a imposição da religião do rei, assim “o discurso religioso sobre a graça e as paixões se convertia em questão de Estado” (ANDRADE, 2016, p. 240-41). Por isso, dizemos que a regra emocional agostiniana se fez presente nos debates ocorridos a partir desse momento.

Nesse momento, foi produzida uma releitura “cristianizada da filosofia estoica” que atuou de forma operacional, pois promovia uma “moderação das paixões (inclusive confessionais) dos súditos e fiéis e oferecia uma ferramenta de manipulação aos príncipes” (ANDRADE, 2016, p.

240). Essa nova concepção constituiu uma vertente política do controle emocional em paralelo com o modelo divino.

Lidando com homens passionais, ao Príncipe caberia uma arte especial de governo afetivo, de modo a guiar as opiniões dos súditos e garantir a paz e a união do Estado, condições para sua potência política (ANDRADE, 2016, p. 241).

Essa visão de governo político das paixões foi fundamental para o nascimento da visão de Estado racional. Assim, é importante compreender como os estudos acerca do período moderno, das discussões políticas ocorridas nesse período e da concepção de Estado Moderno perpassam a teorização histórica das emoções. As autoridades modernas (em especial o Estado e a Igreja) criaram diferentes métodos para disciplinar as emoções dos súditos e fiéis. A seguir, apresentamos uma dessas formas pedagógicas de influenciar as emoções de modo a ratificar o poder instituído.

O espaço e o lugar: a arquitetura e a arte barroca como recursos pedagógicos

Sob o viés da historiografia das emoções, o ambiente ao nosso redor molda o que sentimos: por exemplo, a experiência de estar em uma igreja muito provavelmente pode diferir daquela de estar em uma boate. Quem pensou essa relação entre espaço e emoções foi Henry Lefebvre, para quem ambos estão criticamente conectados. A emoção é um recurso utilizado para interpretar o ambiente; as pessoas “sentem” em lugares particulares e esse sentimento lhes possibilita avaliar o significado. Os significados sentidos são moldados por ideais culturais, ambientes físicos e corpos humanos, pois estão relacionados a como um determinado espaço

foi compreendido e vivenciado (BARCLAY, 2020, p. 128).

Dessa forma, Ben Anderson criou o conceito de “atmosfera afetiva”, para que fosse possível perceber a experiência de “afeto” sentida em espaços particulares. Essa teoria reconhece que determinados espaços, pela forma como as pessoas os utilizam e se envolvem umas com as outros, desenvolvem a capacidade de afetar as emoções daqueles que estão lá (BARCLAY, 2020, p. 129).

Douglas Cairns (2021, p. 196), ao abordar aspectos da representação de emoções na iconografia grega e romana, mostra as qualidades emotivas da mídia visual, ou seja, sua capacidade de provocar reações emocionais no destinatário. Para o autor, existem inúmeras estratégias visuais para afetar quem vê. O poder emotivo de uma imagem está ligado a fatores como o contexto cultural da época e o contexto de recepção daquela obra de arte.

É preciso ressaltar como a arte barroca e a arquitetura moderna estão ligadas ao projeto de poder do monarca no contexto político do Antigo Regime. Em sua ritualística “o caráter divino do Poder se tornava sensível, principalmente, através de formas visuais e pedagógicas” (GOMES, 2022, p. 80-82). Esse mecanismo é permeado por dispositivos “mitográficos, simbólicos e ideológicos” presentes na arquitetura e na arte barrocas (GOMES, 2022, p. 80-82).

O barroco é visto pelos modernistas como um instrumento operativo, que atua em prol da autopreservação das sociedades a partir de uma visão pré-determinada, pois promove a manutenção da ordem ao influenciar as multidões para que o poder central as conduza (MARAVALL, 1997, p. 120). Assim, pode-se dizer que a arte e a arquitetura barrocas visam à manutenção e ao aprofundamento da soberania monárquica na

sociedade (GOMES, 2022, p. 83). Para Bebbiano (1987, p. 43), esse movimento artístico corresponde a “[...] uma cultura animada de um intenso espírito de propaganda [...]”. Rubem Barboza filho (2000, p. 339) considera que o barroco “[...] inventa e invade a subjetividade de cada homem, plasmando-as pela gnose para a adesão ativa à ordem sustentada pelo rei enquanto espaço ainda hierárquico, com seus significados confirmados pelo verismo barroco [...]”.

Nessas falas, percebemos o caráter pedagógico e emocional desse estilo, que utiliza algumas estratégias para causar fortes impressões emocionais aos que presenciam sua arte: busca-se que o espectador veja com a maior riqueza de detalhes a dor, o que se revela em muitas feridas, muito sangue, chagas nas pinturas e nas esculturas; ou seja, apela-se ao sofrimento e ao martírio, que levam aos valores e à exaltação da moral. O barroco constitui um movimento de fé na monarquia por meio de intensas representações como as grandes edificações na arquitetura, o exagero das formas e a riqueza de detalhes. Nesse momento histórico ainda não há uma cultura letrada difundida e, por isso, as imagens e representações artísticas têm a função de transmitir os ensinamentos sociais e difundir o culto à figura do monarca, representante de Deus no reino. Essa concepção política se traduz na arte por meio da devoção e do aparato pedagógico de suas formas e do exagero das expressões emocionais (GOMES, 2022).

Considerações finais

O intuito deste texto é mostrar como as emoções sempre estiveram presentes nos estudos acerca da modernidade. Mesmo antes da formação

do campo historiográfico especializado em historicizar emoções e sentimentos, os aspectos do mundo moderno estiveram ligados a um controle das emoções e à direção emocional exercida pela religião e pelos príncipes.

O desenvolvimento de conceitos específicos do campo historiográfico das emoções tem colaborado para uma melhor compreensão da modernidade, com mais clareza e profundidade metodológica. Entretanto, antes de haver esses conceitos à disposição os teóricos da modernidade já vinham debatendo as emoções nesse cenário, fosse no viés político, social ou artístico. Mesmo que as emoções fossem tratadas a partir de outras nomenclaturas como afetos e paixões, a história das emoções modernas sempre esteve em voga, pois aspectos fundamentais da modernidade estão profundamente relacionados às emoções.

O próprio conceito de Estado Moderno está ligado a uma intensa submissão ao monarca a partir do medo e do temor à religião, aos quais a população é compelida por meio de diversas estratégias. Entre elas, citamos a importância do estilo arquitetônico e artístico barroco que buscou exercer uma influência imagética nos sentimentos de um povo ainda iletrado em sua maioria, mas que deveria respeitar a autoridade da Igreja e do monarca para manter a hierarquia social. Assim, conclui-se que o campo historiográfico das emoções surgiu imbricado com os estudos da modernidade, criando conceitos e métodos que facilitaram os estudos modernistas, pois estes possibilitam esclarecer e aprofundar diversos aspectos dessa sociedade.

REFERÊNCIAS

Documentos

AGOSTINHO. Cité de Dieu [De civitate Dei]. In: **Œuvres**. Paris, Gallimard, tomo II, 2000 (426 d.C).

ANONIMO. “Mélancolie”. In DIDEROT, Denis; D’ALEMBERT, Jean le Rond. (orgs.). **Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**, vol. X. Paris: Briasson/David/Le Breton, 1765, p. 432.

DE JAUCOURT, Louis. “Melancholie Religieuse”. In DIDEROT, Denis; D’ALEMBERT, Jean le Rond. (orgs.). **Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**, vol. X. Paris: Briasson/David/Le Breton, 1765, p. 432.

MÉNURET, Jean-Joseph. “Melancholie”. In DIDEROT, Denis; D’ALEMBERT, Jean le Rond. (orgs.). **Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**, vol. X. Paris: Briasson/David/Le Breton, 1765, p. 432.

SAINT-LAMBERT, Jean-François. “Mélancolie”. In DIDEROT, Denis; D’ALEMBERT, Jean le Rond. (orgs.). **Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**, vol. X. Paris: Briasson/David/Le Breton, 1765, p. 433-437.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Daniel Pereira. **O Governo dos Sentimentos Morais no Século XVIII**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/302476031_O_Governo_dos_Sentimentos_Morais_no_

Seculo_XVIII [Acessado em 27 de junho de 2023].

Barbara Rosenwein, **História das Emoções: problemas e métodos**, São Paulo, Letra e Voz, 2011, p. 8.

BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana**. Belo Horizonte: Ed UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

BARCLAY, Katie. **The History of Emotions: A Student Guide to Methods and Sources**, Red Globe Press, 2020.

BEBIANO, Rui. **D. João V — poder e espetáculo**. Aveiro: Livraria Estante, 1987.

CAIRNS, Douglas. **A Cultural History of the Emotions in Antiquity**. The Cultural Histories Series. Bloomsbury Academic, 2021.

DELON, Michel. O despertar da alma sensível. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. Org. **História das emoções**. Petrópolis: Vozes, 2020.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FEBVRE, Lucian. La sensibilité et l'histoire: comment reconstituer la vie affective d'autrefois? In: **Annales d'histoire sociale**. 1941, p. 5-20

FREVERT, Ute. 'Defining emotions: concepts and debates over three centuries.' In: **Emotional Lexicons: Continuity and Change in the Vocabulary of Feeling 1700–2000**. Oxford University Press, 2014.

FOUCAULT, Michel. 'O Sujeito e o Poder'. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (eds.), **Uma Trajetória Filosófica** (para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica). Rio de Janeiro, Forense

Universitária, pp. 231-249

GOMES, Juliano. Arte, sacralização e retórica do poder no barroco joanino (1707-1750). **Diálogos sobre a Modernidade**. Vitória, n. 4, 2022.

MARAVALL, J. A. **A cultura do Barroco. Análise de uma estrutura histórica**. Tradução: Silvana Garcia. São Paulo: Edusp, 1997, p. 120.

REDDY, William. **The navigation of feeling: a framework for the History of Emotions**. Edinburgh: Cambridge University Press, 2001.

ROSENWEIN, Barbara H. **Emotional Communities in the Early Middle Ages**. New York: Cornell University Press, 2006.

_____. **História das Emoções: problemas e métodos**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 8.

STEARNS, Peter N.; STEARNS, Carol Z. Emotionology: clarifying the History of Emotions and emotional standards. In: **The American Historical review** 90, n. 4. 1985. P. 813-836.

VIGARELLO, Georges. A emergência do termo “emoção”. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. Org. **História das emoções**. Petrópolis: Vozes, 2020.

Ópera portuguesa em fins do antigo regime: do patrocínio de D. João V a influência cultural de D. Maria Ana de Áustria

Maria Aparecida Stelzer Lozorio¹

O cenário português no final do século XVII e início do século XVIII

O fim do século XVII e início do século XVIII marcam um período profícuo para o campo da ciência, da razão, conhecido como Iluminismo. Em Portugal este movimento teve desdobramentos diversos, dada as devidas diferenças e proporções. A historiadora Patrícia Merlo (2014) afirma, que houve uma reestruturação na tentativa de formar uma nova ordem social e política. D. João V durante seu reinado – 1706 a 1750 – buscou implementar várias mudanças em Portugal, de forma que o reino obtivesse uma nova configuração tanto internamente, como em todo o Império

1 Mestranda em História, no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); Membro do Laboratório de Pesquisa Saberes e Sabores: história da alimentação e das práticas de cura (Ufes); Bacharela e Licenciada em História (Ufes); Bacharela em Biblioteconomia (Ufes). Especialista em Gestão Pública (Ifes).

Ultramarino. O historiador Fernando Viana Junior (2020) ressalta que ao contrário dos governos anteriores, D. Pedro II e principalmente D. João V, governam um país independente da Espanha, sem guerra, e com reservas financeiras obtidas através do ouro e diamante do Brasil, o que proporcionou que o período fosse marcado pela opulência e esplendor e favoreceu a composição de uma corte requintada e suntuosa.

É preciso entender o contexto histórico e econômico que D. João encontrou desde o início do seu reinado. Esse cenário, divergente dos seus antecessores, é extremamente favorável para que a casa real de Bragança atingisse a estabilidade econômica e política. Para a especialista em patrimônio, arte e restauro Susana Isidro (2014), perceber esses fatores históricos é primordial para compreender o cenário que possibilitou o enriquecimento cultural de Portugal a partir do final do século XVII e que se estende por todo o século XVIII.

A Guerra da Restauração (1640) visou defender Portugal das práticas políticas governamentais, de D. Felipe III de Portugal – Felipe IV da Espanha – que consistia numa monarquia dualista.

O Tratado de Lisboa – assinado em 13 de fevereiro de 1668 – garantiu ainda no reinado de D. Afonso VI, uma serenidade bélica. O tratado visava estabelecer a paz entre os dois países após os anos de conflito e assim foi possível ao novo monarca se dedicar a mudanças de cunho econômico e administrativo. Isidro (2014) reforça que a paz entre os dois reinos beneficiará o reinado de D. João V, primeiro monarca luso a governar com um reino pacificado.

Essa situação pacífica se torna crucial para estruturar tanto política, como socialmente, além de criar um ambiente profícuo para o desen-

volvimento da arte barroca portuguesa. Era preciso fortalecer a posição de Portugal perante as nações europeias. D. João V, utilizou as remessas constantes de ouro e diamante vindo do Brasil, que desempenharam um papel fundamental no financiamento do governo português, para promover o desenvolvimento em várias áreas econômicas, tendo investido principalmente nas construções arquitetônicas, na arte e na cultura.

A chegada de D. João V ao trono após a morte de seu pai é marcada por desafios e mudanças, que foram permitidas pela descoberta na segunda década do século XVII, da existência de minas de ouro no Brasil. Esse fluxo de riquezas chegando da colônia, permitiu uma estabilidade econômica, que possibilitou a coroa portuguesa uma reformulação política, social e cultural.

O historiador Charles Boxer (2022) salienta que, D. João V reinou de 1706 a 1750, sem ter que convocar as Cortes para solicitar recursos financeiros, seu reinado foi um período de autossuficiência financeira. D. João foi capaz de pagar todas as dívidas que Portugal tinha com outros reinos europeus, tamanha fortuna aflorava das minas brasileiras. Boxer destaca ainda que as décadas de 1710 a 1750 foram as mais rentáveis em remessa de ouro à Portugal pela colônia brasileira, sendo que a remessa no ano de 1720 atinge o recorde de 25 toneladas.

Toda essa fortuna, juntamente com os gostos e influências francesas de D. João V, além das tendências da corte de Viena, que aportou em Lisboa com D. Maria Ana, favoreceu o período do Barroco. A arquitetura barroca deu ao reinado joanino o esplendor desejado pelo monarca. Além da arquitetura, as artes – a música, o teatro, a escultura, a literatura etc. – alcançam grande destaque nesta época em Portugal. Podemos citar a

chegada da ópera italiana a Lisboa como parte desse tempo de esplendor português.

D. João V promove um movimento de abertura cultural à Europa e para a Historiadora da arte Raggi (2018a) a rainha austríaca tem papel fundamental nessas mudanças que redesenharam o panorama artístico e cultural em Portugal já nos primeiros anos do reinado joanino.

D. João V

Filho do segundo casamento de D. Pedro II, Rei de Portugal e D. Maria Sofia Isabel de Neubourg, o príncipe João, após a morte de seu pai herda um reino que já se encontra pacificado com o término da Guerra da Restauração – o tratado de paz é assinado em 1668, entre o rei de Portugal, e o rei espanhol.

D. Pedro II falece em 9 de dezembro de 1706, iniciando-se o reinado de seu filho, D. João V, agora Rei de Portugal, que sobe ao trono já com um reino independente e reconhecido na Europa. Segundo as historiadoras portuguesas Ana Cristina Pereira e Joana Toni (2011), o novo monarca traz uma nova era para Portugal, se distanciando da corte rígida e austera de seu pai, e inaugurando uma corte esplendorosa, aberta aos modelos europeus e receptiva a suas influências, principalmente a francesa. Ainda segundo as historiadoras, a própria cerimônia de aclamação ao novo monarca, em 1 de janeiro de 1707, trazia um rei “como um sol, na constelação de luxo que era a corte” (PEREIRA; TONI, 201, p.522).

Segundo o historiador português Rui Bebião (1987), o jovem monarca tivera uma formação clássica rudimentar a cargo de padres jesuítas, e que ainda assim conhecia mesmo que de “forma parcial e rebuscada, as

ostentosas manifestações do poder político na antiguidade. Empertigado, vaidoso e galante por temperamento, cedo quis aproximar-se dos modelos dos pares que julgava dignos de serem apontados e imitados” (BEBIANO, 1987, p. 88). Bebiano afirma ainda que o modelo principal para D. João V, era o rei da França, e que mais que o gosto do monarca francês, o novo Rei de Portugal também tinha como modelo a concepção absolutista do poder, e a manifestação pública desse poder.

O nosso Rei-Sol não aparece, portanto, isolado, no vácuo, a impor sempre de forma abusiva e circunscritamente pessoal a sua vontade, a coberto e em função de uma autoridade incontestada [...], mas sim integrado num vasto contexto político, econômico, social e mental, nunca uniforme, mas necessariamente variado e optativo (BEBIANO, 1987, p. 90).

Bebiano afirma que a influência francesa em Portugal, é anterior ao reinado joanino, e que tinha um maior destaque no campo da etiqueta e da moda, mas que

no domínio da arquitetura e das artes plásticas (e em menor escala no das artes decorativas), áreas indispensáveis a um adequado enquadramento cenográfico do cerimonial barroco, as ideias e os homens vieram de outras paragens, se se exceptuarem uns quantos pintores franceses, como Queillard e Depart. A este nível, conhece-se a preferência do rei pela Itália e por Roma (BEBIANO, 1987, p. 107)

Ainda segundo Bebiano a influência da Igreja também teve grande participação neste agrado pelo “brilho do barroco romano”. O autor reitera que vários artistas e profissionais ligados às artes, vindo de outros países adentraram no reino português durante o reinado joanino, mas que os

italianos foram em maior número.

D. Maria Ana de Áustria

Nascida Maria Ana Josefa Antónia Regina, na Casa dos Habsburgo, uma das mais influentes dinastias da Europa, filha de Leopoldo I, Imperador do Sacro Império Romano-Germânico. Segundo Miranda e Miranda (2014), Maria Ana nasceu em meio a um ataque do Império Otomano a Viena.

A Arquiduquesa casou-se em 1707, aos 24 anos, com D. João V, rei de Portugal, seu primo direto – suas mães Leonor Madalena de Neuburg e D. Maria Sofia de Neuburg, respectivamente, eram irmãs.

Nuno Monteiro (2008) salienta que o casamento, em 1708, de D. João V e D. Maria Ana fruto de uma aliança entre Portugal e o Sacro Império Romano-Germânico, quando da morte de D. Pedro II, em 1706, não se encontrava ainda concluída, tendo se arrastado até que D. João V acabou por reconhecer a escolha de seu pai como acertada, e consumando com o matrimônio, um vínculo único entre a casa de Bragança e a casa dos Habsburgos.

Segundo Sucena, a nova rainha portuguesa encantou a corte portuguesa com sua simpatia, era uma “senhora culta, que dominava o latim, o italiano, o francês e o castelhano, além do alemão [...]. Apreciava a música, tocando vários instrumentos, entre eles o cravo. Interessava-se pela pintura e pelos bordados. Dançava graciosamente” (SUCENA, 2006/2007, p. 185).

D. Maria Ana traz em sua comitiva um cenógrafo italiano, e de acordo com Raggi (2018b, p. 26) trouxe também “un esperto tedesco

nell'arte della scenotecnica e della macchinaria teatrale” o que indicava a vontade de manter o entretenimento pessoal com a ópera, pois ainda segundo Raggi, o universo vienense era especializado no campo da ópera italiana.

Diante de todas as transformações que o “período das Luzes” trouxe a Portugal, sob a influência dos gostos culturais de D. Maria Ana de Áustria, continuada no reinado josefino para a remodelagem de Lisboa, a Ópera do Tejo se encontra no bojo desta efervescência da modernidade lusa.

Ainda segundo Raggi (2018, p. 100) “o interesse pela ópera italiana foi o primeiro sinal da mudança cultural a que d. João V aspirava. Enquanto se aguardava a chegada da rainha, começaram os preparativos para os festejos”, D. João V queria, já nos festejos das núpcias reais, a representação de uma ópera, sendo talvez esta a primeira vez que uma ópera italiana foi encenada em Lisboa. Em 1719, D. João V contrata músicos e coreógrafos e assim

a representação de óperas italianas passou a festejar os dias de aniversário e onomásticos de D. João V e D. Maria Ana de Áustria. Conforme a ocasião, alternativamente, uma das salas dos apartamentos do rei ou da rainha transformavam-se em teatros. Pela paixão e pela frequência com que se executava música na corte da rainha, os seus apartamentos tornaram-se o lugar privilegiado para encenações e serões musicais. (RAGGI, 2018b, p. 106).

D. Ana Maria de Áustria, presenciou a construção de teatros ou a adaptação de salas para audições e encenação no Palácio Real da Ribeira, no Palácio de Salvaterra, no Palácio de Belém e no Palácio da Ajuda. No Palácio Real da Ribeira uma sala foi destinada as apresentações dos espe-

táculos, que segundo Raggi (2019), seria a Sala dos Embaixadores, já que o local permaneceu ligado à memória teatral ao longo do reinado, e foi o local escolhido para o primeiro edifício feito por Giovan Carlo Sicinio Bibiena, no Palácio da Ribeira, era uma casa em menor escala enquanto não se preparava a grande Ópera do Tejo.

Se o terramoto não tivesse mudado o curso dos eventos, o teatro do torreão da Ribeira teria ficado como segunda sala teatral utilizada para celebrações festivas de menor importância. O palácio imperial de Viena servia de modelo, onde o Grosses Hofburgtheater de Francesco Bibiena se destinava à encenação de óperas italianas durante as principais ocasiões celebrativas e festivas (aniversários e onomásticos do casal imperial; celebração do carnaval), e uma sala teatral de menor dimensão utilizada para ocasiões músico-teatrais de menor investimento e fausto. (RAGGI, 2018b, p. 108).

De acordo com a autora, o circuito real delineava a memória territorial e musical de D. Maria Ana enquanto rainha de Portugal. Ao se mudar para Portugal, D. Maria Ana de Áustria traz consigo gostos culturais diferentes dos apreciados pela corte portuguesa. Gostos esses que foram amplamente fomentados por D. João V, seu marido, que passam a povoar também os gostos da fidalguia portuguesa, e se mantêm no reinado de seus filho D. José I.

A ópera em Portugal durante o Reinado Joanino

Portugal adentra a segunda metade do século XVIII tendo uma capital que figurava entre as mais ricas, cosmopolitas e luxuosas da Europa. O reinado D. João V, um dos mais longos da história de Portugal, foi uma das fases mais prósperas. A grande fortuna vinda da colônia proporcio-

nou e impulsionou um período de grande incentivo de produção cultural, além de grandes obras arquitetônicas.

D. João V havia investido sistematicamente nas artes, principalmente após seu casamento com a austríaca D. Maria Ana. Além de reformar e embelezar o Palácio da Ribeira, segundo a historiadora Del Priore (2015), o monarca também acrescentou uma igreja e um casa de ópera, ao conjunto palaciano. O rei se beneficiava dos espaços de festas, comemorações e aparições, para fazer uso de encenações públicas visando o fortalecimento da memória e exaltação da Casa Real dos Bragança, mantendo assim a construção do poder monárquico.

Os Habsburgos figuravam entre os principais patronos e espectadores da ópera italiana na Europa. Desde o século XVII os imperadores contratavam artistas, cantores, poetas, cenógrafos e arquitetos teatrais da Itália, transformando Viena em um dos mais importantes centros de produção de óperas. Assim a nova rainha lusa havia crescido em contato direto e constante com o espetáculo italiano, e conseqüentemente ela leva para a vida na corte portuguesa este gosto musical.

Em Lisboa a cultura musical esteve ligada por muitas décadas a tradição espanhola do teatro acompanhado pela música. O teatro italiano e sua ópera vão aos poucos entrando no cenário dos espetáculos lisboeta. D. João já demonstrava seu gosto musical pela ópera italiana, antes mesmo da chegada de sua esposa, de acordo com Raggi (2018a) o rei já demonstrava interesse em uma remodelagem cultural. Manoel Ivo Cruz (2008), músico, compositor e professor de música português, comunga da mesma ideia de que, D. João V já pretendia atualizar os gostos musicais portugueses, com as tendências que estavam em voga por toda a Europa,

se distanciando das predileções fortemente ligados a Igreja.

Para receber a futura rainha, D. João V ordena que durante os festejos das núpcias, deveria haver uma representação de uma ópera. Raggi (2018b) afirma que esse evento demonstra tanto o gosto do monarca pela ópera, como também a influência de D. Maria Ana. A nova rainha traz em sua comitiva um cenógrafo italiano, um especialista na arte da encenação e maquinário teatral, indicando a vontade de manter na corte de Lisboa sua preferência pela ópera italiana mantendo assim seus costumes vienenses.

Para a especialista em Ciências Musicais, Manuela M. Oliveira (2011), há um crescimento na contratação de músicos e artesões que fabricavam instrumentos musicais, após o casamento da Arquiduquesa austríaca e o monarca português. Raggi constatou com suas pesquisas que, após as núpcias reais, a ópera passa a ser representada com frequência na corte, principalmente para festejar aniversários da família real.

Cruz (2008) traz uma análise dos primeiros passos de D. João V em relação a implementação da ópera italiana em solo luso. Segundo Cruz, em 1713 o monarca cria a Escola de Música do Seminário Patriarcal, que durante muito tempo foi o principal estabelecimento de ensino musical de Portugal, e foi através dos fundos desta escola que bolsistas foram enviados a Roma para que pudessem aprimorar seus conhecimentos musicais, e entre eles a ópera italiana.

Dentre os bolsistas enviados a Roma, dois se destacam ao retornar a Lisboa, mas tomam caminho diversos: Antonio Teixeira se destaca nas composições em língua portuguesa, associando suas produções as do

dramaturgo conhecido como “o Judeu”², as chamadas peças com música. Já Francisco Antônio de Almeida, também bolsista que foi a Roma, se dedicou a ópera palaciana com libreto italiano, onde “tudo acontecia por música: os recitativos, as árias, os conjuntos” (CRUZ, 2008, p.5). A estadia em Roma proporcionou não apenas a encenação de espetáculos em Portugal, mas também colaborou para o aperfeiçoamento do ensino da música em solo português.

Foi durante o reinado de D. João V que o apreço pela ópera se expandiu e acabou por conquistar os portugueses, assim o patrocínio do rei foi primordial para esse crescimento, e veio ao encontro da busca por renovação cultural que o monarca tanto desejava.

O interesse pelas artes teatrais de matriz italiana (ópera, música instrumental e vocal, dança e *commedia dell'arte*) foi o primeiro sinal da renovação cultural a que D. João V aspirava. Esse processo de renovação cultural ocorreu a par e passo com as ambições do rei de transformar radicalmente a cidade de Lisboa para a manifestar como capital da monarquia portuguesa e do seu vasto Império Ultramarino (RAGGI, 2019, p. 685).

No Palácio Real da Ribeira uma sala foi destinada as apresentações dos espetáculos, segundo Raggi (2019), seria a Sala dos Embaixadores, já que o local permanece ligado à memória teatral ao longo do reinado, e é o local que foi escolhido já no reinado de D. José I – filho de D. João V – para o primeiro edifício feito por Carlo Bibiena, no Palácio da Ribeira

2 Antonio José da Silva – o Judeu – dramaturgo, compunha peças de teatro que eram musicadas (as óperas populares). Durante o reinado joanino eram encenadas no Teatro do Bairro Alto, também conhecido como Casa dos Bonecos. Entre 1733 e 1738, Antonio José da Silva teve várias produções encenadas. CRUZ, Manoel Ivo. O essencial sobre a ópera em Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2008.

ra, seria uma casa em menor escala enquanto não se preparava a grande Ópera do Tejo³

Giuseppina Raggi (2018a) ressalta a importância da contratação de Filippo Juvarra⁴, para as construções de salas e teatros para audições das óperas italiana em Portugal

Em 1719, a contratação simultânea de Filippo Juvarra e de Domenico Scarlatti não foi mera coincidência. Representou o clima da introdução do novo gosto pela música italiana começado em 1708 [...]. Com a chegada de músicos e cenógrafos, a representação de óperas italianas passou a festejar os dias de aniversário e onomásticos de D. João V e D. Maria Ana de Áustria. Conforme a ocasião, alternativamente, uma das salas dos apartamentos do rei ou da rainha transformavam-se em teatros. Pela paixão e pela frequência com que se executava música na corte da rainha, os seus apartamentos tornaram-se o lugar privilegiado para encenações e serões musicais.

Além do citado projeto de teatro atribuível a Filippo Juvarra em 1722, D. João V tencionava também envolver Francesco Bibiena, o afamado cenógrafo e arquiteto teatral bolonhês[...]

Apesar da mudança da política artística joanina, coincidente com

3 O edifício para encenação de óperas em Lisboa, chamada de Ópera do Tejo, foi construída ente os anos de 1752 e 1755. Inaugurada em março de 1755, e destruída no grande terremoto de Lisboa, ocorrido no mesmo ano. Construída pelo arquiteto italiano Giovanni Carlo S. Bibiena, um dos arquitetos mais competentes da Europa na idealização de casas para espetáculos de origem italiana. O prédio foi construído no reinado de D. José I, mas já povoava os planos de D. João V. Para maiores informações sobre o assunto ver a obra, *Ressuscitar a Ópera do Tejo: o desvendar do Mito*, da historiadora Aline Gallasch-Hall de Beuvink (2016).

4 Filippo Juvarra, arquiteto siciliano, foi recebido em Lisboa com honrarias, ficando responsável por concretizar em desenhos e projetos várias mudanças para Lisboa, Raggi (2018a) afirma que a chegada do arquiteto italiano traz um clima de efervescência criando condições favoráveis para repensar profundamente a cidade. A historiadora ressalta as habilidade arquitetônicas de Juvarra que foram colocadas a serviço do monarca português, citando inclusive que Juvarra teria sido responsável por um novo paradigma na arquitetura portuguesa do século XVIII.(RAGGI, 2018a).

a ruptura diplomática das relações com a Santa Sé (1728-1732) e com o repentino investimento no estaleiro de Mafra, a vida teatral do Palácio Real consolidou-se e ficou estável até 1742, ano da grave doença do rei (RAGGI, 2018a).

Para Raggi, D. Maria Ana de Áustria teve papel fundamental para redesenhar o panorama artístico e cultural das primeiras décadas do reinado joanino. D. Maria Ana é responsável por vários assuntos ligado a atividade musical da corte, e uma das fontes primárias analisadas para este trabalho, se constitui em cartas de contratação de músicos pela própria rainha D. Maria Ana de Áustria, que fazem parte do Fundo Casa das Rainhas, Registro de Chancelaria (1703-1720 / 1720-1734), que estão no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Essas fontes nos dão a dimensão de que a própria rainha participava da contratação de músico para atuarem na corte. Em abril de 1710 D. Maria Ana contrata Manuel Francisco, um mestre violeiro (ANTT, 1703/1720, livro 6). Em julho de 1711 contrata outro mestre do ofício violeiro, Domingos Alvares (ANTT, 1703/1720, livro 6). Em dezembro de 1726 novamente um mestre violeiro é contratado (ANTT, 1720/1734, livro 7), por D. Maria Ana, desta vez se trata de Domingos Rodrigues Galrão, que segundo Oliveira (2011) chama atenção por possuir o mesmo sobrenome de Joaquim José Galrão, considerado o melhor luthier português de violinos e violoncelos do século XVIII.

Em uma das cartas a rainha contrata Joseph Fr.^a, mestre violeiro, alemão que ocupará o lugar de Domingos Galrão que havia falecido (ANTT, 1720/1734, livro 7). Um outro alemão – Joseph Esvenich – foi contratado em 1749, já no final do reinado de D. João V, que fabricava instrumentos de cordas – rabecas, rabecões e cravos. Além de contratar

músicos, coreógrafos e luthier, D. Maria Ana e o rei D. João V, promoveram o mecenato e espetáculos

É importante perceber que as mudanças arquitetônicas que marcaram o período joanino, continuam na cidade de Lisboa com o reinado de D. José I, a capital deveria representar o prestígio da casa de real dos Bragança. Para coroa portuguesa, a capital lisboeta deveria ser vista como um importante centro europeu do espetáculo de ópera italiana, desta forma, D. José I leva a cabo as pretensões de seu pai para a construção de umas das mais belas e suntuosas casa de ópera da Europa – a Ópera do Tejo. Para a construção da Ópera e encenação dos espetáculos foram contratados os melhores profissionais que existiam na Europa, como Giavan Carlo Sicino Bibiena, que custeados pelo momento financeiro favorável, proporcionaram belíssimas construções.

Já como rainha-mãe D. Ana Maria de Áustria, presenciou a construção de teatros ou a adaptação de salas para audições e encenação no Palácio Real da Ribeira, no Palácio de Salvaterra, no Palácio de Belém e no Palácio da Ajuda. A ópera italiana permeou toda sua trajetória como rainha de Portugal.

Considerações finais

Concluimos este trabalho tendo compreendido que a ópera italiana chega a Portugal e se difunde com maior entusiasmo na primeira metade no século XVIII, tendo sido contratados em grande profusão músicos, coreógrafos, arquitetos, luthier, e onde ocorreram diversas adaptações e construções de salas e teatros para audições de ópera italiana. A maior construção – a Ópera do Tejo – se dá no início da segunda metade do

século XVIII e já no reinado josefino, porém é possível afirmar que ópera foi difundida em Portugal com maior destaque no reinado de D. João V.

Sabemos que sem o ouro brasileiro essa efetiva propagação da ópera italiana não teria sido tão promissora, pois foi com a riqueza vinda da colônia que D. João V pode patrocinar a arte e a cultura em Portugal, investindo maciçamente em várias áreas.

É inegável a influência cultural que a Arquiduquesa austríaca trouxe para Portugal incluía a ópera italiana, e que Viena, sua casa natal, era na época o maior centro cultura da ópera italiana na Europa. D. Maria Ana tem na ópera italiana não apenas um gosto musical, mas também memórias afetivas que a transportam para perto de sua casa e dos gostos de sua família.

Assim concluímos que a ópera italiana encontrou terreno fértil em Portugal na primeira década do século XVIII, por uma conjunção de fatores: o fim de conflitos externos; a estabilidade econômica e política; a autonomia financeira gerada pelo ouro brasileiro; o investimento de D. João V tanto na formação e contratação de músicos, como nas construções arquitetônica de salas para audições de óperas; e a inegável influência e financiamento por parte de D. Maria Ana de Áustria na ópera italiana em Portugal.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Fundo Casa das Rainhas. Secretaria dos Negócios, Justiça e Mèrces 1640-1833. Registro de chancelaria 1643-1833. Registro de Chancelaria 1703-

1720. Livro 6.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Fundo Casa das Rainhas. Secretaria dos Negócios, Justiça e Mèrces 1640-1833. Registro de chancelaria 1643-1833. Registro de Chancelaria 1720-1734. Livro 7.

Bibliografia

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2016.
- BEBIANO, Rui. **D. João V: poder e espetáculo**. Aveiro: Livraria Estante, 1987. (Coleção Diálogos com a História, 3).
- BEUVINK, Aline Gallasch-Hall. **Ressuscitar a Ópera do Tejo: desvendar o mito**. Lisboa: Ed. Caleidoscópio, 2016.
- BOXER, Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- CRUZ, Manoel Ivo. **O essencial sobre e ópera em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2008.
- DEL PRIORE, Mary. **O Mal sobre a Terra: uma história do terremoto de Lisboa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015. (Edição Kindle).
- ISIDRO, Susana Patrícia Correia. **O “laboratório” de André Gonçalves e os programas de pintura do Barroco quinto-joanino**. 2014. 226f. Dissertação (Mestrado em Arte, Patrimônio e Restauro). Faculdade de Letras, Departamento de História, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/18374/1/ulfl179610I_tm_1.pdf. Acesso em: 5 jul. 2023.

- LORIGA, S. A biografia como problema. In REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 225-250.
- MERLO, Patrícia M. S. **Em Razão do Grande Terremoto**: observações sobre a política pombalina no reinado de D. José I. In: SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA, 9.; SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 6. 2014. Anais. Rio de Janeiro: UERJ, PPGH, 2014, p. 2582-2589.
- MIRANDA, Susana M.; MIRANDA, Tiago C. P. dos R. **A Rainha Arquiduquesa**: Maria Ana de Áustria. Lisboa: Círculo de Leitores, 2014.
- PEREIRA, Ana Cristina; TRONI, Joana. **A Vida Privada dos Bragança**: De D. João IV a D. Manuel II. O dia a dia na corte. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011 (Edição Kindle).
- PEREIRA, José. O barroco do século XVIII. In: Pereira, Paulo (dir.) **História da Arte portuguesa**: o barroco, séculos XVII-XVIII. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007 (Volume 7).
- PEREIRA, Paulo, **Barroco**: decifrar a Arte em Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 2014.
- OLIVEIRA, Manuela Morilleau de. **As Mulheres da família real portuguesa e a música**: estudo preliminar de 1640 a 1754. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Musicais). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/7257>. Acesso em: 1 jun. 2023.
- RAGGI, Giuseppina. A cidade do rei e os teatros da rainha: (re)ima-

ginando Lisboa ocidental e a Real Ópera do Tejo. **Caderno do Arquivo Municipal**, Lisboa, v. 2, n. 9, p. 97-124, jan./jun. 2018a. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/80337/1/A%20cidade%20do%20rei%20e%20os%20teatros%20da%20rainha.pdf>. Acesso em 5 jun. 2023.

RAGGI, Giuseppina. **Trasformare la cultura di corte**: La regina Maria Anna d'Asburgo e l'introduzione dell'opera italiana in Portogallo. *Rev. Portuguesa de Museologia*, Lisboa, n. 5, v. 1, p.17-38, 2018b. Disponível em: <http://rpm-ns.pt/index.php/rpm/article/view/339>. Acesso em: 14 jul. 2023.

RAGGI, Giuseppina. Os teatros como núcleos de transformação social e reconstrução urbanística da cidade e Lisboa no século XVIII. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA URBANA, 2., 2019, Cidade do México. **Anais Eletrônicos....** Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/ciec/pf-ciec/public-files/congresso/subpg/941/anais_iicihu_2019.pdf. Acesso em: 20 de jun. 2023.

SUCENA, Eduardo. D. Maria Ana de Áustria: a Rainha desaparecida. **Arqueologia e História**, Lisboa, n. 58/59, p. 183-190, 2006/2007. Disponível em: http://museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/arqueologia_historia/serie_12/58-59/AH_58-59_Art14.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

VIANA JUNIOR, Fernando S. C. **Dos sabores fortes aos suaves**: os limites da modernização à francesa nos livros de cozinha da corte portuguesa, 1680-1780. Vitória/ES: Identidade, 2020 (Edição Kindle).

*Correspondências entre naturalistas: reflexões sobre as redes de sociabilidade de Antigo Regime*¹

Lucas Onorato Braga²

Introdução

“Meu aluno Forsgard, [...] partiu em um navio para a Arábia, rumo ao mesmo destino que Donati” (LINEU, 1760), escreveu o naturalista sueco Carlos Lineu (1707-1778) para outro naturalista, o paduano Domingos Vandelli. “Donati foi impelido a continuar por algum tempo em Alexandria por causa do gênero adverso e maligno de seu companheiro” (VANDELLI, 1760), respondeu Vandelli. “[...] mas o rei de Sardenha, depois de reconhecida a inocência de Vitaliano, ordenou-lhe que seguisse, [...] o aspirado caminho rumo a Arábia” (VANDELLI, 1760), concluiu o paduano. Lineu acrescentou: “Recebi as sementes de Roque, o descontente companheiro de Donati, colheu no Egito” (LINEU, 1761).

O que aconteceu com o médico e botânico paduano Vitaliano Do-

1 O presente trabalho é parte da nossa dissertação de mestrado intitulada “Domingos Vandelli (1735-1816): História Natural e utilitarismo ilustrado em fins do Antigo Regime Português”.

2 Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo.

nati (1717-1762)? O assunto parecia ser de conhecimento da rede de naturalistas, pois tanto Lineu quanto Vandelli sabiam a respeito. Fica evidente que, o que quer que fosse, o paduano entendia que a culpa era do companheiro de Donati. Outra informação interessante é que Lineu chegou a receber espécimes do tal sujeito citado em uma das cartas.

Quem esclarece o episódio é o historiador piemontês Goffredo Casalis (1781-1856) que registrou o ocorrido em seu *Histórias de Piemonte* (CASALIS, 1846, p. 621). Segundo narra, o rei de Sardenha, Carlos Emanuel III (1701-1733), ordenou em 1759 que Donati fosse para o Egito e às Índias para desenvolver suas pesquisas de História Natural. O botânico aceitou a tarefa e seguiu acompanhado de três companheiros de Veneza em direção à Alexandria e, posteriormente, rumo ao Egito aonde chegou no dia 18 de julho do referido ano.

Um de seus companheiros era o médico piemontês Giovanni Ronco (s.d.), a quem Lineu se referiu como *Roque*. Este, segundo Casalis, era aliado do cônsul holandês, Hugues, com quem teria confabulado um motivo para aprisionarem Donati e se apropriarem de suas pesquisas, seus espécimes coletados, além de quarenta mil ducados venezianos pagos pelo rei de Sardenha afim de custear as viagens do naturalista piemontês.

O imbróglio se resolveu com a ajuda do consulado do Piemonte, tendo o cônsul Ferro, conseguido libertar Vitaliano e assim como recuperar seus pertences, exceto um conjunto de animais que ele havia preparado para a criação de um museu em Valentino. Para mais, foi nessa excursão pelo Oriente que Donati veio a falecer: “Doutor Donati faleceu [...] na China ou, segundo dizem alguns, na Pérsia; mas a morte dele é fato” (VANDELLI, 1763), informou Vandelli a Lineu.

Como vimos, as correspondências entre naturalistas vão além das trocas de informações de cunho puramente científico. Participar dessa rede de contatos era também estar dentro das discussões de caráter institucional, administrativo, político e pessoal (BRIGOLA, 2003, p. 121). O caso de Donati evidencia que a troca de cartas valida quem era confiável ou não para se manter dentro desta teia de comunicação. Tendo em vista o exposto, nosso objetivo é refletir sobre as redes de sociabilidades típicas de Antigo Regime e seu impacto na trajetória desses sujeitos com ênfase no processo de implementação e divulgação da História Natural em Portugal a partir da atuação de Domingos Vandelli.

A institucionalização da História Natural em Portugal

A emergência da Ciência Moderna, entre meados dos séculos XVI e XVII, correspondeu a uma transformação lenta e abrangente do ambiente intelectual e cultural no ocidente europeu (SOARES, 2001. p. 17). A “filosofia experimental”, que tem em Bacon o papel atribuído por muitos autores como precursor, trouxe a noção de que a natureza exigia questionamentos mais ativos (MENNA, 2011. p. 50). O mundo deixava a concepção Antiga de ser um sistema finito e harmônico passando a ser entendido como infinito e caótico.

“Tal período assistiu a gradativa mudança do pensamento erudito sobre o homem, o universo e a natureza. Academias científicas foram criadas em vários lugares, tendo como fundamento o experimentalismo e o racionalismo” (MERLO, 2015. p. 52). Nesse processo, as “ciências da natureza” se tornaram o foco das academias, pois seu domínio era considerado como fonte essencial para o bem-estar social e espaço no qual se

exerce o poder do homem civilizado (KURY, 2001. p. 105). Reflexo disso, é o movimento que se deu ao longo do século XVIII onde “novos museus, jardins botânicos e coleções tomaram o lugar dos gabinetes de curiosidades e dos jardins consagrados exclusivamente ao deleite aristocrático” (KURY, 2004. p. 110).

Esse modo de entender a ciência e a natureza de forma quase indissociáveis fez com que a História Natural ganhasse a posição de intérprete da natureza perante a sociedade (KURY, 2001. p. 105). Junto a esse movimento, a literatura sobre o tema no período ficou marcada pela percepção do meio ambiente de forma utilitarista, elegendo a botânica e a zoologia como disciplinas diretamente ligadas à felicidade humana (KURY, 2001, p. 115). Desse modo, a natureza era compreendida como fundamental para o crescimento de uma civilização (MEEK, 1976. p. 182).

Partindo dessa premissa, recai ao naturalista a responsabilidade de distinguir numa determinada região os produtos interessantes ao comércio sendo ele capaz de entender a utilidade na produção de espécies aparentemente desprezíveis como o bicho-da-seda e a cochonilha, por exemplo. Vantagem essa do homem civilizado, a perspicácia de multiplicar os seres, melhorá-los para a agricultura e a pecuária, e transferi-los de lugar endossando assim a legitimidade do seu poder sobre a natureza (ROGER, 1989. p. 311). Assim, reforçou-se a ideia sobre a visão moderna de civilização ao mesmo tempo em que a História Natural se envolveu com uma variedade de expectativas e interesses dos naturalistas, além do público leigo das ciências, se transformando em muito mais do que a simples investigação da natureza (KURY, 2001, p. 130).

Em Portugal, esse processo ganhou impulso em 1764 com a chega-

da do naturalista paduano Domenico Agostino Vandelli (1735-1816) a convite de Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido pelo título de Marquês de Pombal,³ para lecionar no Colégio dos Nobres (ASSIS, 2016), instituição voltada para a formação inicial da aristocracia portuguesa. No entanto, sua contratação oficial só foi feita quatro anos depois, quando assumiu a direção do Real Museu e o Jardim Botânico da Ajuda em 1768, vindo a se tornar um dos membros essenciais para a execução das reformas dos Estatutos da Universidade de Coimbra em 1772 (DALLA COSTA, 2016, p. 38), que marcou o rompimento da influência jesuítica no ensino universitário luso e incluía, pela primeira vez, a História Natural com disciplina naquele reino.

Para mais, Vandelli foi ainda um dos sócios efetivos que formaram o núcleo de fundadores da Academia Real das Ciências de Lisboa em 1779, num ambiente político marcado pela queda do Marquês de Pombal e as décadas finais do Antigo Regime (SILVA, 2015, p. 7). O naturalista foi um dos nomes mais influentes da instituição também no campo econômico, que tinha a agricultura como estratégia de desenvolvimento. Exemplo disso foram as viagens científicas coordenadas por ele com o intuito de inventariar os recursos do Reino úteis à economia.

De todos os cantos do Reino, eram enviados à Lisboa informações sobre diversos temas desde a qualidade de variados tipos de solo até o comportamento de alguns grupos autóctones. Para mais, essas informações não se davam apenas no campo das Letras. Das colônias chegavam

3 Carvalho e Melo ganhou destaque durante o governo de D. José I sendo nomeado Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra em 1750 e Secretário do Estado dos Negócios Interiores do Reino em 1756. Recebeu o título de Conde de Oeiras em 1759 e de Marquês de Pombal dez anos depois (SILVA, 2016).

diversos exemplares da fauna e flora, amostras de minerais, pinturas e herbários, que enriqueceram os museus e jardins botânicos portugueses. Tais coleções, serviram de base para estudos que objetivavam uma aplicação econômica em favor do Estado.

Nessa perspectiva, a Coroa assumiu outra frente: a massificação do conhecimento e instrução dos súditos. Prova disso está na atuação da Academia Real das Ciências de Lisboa na década de 1780 e sua tipografia própria, colocando em circulação centenas de títulos com objetivos claros: divulgar o saber da elite intelectual aos diversos súditos do Reino, promovendo uma maior participação destes na dinâmica econômica.

A dinâmica proposta por essas distintas publicações era reforçar a dependência das colônias em relação aos produtos do Reino, ao passo em que se valorizavam também as produções coloniais. Esta relação que se retroalimentava estimulou de forma mais eficaz a economia lusa. Criou-se assim uma demanda pelos produtos exóticos coloniais que não só abasteceria o mercado interno, como atenderia ao comércio internacional.

No que tange a troca de cartas, espécimes e outros produtos entre naturalistas, destacamos a figura do naturalista Carlos Lineu (1707-1778), sócio fundador da Academia de Ciências da Suécia e considerado o primeiro a formalizar a História Natural com sua classificação científica e nomenclatura binomial que regulamentou e popularizou a categorização de todos os seres vivos dentro da Botânica e Zoologia sendo utilizada até dias atuais. Não à toa, Lineu é conhecido como o pai da taxonomia moderna (PULTENEY, 2011. p. 13). O sueco não só era figura proeminente entre os filósofos da natureza como o centro de diversas redes científicas. Dentre seus diversos contatos, Vandelli possuía grande destaque

tanto pela dedicação estabelecida ao longo dos anos, assim como, pelo controle da quantidade de espécimes exóticos das Américas que eram os mais requisitados entre os estudiosos europeus.

Correspondência entre naturalistas

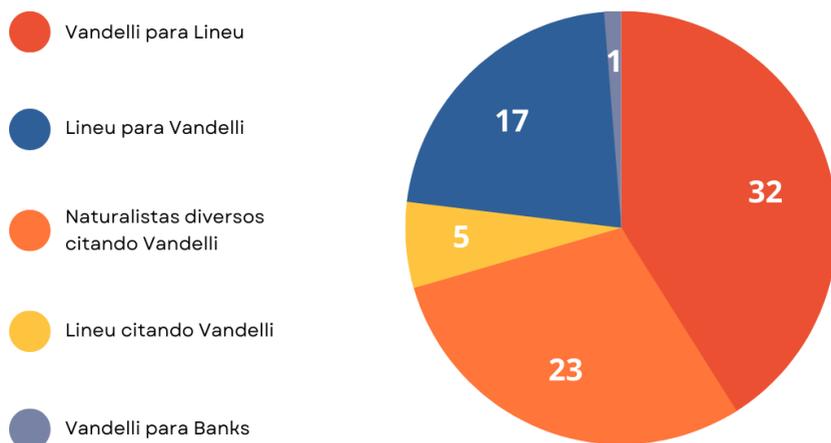
O gênero epistolar se apresenta como uma forma singular de documentação devido ao seu caráter privado capaz de descrever o entorno daquele que escreve no momento em que o faz. Por sua vez, as cartas são características de um estamento nobiliárquico e letrado e, apesar de possuírem uma estrutura protocolar, transpassavam em certa medida a escrita rebuscada e as normas sociais (ROMAN, 2012. p. 206).

As missivas, de forma geral, continham indícios de afeição, cortesia, expressividade e informalidade o que trazia a noção de uma conversa entre iguais (SILVA, 2002. p. 59). Assim, vale destacar que a forma como se estrutura uma sociedade reflete no discurso uma inigualável distinção que atua conforme “o título, a posição, a categoria, a importância conferida pela forma privada ou pela notoriedade pública, pela idade do destinatário [...]” (BAKHTIN, 2000. p. 322), entre outros.

Partindo desta premissa, reunimos 78 cartas escritas por naturalistas em que Vandelli aparece como remetente, destinatário ou citado, como é possível visualizar no Gráfico 1. Desse total, 55 cartas foram trocadas entre Domingos e Lineu, 12 correspondências foram enviadas ou recebidas por Lineu e citam nosso naturalista, outras 11 cartas foram remetidas por Vandelli para outros naturalistas, como, por exemplo, o Marquês de Angeja (1716 -1788), dono de um jardim botânico particular no qual nosso personagem trabalhou quando chegou em Lisboa; o médico holan-

dês Antônio de Haen (1704-1776); o naturalista bolonhês Ferdinando Bassi (1710-1774); o médico piemontês Carlo Bellardi (1741-1826) e; o presidente da Royal Society, o botânico inglês Joseph Banks (1743-1820).

Gráfico 1: *Corpus* epistolar.



Fonte: Gráfico construído pelo autor a partir de documentação original.

Partimos do pressuposto de que o conjunto de correspondências analisadas revelam uma rede de comunicação entre naturalistas na qual Lineu é o ponto central das trocas, recebendo e repassando informações que mantinham os demais atualizados das produções científicas. Essa conexão propiciava, ao mesmo tempo, apoio que ia para além da ciência. Ou seja, significava também estar por dentro das discussões políticas de todo o território alcançado pelo grupo, bem como a possibilidade de utilizar desses contatos como um dispositivo social exercendo, em grande medida, funções locais como preservar elos sociais, garantir ou identificar relações

de proteção, submissão e deferência.

Cabe também pontuar que entre os naturalistas da Época Moderna, era comum a troca de exemplares de História Natural, informações científicas e favores. Mais do que uma cortesia, o envio de espécimes, pode ser interpretada como uma regra tácita muito próxima a uma relação clientelar, característica de Antigo Regime (FERREIRA, 2017. p. 150). Uma amostra do Brasil enviada pelo naturalista paduano a Lineu era suficiente para pedir obras do suco da Universidade de Uppsala, por exemplo.

De fato, as regras de sociabilidade científica do período, eram “profundamente ancoradas na confiança pessoal, nas relações de apadrinhamento típicas do Antigo Regime, na comunicação oral e na circulação de manuscritos” (KURY, 2011. p.13). No mais, as trocas epistolares revelam uma estratégia de autoafirmação tanto pessoal quanto institucional conferindo consagração dentro da comunidade científica.

Vandelli, neste quesito, nos dá exemplos ao publicar a *Florae Lusitanicae et Brasiliensis Specimen* (VANDELLI, 1788, pp. 73-96), incluindo como anexo vinte cartas de Lineu, duas do Carlos Lineu Filho (1741-1783) e duas do médico austríaco Antonio de Haen (1704-1776). Assim como o colecionismo de espécimes para seus museus, os naturalistas também acumulavam contatos numa rede que se encontrava em constante movimento, como fica visível na carta do biólogo francês Antoine Gouan (1733-1821), após a morte de Lineu:

Lineu, com quem eu estava ligado por uma amizade muito próxima, muitas vezes me falou de você e me inspirou com razão o maior desejo de conhecê-lo e a mais perfeita estima. Ele está morto, e eu procuro substituir em meu coração com amigos famosos

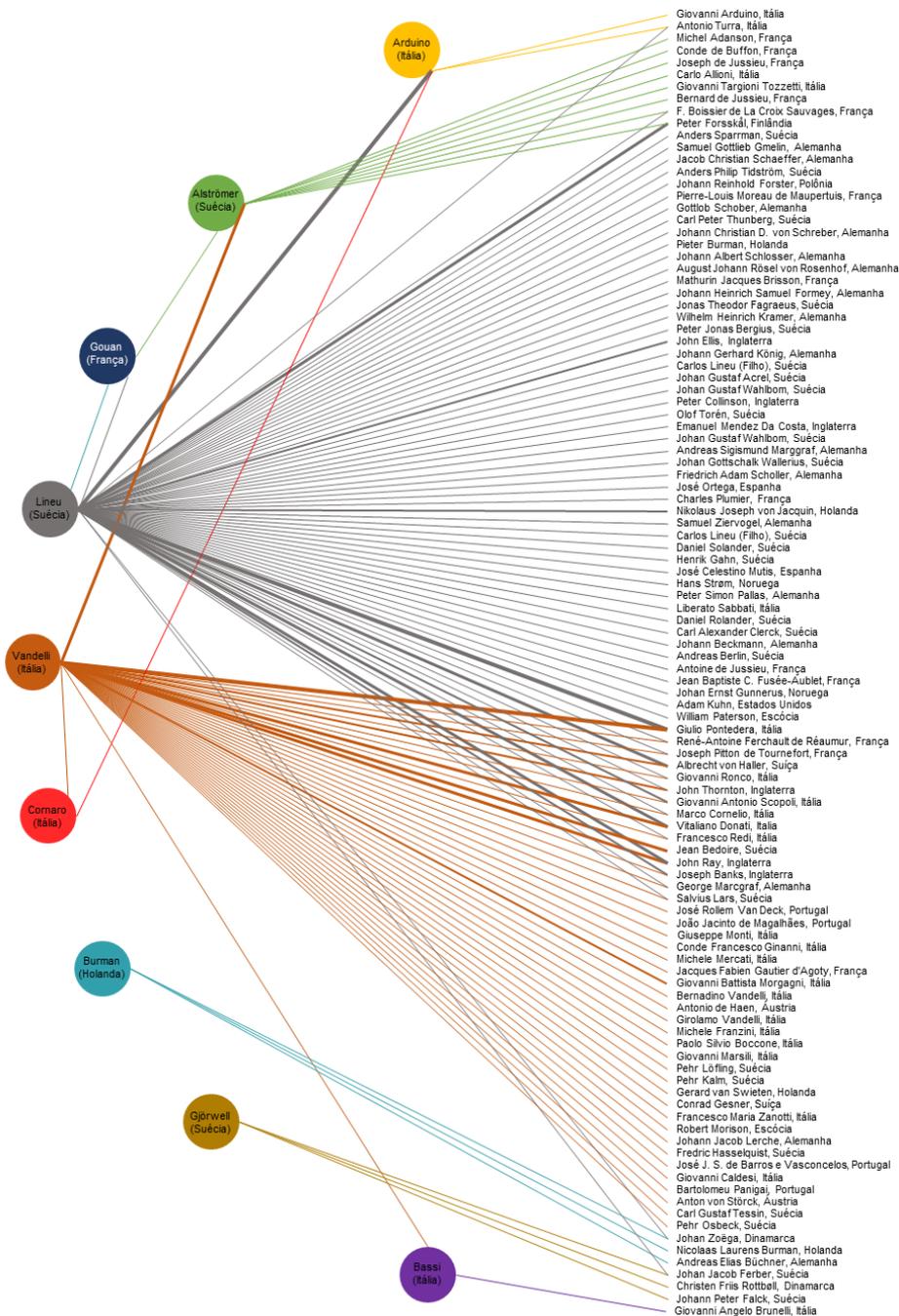
como você prometendo fazer o que puder para eu merecer o seu (GOUAN, 1768).

Em nosso acervo de fontes, mapeamos as trocas de correspondências entre homens da ciência apontando, para além dos remetentes e destinatários, os naturalistas citados nessas missivas com a finalidade de entendermos o alcance de tal rede. Para exibição dos dados aferidos optamos pela modelagem conceitual em um grafo. Grafos são estruturas que consideram “um conjunto de pontos e um conjunto de ligações entre eles” (JURKIEWICZ, 2009. p. 2). Para que um grafo seja bem definido ele deve possuir dois grupos: vértices e arestas (JURKIEWICZ, 2009. p. 6). Em nosso caso, os vértices representam os naturalistas citados e os autores de nosso acervo epistolar aparecem como círculos. As arestas aqui são as ligações entre estes.

A título de exemplo, em carta do dia 25 de março de 1761, escrita pelo botânico italiano Pietro Arduino (1728-1805) à Lineu, ele cita seu irmão, o geólogo italiano Giovanni Arduino (1713-1795). Assim no nosso grafo, Pietro aparece representado em um círculo amarelo, por ser o autor da carta, já seu irmão, é um dos vértices apresentados à direita, sendo a ligação entre os dois, uma aresta em cor correspondente ao remetente da missiva.

Grafo 1: Naturalistas citados nas correspondências.

Correspondências entre naturalistas: reflexões sobre as redes de sociabilidade de Antigo Regime



Fonte: Grafo feito pelo autor a partir de documentação original.

O número de vezes que um mesmo autor cita um filósofo-naturalista também está exposto em nosso grafo pelo grau de uma aresta, ou seja, quanto mais grossa uma dessas linhas, maior é a quantidade de citações repetidas pelo mesmo remetente. Por fim, como nosso *corpus* epistolar tem como centro norteador Domingos Vandelli, todas as fontes deste grupo vão ter necessariamente citação ao mesmo. Desse modo, optamos por não exibir as arestas que apontam ao paduano a fim de tornar mais limpa a leitura do grafo. A partir disso, fizemos um levantamento sobre o local de origem destes homens com o objetivo de compreender o alcance desta rede.

Tabela 5: Incidência dos naturalistas citados a partir de seu local de origem.

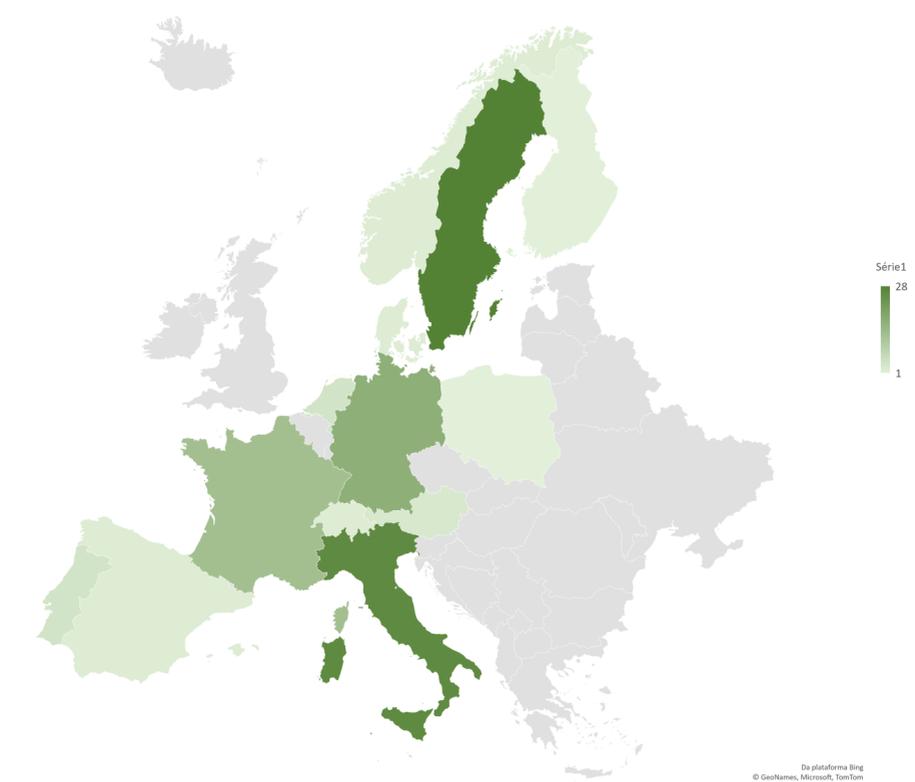
Local de origem	N.º de ocorrências
Suécia	28
Itália	26
Alemanha	17
França	13
Inglaterra	6
Holanda	4
Portugal	4
Áustria	3
Dinamarca	2
Escócia	2
Espanha	2
Noruega	2
Suíça	2

Finlândia	1
Polônia	1
Estados Unidos	1
Total	114

Fonte: Tabela feita pelo autor a partir de documentação original.

Transpondo esses dados graficamente, temos o seguinte resultado:

Mapa 1: Incidência dos naturalistas europeus citados a partir de seu local de origem.



Fonte: Mapa feito pelo autor a partir de documentação original.

A troca epistolar compõe entre os naturalistas, até o fim do Setecentos, um importante canal de informações superando o periodismo científico, mercado ainda pequeno neste momento (BRIGOLA, 2003, p. 121). A título de comparação, em 1750 havia dez revistas científicas de projeção internacional. Em 1900, este número subiu para dez mil (FIGUEIRAS, 1991. p. 88). Ademais, devemos compreender essas correspondências dentro de uma perspectiva clientelar, ou seja, uma relação de troca e dependência recíproca. Partindo dessa premissa, entendemos também que participar de tal teia não era uma opção, mas sim parte do processo de sociabilidade implícita ao Antigo Regime (FERREIRA, 2017. p. 146).

Nesse aspecto, “tais práticas se efetivavam a partir do exercício mecânico e foram internalizadas nas condutas prescritas dentro de uma tradição social e que se operam a partir de uma lógica pragmática” (GOMES, 2019. p. 22). Na concepção de *habitus*,⁴ do sociólogo francês Pierre Bourdieu, materializada na cultura do *Anciën Régime* através da etiqueta, protocolo, educação e outras ferramentas de controle. São estas conexões estabelecidas nesse conjunto de dispositivos sociais que tornam possível alguma mobilidade de estatuto, como se prefere utilizar. De acordo com Hespanha (2010, p. 18):

4 Segundo Bourdieu, o *habitus* é um conjunto de conhecimentos adquiridos, são disposições incorporadas ao longo do tempo. Através deste conceito Bourdieu desejava evidenciar as capacidades criadoras, ativas, inventivas do *habitus* e do agente, que não seriam contempladas pela noção comum de “hábito”. Este poder criador não é o de um espírito universal ou de uma natureza, mas sim o de um agente em movimento, em ação (BOURDIEU, 1998).

[...] a mobilidade de estatuto que então existia não era tanto uma mobilidade social, nos termos que hoje a entendemos (enriquecer, estudar, melhorar o círculo das suas relações, mudar de bairro); era antes e sobretudo uma mobilidade onomástica ou taxinômica — conseguir mudar de nome, conseguir mudar de designação, de categoria (discursiva), de estado (nobre, fidalgo, jurista, peão, lavrador). Claro que a mudança de vida podia ter importância; mas quem decidia essa importância era a própria entidade conceptual que designava o estado pretendido. Ou seja, era o conceito de nobreza (a definição da categoria da nobreza) que decidia que mudanças de vida eram necessárias para se ser admitido.

No entanto, não podemos tratar essas relações meramente como estratégicas. Isto seria acreditar nos indivíduos como totalmente racionais dentro desse escopo atuando unicamente como manipuladores do sistema. É considerar que tais experiências são totalmente deliberadas ou que tais escolhas são totalmente conscientes e manipuláveis. Como procuramos mostrar, dentro dessa instituição tácita, legitimada pelos costumes, todas as partes possuíam funções bem estabelecidas. Dar e receber, apesar de serem percebidos como ações voluntárias, eram compromissos sociais que, se quebrados, impunha grande vexame a quem faltou com seu papel. Consequência disto era a perda do patrono e a impossibilidade de se ingressar em novas redes (FERREIRA, 2017. p. 146).

O patrono, nesse contexto, tornava possível a mediação entre o cliente e o mecenas permitindo a conexão de pessoas em posições distantes socialmente. Como quando, antes de ir para Portugal, Vandelli pediu a Lineu que o apadrinhasse e o recomendasse para a Corte Russa (VANDELLI, 1763). Domingos não possuía capital simbólico⁵ suficiente para

⁵ “No campo, os jogos de disputa são constantes, de modo que todos os participantes pleiteiam, um dia, estar no lado dos que exercem suas influências e seus mandos, quando analisamos as sociedades do Antigo Regime. Neste jogo, a moeda de troca, o capital

ser considerado pela imperatriz Catarina II, assim, Lineu seria o agente legitimador daquele indivíduo. Ao ser aceito, o cliente teria estabilidade e proteção no exercício do cargo ao passo em que este deveria demonstrar publicamente gratidão pela oportunidade. Dentro do contexto naturalista, por exemplo, dedicava-se a obra ao mecenas ou, como vimos anteriormente, a nomeação de espécimes em homenagens aos mesmos.

À guisa de conclusão

Em nosso entendimento, a trajetória de Vandelli traduz o contexto científico característico das últimas décadas do Antigo Regime português, para além de seu empenho na renovação científica, o naturalista construiu redes que envolveram a participação de pessoas e instituições, recebendo apoio e financiamento do Estado. Por meio de tal expediente, foi possível a criação de uma teia de informação que possibilitou ao governo luso conhecer melhor seu território e suas potencialidades.

Buscamos apontar, não obstante, que as práticas científicas possuíam funções outras para além do campo acadêmico, como a preservação de conexões sociais locais que fortaleciam vínculos de proteção e reciprocidade. Era implícito aos homens da ciência a pretensão de cargos nas Cortes europeias, o que só era possível se estes estivessem inseridos em redes de sociabilidades. Essas relações possibilitavam uma mobilidade de estatuto, ou seja, melhores cargos, laços matrimoniais e destaque dentro da sociedade de corte, de acordo com a lógica inerente a tais sociedades.

simbólico, é aquele construído por gerações anteriores, ao longo da história, e que ganha espaço enquanto estratégias dominadas pelos agentes que detêm o controle do campo. Assim, deter poder sobre o simbólico, sobre o poder de atribuir, fazer, permanecer ou modificar o sentido do simbólico é o que torna um grupo dominante sobre os demais. A isso, dá-se o nome de poder simbólico” (VIANA JUNIOR, 2022, p. 42).

No caso de Domingos Vandelli, sua trajetória propiciou capital simbólico suficiente a seu filho primogênito, Alexandre, para que este fizesse um bom casamento com a filha de José Bonifácio de Andrada, Carlota. Assim como seu pai o fora em relação ao Príncipe D. José e ao futuro rei D. João VI, Alexandre Vandelli se tornou, anos depois, mestre do Infante D. Pedro II, que foi coroado Imperador do Brasil e igualmente de seus filhos. Os netos de Domingos herdaram uma posição confortável na Corte Brasileira. Narcisa, a primogênita de Alexandre e Carlota, por exemplo, foi Viscondessa de Sepetiba e dama de honra da Imperatriz do Brasil, Teresa Cristina.

Frente ao exposto, parece ingênuo considerar a ciência como um campo livre de intenções políticas e disputas desde o nível pessoal ao internacional. A elaboração do discurso científico é também ferramenta de legitimação e afirmação de poder. E isso não se reflete apenas na trajetória de um sujeito no decurso de sua vida, mas pode continuar a frutificar mesmo após sua morte.

REFERÊNCIAS

Fontes:

CASALIS, Goffredo. **Storie del Piemonte**. Torino: Tipografia di G. Marzorati, 1846.

GOUAN, Antoine. [Correspondência]. Destinatário: Domingos Vandelli. Montpellier, 14 out. 1768.

LINEU, Carlos. [Correspondência]. Destinatário: Domingos Vandelli. Uppsala, 04 mar. 1760.

_____. [Correspondência]. Destinatário: Domingos Vandelli. Uppsala,

11 jan. 1761.

VANDELLI, Domingos. [Correspondência]. Destinatário: Carlos Lineu. Pádua, 07 mai. 1760.

_____. [Correspondência]. Destinatário: Carlos Lineu. Pádua, 04 dez. 1763.

_____. [Correspondência]. Destinatário: Carlos Lineu. Pádua, 13 set. 1763.

_____; DE HAEN, Anton. **Florae Lusitanicae et Brasiliensis specimen. Et Epistolae ab eruditis viris Carolo a Linné, Antonio de Haen ad Dominicum Vandelli scriptae.** Coimbra: Ex typographia Academico-Regia, 1788.

Bibliografia:

ASSIS, Guilherme Marchiori de. **A ilustração e o primado da educação:** as visões de António Nunes Ribeiro Sanches e do Marquês de Condorcet. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo.
BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico,** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRIGOLA, João. **Colecções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

- _____. Domenico Agostino Vandelli: Um naturalista italiano a serviço de Portugal e do Brasil. In: KURY, Lorelai; CAMARGO-MORO, Fernanda de. **O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli**. Dantes, 2008.
- DALLA COSTA, Ricardo. Domingos Vandelli e a Ciência das Finanças. **História da Ciência e do Ensino**, v. 13, p. 37-47, 2016.
- DE MELLO, Evaldo Cabral. **Um imenso Portugal**: história e historiografia. Editora 34, 2002.
- EL-KAREH Almir Chaiban. Comer papagaio e ser brasileiro: receitas culinárias e construção da identidade brasileira. **Demetra**: alimentação, nutrição & saúde. n. 8 (Supl.1.). Rio de Janeiro: Uerj, pp. 289-308, 2013.
- FERREIRA, Gustavo Oliveira. A ciência como estratégia social: as atividades científicas de Domingos Vandelli nas redes clientelares de Portugal 1764-1788. In: ARAÚJO, Ana Cristina. FONSECA, Fernando Taveira. **A universidade pombalina**: ciência, território, e coleções científicas. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.
- FIGUEIRAS, Isilda. “Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia”. In: Universidade (s). **História, Memória, Perspectivas**, v. 2. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991.
- GOMES, Juliano. **O adágio de meter-me em botas tendo as pernas tortas**: a trajetória do escultor del-rei Joaquim Machado de Castro (1731 1788). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.
- HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas**: as bem-aventuranças de

- inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010.
- JURKIEWICZ, Samuel. **Grafos**: uma introdução. São Paulo: OBMEP, 2009.
- KURY, Lorelai. As viagens luso-americanas e as práticas científicas do Século das Luzes. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH**, São Paulo, pp. 1-13, 2011.
- _____. Entre utopia e pragmatismo: a História Natural no Iluminismo tardio. In: SOARES, Luis Carlos. **Da revolução científica à big (business) science**. São Paulo: Hucitec; Niterói: EdUFF, 2001.
- _____. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, v. 11, p. 109-29, 2004.
- MEEK, Ronald. *Social Science and the Ignoble Savage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- MENNA, Sergio Hugo. **Máquinas, gênios e homens na construção do conhecimento**: uma interpretação heurística do método indutivo de Francis Bacon. Tese (Doutorado em Filosofia) – Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2011.
- MERLO, Patrícia Maria da Silva. Os estudos médicos e o (des) conhecimento sobre o corpo no Setecentos português. **Dimensões**, vol. 34, 2015.
- MORAES, Eulália Maria Aparecida de; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; CAMPOS, Rafael Dias da Silva; *Filosofia natural lusa: a viagem filosófica e a política iluminista na América Portuguesa Setecentista*. **Confluente**, v. 4, n. 1, 2011.

- PULTENEY, Richard; LINNAEUS, Carl. **A general view of the writings of Linnaeus**: to which is annexed the diary of Linnaeus, written by himself, and now translated into English, from the Swedish manuscript in the possession of the editor. Cambridge: University Press, 2011.
- REIS, Catarina Schreck; TRINCÃO, Paulo Renato. Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: 241 anos de história. In: PIRES, Helena; MORA, Teresa, AZEVEDO, Ana Francisca; BANDEIRA, Miguel Sopas. **Jardins, Jardineiros, Jardinagem**. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Centro de Investigação em Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2014.
- ROGER, Jacques. Buffon, um philosophe au jardin du Roi. Paris: Fayard, 1989.
- ROMAN, Elódia Constantino; BENÇAL, Dayme R. O português brasileiro do século XIX nas cartas da Baronesa de Guaraúna e da Imperatriz Thereza. **Estudos da Linguagem**, v. 13, n. 24, p. 197-240, 2012.
- SILVA, J. Q. G. **Um estudo sobre o gênero carta pessoal**: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2002.
- SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. **Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834)**: ciências e hibridismo numa periferia europeia. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências) – Universidade de Lisboa, Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências, Lisboa. 2015.

- SILVA, Julio Cesar da Costa. **O terremoto de Lisboa de 1755 e a trajetória política de Sebastião José de Carvalho e Melo**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- SOARES, Luis Carlos. “O nascimento da ciência moderna: os caminhos da revolução científica nos séculos XVI e XVII”. In: _____. Da Revolução Científica a Big (Business) Science. São Paulo: HUCITEC; Niterói EdUFF, 2001.
- VIANA JUNIOR, Fernando Santa Clara. **Rituais cortesãos e cultura alimentar: elite e cozinha de corte no período joanino (1808-1821)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

Política Ilustrada e produção de alimentos na divulgação científica do Império Luso em finais do século XVIII

Patrícia M. S. Merlo¹

O ensino ilustrado da História Natural desenvolveu-se *pari passu* com a criação de academias científicas em vários países europeus, ainda no século XVII: *Collegium Naturae Curiosum*, em Schweinfurt, na Alemanha (1651); *Accademia del Cimento*, em Florença (1657); *Royal Society*, em Londres (1660); *Académie des Sciences*, em Paris (1666) (MARQUES, 2005. p.40). As academias científicas, enquanto instituições/organizações de produção de conhecimento, funcionavam como um lugar de circulação do saber materializado no seu corpo acadêmico, nas suas reuniões e assembleias, e em diversos objetos simbolicamente investidos de valor científico/cultural como atas, publicações, bibliotecas, instrumentos, laboratórios e museus (SILVA, 2015, p. 6).

Contudo, a introdução da História Natural foi tardia em Portugal. A ida para Lisboa em 1764 do naturalista paduano Domingos Agos-

¹ Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

tino Vandelli (1735-1816), a convite de Sebastião José de Carvalho e Melo para lecionar no Colégio dos Nobres, sinaliza nessa direção. Grande defensor das “ciências úteis”, Vandelli deu importante contribuição a Universidade de Coimbra, esteve à frente do Real Gabinete de História Natural e do Jardim Botânico da Ajuda. O naturalista foi também um dos sócios fundadores da Academia Real das Ciências de Lisboa da qual participou ativamente até sua morte em 1816 (RAMINELLI, 2008, p. 81-82).

Por meio da divulgação e publicação de algumas memórias pela imprensa da Academia, os conhecimentos foram difundidos junto de um público mais vasto, ou eram lidas entre o círculo restritos de sócios e por um grupo social culto e interessado. Em seus salões dissertaram políticos e cientistas sobre assuntos relacionados com práticas agrícolas, exploração de minas ou utilização de matérias vegetais. Acreditavam esses acadêmicos que era sobretudo na agricultura que residia o fundamento da prosperidade dos povos e da riqueza dos estados (DOMINGUES, 2001. p. 830). Buscavam assim privilegiar as produções agrícolas das colônias como forma de dinamizar a economia do reino e, ao mesmo tempo, procuravam criar nestas colônias uma dependência dos produtos manufatureiros e agrícolas produzidos no reino.

Os objetivos que se propunham eram especulativos e práticos ao mesmo tempo e podiam, inclusive, envolver a discussão e proposta de aperfeiçoamento técnicos e de planos econômicos. Incentivavam as pesquisas nos vários ramos do saber e a cada ano podiam apresentar e concorrer sócios e não sócios em concursos. Tais concursos estão na origem dos trabalhos publicados. No sentido de progredir e ser uma fonte de conhecimento: “A ciência e a técnica permitiriam transformar o Novo

Mundo à imagem do Velho e, sobretudo, potencializá-lo e explorá-lo em benefício próprio” (DOMINGUES, 2001. p. 832).

Por outro lado, é importante considerar que se a *sentimentalização* da natureza e os gabinetes de história natural estavam na moda desde o início do século XVIII, também figuravam como pauta dos estados a necessidade de encontrar respostas concretas ao problema social e político provocado pelas dificuldades de sobrevivência. Nesse contexto, o domínio da natureza se configura como uma alternativa para os sonhos de abundância (KURY, 2001, p. 115). Portanto, a ciência não estava ligada a interesses estranhos aos estatais e pátrios. Atuava no aprimoramento da agricultura e do comércio e ampliava suas fontes de renda. De fato, na época moderna, a ciência estava profundamente atrelada aos interesses da nobreza e do Estado (RAMINELLI, 2008. p. 83).

Nesse período promoveu-se uma cultura intelectual comum entre os homens de ciências nascidos na colônia e seus congêneres reinóis que deveriam percorrer o ultramar ativando os vínculos entre as colônias e a metrópole e empregando seus conhecimentos adquiridos para fortalecer a economia e incentivar a unidade das províncias imperiais reunindo conhecimento indispensável para tornar menos abstrata a ideia de império. Mapas, coleções e memórias conduziram a Lisboa os fragmentos do mundo colonial e viabilizaram uma política responsável por fomentar a interdependência entre as províncias.

No que diz respeito aos esforços de execução de tal projeto, percebemos que a questão alimentar ocupava lugar de destaque nos planos administrativos. Colônia sustentada por uma economia agroexportadora de base escravista, sua capital se constituía no centro nevrálgico das

estratégias de integração do Centro-Sul. Incentiva-se, nesse contexto o cultivo de espécies exógenas. O objetivo era concentrar no Brasil culturas de especiarias, como a pimenta, o cravo, a canela, e outros produtos vindos da Índia e da China, removendo “as dificuldades, que encontram ao princípio, os que empreendem plantações até agora desconhecidas neste país”, segundo o comentário ao Decreto de 13 de maio de 1810 (SCHEINER, 2018, p. 46).

D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro do Ultramar do Estado português na última década do século XVIII, graças a essa posição estratégica, conseguiu articular os interesses metropolitanos com os das elites coloniais, incorporando membros da elite letrada brasileira em um projeto político conjunto de Império transatlântico, no qual a colônia teria papel crucial e ativo na superação do atraso português. Nesse projeto iluminista de Estado, a ciência ocupava um papel central, como se exagerando um pouco todos os dilemas do Império pudessem ser resolvidos por meio da pesquisa de gêneros da natureza economicamente exploráveis; ou pela atualização das técnicas agrícolas, seguindo modelos aplicados por outras metrópoles em suas colônias.

Vale destacar nesse bojo o Frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811). Nascido em 1742 na comarca de Rio das Mortes, hoje Tiradentes, Minas Gerais. José Veloso Xavier foi ordenado no convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, onde estudou Filosofia, Teologia e, posteriormente, lecionou Geometria e História Natural. Em 1783 foi encarregado pelo vice-rei Luis de Vasconcelos e Souza de fazer viagens filosóficas pela província do Rio de Janeiro até que em 1790 foi pra Lisboa junto com o vice-rei e logo nos primeiros anos se tornou membro da

Academia Real de Lisboa. Assumiu como diretor da Oficina Tipográfica, Tipoplástica e Calcográfica do Arco do Cego onde desenvolveu uma intensa atividade editorial publicando 83 títulos nos três primeiros anos.

Nesse contexto, o frei José Veloso copilou e publicou a coleção *O Fazendeiro do Brasil Melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir, e nas fábricas, que lhe serão próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto* (VELOSO, 1798-1806) entre 1798 e 1806, com o objetivo instruir agricultores brasileiros com informações que tratavam desde a fabricação do açúcar até ao cultivo de especiarias, a preparação de leite e derivados, ou as novas bebidas alimentares como café e cacau. Além disso, nas suas introduções e prefácios é possível identificar as concepções econômicas de Veloso.

Os livros eram enviados ao Brasil, para venda. Consistiam de traduções segundo o melhor que se tem escrito a este assunto. E os cinco tomos em que estão organizados os dez volumes reforçam e exemplificam o título, pois alguns (especialmente açúcar e café, além de cacau, índigo, arroz e linho cânhamo) dizem respeito à economia rural dos gêneros já cultivados, enquanto que outros tomos (especiarias, as culturas da canela, do cravo-da-índia, da noz-moscada, da árvore do pão) estavam mais próximos de representar a economia rural ... de outros [gêneros] que se podem introduzir. Chama a atenção, portanto, a confirmação do título da coleção: a combinação de culturas já exploradas na economia colonial e que as publicações pretendiam melhorar, com culturas até então pouco exploradas, em consonância com o projeto político do Império luso-brasileiro.

Tratava-se de um processo de relativa complexidade técnica, talvez

seja possível conjecturar e para isso chamo em auxílio o livro “Tradição e artifício”, de Rubem Barboza Filho (BARBOSA FILHO, 2000. p. 372-3, 383) que aqui está um bom exemplo da tentativa do Estado, por meio basicamente de mecanismos econômicos e de reserva de mercado, de implantar um novo *ethos* entre os agentes econômicos. Este seria caracterizado pelo culto ao trabalho, e não pelo ganho imediatista, e pelo experimentalismo que buscasse o aperfeiçoamento de técnicas para o melhor aproveitamento da natureza.

Pode-se dizer que a iniciativa de frei Veloso se inseria no âmbito do projeto pombalino de produzir uma ética do trabalho e uma cultura experimentalista na colônia. Mas ele apontava para os limites das ações do Estado via incentivos econômicos. Considerava que isso não quebrava o círculo vicioso entre as duas forças em jogo: de um lado os interesses privados e, de outro, o Estado, que Veloso, com posição próxima à da fisiocracia, via como agente esclarecido. Contudo, não bastava um Estado esclarecido; os interesses também precisavam de luzes. Por isso, o Estado precisaria mudar seu papel de agente econômico e político para o de agente cultural ou mesmo pedagógico.

A divulgação científica poderia levar à implantação de novas técnicas e até incentivar seu aperfeiçoamento e sua adaptação às condições locais: tudo isso envolvia experiência com princípios, para usar os termos de Veloso. E, de quebra, os interesses poderiam se tornar bem compreendidos. Para usar uma tipologia empregada por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (HOLANDA, 1992. p. 13), a esperança de Veloso era de que aventureiros, aqueles que só enxergam o objetivo final a alcançar, se transformassem em trabalhadores, aqueles que veem as difi-

culdades a separá-los de seu intento.

No que tange ao empreendimento do Arco do Cego é importante chamar a atenção para um ponto mais geral sobre o Iluminismo. O fato é que uma história que procura o que era efetivamente lido, como Robert Darnton (1992) realizou em *Edição e sedição*, redefine um pouco o cânone dos textos iluministas, fazendo com que deixemos de considerar os filósofos no sentido mais contemporâneo do termo, e não no sentido do século XVIII e as ideias como o grande motor do Iluminismo.

De modo mais global, estudos recentes que se debruçaram sobre a literatura dos viajantes, os escritos de administradores coloniais enfim, textos de autores que, do ponto de vista da história intelectual, tenderíamos a qualificar de menores, mas que de resto são filósofos no sentido do século XVIII têm mostrado um Iluminismo mais encarnado, inclusive, vale dizer, nas instituições do Antigo Regime e na estrutura colonial. Mas, não significa que o movimento perca com isso seu caráter transformador. Ao contrário, mostra os meandros de sua ação e sua tentativa de reformar a sociedade. De fato, é importante situar a história natural na convergência entre uma cultura aristocrática do saber desinteressado, em declínio, e uma cultura que legitimava a ciência como um modo de proporcionar maior bem-estar material para a “humanidade”, típica das Luzes.

Nesse sentido, o tipo de texto que frei Veloso publicou em Portugal corresponde ao universo de interesses científicos da Europa e das Américas na mesma época. Tratava-se de fazer circular em Portugal a literatura científica corrente internacionalmente. A *Encyclopédie* francesa, milhares de livros e centenas de publicações periódicas em toda a Europa da Ilustração estampavam verbetes, instruções, memórias e tratados relativos às

ciências e às artes, principalmente a agricultura. Muitos periódicos adotaram o modelo enciclopedista, buscando instruir o leitor nas diversas áreas do conhecimento, das letras à agricultura, da política à química. Nessa época, as ciências consideradas úteis ganham maior espaço em uma imprensa que não era especializada (KURY, 2015).

A publicação de obras botânicas especializadas em Portugal era relativamente pequena. Vandelli, Brotero, João de Loureiro, Correia da Serra, entre outros, tiveram escritos impressos. Porém, a história natural era um campo amplo, com pouca especialização interna e que incluía as ciências e suas aplicações. Ou seja, um mesmo autor poderia descrever morfológicamente alguma planta e discorrer também sobre seu cultivo. A literatura científica do Iluminismo tendia, justamente, a valorizar a aplicação dos conhecimentos. Os manuais e as instruções práticas, com ou sem imagens, eram gêneros científicos comuns na época. Algumas dessas obras eram empregadas no ensino técnico e superior, civil ou militar. Outras publicações, porém, circulavam de maneira independente do ensino formal e institucional. Este tipo de texto tinha a intenção de mostrar como controlar técnicas e como utilizar máquinas e instrumentos.

Parte importante do catálogo do Arco do Cego era dedicada aos métodos de aprendizagem e às instruções técnicas. Essa editora publicou, entre outros, memórias sobre os adubos, um método para aprender pintura em três horas, uma instrução sobre a cultura da batata e outra para retirar água de navios sem trabalho humano. Veloso teve particular empenho em povoar os impressos de imagens, tendo formado, inclusive, oficinas dedicadas ao aprendizado de técnicas de desenho e gravura.

Nesse contexto, apesar da grande maioria dos plantadores ignorar

as memórias do Arco do Cego e os volumes de *Fazendeiro do Brazil*, a circulação de textos, quando conjugada com algum outro tipo de incentivo, poderia surtir algum efeito prático. Mas, apenas o incentivo não garantiria por si só um produto de qualidade. Seria necessária instrução, pela forma da escrita e de experiência fundada em princípios claros, que pudesse levar a algum progresso. As memórias que publicava, sem as desvantagens dos manuscritos mal copiados, pretenderiam suprir uma prática bem fundamentada. As memórias relacionadas à atuação de Veloso circularam de algum modo entre os plantadores e “inventores”, embora de forma limitada, tendo em vista o analfabetismo e a falta de hábito em utilizar algum texto como aliado para a produção.

Difusão de técnicas agrícolas e mercado consumidor nascente no Brasil: notas iniciais de pesquisa

Na nota de abertura da terceira parte do Tomo 3 de *Fazendeiro do Brazil*, Veloso apresenta dados que justificam o interesse pela produção cacaueteira, em suas palavras:

[...] nesta terceira parte do terceiro tomo do mesmo *Fazendeiro*, que tem, em geral, por objeto bebidas alimentosas, a cultura, a preparação, e o commercio da interessante amêndoa do Cacao, de que se faz a alimentosa, e mais que todas saudável, bebida do chocolate, conhecida pelos botânicos com o nome de bebida divina: Theobroma.

O chocolate, este presente, que o Mexico e o Amazonas fizeram a Europa, he hoje nella tão comum, principalmente, em Hespanha e Italia, que os velhos sobre tudo não poderião viver sem esse precioso liquor (VELOSO, 1798, p. 2-3).

Além das informações sobre o cultivo, o *Fazendeiro* também ensina

como preparar o chocolate, inclusive o uso de especiarias no preparo como canela e baunilha (VELOSO, 1798, p. 106-107). Há também a defesa das virtudes do chocolate para a saúde (VELOSO, 1798, p. 119). Vejamos:

Não são só ás pessoas idosas que o Cacao he capaz de prolongar a vida, mas também ás pessoas d'huma constituição magra, c secca , de temperamentos fracos, c cacochimios , ás pessoas , que fazem exercícius violentos do corpo ; e aos que pela sua profissão são obrigados a sustentar longas applicações de espirito , que muitas vezes os enfraquecem extraordinariamente , o Chocolate ccnvem sobre tudo , e a respeito destes se volta em hum alimento alterante (VELOSO, 1798, p. 124).

Ainda sobre as formas de preparo da bebida encontramos:

Os Hespanhoes, ensinados pelos Mexicanos, e convencidos pela sua própria experiência, que esta bebida, apesar de ser rústica, como se lhe representava, era com tudo huma bebida mui saudável , procurarão corregir o seu dissabor pela adicção do assucar , e d'alguas especiarias orientaes, e de outras drogas do paiz, as quaes seria por ora inutil recenseallas , pois que apenas lhes conhecemos os nomes ; e que de tantos ingredientes unicamente a Baunilha nos tem chegado, da mesma maneira que a Canella , que he a única que tem merecido a aprovação geral , e com que se continua a composição do Chocolate (VELOSO, 1798, p. 129).

Na sequência o autor ensina formas diversas de preparar a bebida com a inclusão de ingredientes como baunilha, água de flor de laranjeira e âmbar, observando que:

Tem-se a satisfação de o poder preparar por si mesmo, e conforme o seu gosto; de augmentar, e diminuir a sua vontade as doses do assucar, e da Canella , de lhe tirar a agua de flor de laranja , e essencia de âmbar: em huma palavra, de lhe fizer a mudança, que quiser (VELOSO, 1798, p. 133).

Vou a dar as diferentes maneiras, com que se prepara o Chocolate na America, e na Europa. Exporei, como as vi praticar, e de passagem farei algumas advertências (VELOSO, 1798, 186).

Há também informações sobre os equipamentos utilizados no preparo da bebida:

Chama-se o vaso, de que se servem, para fazer o Chocolate, chocolateira; do mesmo modo que, apelidão ao em que se faz o Café y cafeteira. Não me demoro em dizer qual seja o Seu feitio por ser assaz conhecido. Fazem-no de todos os metaes, prata, cobre estanhado, e ferro, ou folha de Flandres, e também de barro (VELOSO, 1798, p. 195).

É necessário esclarecer que ao entrar na Europa, o cacau era tomado pelo seu valor medicinal e não como um produto de doçaria, como hoje, e foi isso que o levou a ser um produto de farmácia, uma vez que era considerado nutritivo para os doentes, já que ajudava na digestão. Teorias mais exacerbadas associavam--no à longevidade, à revitalização do corpo, à cura de ressacas, e ao suprimir da tosse. Curiosamente, no Almanaque do Pobre Ricardo publicado no ano de 1761, Benjamin Franklin (1706-1790) recomenda-o como tratamento para a varíola (THEOBALD, 2012).

Ainda no final do século XVIII, uma ínfima percentagem dos europeus muito ricos começou a introduzir o chocolate nas grandes mesas de aparato, através da última coberta, já que ele era o ingrediente para a realização de pudins, bolos, tartes e tortas. Admirável é o facto de a partir da centúria de oitocentos a situação se alterar, e às receitas de chocolate para beber, juntarem-se algumas pretensamente dietéticas, como os chamados

chocolates de saúde, também eles bebidas, bem como outras receitas diversificadas que para além dos cremes de chocolate, porventura os mais populares, encontramos receitas de molhos, gelados, pudins, biscoitos, bolinhos, bolos, bombons, rebuçados, pastilhas, licores e até *profiteroles*, *mousses* e *soufflés* como apresenta João da Matta, no reinado de D. Luís I (PEREIRA, 2000).

É importante salientar, também, que o consumo do chocolate entre as classes menos abastadas só foi plenamente aceite nos meados do século XIX, mais propriamente após 1828, quando o holandês, Casparus Van Houten (1770–1858), compôs uma máquina para a fabricação de cacau em pó com um baixo teor de gordura. Tal acontecimento levou à democratização do ingrediente traduzido num preço mais acessível e numa maior facilidade de confecção, e a partir daí temos uma evolução rápida do seu consumo com a realização, em 1847, da primeira barra de chocolate, realizada pelo inglês J. S. Fry and Sons, e vinte anos depois, em 1867, o surgimento de Henri Nestlé e do seu chocolate em pó, em 1879.

De fato, depois de ter sido introduzido na Europa pelos espanhóis, o chocolate tornou-se popular. Em Portugal foi consumido de forma moderada, sendo este um costume quase sempre conveniente num ambiente festivo do século XVIII (BUESCU; FELISMINO, 2011). O seu consumo, na centúria de setecentos, levou à proliferação de novos objetos como as chocolateiras que, copiando o modelo das cafeteiras, se diferenciam através das dimensões, pela ausência de pés para ir ao lume, apresentam asas, e uma tampa, na qual era inserido um pau, um batedor ou molinete para agitar a bebida. No panorama artístico português é de destacar as chocolateiras realizadas em França para a baixela encomendada ao ourives

François-Thomas Germain (1726–1791) pelo rei D. José I (1714–1777).

É verdade que nosso campo de observação é, essencialmente, o que Vainfas denomina como “império colonial português”, adotando o ponto de vista da metrópole na delimitação do objeto de investigação, visto que é sob o auspício da Coroa que se organizará a administração pública no Brasil (VAINFAS, 2001, p. 48). No entanto, acreditamos que mesmo essa visão centrada na ordem metropolitana exige uma análise conjuntural que está sujeita às variações provindas de uma ordem econômica que se estabelece não só em Portugal, mas também na própria colônia e no mercado internacional, fazendo parte de um sistema integrado, com características próprias as mais diversas.

De acordo com Marquese (2009, p. 866), o pressuposto subjacente à ação editorial encomendada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho era o de que os produtores da América portuguesa, ignorantes e atrasados em matéria agrônômica, necessitavam de mão forte, segura e ilustrada para guiá-los na modernização de seus empreendimentos, mão que só poderia ser fornecida pelos letrados a serviço do Estado. Veloso explicitou essa concepção já no prefácio do primeiro volume *d’O Fazendeiro do Brazil*, dedicado ao príncipe regente dom João. Em seus termos,

venho dar conta do trabalho, do qual em seu Augusto Nome fui incumbido, a saber: de ajuntar, e trasladar em português todas as memórias estrangeiras que fossem convenientes aos estabelecimentos do Brasil, para o melhoramento da sua economia rural, e das Fábricas que dela dependem, pelos quais ajudados, houvessem de sair do atraso e atonia em que atualmente estão, e se pusessem ao nível com os das Nações nossas vizinhas, e ricas do mesmo Continente, assim na quantidade, como na qualidade de seus gêneros e produções (VELOSO, 1798. p. 8).

Não surpreende, portanto, o quase completo desinteresse das classes senhoriais da América portuguesa pela coleção. Sua difusão foi um completo fiasco, a começar pelo fato de que, como bem lembrou Manuela Domingos (1999. p. 102), “o equilíbrio financeiro [da atividade editorial] não constituía preocupação para frei Mariano”. Em vista dos poucos exemplares vendidos, as autoridades coloniais resolveram distribuir gratuitamente os volumes da coleção para os colonos brasileiros. Mesmo assim, a estratégia não funcionou: há várias indicações a respeito do des-caso dos senhores rurais pelos exemplares que lhes foram dados (DIAS, 2005. p. 112).

A tradução do manual de Laborie encomendada por Veloso pouco instruiu esses cafeicultores na montagem de suas unidades, ao contrário, portanto, do que ocorreu em Cuba, onde a Sociedade Econômica dos Amigos do País e o Real Consulado de Havana, contando com a participação ativa dos senhores de escravos residentes na ilha, serviram de fórum de discussão técnica e difusão de saberes relativos à atividade (LABORIE, 1800. p. 871).

REFERÊNCIAS

Fontes

BRASIL. Decreto do Príncipe Regente, de 25 de maio de 1810. *Coleção das leis do Brazil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1891.

VELOSO, José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brazil: melho-rado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto*. 11 v. Lisboa: Tipografia

do Arco do Cego, 1798-1806.

Bibliografia

BARBOSA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000.

DARTON, Robert. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: Dias, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda. p.39-126. 2005.

DOMINGUES, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos”. *História, Ciências, Saúde, Mangueiras*, v. VIII, 823-838, 2001.

DOMINGOS, Manuela D. Mecenas político e economia da edição nas oficinas do Arco do Cego. In: Curto, Diogo Ramada et al. (Ed.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 24. ed, 1992.

KURY, Lorelai. “Entre utopia e pragmatismo: a História Natural no Iluminismo tardio”. In: SOARES, Luis Carlos. *Da revolução científica à big (business) science*. São Paulo: Hucitec; Niterói: EdUFF, 2001.

_____. O naturalista Veloso. *Rev. Hist.*, São Paulo, n. 172, p. 243-277, jan.-jun., 2015.

- LABORIE, Pierre-Joseph. Cultura do café: plantador de café de São Domingos. In: Velloso, José Mariano da Conceição, frei (Org.). *O Fazendeiro do Brasil*, t.3, pt.2. Lisboa: Oficina de Simão Thadeu Ferreira. 1800.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. A Ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos. *História, Ciências, Saúde – Man-guinhos*, Rio de Janeiro. v.16, n.4, out.-dez. 2009, p.855-880..
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. “Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779”. *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 39-57, 2005.
- PEREIRA, Ana Marques. *A Mesa Real. Dinastia de Bragança*. Lisboa: Inapa. 2000.
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.
- SCHEINER, Livia. Saudáveis providências: notas sobre o abastecimento, a alimentação e a saúde pública na corte joanina. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n.14, 2018, P.41-55.
- SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências) – Universidade de Lisboa, Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências, Lisboa. 2015.
- THEOBALD, Mary Miley. A Cup of Hot Chocolate, S’good for What Ails Ya. *Trend e Tradition*, 2012.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Traje e circularidade: a moda ao final do século XVIII na América Portuguesa, notas de pesquisa

Carlla Luísa Alves Côrtes¹

Introdução

O objeto desta proposta de pesquisa tem como fonte primária o conjunto de desenhos e pinturas em aquarela produzidas pelo engenheiro militar Carlos Julião, reunidas na obra *Riscos iluminados de figurinhos de brancos e negros dos uzos do Rio de Janeiro e do Serro Frío*, referente ao último quartel do século XVIII. Cunha (1970, p. 4) relata que Julião nasceu na cidade de Turim que então era a capital do Reino da Sardenha, nome dado ao antigo Ducado de Savoia a partir de 1720. Ele veio a falecer em 18 de novembro de 1811, na cidade do Rio de Janeiro. Com formação em engenharia, Julião ingressou no serviço militar aos 23 anos e grande parte de sua vida foi dedicada à realização de levantamentos cartográficos e à inspeção de fortalezas nos territórios do Império Luso.

Os estudos iniciais possibilitam a constatação de que a permanência de Julião na América lusa está intimamente ligada ao movimento de

¹ Licenciada em História (UFES)

realocação do Estado português, o qual se preocupava sobretudo com a salvaguarda do comércio em suas possessões do vasto Império marítimo no Oceano Atlântico. Como destacam Fragoso, Bicalho e Gouvêa (2001), sendo já a América portuguesa o principal sustentáculo econômico do Reino, percebeu-se a necessidade de conhecer as potencialidades naturais, garantir a proteção das fronteiras e resguardar as relações mercantis frente a outras potências europeias

Ao longo da segunda metade do século XVIII, desenrolaram-se iniciativas políticas por parte do governo português com foco no mundo Atlântico. Essas políticas tinham como base a utilização do saber técnico-científico como instrumento para recrutar e capacitar líderes político-administrativos destinados à colônia, especialmente durante o momento crucial de estreitar os laços entre o reino e sua parcela mais rentável, ou seja, o Brasil. Neste momento, a crescente presença de homens dedicados às ciências, a serviço da coroa, assumindo cargos executivos na colônia de maior prosperidade, configurou de fato uma estratégia de governança para aquela época.

Conforme destaca Ronald Raminelli (2008, p. 203): “A ciência e a economia agiam como estatais no processo de centralização política e controle do território – reino e ultramar”. Nessa perspectiva, a disseminação do conhecimento científico esteve intrinsecamente ligada à atuação política e aos seus objetivos de transformação do império luso, apresentando um caráter fundamentalmente prático.

É significativo perceber que durante o período joanino – entre 1707 a 1750 –, foi estabelecida uma nova gestão administrativa marcada por uma cultura singular de muita opulência sustentada pela descoberta do

ouro nos sertões do Brasil, aliada a já tradicional cultura açucareira nordestina, que trouxeram à coroa portuguesa, nas palavras de Boxer (1989, p. 171): “à necessidade de reformular sua orientação política de forma ampla, buscando fortalecer os laços com a colônia e redefini-la do ponto de vista político e territorial”.

Foi a exploração dos recursos minerais da colônia, juntamente com o reflorescimento da mercancia com o Brasil, que permitiram à metrópole resolver o problema do balanço deficitário com o resto da Europa por meio do ouro que, em conjunção com os diamantes, enriqueceu a Coroa, a Igreja e a Corte, e permitiu ao “rei sol” português recursos suficientes para que não fosse obrigado, durante seu longo reinado (1706-50), a convocar as Cortes e lhes pedir dinheiro.

Pode-se dizer que D. João V promoveu o campo cultural e investiu na adoção do estilo barroco para a arquitetura, mobiliário, talha, azulejaria e ourivesaria. Também data do período, a introdução da ópera italiana em Portugal. A historiografia mais recente tem destacado o período joanino pelo grande investimento cultural e artístico que se consolidou na contratação sistemática de artistas e músicos italianos, bem como na encomenda direta de trabalhos, como pinturas ou coleções de gravuras. O apogeu da cultura intelectual barroca em Portugal expressar-se-ia não só em diversas academias literárias, mas ainda na fundação da Real Academia da História (MONTEIRO, 2010).

Contudo, a segunda metade do século XVIII não se vivenciou a fartura de ouro e pedras preciosas oriundas do Brasil, o recém iniciado reinado de D. José I (1750-1777) teve que lidar com uma nova conjuntura tremendamente agravada pelo Grande Terremoto de 1755, que repaginou

todo o cenário político, social e econômico do mundo luso. O epicentro da catástrofe ficava a cerca de 240 km de Lisboa, ainda assim, a capital sofreu as repercussões mais severas e sucumbiu com a ressonância de impactos de três ordens: terremoto, maremoto e incêndio. Segundo narra Tavares (2005, p. 81):

Com o furor da terra, habitações gemeram e paredes começaram a se rachar ao meio, as águas do rio Tejo se agitavam de forma bravia, e ondas formidáveis se formaram em direção à cidade, engolindo toda a costa. Aqueles que buscavam abrigo em áreas à céu aberto como, por exemplo, o Terreiro do Paço, área portuária adjacente ao Paço da Ribeira, foram engolidos pelo mar. (TAVARES, 2005, p. 81)

Em meio a essa realidade, o desafio do projeto ilustrado josefino era reconstruir a monarquia, com ênfase na centralidade do mundo luso-americano. A crise econômica que afetou o reino, devido à redução na produção de ouro, ao Grande Terremoto e à perda de territórios coloniais na Ásia, tornou ainda mais urgente o controle e a obtenção de receitas provenientes dos territórios da América portuguesa. Foi sobre este contexto que Lima (2009) compreendeu que o projeto para restabelecer a proeminência da monarquia portuguesa foi concebido, buscando criar um novo e poderoso Império, fundamentado na união das diferentes partes do mundo ultramarino.

Esse movimento de circulação de saberes com vistas ao domínio do território e, por sua vez, ao acrescentamento do Estado, traz consigo reconfigurações, traduções e novas relações de força, o que nos permite ampliar o conceito de circulação de conhecimentos: “[...] por circulação nós entendemos não a ‘disseminação’, ‘transmissão’, ou ‘comunicação’

de ideias, mas o processo de encontros, poder e resistência, negociação e reconfiguração que ocorre diante de interações culturais” (RAJ, 2013, p. 343).

No âmbito das decisões do Estado português com relação à colônia, esse processo culminou com a adoção de quadros políticos e administrativos com formação instrumental necessária ao conhecimento e controle do território. Como instância primeira de reprodução e invenção social do saber, o aparato teórico e técnico-científico de uma burocracia instruída se revelou parte fundamental da estratégia de fortalecimento do Estado.

É dentro de tal contexto que se inscreve esta proposta de pesquisa, as aquarelas produzidas por Carlos Julião, durante o período em que esteve em missão oficial para a coroa lusa em parte da América Portuguesa, no último quartel do século XVIII. Graças a seu domínio técnico-instrumental, seus desenhos possibilitam perceber o cotidiano de parte do Brasil, bem como a presença de trocas e circulações entre costumes e usos no campo do vestir, frutos da interação que caracterizou a governança dos territórios ultramarinos.

Neste sentido, o álbum *Riscos iluminados de figurinhos de brancos e negros dos uzos do Rio de Janeiro e do Serro Frío* tem despertado o interesse ao longo dos séculos de vários campos do conhecimento, um deles é o da historiografia. Desta maneira, as palavras da historiadora Valéria Piccoli (2010, p. 5) confirmam tal relevância desta temática, uma vez que “a obra de Julião representa em certa medida, a ponta do iceberg, formado pelos inúmeros personagens anônimos que são autores de registros visuais sobre o Brasil e que merecem atenção da historiografia”.

Ademais, como afirmou Fernand Braudel (1981), a história do fi-

gurino é se reflete em uma gama variada de questões perpassam a sociedade. Dentre elas, a matérias-primas, processos de produção, custos de fabricação, estabilidade cultural, moda e hierarquia social, nesse sentido, seu argumento sinaliza a ligação entre as políticas econômicas de além-mar com o fluxo da moda.

Como aponta o historiador Daniel Roche (2007), a história da roupa nos diz muito acerca das civilizações: ela revela seus códigos. Segundo aponta o autor, pode-se compreender qualquer sociedade por aquilo que ela mostra e ainda mais por aquilo que ela esconde. Para o sociólogo Norbert Elias (1994) o vestuário é o corpo do corpo. A maneira de vestir revela o estado da alma. Nesse sentido, a percebe-se que a indumentária é parte que integra a existência humana, logo, ela representa um sistema de compreensão das complexidades sociais.

A moda, portanto, nos transporta para o universo do nosso objeto de investigação, revelando a fusão de culturas e as múltiplas formas de contato e trocas transnacionais que fizera parte da América portuguesa, além das narrativas que selecionaram culturas estrangeiras, que se fragmentaram, que incorporaram ou rejeitaram “o outro”, que fundiam e, portanto, englobavam aspectos de diferentes culturas. A moda na América lusa, embora tido o continente europeu da época como seu modelo referencial, no curso do colonialismo, ela adquiriu seu estilo único, devido suas condições climáticas, econômicas, culturais, materiais, laborais e sociais (VIANA; ITALIANO, 2018).

Desta maneira, acredita-se que essa proposta de pesquisa pode contribuir para o estudo da história da segunda metade do Setecentos na América portuguesa através de novos olhares, acrescentando à historio-

grafia sobre a temática da cultura indumentária em terras tupiniquins, mas também aos estudos voltados a compreender o passado do território a partir de uma perspectiva realocizada, atacando a visão passiva que prega a “transmissão cultural” vinda da Europa para outros continentes mediante sua contestação por um viés emancipador, que leva em consideração a dinâmica de contatos, acomodações e resistências que foram perpetradas pelos componentes da sociedade local.

Objeto de Pesquisa

Esta pesquisa se propõe analisar como os desenhos produzidos por Carlos Julião em *Riscos iluminados de figurinhos de brancos e negros dos uzos do Rio de Janeiro e do Serro Frío*, representam os valores cotidianos da cultura indumentária na América portuguesa no último quartel do século XVIII, revelando, no bojo desse processo, fatores de intercâmbios culturais na esfera da moda local. A permanência de Julião na América lusa está diretamente relacionada com o movimento de reestruturação do Estado português, visando proteger o comércio em seus territórios no vasto Império marítimo do Atlântico. No estudo dessa fonte, sugere-se a adoção da abordagem teórico-metodológica baseada nas proposições do historiador inglês Peter Burke sobre as fontes imagéticas. De acordo com o autor mencionado, esses registros contêm uma ampla gama de informações, abrangendo desde símbolos escolhidos para representar algo, marcos distintivos, até processos cotidianos que são registrados no silêncio das práticas comuns.

Referencial Teórico

Ao se considerar que o álbum *Riscos iluminados de figurinhos de brancos e negros dos uzos do Rio de Janeiro e do Serro Frío* se insere em um contexto singular das técnicas voltadas à representação da realidade da cultura indumentária no território da América lusa e que seu peso social está inscrito em uma configuração específica dos grupos sociais que busca registrar, elegemos alguns conceitos que nos permitirão compreender como a obra se localiza nos debates acerca de nosso tema, a saber: a situação da moda no cotidiano do território português no Novo Mundo e as dinâmicas culturais envolvidas em sua constituição no último quartel do século XVIII.

Dessa forma, propõe-se a utilização do conceito de *representação* de Roger Chartier (1990) para compreender a relação entre os esquemas sociais de percepção de Carlos Julião e sua maneira de apresentar a realidade da moda na América portuguesa. Com efeito, tomando a *representação* do indivíduo como fato socialmente gerado e socialmente gerador de sua interpretação do mundo, podemos depreender das ilustrações presentes em nossa fonte não o retrato da cultura indumentária do período, mas o retrato dela gerado por agência do ilustrador sardo, que por sua vez é catalisada pelos resultados da tradução de sua trajetória em modos de apreciar um fenômeno presenciado e, em última instância, substância avalizadora de suas ações. Nas palavras do autor:

[...] Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. (CHARTIER, 1990, p. 16).

Assim, torna-se necessário analisar a perspectiva apresentada por Julião como o resultado de uma *representação* específica, isto é, como a apresentação de uma percepção gerada, antes de tudo, por filtros sociais moduladores de sua visão acerca dos grupos ilustrados no documento produzido, sendo, reflexivamente, um retrato do círculo que o próprio ilustrador compõe. Em última instância, portanto, as *representações* podem ser compreendidas em uma dimensão conflituosa, na qual grupos brigam para impor sua maneira de retratar o mundo. Chartier expõe esse fato ao afirmar que:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação [...] (CHARTIER, 1990, p. 17).

Para tratar especificamente dos modos de vestir representados nas telas de Carlos Julião, será necessário recolocar o lugar da moda no campo do próprio consumo e dos sentidos a ele atribuídos. Por isso, dois conceitos são necessários. O primeiro é o conceito de *consumo conspícuo*, que segundo Veblen (1983) é um consumo que, ultrapassando o campo da necessidade, se erige como instrumento simbólico voltado ao ganho de status e prestígio, de modo a agir como prova de suposta superioridade de um grupo – por ele nomeado como “classe ociosa” – sobre os demais. Nas palavras de Veblen (1983, p. 22):

Para obter e conservar a consideração alheia não é bastante que o homem tenha simplesmente riqueza e poder. É preciso que ele patenteou tal riqueza ou poder aos olhos de todos, porque sem prova patente não lhe dão os outros tal consideração. Não só serve a prova de riqueza para acentuar a importância do indivíduo aos olhos dos outros, conservando sempre vivo e atento o sentido que têm dela, como também tal prova é igualmente útil na criação e preservação da satisfação própria [...]

Tomando essa perspectiva em consideração, sugere-se a compreensão do caráter distintivo carregado pela moda. Com efeito, a visibilidade inerente à cultura do vestuário torna-a um aspecto altamente suscetível de ser utilizado como um artefato de discriminação entre os indivíduos. Dessa forma, as ilustrações presentes em nossa fonte nos proporcionam uma compreensão do estado das coisas no contexto da América portuguesa.

E também será neste âmbito que será sugerido, em um segundo momento, considerar o conceito de *distinção* do sociólogo Pierre Bourdieu (2007). O autor vai, de forma similar à de Veblen, apontar as práticas de consumo como ferramentas que ultrapassam o campo material e adquirem feições simbólicas e que, em sua designação, assumem recortes de classe. Nessa dinâmica, a moda se apresentaria como um importante marcador da distinção entre os indivíduos na medida em que orienta os valores sociais atrelados à aquisição de determinados tipos de vestimenta.

Tal fato foi veementemente explorado por Carlos Julião, que ilustrou de formas marcadamente diferentes os variados setores da sociedade de fala portuguesa na América. Assim, seus registros são, na prática, o atestado das distinções sociais marcadas pela cultura indumentária no último quartel do século XVIII.

No entanto, a realidade da moda no território não se encontrava afastada das outras dimensões da sociedade luso-americana. Pelo contrário, sua vivência e – para o que importa a nossos fins – o trabalho de nosso autor, a ela correlato, se encontram no interior de uma dinâmica de busca por um maior conhecimento sobre os domínios do Império luso. Nessa esfera, o trabalho dos técnicos a serviço da Coroa se voltava para a criação de conhecimentos que, distanciando-se da lógica eurocêntrica da produção científica, buscavam estabelecer contatos em zonas de fronteira entre os funcionários régios e os povos que, historicamente subalternizados pelo discurso colonialista da história, encontravam um espaço de colaboração na formação desse conhecimento. Assim, torna-se necessário aplicar o conceito de *circularidade*, conforme proposto pelo historiador Kapil Raj (2013), que a entende a partir do deslocamento do indivíduo que historicamente foi tomado como passivo para o plano da ação e dessa forma permite também mudanças nas conclusões alcançadas sobre tal realidade.

Levando em consideração a lógica da *circularidade*, buscaremos interpretar a função de Julião como algo voltado a atender às demandas por conhecimento das possessões ultramarinas por parte da metrópole portuguesa. Assim, para além de revelar estritamente a situação indumentária do povo local, o ilustrador traz, através de suas gravuras, um panorama da própria sociedade, de suas composições fenotípicas e culturais.

Procedimentos metodológicos

Para a realização desta pesquisa, sugere-se a obra do engenheiro Carlos Julião, *Riscos iluminados de figurinhos de brancos e negros dos uzos*

do Rio de Janeiro e do Serro Frío, produzida na segunda metade do século XVIII, como fonte principal. Valéria Piccoli Silvaa (2010, p. 29) destaca que:

Originalmente, o conjunto dos desenhos atribuídos a Julião fazia parte de um volume que reunia três obras, a saber: Notícia summa-ria do Gentilismo da Ásia com dez riscos iluminados ditos de figurinhos de Brancos e Negros dos uzos do Rio de Janeiro, e Serro do Frío Ditos de Vazos e Tecidos Peruvianos¹⁴. Segundo um documento assinado por Lygia Cunha, datado de 11 de janeiro de 1971, e que se encontra colado à contracapa do volume que contem essas obras, o álbum com os desenhos de figurinhas brasileiras teria sido desmembrado de sua encadernação original em 1950, quando então os Riscos iluminados passaram a compor um volume separado. (SILVIA, 2010, p. 29).

Fica destacado, portanto, que as pinturas de Julião sobre o Brasil existiram em maior número do que unicamente a fonte específica desta pesquisa. Nesse sentido, se tratando do objeto aqui proposto, a fonte primária de análise iconográfica são uma série de 43 pranchas pintadas no último quartel do século XVIII por Carlos Julião, que foram compiladas em um álbum de nome *Riscos Iluminados de Figurinhos de Brancos e Negros dos unzos do Rio de Janeiro e Serro do Frío*.

Neste sentido, é importante destacar dois principais fatores acerca da respectiva representação das pinturas de Julião, já que estas expressam, em primeiro lugar, “quem é Julião”, e, em segundo, como as técnicas de pintura da época serviram de modo a transmitir a retração de uma realidade inteligível para os “leitores” das suas obras. Por isso, ao analisar tal material é necessário levar em consideração a própria formação de Julião e a função que ele desempenhava para a coroa portuguesa, isto é, suas

motivações para transmitir o contexto de determinada maneira. E, por outro lado, o uso de suas técnicas de pintura e o formato convencionado na época sobre a retração da realidade por meio de pinturas como as do engenheiro.

Por se tratar de uma fonte iconográfica, será necessária a análise imagética, o que não é uma novidade no campo da historiografia. Como pontua Peter Burke, tais processos datam de, pelo menos, o século XVIII. No momento em questão, tratava-se da interpretação de registros em catacumbas do período romano para constatarem a presença do cristianismo no Império. No século XIX, a interpretação dava-se no campo do debate sobre quais eram as evidências do passado presentes nas imagens. Assim, superando um ciclo de debate sobre o que eram as imagens para o historiador, fotografias, pinturas e outras expressões imagéticas que davam conta do cotidiano atravessaram o tempo, superaram debates e se apresentam, ainda hoje, como chaves de possíveis compressões do passado. Segundo Burke (2004):

É desnecessário dizer que o uso do testemunho das imagens levanta muitos problemas incômodos. Imagens são testemunhas mudas, e é difícil traduzir em palavras o seu testemunho. Elas podem ter sido criadas para comunicar uma mensagem própria, mas historiadores não raramente ignoram essa mensagem a fim de ler as pinturas nas

“entrelinhas” e aprender algo que os artistas desconheciam estar ensinando. Há perigos evidentes nesse procedimento. Para utilizar a evidência de imagens de forma segura, e de modo eficaz, é necessário, como no caso de outros tipos de fonte, estar consciente das suas fragilidades (BURKE, 2004, p. 19).

Dessa forma, compreendendo os limites da fonte a ser analisada,

bem como seus recortes de alcance, busca-se compreender os aspectos da vestimenta retratados por Julião, ao mesmo tempo, lançar luz sobre como as trocas comerciais interferiam nas representações produzidas por ele na segunda metade do século XVIII, com vistas a identificar as dinâmicas de circulações e intercâmbios característicos do Império Luso.

Resultados esperados

Essa pesquisa contribui para um conhecimento mais profundo e rico sobre a moda da época, sua relação com a identidade social e cultural, bem como sua importância no contexto histórico mais amplo. Essa abordagem visual oferece uma perspectiva única sobre a sociedade e a cultura do último quartel do século XVIII, enriquecendo nosso entendimento desse período histórico fascinante. Para isso, pretende-se realizar uma abordagem que explore tanto os aspectos do vestuário da época quanto a noção de circularidade presentes neste período.

A investigação centrada nos desenhos produzidos por Carlos Julião em *Riscos Iluminados de Figurinhos de Brancos e Negros dos Uzos do Rio de Janeiro e do Serro Frío* apresenta uma oportunidade única de compreender de forma mais aprofundada os valores cotidianos da cultura indumentária na América portuguesa durante o último quartel do século XVIII. Por meio das aquarelas meticulosamente executadas por Julião, que retratam tanto brancos quanto negros em suas vestimentas, é possível capturar uma visão mais detalhada dos trajes e estilos usados por diferentes grupos sociais da época.

As aquarelas de Carlos Julião revelam uma perspectiva rica sobre como as pessoas da América portuguesa se vestiam no final do século

XVIII. Elas fornecem insights sobre a diversidade de estilos e influências culturais presentes na moda daquela época. Ao examinar suas ilustrações, é possível observar como essas duas regiões distintas contribuíram para a formação do cenário de moda local, tanto em termos de tradições arraigadas quanto de influências externas.

Assim, espera-se identificar padrões de circularidade na moda, revelando como certos estilos e tendências eram recorrentes e continuamente adotados pela sociedade. Essa circularidade pode ser um indicativo das conexões culturais e intercâmbios que ocorriam entre diferentes regiões da América portuguesa. Ademais, a análise das ilustrações de Julião pode oferecer uma compreensão mais profunda da moda da elite e das classes mais baixas desta sociedade. A representação de brancos e negros em suas vestimentas sugere como a moda também desempenhava um papel na construção da identidade social e étnica, e como as pessoas usavam o vestuário para expressar seu status e pertencimento a grupos específicos, refletindo as relações de poder e dominação.

Em relação ao aspecto político-geográfico, será possível investigar o reposicionamento estratégico da América portuguesa no decurso do século XVIII em relação à política imperial metropolitana. Esse reposicionamento abrangerá questões essenciais, como o levantamento minucioso dos recursos naturais da região e o efetivo controle do vasto território que compunha a colônia.

Desvendar essas complexidades políticas e geográficas permitirá um aprofundamento da compreensão do posicionamento estratégico da América portuguesa dentro do contexto imperial, revelando a interdependência entre metrópole e colônia e como a exploração dos recursos

naturais e o controle territorial desempenharam papéis fundamentais na dinâmica de poder entre Portugal e sua colônia nas Américas. Portanto, se fará necessário também contextualizar as motivações políticas e estratégicas por trás da nomeação de Carlos Julião para essa missão específica, bem como as implicações de suas ações e projetos na geopolítica da região.

Dessa forma, a investigação aprofundada da missão de Carlos Julião contribuirá para um entendimento mais completo de seu papel como engenheiro militar e sua relevância para a história da presença portuguesa no Brasil e nos territórios ultramarinos, proporcionando um olhar mais abrangente sobre a dinâmica do poder colonial e a atuação das forças militares no cenário ultramarino português do século XVIII.

Sobre a dinâmica comercial deste momento, o estudo se concentrará em mapear as rotas comerciais estabelecidas entre o Império luso-brasileiro e outras regiões do mundo, incluindo Europa, África, Ásia e Américas. Será investigado como as trocas comerciais influenciaram a disponibilidade de tecidos, acessórios, ornamentos e produtos de moda vindos de diferentes origens, enriquecendo a oferta de materiais e estilos no Brasil. Adicionalmente, a pesquisa abordará como os fluxos comerciais impactaram o acesso da sociedade brasileira às novidades e tendências da moda global. Será analisado como a chegada de novas mercadorias influenciou os gostos e preferências das pessoas, bem como a forma como elas adotaram e adaptaram essas práticas indumentárias estrangeiras ao contexto local.

Por fim, a investigação proporcionará uma compreensão mais ampla das interações entre o comércio global e a moda no Império luso-brasileiro, oferecendo uma visão mais completa sobre a cultura material,

o cosmopolitismo e a dinâmica sociocultural do período. Os resultados obtidos ajudarão a reconstruir os laços comerciais e culturais estabelecidos entre o Brasil e outras partes do mundo, bem como o papel fundamental do comércio na evolução das práticas indumentárias no Império luso-brasileiro durante a segunda metade do século XVIII.

REFERÊNCIAS

Fonte primária:

JULIÃO, Carlos. *Riscos iluminados de figurinhos de brancos e negros dos uzos do Rio de Janeiro e do Serro Frío*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1960.

Fontes bibliográficas

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOXER, Charles Ralph. *A igreja e a expansão ibérica: o sujeito*. Lisboa: Edições 70, 1989.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*: I. As estruturas do cotidiano. II. Os jogos da troca. III. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BURKE, P. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*.

Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. *Riscos iluminados de figurinhos de brancos e negros dos uzos do Rio de Janeiro e Serro do Frio*. Biblioteca Nacional, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1960.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FRAGOSO, João Luís; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LIMA, Péricles de. *Homens de ciência a serviço da coroa. Os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa. 1779/1822* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). 2009. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/514>. Acesso em: 10 jul. 2022).

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *A monarquia barroca (1668-1750)*. In: RAMOS, Rui (Coord.).

História de Portugal. 6. ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

RAJ, Kapil. *Relocating Modern Science: Circulation and the Construction of Scientific Knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

- RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas. Monarcas Vassalos e Governo a Distância*. São Paulo: Alameda, 2008.
- ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII - XVIII)*. São Paulo: SENAC, 2007.
- SILVA, Valéria Piccoli Gabriel da. *Figurinhas de brancos e negros: Carlos Julião e o mundo colonial português*. 2010. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- TAVARES, Rui. *O pequeno livro do grande terramoto. Lisboa: Tinta-da-China, 2005*.
- VEBLEN, T. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- VIANA, Fausto; ITALIANO, Isabel. *Para vestir a cena contemporânea [recurso eletrônico]: moldes e moda no Brasil do século XVIII*. São Paulo: ECA/USP, 2018. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/292/255/1118>. Acesso em 20 de setembro de 2022.

Entre sementes e xícaras: uma história sobre o café e seus espaços de consumo

Júlia Ribeiro Pereira¹

Introdução

O café, grão vindo originalmente da Etiópia, fez fama no mundo árabe, onde começou a ser consumido graças a seu efeito estimulante. Segundo o pesquisador Tom Standage (2005), foi no Iêmen que a prática de tomar a bebida iniciou sua popularização durante o século XV. Nesse período, o líquido passou a ser consumido pelos muçumanos para se manterem acordados durante as orações noturnas, e rapidamente ganhou popularidade na região. Se tem registro que foi a partir de 1450 o consumo da bebida em ambientes tanto domésticos quanto públicos passa a ser observado (MARTINS, 2012). Já no início do século XVI, o café havia se estabelecido em cidades como Meca e Cairo, sendo vendido em xícaras nas ruas, na praça do mercado. Todavia, é atribuído à Turquia a transformação do hábito de café em um ritual de sociabilidade, assim,

Na luxuosa capital Constantinopla, centro cosmopolita implan-

1Nota sobre a autora.

tado estrategicamente entre três continentes, com população expressiva e que abriga palácios e mesquitas requintadas, surgiu o “café”, estabelecimento aberto ao público. Data de 1475 a abertura daquele que é considerado o primeiro café do mundo – o Kiva Han – marco do consumo generalizado da bebida (MARTINS, 2012, p.30).

Contudo, acadêmicos muçulmanos argumentavam que, por ser excitante, estaria sujeito à mesma proibição religiosa do vinho e de outras bebidas alcoólicas que o profeta Maomé havia vetado. Assim, é iniciada uma cruzada contra o seu consumo, dessa maneira, a bebida passa a ser proibida, dessa forma, “foi desferida em 1511, contra Khair Beg, governador de Meca, que não só proibira seu consumo nas casas públicas e mosteiros como também determinara a incineração dos estoques” (MARTINS, 2012, p.33).

Apesar das ações contrárias, a bebida já se encontrava disseminada na sociedade árabe. Ainda assim, no início do século XVII, viajantes europeus comentavam a respeito da popularidade generalizada dos cafés públicos no mundo árabe e de seu papel como locais de reunião e fontes de notícias (STANDAGE, 2005).

O café rapidamente se difundiu na Europa e sua demanda cresce cada vez mais, de modo que os árabes que controlavam a produção e a comercialização do grão já não conseguiam abastecer o continente (LEMPS, 1998). Foi nesse contexto que os europeus, principalmente os holandeses, passaram a empreender tentativas de cultivar o grão fosse na Europa, fossem nas colônias. O trabalho de difundir as sementes pelo continente estava nas mãos dos naturalistas, que inicialmente faziam experimentos nos jardins botânicos das metrópoles para observar como a

semente se comportaria em um clima diferente, e depois enviá-las às colônias (RAMINELLI, 2008).

A procura por produtos exóticos resultou em significativos investimentos por parte das grandes potências coloniais para controlar os fluxos comerciais de espécies originárias de regiões tropicais. O açúcar, o cacau, o chá, o café e o tabaco integraram-se num complexo sistema comercial intercontinental voltado inicialmente ao consumo de luxo, fosse ele aristocrático ou clerical, até converter-se em moda entre os círculos urbanos. Em Portugal, como no restante da Europa das Luzes, o consumo de bebidas das colônias passou a integrar o hábito cortesão (PEREIRA, 2012).

Assim, ao longo da Modernidade, a bebida adquire um novo estatuto social. De acordo com o historiador Henrique Carneiro (2003), algum tempo após sua introdução no continente europeu, o café começou a ser visto como um símbolo da burguesia por ser uma bebida que restaurava o vigor e a energia, sendo também associado à sobriedade – algo que, no Ocidente, seria uma característica que o identificaria diretamente com o sexo masculino, enquanto o chá era considerado uma bebida feminina e o chocolate, aristocrático -, sendo também atrelado à intelectualidade setecentista. Para os estudiosos do Iluminismo, a bebida “[...] Ajudou-os a regularizar o dia de trabalho, acordando-os pela manhã e garantindo que ficassem vigilantes até o final da jornada ou até mais, se necessário [...]” (STANDAGE, 2005, n.p.).

O surgimento das cafeterias

Assim, o consumo da bebida passa a deixar o espaço exclusivo doméstico e a sua comercialização começa a ser feita em espaços públicos,

como mercados, e dessa maneira, com o aumento da popularidade do café, mais estabelecimentos voltados para seu comércio passam a ser criados. Assim,

em 1554, foi aberto o primeiro ponto de venda do produto em grão, como estabelecimento próprio para sua comercialização, como se fora um empório do café. Na sequência, Meca, Cairo e Damasco abriram seus cafés, registrando só no Cairo mais de mil lugares públicos para seu consumo (MARTINS, 2012, p.44).

A partir desse momento, os espaços de venda de café, as cafeterias, passam a ganhar um sentido de sociabilidade, ajudando a perpetuar o consumo da bebida. Dessa maneira, passa a ser criado uma cultura em torno do café que começa a ser exportado para outras partes do mundo, chamando a atenção principalmente dos europeus naquele momento, que viam na bebida um mercado lucrativo, assim, “Empreendimento lucrativo, esses estabelecimentos comerciais para encontros de negócios e lazer floresceram em paralelo à trajetória do produto, sobretudo nos centros urbanos europeus, intensificando a cobiça mercantil” (MARTINS, 2012, p. 44).

Foi a partir de Veneza que o café penetrou as xícaras europeias ainda no século XVII. Assim, segundo Standage (2005, n.p.), “[...] à medida que o café difundia-se na direção ocidental, levava consigo a noção árabe do café público como uma alternativa mais respeitável, intelectual e acima de tudo não-alcóolica em relação à taberna [...]”. Desde então, a bebida sofreu alterações para se adaptar ao paladar do continente e os estabelecimentos que a vendiam rapidamente se espalharam.

Como a cidade de Veneza foi a porta de entrada para o grão na

Europa, a Itália passou a ser o primeiro país a comercializar o café, dessa maneira, a bebida rapidamente se difunde pelas ruas italianas.

Na Inglaterra, especificamente, entre os anos de 1650 e 1660 os cafés começam a aparecer no território logo após a execução de Carlos I, quando a restauração da monarquia passa a ser discutida (STANDAGE, 2005). Dessa maneira, as *coffeehouses*, que no ano de 1708 estima-se estar em torno de três mil estabelecimentos pelo território inglês (MARTINS, 2012), passaram a ser tornar um ponto de encontro de discussões de ideias filosóficas e políticas, o que gerou inclusive insatisfação por parte das autoridades locais.

Todavia, o auge das *coffeehouses* não foi tão longo, devido ao investimento do Império Britânico em outra bebida colonial, o chá, assim,

A partir de meados do século XIX, o desenvolvimento da cultura do chá nas colônias do Império britânico determinou seu consumo pela população, em detrimento do café. As casas de café passaram a ser casas de chá, o produto da vez no rol dos artigos britânicos (MARTINS, 2012, p. 46).

Todavia, apesar da oposição inglesa em razão de seu monopólio do comércio do chá, o café rapidamente se difundiu na Europa, passando a ser dos franceses, o papel de difundir a ideias dos espaços de consumo das cafeterias. No decorrer do século XVIII, a França já era o país europeu com a maior concentração de cafés em seu território (MARTINS, 2012), assim, em 1688 foi fundado o mais célebre café parisiense, o Café Procope, sendo palco de encontros dos revolucionários franceses e de importantes pensadores da época, como Voltaire e Rousseau.

O café no Brasil

No Brasil, o mito de origem do café tem início em 1727, com dois personagens centrais sendo um deles o oficial português Francisco de Mello Palheta, um militar e agente real que realiza importantes missões em nome da Coroa. Uma dessas missões, era uma expedição à Guiana Francesa, é nesta viagem que ele conhece Madame D’Orvilliers, que era esposa do governador da Caiena, de quem ele recebe a muda de café (MARTINS, 2012). Assim, quando Palheta volta ao Brasil com as sementes, começando a primeira plantação no Pará, sendo assim, o início do plantio do café no Brasil, uma fruta ainda desconhecida na região, mas que atraía e ocupava a mesa dos consumidores, uma vez que, “sua bebida era associada às mesas ricas e elegantes das cortes europeias, estimulando o convívio qualificado”(MARTINS,2012, p.65)

Dessa maneira, com o passar do tempo foi sendo iniciado um investimento no chamado ‘ouro verde’, no Maranhão, a plantação se expande, o grão se adapta ao clima e a região passa a ser por decreto de D.João V, a principal fornecedora de café para a metrópole, logo, “durante boa parte do século XVIII, a propagação do cultivo do café limitou-se ao Norte e Nordeste do país, em produção restrita de pequenas plantações” (MARTINS, 2012, pg.70).

Todavia, com o aumento do consumo do grão e a expansão das plantações, novas áreas de plantio passam a ser procuradas. Fica assim, a cargo do desembargador João Alberto de Castello Branco, a tarefa de inserir a cultura na região sudeste, em especial no Rio de Janeiro. Inicialmente, Castello Branco distribuiu as mudas entre as carmelitas de Santa Teresa, ao holandês João Hoppmann, e aos frades capuchinhos, entre

as sementes partilhadas, as primeiras que deram fruto foram as dos frades que foram plantadas Convento Capuchinhos na Rua dos Barbonos (MARTINS 2012), começando assim, o cultivo do ‘ouro verde’ no local que mais tarde seria a sede da corte portuguesa.

Assim, com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, e consequentemente a transferência da sede de poder do império luso, acontece a abertura dos Portos às Nações Amigas. Acabando assim, com o monopólio comercial português e possibilitando não apenas a entrada de novos produtos no mercado brasileiro, como também a exportação dos produtos nacionais, assim,

Tratava-se de uma transformação radical no território até então sujeito ao controle exacerbado da Coroa portuguesa, regido por monopólios castradores à sua prosperidade econômica, fechado à entrada de súditos e/ou cidadãos de outras nacionalidades. Com a Abertura dos Portos, estrangeiros de todas as nações passaram a interessar-se por esta porção da América, vislumbrando nos trópicos desdobramentos de toda ordem e possibilidades de uma nova vida (MARTINS, 2012, pg 86).

Com isso, as demandas de mercado do Rio de Janeiro aumentam e a cidade se consolida como o maior ponto de importação e exportação do país, além de ser um importante centro de redistribuição para o resto do território. Assim, para acompanhar as crescentes demandas, a cidade carioca passou a investir em obras urbanas para melhorar sua infraestrutura, como a abertura de novas estradas e portos. Assim, com o final do “exclusivo colonial” acontece um maior interligamento entre as regiões Centro-Sul, auxiliando no processo de expansão da cultura cafeeira (LENHARO, 1993).

Dessa maneira, o café brasileiro passa a ser tornar um dos principais produtos exportados. Para promover o plantio do grão, uma série de incentivos reais passam a ser feitos, como por exemplo a importação de sementes de Moçambique, e a distribuição de terras entre fidalgos portugueses para plantar o café, assim,

Cultivar café foi uma alternativa para aqueles nobres europeus que, de repente, se viram na América. Mais do que os plantadores da terra, eles conheciam o sucesso da bebida no mercado internacional, e o cultivo da planta tornou-se atraente e rendoso no país de “terras virgens” e mão de obra farta (MARTINS, 2012, pg.90).

Conclusão

Desde o seu descobrimento no século XV até sua chegada ao Brasil no século XVIII o café passou por diversas transformações. Já foi utilizado para fins religiosos, e segundo o historiador Rudi Matthee (1995) vinha sendo comercializado como remédio há muito tempo e foi muitas vezes considerado mais saudável do que realmente saboroso. Dessa maneira, o consumo da bebida passou por diversas mudanças até se adequar ao paladar e ser presente efetivamente no dia a dia das pessoas.

O consumo de bebidas como álcool e café, não é algo que o indivíduo precisa biologicamente para suprir suas necessidades, assim, sua ingestão é algo que passa para o campo dos desejos, a vontade de degustar determinada bebida. Assim, o seu consumo passa a ter importante função social, uma vez que, contribui para a socialização.

No século XIX, para as elites, em destaque a brasileira, a socialização estava muito ligada à mesa posta com itens importados, “na qual se ostentavam toalhas de rendas, louças da Companhia das Índias e utensí-

lios de prata” (ALGRANTI, 2011, pg.36).

Assim, segundo Leila Algranti (2017), quando a Corte chega ao Rio de Janeiro traz consigo diferentes serviços de mesa em prata, fabricados em diferentes lugares da Europa, como França e Inglaterra. Esses objetos realizavam o papel de representar a manutenção das riquezas e do poder das elites.

Logo, o Rio de Janeiro, durante o período Joanino foi acometido com diversas mudanças em diferentes âmbitos, social, cultural e econômicos, assim, “em poucos anos a cidade se modernizou e ultrapassou seus antigos limites, é provável que novos espaços tenham sido criados a fim de atenderem às necessidades de alimentação e lazer de seus habitantes” (ALGRANTI, 2011, pg. 26). Ainda segundo Leila Algranti,

É consenso, no entanto, entre os especialistas do período joanino, que a chegada da corte trouxe mudanças nas formas de sociabilidade e bem viver entre os membros da elite colonial, inclusive nos hábitos alimentares. [...] De fato, as condições para o consumo de produtos de luxo, entre eles bebidas importadas, melhoraram muito com a chegada da corte, assim como a demanda por essas mercadorias (ALGRANTI, 2011, pg. 35).

Leila em seu texto *Tabernas e Botequins: Cotidiano e sociabilidades no Rio de Janeiro (1808-1821)*, aponta que durante o século XIX, bebidas como o chá e o café já faziam parte do cotidiano da cidade, com a diferença que o primeiro podia ser associado com uma consumidores mais elitizados, uma vez que eram oferecidos chás importados sendo comercializados com um maior custo.

Já o café, se encontrava mais popularizado entre as camadas mais baixas sendo servido em estabelecimentos, como casas de café e tabernas

pela manhã e depois do almoço (2011). Sendo esses lugares mais frequentados por trabalhadores que buscavam por uma refeição mais rápida, assim,

A observação sugere o café como um local para uma refeição rápida e leve, mas, a exemplo das tabernas, casas de pasto e botequins, esses eram também espaços de sociabilidade e de lazer, onde indivíduos de origens sociais diversas poderiam permanecer por algumas horas jogando, bebendo ou simplesmente descansando (ALGRANTI, 2011, pg. 38).

Por fim, é possível concluir que as casas de café não se resumem ao consumo da bebida. Além disso, esses estabelecimentos se consolidam como lugares de socialização, de troca entre indivíduos. Eram locais de onde as pessoas tanto obtinham como transmitiam informações, de debate de ideias.

REFERÊNCIAS

- ALGRANTI, L. M. **Em torno da mesa do rei: artefatos, convivialidade e celebração no Rio de Janeiro Joanino**. ANAIS DO MUSEU PAULISTA: HISTÓRIA, CULTURA E MATERIAL (IMPRESSO) , v. 25, p. 13-34, 2017.
- ALGRANTI, L. M. . **Tabernas e Botequins: Cotidiano e sociabilidades no Rio de Janeiro (1808-1821)**. Acervo revista do Arquivo Nacional , v. 24, p. 25-42, 2011.
- CARNEIRO, Henrique. **Comida e Sociedade: uma história da alimentação**. 7. Ed. Rio de Janeiro. Elsevier Editora, 2003.
- LEMPS, Alain. **As bebidas coloniais e a rápida expansão do açúcar**. In:

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (orgs.). *História da Alimentação*. 6.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, pp. 465-475.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação, O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842.** /Alcir Lenharo. -2.ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

ECHOS DES LUMIÈRES. **La passion du café au XVIII e siècle.** Disponível em: <<https://echosdeslumieres.home.blog/2021/03/17/la-passion-du-cafe-au-xviii-e-siecle/>>. Acesso em: 21 de jan. de 2023

MATTHEE, Rudi. **Exotic substances: the introduction and global spread of tobacco, coffee, cocoa, tea, and distilled liquor, sixteenth to eighteenth centuries.** In: PORTER, Roy; TEICH, Mikulás (Orgs.). **Drugs and narcotics in history.** 1.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, pp. 24-52

MARTINS, Ana Luiza. **História do café/** Ana Luiza Martins. - 2.ed. -São Paulo: Contexto, 2012

PEREIRA, Ana. **Mesa Real: dinastia de Bragança.** Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância.** São Paulo: Alameda, 2008.

STANDAGE, Tom. **História do mundo em 6 copos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

A emergência das casas de café na Corte oitocentista do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX: notas de pesquisa

Ricardo Gonçalves Rodrigues Filho¹

Introdução

Segundo uma narrativa mítica, corrente no mundo árabe do século XV, o café teria sido descoberto graças a um criador de cabras chamado Kaldi, que, notando a vivacidade experimentada por seu rebanho ao comerem os frutos avermelhados de uma planta do campo, resolvera experimentá-los. O pastor da Absínia, região que compreende a atual Etiópia, teria levado o grão até os monges locais, buscando uma explicação para os estímulos causados por ele tanto no rebanho quanto em si próprio, e foram esses monges os responsáveis por transformarem o produto natural em uma espécie de chá. Fato é que a bebida produzida através da planta se popularizou no Iêmen, por volta do mesmo século em que essa narrativa se difundiu, e foi fonte de diversas controvérsias em um mundo marcado pela moralidade islâmica. Apesar da ocorrência de querelas sobre sua ingestão, rapidamente seu consumo se difundiu de modo a compor o

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História, pela Universidade Federal do Espírito Santo.

cotidiano daquela sociedade, a ponto de, ao chegar à Europa, a bebida ser conhecida como o vinho dos árabes (STANDAGE, 2011).

A emergência e a popularização da bebida levaram ao surgimento de um público consumidor em seu entorno e, junto dele, à formação de uma certa cultura e etiqueta voltadas a essa consumação. É nesse sentido que surgem, dentro do mundo árabe, as primeiras casas de café, espaços destinados primariamente à venda da bebida, mas que reuniram a sua volta um simbolismo que as levou a se constituírem também como espaços de sociabilidade, negócios e encontros (STANDAGE, 2011). Segundo a historiadora Fernanda Camargo-Moro (2005), os cafés de Istambul, por exemplo, chegaram a ser frequentados por alguns sultões disfarçados, que buscavam ouvir o que se comentava a respeito deles, demonstrando o caráter multifacetado desses espaços. Já nesse contexto, junto ao hábito de tomar a bebida, surge uma série utensílios próprios para seu preparo e apresentação - tais como xícaras, bules, chávenas entre outros - além de um *métier* ritualístico para seu consumo (CAMARGO-MORO, 2005).

O longo percurso do café pelo continente europeu parece ter se iniciado através do porto de Veneza, no século XVI (FLANDRIN; MONTANARI, 1996), sendo fonte de especulação religiosa e de um certo estranhamento cultural inicialmente, ela foi oficialmente aprovada a partir de 1615, pelo papa Clemente VIII. A partir de então, a expansão de sua ingestão ocorreu sem grandes dificuldades. E, tamanha foi a sua popularização, que tomar café ao fim das refeições passou a ser um hábito comum aos mais e ao menos abastados, aos religiosos e aos homens do século. O café assim compunha, nesse momento, uma nova percepção que estava transformando também os hábitos alimentares. No século da luzes ela

chega ao seu apogeu, buscando um abandono da modéstia cristã em troca da suntuosidade e do refinamento do gosto (CAMPORESI, 1996). Com efeito, as casas de café rapidamente se espalharam por toda a Europa já durante o século XVII, e na entrada do XVIII elas já eram encontradas em quase todos os principais espaços citadinos (STANDAGE, 2011).

De fato, o período foi marcado pela construção social das casas de café como espaços da boa sociedade, onde, inclusive, uma certa etiqueta emulada da Corte tinha lugar para ser vivenciada pela burguesia. Não obstante, como aponta o sociólogo Richard Sennett, em *O declínio do homem público* (1998), o século XVIII vivenciou uma emergência dos espaços públicos, onde os olhos do rei pouco alcançavam, o que permitia a discussão e difusão de ideias mais livres. Sennett (1998) chega a dizer que o aparecimento desses espaços de sociabilidade tem estreita ligação com a ascensão de uma burguesia que gestou os novos modos de fazer política, ligados a visão liberal também em emergência. Nessa seara, é fundamental compreender que esse aspecto também possui uma estreita relação com o pensamento ilustrado, gestado durante os mesmos séculos em que os cafés vão se espalhando pelo continente europeu. Um dos primeiros estabelecimentos deste gênero em Paris, a fim de exemplificar, se tornou um grande salão literário que, segundo os registros, era frequentado por Voltaire, Diderot, Rousseau e Condorcet (MONTELEONE, 2005). O estímulo causado pela bebida chegou a ser associado, durante o período, com a própria emergência das Luzes, uma vez que, ao aguçar a razão, teria feito com que esses pensadores chegassem onde os antigos, que não a conheciam, não foram capazes de chegar (STANDAGE, 2011).

Percebe-se, portanto, que os cafés passaram a ser frequentados não

só pelo desejo de apreciar o vinho árabe, mas para uma série de outros fins, muito mais relacionados à convivência e ao interesse de acessar informações e notícias. Homens de negócios iam às casas de café para ouvir notícias sobre o mercado e os interesses econômicos, cientistas encontravam lugar para conversar sobre seus interesses e questões, escritores falavam de suas ideias, jornais eram lidos e comentados em grupo, notícias políticas eram compartilhadas, grupos com interesses comuns iam ali para dialogar sobre seus temas. Em outras palavras, todo tipo de convívio tinha um lugar público para florescer (STANDAGE, 2011).

Uma vez que crescia, portanto, a demanda do fruto do café para um público cada vez maior de bebedores na Europa, o Brasil inseriu-se na lógica do mercado cafeeiro de forma pujante. É possível aferir nos periódicos do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, o quanto a produção exportada cresceu e o quanto o café tornou-se importante, até mesmo para a venda das terras que, se possuísem pés de café ou potencial produtivo para isso, eram vendidas por um valor mais elevado (VIANA JUNIOR, 2022). Popularizado na Europa e assentado culturalmente, inclusive se valendo de justificativas racionais, ligadas aos saberes médico, para seu uso diário, o café também passou a ser consumido no Brasil, e esse consumo seguiu o modelo difundido pelo Velho Mundo.

Em 1792, a cidade do Rio de Janeiro já contava com 32 casas de café. Claramente não é possível comparar a sofisticação dos cafés europeus com a desses primeiros estabelecimentos brasileiros (MONTELEONE, 2005), mas com a vinda da Corte lusa e a transformação da cidade do Rio de Janeiro em capital Imperial, a partir de 1808, a urbe passou por uma reformulação em diversos aspectos e os padrões europeus começaram a

ser estabelecidos (VIANA JUNIOR, 2022). Dessa maneira, o Rio de Janeiro presenciou uma transformação brusca e as elites locais, no contato com a nobreza lusitana, estabeleceram novas relações e absorveram novos padrões de socialização. Nesse sentido, os cafés se tornaram espaços privilegiados das trocas e mesmo das demonstrações de uma pretensa sofisticação cultural através de uma etiqueta própria. Característica já presente nos estabelecimentos árabes, os cafés europeus vão exportar para a nova metrópole todo o aparato técnico, ritualístico e simbólico em torno da produção do café e das formas de bebê-lo (MONTELEONE, 2005).

Objetivos

As possibilidades de pesquisa acerca desses espaços na Corte carioca são diversas. Dentre elas, uma proposta interessante seria investigar a maneira pela qual se construiu a trajetória do consumo do café no Brasil oitocentista, tomando por base as informações contidas nos periódicos publicados no Rio de Janeiro, capital do império, entre as décadas de 1850 e 1890, a fim compreender as casas de café, típicas deste período, enquanto espaços de sociabilidade e de diferentes tipos de intercâmbios. E, para tanto, traçar a trajetória do consumo do café na Modernidade a partir dos modos da interrelação entre os árabes e os europeus, e analisar a difusão do café entre as elites letradas europeias no século das luzes. Além de identificar a presença da produção de café e o início do consumo dessa bebida em território brasileiro e discutir a trajetória das casas de café no Rio de Janeiro da última metade do século XIX, a fim de entender a sua constituição enquanto espaços de sociabilidade.

Fontes

A partir da criação da Imprensa Régia, em 13 de maio de 1808, que buscava atender aos interesses da burocracia governamental monárquica, mas, também, produzir impressos no Brasil, iniciou-se o processo de criação de uma imprensa brasileira, que passou a disseminar esses impressos e que no correr do século XIX cresceu de forma célere (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Esses periódicos, disponíveis na Biblioteca Nacional Digital, site da fundação da Biblioteca Nacional, e que podem ser acessados na sessão destinada a hemeroteca digital, são fontes ricas para analisar o cotidiano carioca e as vivências estabelecidas nos cafés brasileiros que foram se consolidando no decorrer desse século.

Vale destacar aqui os dois principais periódicos que mais possuem ocorrências sobre o tema. O *Jornal do Commercio* (1827- atualmente) foi um importante impresso da época que, como explícito no nome, tratava na maior parte de suas páginas acerca do comércio cotidiano, relatando notas, cotações de preço, mas também trazendo anúncios de produtos e serviços. Fundado pelo tipógrafo francês Pierre René François Plancher de La Noé, que chegou a Corte brasileira em 1824, fugindo do governo de Luís XVIII. O periódico nasceu na pretensão de concorrer com o *Diário do Rio de Janeiro* (1821- 1858), que também trazia informações do comércio. Outro importante jornal era o *Gazeta de notícias* (1875-atualmente), que trazia um leque maior de assuntos, anunciando inclusive falecimentos, e demonstrando, assim, um maior interesse nos acontecimentos cotidianos. Esse impresso surgiu com o interesse de propagar as ideias do movimento abolicionistas e do ponto de vista técnico foi palco de inovações como o emprego do clichê, das entrevistas e das caricaturas. Sendo já do final do XIX, a *Gazeta* possuía uma diagramação melhor e um maior número de páginas, em comparação ao início do *Jornal do Commercio*. É

valido ainda mencionar que as ocorrências ligadas ao tema aparecem em uma série de outros jornais e revistas como é o caso da Revista Ilustrada (1876 – 1898), do O paiz (1884 – 1889), do Correio mercantil, e instructivo, politico, universal (1848 – 1868), do O despertador: diário commercial, politico, scientifico e litterario (1838 – 1841) entre outros.

É importante dizer que o trabalho com os periódicos depende de compreender que essas fontes são produzidas de modo a conter muitas subjetividades, de interesses até mesmo distintos, visto que abarcam em um mesmo número variados autores. Assim, para a investigação a partir desse material se faz necessário o conhecimento da produção desse tipo de documento, além da compreensão de suas estruturas, interesses e formas. Assim, podem servir de base para ler esses documentos as contribuições dos pesquisadores Tânia Maria Tavares Bessone, Tania Regina De Luca e Carlos Henrique Ferreira Leite. Todos esses autores possuem trabalhos que versam sobre periódicos e jornais, abordando suas raízes históricas, a maneira como esses descrevem as ações cotidianas, a percepção dos interesses a partir das implicações das narrativas e alguns caminhos possíveis de análise e interpretação.

Referencial Teórico

Alguns conceitos podem ser muito úteis dentro dessa proposta de investigação, levando a compreensões melhor elaboradas acerca do tema dentro de recorte espacial e temporal.

A fim de melhor compreender como uma comunidade se forma no entorno de ideias e espaços, utilizaremos o pensamento do cientista político Benedict Anderson em sua obra *Comunidades imaginadas* (2013),

em que o autor explana acerca dos modos como ocorre a coesão de comunidades e como essas são reforçadas. Assim, ele afirma que o nacionalismo emergente e pujante nos séculos XVIII e XIX, na Europa, mas também na América, está diretamente ligado a fatores como a língua escrita e a difusão de hábitos como a leitura diária de periódicos, que seriam, em sua construção teórica, a base para a formação de laços de camaradagem horizontal que, uma vez assimilados pelos membros de uma sociedade –com graus diversos de consciência–, se colocariam acima de quaisquer conflitos existentes em seu interior. Esse aspecto é relevante uma vez que as sociabilidades construídas no interior dos microcosmos, representados pelas casas de café, envolviam a leitura comum e a discussão de matérias de jornais e outros textos da época.

Articulado a isso, é de grande valia o uso do conceito de circulação de conhecimentos, a partir do trabalho do historiador indiano, Kapil Raj (2007), que analisa, a partir da experiência da Índia do século XVII ao XIX, como os conhecimentos eram disseminados e, nesse processo, aprimorados e levados para outros lugares. Nessa proposta, compreender essa circulação é de suma importância, uma vez que os espaços de café parecem ser o lugar justamente onde há a difusão de informações, leituras e música. Desse modo, é possível refinar o olhar para ver como esses espaços de sociabilidade estavam inseridos dentro de um contexto maior e perceber como eles atravessavam e eram atravessados, de forma direta ou indireta, por esse mesmo contexto.

Para compreender a sociedade de Corte no Brasil, como suas interações transformaram de forma direta as realidades da nova capital e, sobretudo, modela as elites locais, a obra do historiador brasileiro Jurandir

Malerba, *A corte no exílio* (2000), que trata, entre outras coisas, do estabelecimento da Corte nos trópicos e das lógicas de Corte, fundamentadas na Europa e readaptadas para a realidade da América lusa, é muito cara.

Pode ser muito útil também o conceito de distinção a partir da perspectiva do sociólogo Nobert Elias (2001). Para ele, a distinção social é um mecanismo de manutenção do estamento social que o reforça. É preciso afirmar a si mesmo frente a alteridade, a fim de que essas características sejam capazes de dar suporte ao status, obviamente, de superioridade. Isso se circunscreve nas condutas, nas moradias, nas vestimentas, e, também, na alimentação e nos lugares em que se frequenta.

Também é importante entender, de modo concomitante ao conceito de distinção, a noção de bom gosto, apresentada por Jean-Louis Flandrin (2009), em seu capítulo *A distinção pelo gosto*, presente na *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. Nele, o historiador nos mostra como a construção de um gosto considerado mais refinado ou de melhor qualidade é obra do século XVII, e se liga diretamente ao foro íntimo, àquilo que os indivíduos sentem de forma particular, mas que são extrapolados para os espaços públicos, levando o bom gosto do particular para o interesse de uma elite.

Novamente do livro *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*, o capítulo *Os usos da civilidade*, de Jacques Revel (2009), é ímpar para compreender os comportamentos dos indivíduos nos espaços públicos a partir da internalização de um ideal que se difundiu em vista de servir a boa convivência. Desse modo, a civilidade estava presente no trato cotidiano, na forma de se mostrar e isso incluía, de modo evidente, a participação à mesa e aos espaços destinados ao contato com pessoas distin-

tas das que compõem a família. Para enriquecer a percepção da civilidade, a noção do historiador Daniel Roche (2000), em *História das coisas banais*, é, de igual modo, importante. Roche apresenta a civilidade a partir de três aprendizados: o do corpo, o do respeito às relações e o da comensalidade da refeição que, destrinchados, são linhas importantes de compreensão do comportamento da elite letrada, que tem acesso aos manuais de etiqueta e de comportamento.

Justificativa

A história cultural e das sensibilidades são campos que tiveram pujança dentro de um movimento que transformou a historiografia a partir da década de 1970. A terceira geração da escola dos Annales marcou a ampliação definitiva dos campos e canteiros da historiografia. O novo momento trouxe consigo novos interesses e, a partir de então, temas como a história da infância, da mulher, do medo e mesmo da alimentação foram trazidos à tona. Nesse sentido, a obra de Jean-Louis Flandrin e de Massimo Montanari (1998), *História da alimentação*, foi ponto importante dentro dos interesses voltados à comida e ao comer. Nela, é possível encontrar algumas referências sobre as casas de café europeias. Esse tema é tratado, também, em diversas obras como na *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*, dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby, de 1986; no livro *História das coisas banais*, de Daniel Roche, publicado em 1997; em *A história do sabor*, organizado por Paul Freedman e lançado em 2007. É importante perceber que, se nas primeiras publicações a temática só era debatida dentro da Europa, na obra *A história do sabor* é possível perceber como os limites se expandem, reunindo pesquisadores de outras

partes do mundo e denotando como o campo está se consolidando a nível internacional. No Brasil, entretanto, as publicações acerca da história das sensibilidades ainda são tímidas. É possível dizer que uma das obras pioneiras ao tratar da alimentação na história brasileira é *Casagrande e senzala*, de 1933, do sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987), que embora tratasse do tema, o fazia não como ponto central. Assim, a obra *História da alimentação no Brasil*, de Luís da Câmara Cascudo (1898-1986), publicado em 1967, é, de fato, a referência que demonstra o interesse de uma historiografia brasileira preocupada com a mesa e com o comer. É preciso notar que, embora essas duas obras sejam importantes, elas não partem necessariamente de dois historiadores que têm, obviamente, como objetivo o fazer histórico, mas de dois polímatas que articulavam diversas perspectivas em suas análises.

Apesar disso, o estudo do café pelos historiadores brasileiros se voltou, de modo sobressalente, aos aspectos mercadológicos e, portanto, econômicos do produto. O olhar para o café enquanto bebida, vendida em um lugar próprio para consumi-lo e os aspectos da sociabilidade urbana nesses espaços ainda não figuram em muitos trabalhos, de maneira que, se possa afirmar que o fenômeno já possui panorama amplo no Brasil. Na obra da historiadora Joana Monteleone, *Sabores urbanos: alimentação, sociabilidade e consumo* (2015), ela traz o contexto das casas de café europeias e o surgimento das mesmas na cidade de São Paulo, mas em uma seção específica e diminuta de seu livro. Também citam-se as casas de café no Brasil em obras como *Café: um grão de História*, de Sérgio Túlio Caldas (2006), mas de modo pontual, sem se deter tanto aos aspectos da socialização, e em dissertações e teses, ainda esparsas.

Considerações Finais

Como dito, a investigação histórica da alimentação e dos modos de comer tem ganhado espaço, cada vez mais, entre os historiadores e isso porque ela tem se revelado aspecto crucial de uma compreensão mais completa do passado. As novas temáticas que emergiram a partir das novas questões levantadas pelos historiadores do século XX, demonstraram que os guetos da História não são constituídos por natureza, mas por escolha.

As sociabilidades em torno da alimentação são fontes de ricos processos sociais, que abarcam variados aspectos da realidade, como a economia, a cultura e a política. Nesse sentido, o estudo desse tema é de fundamental importância, a fim de enriquecer as narrativas que reconstituem os fatos históricos.

Portanto, é nesse sentido que se insere o objeto aqui apresentado, pois esse estudo parte do pressuposto de que as casas de café são espaços privilegiados para observar os diversos modos pelos quais as sociedades do século XIX, sejam elas as europeias ou a brasileira, construíam as relações de sociabilidade e, assim, engendravam processos de compreensão, participação e, ainda, de modificação das diversas realidades.

REFERÊNCIAS

Fonte de pesquisa:

GAZETA de Notícias, Rio de Janeiro, 1821-atualmente.

JORNAL do Commercio, Rio de Janeiro, 1827 -atualmente.

REVISTA ilustrada, Rio de Janeiro, 1876-1898.

O PAIZ, Rio de Janeiro, 1884-1889.

CORREIO mercantil, e instructivo, politico, universal, Rio de Janeiro, 1848 – 1868.

O DESPERTADOR: diário commercial, politico, scientifico e litterario, Rio de Janeiro, 1838– 1841.

Obras:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexão sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges (dir). **História da Vida Privada. Vol. 3. Do Renascimento ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BESSONE, Tania (org.) **Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos**. São Paulo: Alameda casa editorial, 2016.

CALDAS, Sérgio Túlio. **Café: um grão de História**. São Paulo: Diaeto, 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. – 4. ed. – São Paulo: Global, 2011.

CAMARGO-MORO, Fernanda. **A ponte das turquesas: Bizâncio, Constantinopla, Istambul**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CAMPORESI, P. **Hedonismo e Exotismo: a arte de viver na época das luzes**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

DA SILVA, Maria Beatriz Nizza. **A Gazeta do Rio de Janeiro, 1808-1822: cultura e sociedade**. EdUERJ, 2007.

- ELIAS, N. **O processo civilizador. v 1.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- _____. **O processo civilizador. v 2.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- _____. **O processo civilizador, v.1. – 2.** ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2011.
- FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação.** São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- FREEDMAN, P. (Org.). **A História do Sabor.** São Paulo: Senac, 2009.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** Rio de Janeiro: Global, 2006.
- MALERBA, Jurandir. **A Corte no exílio.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MONTELEONE, Joana. Sabores urbanos: **Alimentação, sociabilidade e consumo, São Paulo, 1828-1910.** São Paulo: editora Alameda, 2015.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- RAJ, Kapil. **Relocating Modern Science: Circulation and the Construction of Scientific Knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.
- REVEL, J. **Um banquete de palavras: uma história da sensibilidade gastronômica.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. **“Os usos da civilidade”.** In: História da Vida Privada. São Paulo: Cia. das Letras, 1991, vol. 3, p.203.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: nascimento do consumo, sé. XVII – XIX**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SENETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Cia da letras: São Paulo, 1998.

STANDAGE, Tom. **História do mundo em 6 copos**. Rio de Janeiro: editora Zahar, 2005.

VIANA JUNIOR, Fernando Santa Clara. **Rituais cortesãos e cultura alimentar: elite e cozinha de corte no período joanino (1808-1821)**. 2022. Tese (doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal do Espírito Santo, 2022.

O aparecimento da moqueca nos anúncios publicados na Corte carioca oitocentista

Eduardo Gomes M. Moisés¹

Introdução

Com o estabelecimento da Corte lusa, em 1808, na América Portuguesa, a cidade do Rio de Janeiro, que já era capital da colônia desde 1763, sofreu grandes e céleres transformações, se convertendo em centro político-administrativo do Império português. Paulatinamente, a Corte carioca foi se tornando uma espécie de laboratório do processo civilizacional que atingiria o Brasil oitocentista.

Entre as novidades que marcaram o período, destacamos o papel da imprensa, cujos periódicos passaram a ser produzidos no Brasil em 1808 e se consolidaram em 1821, tendo se espalhado nos anos seguintes em diversos pontos do território (MOREL, 2005). O primeiro periódico foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que possibilitou a circulação de notícias ainda

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Vinculado ao laboratório Saberes e Sabores: História da Alimentação e das Práticas de Cura. E-mail: eduardo.molulo1998@gmail.com

restritas, cenas do cotidiano, além da indicação de serviços por meio de anúncios que incluíam, por exemplo, onde adquirir gêneros que atendessem ao paladar daqueles que migraram para os trópicos: pães de diversos tipos, vinhos variados, salames italianos, presuntos portugueses, etc.

Com efeito, os anúncios – ou classificados – possuíam “tanto um aspecto informativo quanto também comercial” (NEVES, 2008, p. 137). Assim, se por um lado fomentavam novos consumos, também despertavam necessidades e tipos de serviços. Os anúncios são, por eles mesmos, parte importante da expressão de um microcosmo social local e do consumo voltado às pessoas que podiam pagar, mas, ao mesmo tempo, revelavam os padrões vigentes no período.

Seguindo os contornos gerais do século XIX europeu, assistiu-se também no Brasil a emergência de um discurso baseado, entre outras coisas, na gastronomia, onde a mesa se tornou a expressão de uma identidade que pode ser vista tanto nos pratos quanto nos gestos que acompanham as práticas comensais. De fato, as obras culinárias da segunda metade do século XIX passaram a apresentar pratos entendidos como específicos do país em número cada vez maior, apesar das chamadas cozinhas regionais terem vivenciado um processo de aceleração no século XX (BRAGA, 2014).

No presente trabalho, interessa-nos mapear os indícios dessa cozinha com traços nacionais em processo inicial de divulgação nos periódicos oitocentistas, estudando o caso específico da moqueca. Com efeito, buscamos analisar o aparecimento do prato nos anúncios da Corte com a finalidade de acompanhar, através da *história conceitual* do historiador Reinhart Koselleck (2006), sua constituição ao longo do século XIX. Se-

gundo o autor, um conceito seria um vocábulo cujos sentidos são definidos através de variadas camadas temporais. Tal posição teórica se mostra, dessa maneira, importante no estudo acerca do desenvolvimento dos significados dados a nosso objeto ao longo do Oitocentos. Antes, no entanto, faz-se necessário proceder a uma apresentação do panorama geral dos processos de formação da imprensa carioca, bem como analisar o impacto de seu desenvolvimento na construção dos hábitos alimentares locais, observando as dinâmicas de consagração de determinados pratos como elementos constituintes de uma semântica alimentar nacional.

As transformações urbanas e a fundação da imprensa no Rio de Janeiro

Com a chegada da Corte portuguesa à América, em 1808, o Rio de Janeiro passou por profundas transformações em sua condição estatutária, refletidas em mudanças também em sua estrutura física. Tornada o território central não apenas da porção americana do Império luso, mas de toda a sua extensão ultramarina, a urbe foi palco de um movimento de “europeização” que visava aproximá-la dos padrões desejados pelos mais de 15 mil novos habitantes vindos de além-mar que ali se estabeleceram no dia 8 de março. Dessa forma, uma série de adequações estéticas e culturais foram levadas a cabo, manifestando-se através de um imediato processo de limpeza, reparos e preparações para o recebimento da turba proveniente da Europa, ao que se seguiu um mais longo projeto de espetacularização de sua paisagem e modelos civilizatórios. Com efeito, o príncipe regente, visando glorificar o poder real, operou uma completa metamorfose da cidade, tornada assim o equivalente arquitetônico dos substantivos “ordem, esclarecimento e progresso” (SCHULTZ, 2008, p.

158).

A partir de então, a administração local foi enriquecida por uma série de instituições destinadas a atender às inéditas e complexas demandas geradas pela Corte. Dessa maneira, já nos primeiros anos de sua estadia no Rio de Janeiro, Dom João promoveu a construção de todo um aparato monumental com o intuito de reproduzir a atmosfera cultural existente em Lisboa. O Jardim Botânico, o Banco do Brasil, um novo teatro real, bem como uma série de outras construções foram, desse modo, erguidas para o deleite de um público cuja visão de mundo era muito diferente daquela dos naturais do território. Todo esse patrimônio seria mantido pela Intendência Geral de Polícia, também ela uma instituição fundada nos momentos iniciais da chegada do séquito joanino e que, tendo por base a Intendência Geral de Lisboa (1760), era a responsável pelo monitoramento do teatro e dos espaços da vida pública cortesã (SCHULTZ, 2008, p. 160).

Nesse contexto dinâmico de transformações, fez-se imperativa a construção de um aparato dinamizador da publicação dos documentos produzidos pela realeza. Dessa forma, a fundação da Imprensa Régia, ocorrida em 13 de maio de 1808, se mostrou um importante avanço no reforço e na difusão do poder real, uma vez que possibilitou à monarquia divulgar os atos políticos e públicos por ela definidos ao mesmo tempo em que mantinha a histórica restrição sobre a circulação de ideias no território da América portuguesa² (VIANA JR., 2022, p. 245).

² Neste âmbito, cabe salientar que, se a fundação da Imprensa régia deu início ao processo legalizado de publicação de impressos na América lusa, 1808 não marca o ano de surgimento das tipografias no território. Pelo contrário, há mais de um século empreendimentos desse gênero já vinham sendo desenvolvidos em pequena escala. Com efeito, registros de 1703 evidenciam o funcionamento de uma pequena casa tipográfica

É importante destacar, porém, que a Impressão Régia ultrapassou sobremaneira seus objetivos iniciais e, se não deixou de cumprir seus compromissos oficiais, se encarregou também de publicar obras de variados campos do conhecimento, garantindo aos leitores do português situados na margem esquerda do Império transatlântico luso o acesso a bens culturais variados. Desse modo, sua criação permitiu uma aproximação da atmosfera letrada existente na Europa e a produção local dos diversos artefatos literários que, sendo há muito comuns em Portugal, apenas neste início de século XIX encontravam em suas possessões no Novo Mundo uma veemente difusão (GAGLIARDO, 2016, p. 22-23).

Eis, então, que a realidade cotidiana dos anos iniciais do Oitocentos na América portuguesa – e, em especial, do Oitocentos carioca – se viu profundamente permeada pela circulação de um amplo conjunto de textos impressos que carregavam diferentes conteúdos³, permitindo o “pro-

em Recife. Dirigida pelo jesuíta Antônio da Costa e destinada à publicação de letras de câmbio e orações religiosas, o negócio teve existência efêmera, sendo fechado por Carta Régia emitida em 8 de junho de 1706. Tal fechamento, longe de constituir caso isolado, destaca um fato importante do estatuto colonial ao qual o território esteve por séculos submetido: Portugal buscava, de todas as formas possíveis, evitar a livre e não-censurada circulação de impressos – e, conseqüentemente, de ideias – na porção americana de seu Império ultramarino. Tal característica levou, decerto, à adoção de táticas com o intuito de burlar este impedimento: de um lado, a história colonial brasileira registrou inúmeros casos de atuação clandestina de oficinas que, apesar de sua extinção prematura, lograram sucesso em permitir um certo nível de circulação de notícias, ideias e opiniões; de outro, e como é próprio de uma sociedade que apresenta baixos níveis de letramento, a oralidade se mostrou uma potente maneira de fazer ideias circularem. Para mais detalhes sobre a ingerência metropolitana sobre os empreendimentos tipográficos antes da vinda da Corte para a América, ver GAGLIARDO, Vinicius Cranek. **Imprensa e civilização no Rio de Janeiro oitocentista**. 2016. 252 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016, p. 24-27.

3 Em que pese a já referida existência da censura.

gresso dos espíritos” através não somente da publicação de obras de alta estirpe, mas também de grande quantidade de periódicos (GAGLIARDO, 2016). Aqui, merece destaque a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro impresso oficial a circular no território e que, voltado para a divulgação de notícias de interesse público, paulatinamente integrou o dia a dia dos sujeitos letrados, tomados então pelo anseio de se informar periodicamente (VIANA JR, 2022, p. 248). A sua fundação se segue a de toda uma miríade de jornais que, em conjunto, tornaram as notícias veiculadas um elemento componente da realidade social da capital e, em menor escala, também de outras partes do território.

O fenômeno do surgimento da tipografia em terras tupiniquins, atrelado ao dinâmico desenvolvimento da nova capital do Império português reforçou, dessa forma, os efeitos trazidos por tamanho compartilhamento de informações e leituras comuns. Somadas aos aspectos do espetáculo cortesão consagrados como epítomes do bem-viver, tais publicações engendraram efeitos social-psicológicos que impactaram exponencialmente a realidade da urbe, influenciando as práticas e os padrões de sociabilidade e consumo. Um dos resultados mais evidentes de tal processo foi a mudança nos próprios relacionamentos interpessoais, que tornaram o ato de folhear jornais parte constituinte de um vínculo de natureza espiritual experimentado por uma população que se tornou consumidora dos mesmos conteúdos, fazendo emergir uma opinião pública ainda incipiente e que muito impactaria o processo de Independência (VIEIRA, 2019).

Nesse sentido, é importante ressaltar a estrutura simbólica de poder que a atividade da imprensa envolvia: a publicação periódica de jornais

permitiu a circulação de discursos manifestados na forma de notícias, anúncios e demais elementos textuais componentes dos editoriais que, longe de veicularem banalidades, permitiam a difusão de ideias. Dessa maneira, através da divulgação de *atualidades* – entendidas aqui segundo a perspectiva do sociólogo Gabriel Tarde (2005), que as aponta como informações consideradas de interesse geral e que crescem em importância em contextos de desenvolvimento das cadeias de sociabilidades, como era o caso do Rio de Janeiro no início do século XIX –, os textos jornalísticos conformavam um público leitor a elas direcionado e tornavam a prática da leitura simultânea dos mesmos conteúdos um fenômeno urbano. Surge, assim, um ritual citadino que, se por um lado escancarava a existência socialmente compartilhada de uma paixão, por outro levava a um processo de introjeção do peso da atenção virtualmente dispensada pela comunidade sobre os sujeitos (TARDE, 2005).

Esta influência do setor editorial e de seu poder de conformação de uma comunidade integrada apesar de sua relativa distância física se fez sentir em terras brasileiras sobretudo quando, após os movimentos que levaram à Independência do território, tornou-se necessário lançar as bases de um projeto integrador de suas províncias. Tal processo pressupunha, na esfera política, a busca pelo reconhecimento internacional do novo país e a divisão do poder entre a autoridade centralizada nas mãos de D. Pedro I e os governos provinciais (NEVES, 2011). No campo do social, por sua vez, seria necessário lidar com o desafio de conformar a pletera de grupos no interior do novo país a um ideal que garantisse ao recém-independente Brasil a existência de um gentílico nacional socialmente bem definido. Em outras palavras, uma vez consolidada a emancipação, fez-se imperativo levar a frente a formação de uma população coesa e dotada de um sen-

tido de fraternidade que permitisse a formulação do que compreendemos neste trabalho como uma *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2008).

Segundo o cientista político Benedict Anderson (2008) tais comunidades são baseadas em laços de camaradagem horizontal que, sendo incorporados com graus variados de consciência pelos membros de uma sociedade, estariam acima das explorações e desigualdades existentes em seu interior. Desse modo, sua formação auxiliaria na composição de um sentido de simultaneidade entre os indivíduos que viria a reforçar o sentimento comunal de continuidade em relação a um passado imemorial posto em direção a um futuro ilimitado. Tal sentimento se faz mister na formulação do ente coletivo nacional na medida em que lhe garante uma fundamentação pautada em uma história supostamente bastante antiga, mas que não encontra em definitivo correspondente na realidade.

Nesse sentido, Anderson (2008) – em um exercício de reflexão teórica que em muito lembra as proposições de Gabriel Tarde⁴ – destaca o importante papel do compartilhamento de leituras na formação das comunidades imaginadas. Fomentado pelas vicissitudes do capitalismo, o setor editorial promoveu a difusão de periódicos em um movimento ritualístico que reforçou o fenômeno supracitado da simultaneidade, tornando diferentes indivíduos possuidores das mesmas informações através do consumo textual dos mesmos jornais ao mesmo tempo. Tem-se a gênese, portanto, do vínculo social-psicológico que, em linha gerais, constituiu a estrutura inicial que serviria de alicerce à Nação contemporânea na

⁴ Já o filósofo Ernesto Laclau destaca tais semelhanças. Para uma análise crítica acerca do tema comunidades imaginadas, ver: LACLAU, Ernesto. *On Imagined Communities*. In.: CHEAH, Pheng; CULLER, Jonathan. **Grounds of Comparison: around the work of Benedict Anderson**. Nova York: Routledge, 2003, p. 26.

medida em que permitiu a formulação – restrita, é verdade – de identidades comunais compartilhadas no interior de uma sociedade.

Contudo, a pura e simples circulação de informações não garantiria por si só a composição da carga simbólica necessária para assegurar a consolidação bem definida das nacionalidades pois, para este fim, devemos associar à dimensão quantitativa dos conteúdos circulantes uma dimensão qualitativa. Dito de outra forma, tão importante quanto pensar na quantidade de informações acessadas pela população, seria necessário pensar na natureza da informação acessada. Sendo assim, a relação entre o nacionalismo e os textos veiculados nos jornais também estaria calcada, em grande medida, no compartilhamento de matérias que, aparecendo de forma recorrente nos periódicos, estimulassem a difusão de símbolos e práticas que colaborassem para estruturar normas e valores. Em última instância, seria essa formulação simbólica que “corporificaria” o ente a que se deu o nome de Nação, em um processo de *invenção de tradições* que estaria na base do desenvolvimento da consciência nacional no Brasil como alhures (HOBSBAWM; RANGER, 2008).

E também no âmbito de tais invenções a história se apresenta como importante elemento legitimador, uma vez que a evocação de um passado – ele mesmo muitas vezes inventado, ou distorcido – é parte constituinte da consolidação de determinadas estruturas sociais e do pensamento que encontram na difusão e no reforço de tradições os condicionantes de suas aspirações à antiguidade. Este fato fica latente ao ser associado ao fenômeno do nacionalismo: ora, como dito anteriormente, as Nações surgidas na contemporaneidade têm na busca por uma representação como sistema natural e perene a base de sua aceitação enquanto entes definidores

das comunidades que as compõem. E as tradições são de suma importância para o sucesso desse projeto, como afirmam os historiadores Eric Hobsbawm e Terence Ranger (2008, p. 22-23):

[...] Não nos devemos deixar enganar por um paradoxo curioso, embora compreensível: as nações modernas, com toda a sua parafernália, geralmente afirmam ser o oposto do novo, ou seja, ser comunidades humanas “naturais” o bastante para não necessitarem de definições que não a defesa dos próprios interesses [...] E é exatamente porque grande parte dos constituintes subjetivos da “nação” moderna consiste de tais construções, estando associada a símbolos adequados e, em geral, bastante recentes ou a um discurso elaborado a propósito (tal como o da “história nacional”), que o fenômeno nacional não pode ser adequadamente investigado sem dar-se a atenção devida à “invenção das tradições”.

E dentre os diversos elementos evocados como base para a invenção de tradições, a alimentação se destaca por seu elevado valor como parte constituinte de identidades, na medida em que se erige como importante marcador cultural. Assim, o comer de um povo se caracteriza por seus diferentes sentidos que, compondo parte de um código identitário, podem ser modificados e redefinidos segundo as configurações de um determinado grupo ou sociedade (MONTANARI, 2013, p. 184).

No caso do Brasil – e mais especificamente de sua capital à época –, este processo foi amplamente observado entre as décadas de 1840 e 1860. Nesse período, o discurso relativo à gastronomia ganhou, ao lado de um conjunto de elementos autóctones e da formulação de um projeto impulsionado pela então recente fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), um tom cada vez mais nacional. Representada sobretudo pela limitada, mas agora marcada presença de ingredientes como a

farinha de mandioca, o milho e o feijão preto nas receitas, a cozinha brasileira passou a ser cada vez mais difundida através de diferentes suportes literários. Nesse sentido, cabe referenciar a potencial expansão do público leitor no período, algo que pode ser percebido pela cada vez maior participação de alimentos constituintes das refeições cotidianas nos livros de cozinha, que não mais seriam tomados apenas pelas referências gustativas da elite cosmopolita carioca⁵ (MERLO, 2018, p. 85).

Mas também os periódicos representavam veementemente tal expansão. Com efeito, a circulação de informações relativas a uma alimentação cada vez mais abasileirada em uma base diária tornou os alimentos divulgados um símbolo do que Gabriel Tarde (2005) definiria como atualidades, atingindo o público que acessava tais leituras como algo relevante. Dessa forma, as publicações se tornaram parte de um conjunto de conteúdos que, uma vez mobilizados quantitativa e qualitativamente,

5 A historiadora Patrícia Merlo (2018) ressalta a ascensão deste elemento nacional em um contexto em que o discurso gastronômico se via ainda grandemente influenciado por um padrão alimentar advindo da Europa, e em especial da França. Dessa forma, a autora destaca, por um lado, a presença no *Cozinheiro Imperial* (1840) – primeiro receituário brasileiro impresso e fonte de seu estudo no artigo ora evocado – de ingredientes típicos do Velho Mundo, tais como alcachofras, trufas, carnes de veado e de lebre e frutas provenientes do Hemisfério Norte, o que por sua vez chama a atenção para o afastamento que a obra empreende da alimentação ordinária do público brasileiro. Por outro, salienta o gradual crescimento do número de receitas à brasileira ao longo das reimpressões da obra, chegando a brasilidade a caracterizar oito pratos em sua sétima edição, publicada em 1877. Apesar de numericamente tímida, a crescente aparição de um gentílico nacional associado a pratos compostos por ingredientes locais ao longo das sucessivas publicações do *Cozinheiro Imperial* pode ser considerada uma importante marca da formação de uma identidade que, estando em processo de formação, encontra na composição de uma cozinha nacional um traço indelével de sua força. Como veremos mais adiante, também os anúncios presentes nos jornais cariocas apresentam esse progressivo ganho de um elemento nacional em seu conteúdo, chegando a registrar, na última década do século XIX, marcas de uma cozinha adequada à realidade do país.

comporiam o arsenal de tradições existentes no Brasil, influenciando no estabelecimento daquilo que viria a ser considerado uma cozinha nacional.

Para os propósitos de nosso trabalho, daremos enfoque em um prato que compôs, ao longo de todo o século XIX, a alimentação brasileira e progressivamente se constituiu como parte de um cardápio associado à identidade nacional: a moqueca. Apesar do pouco conhecimento acerca da origem do prato, relatos dos séculos XVI e XVII nos permitem acessar relances de sua formação, que se deu enquanto uma técnica indígena para assar a carne em labareda ou prepará-la em seu próprio caldo. A partir do século XVIII, este procedimento foi associado cada vez mais ao preparo de peixes, e é justamente este cozimento brando a partir do próprio líquido liberado pelo animal que deu origem à “moqueca” (MERLO, 2011, p. 30-31). No decorrer do Oitocentos, este prato ganhou destaque e passou a figurar com maior frequência nos jornais, sendo objeto de uma oferta cada vez maior em estabelecimentos voltados à venda de produtos edíveis.

A seguir, buscaremos investigar, através de uma análise dos anúncios de estabelecimentos que vendiam a moqueca publicados em periódicos circulantes no Rio de Janeiro, as relações objetivas estabelecidas entre esta crescente oferta e a inserção do prato enquanto elemento constituinte de uma cozinha nacional em formação. Ademais, visaremos compreender como seu progressivo ganho de destaque auxiliou na definição de receitas específicas para seu preparo, influenciando, dessa maneira, os próprios sentidos dados ao alimento no período em tela.

Os anúncios envolvendo a moqueca na Imprensa do Rio de Janeiro oi-

tocentista

O acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, localizado no site da Biblioteca Nacional, é uma ferramenta de pesquisa gratuita que permite aos pesquisadores das diferentes áreas do conhecimento acessarem livremente periódicos históricos da imprensa brasileira, desde a Gazeta do Rio de Janeiro até publicações raras e mesmo extintas dos séculos XIX e XX. Através de sua ferramenta de busca, é possível realizar investigações a partir de palavras-chave que, uma vez pesquisadas, são encontradas no interior dos jornais, o que facilita sobremaneira a análise de temas específicos na imprensa periódica de todos os Estados da União.

E foi precisamente tal fato que permitiu a realização da pesquisa aqui apresentada. A partir da busca pelos vocábulos “moqueca”, “muqueca” e “peixada”, pudemos investigar as ocorrências de tais termos nos anúncios da imprensa do Rio de Janeiro no decorrer do século XIX para, em última instância, analisar o progressivo ganho de significados da moqueca ao longo do período em tela. Tomando o alimento enquanto um conceito, nosso intento foi o de compreender como se deu seu ganho de densidade durante o Oitocentos, algo que, além do aspecto semântico, também perpassa sua dimensão social e cultural.

Para a realização de tal trabalho, nosso foco recaiu sobre elementos qualitativos, como a composição do prato, os alimentos a ele associados e os sentidos trazidos pelos termos que compõem os anúncios em que aparece nos jornais; e sobre elementos quantitativos, representados sobretudo pelo número de ocorrências das palavras-chave ao longo das décadas. E nesse sentido, cabe destacar que nenhum dos termos evidencia mais ambas as dimensões do que a própria palavra “moqueca”. Com efeito,

encontramos no decorrer do século XIX 301 anúncios por ela compostos, ocupando um total de 16 jornais.

O registro mais antigo de um anúncio que contém o termo foi encontrado na página 4 da 189ª edição do jornal *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878), do dia 23 de agosto de 1838. Alocado em seção intitulada “Noticias Particulares”, a propaganda se encontra envolta por diversas outras informações de temáticas variadas e escritas em parágrafos de texto corrido, sendo precedida por uma divulgação individual de prestação de serviços e sucedida por mensagem de um estabelecimento que realizava o recebimento e a venda de indivíduos escravizados, além da penhora de ouro, prata e brilhantes. Seu conteúdo ressalta um fator presente ao longo de todo o século no que se refere ao prato: sua identificação com o território baiano. Dessa maneira, a passagem informa: “Na casa de pasto da rua d’Ajuda n. 48, haverá amanhã carurú, vatapá, e moqueca de peixe com leite de côco feita a moda da Bahia” (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1838, p. 4).

Tal fato se repete na década seguinte, quando, em artigo intitulado “A verdadeira fama do peixe frito”, o *Jornal do Commercio* (1827-) divulgou local onde a venda da “moqueca da Bahia” era feita em conjunto com outros alimentos provenientes não apenas do mar, mas também de galináceos e de carnes vermelhas. Assim, encontramos no trecho:

rua do cano n. 154, a sahir ao Largo do Rocio, hoje domingo 24 e os mais todos, haverá sarrabulho, dobradinhas, rijões, rabanadas, bolinhos de bacalhão, caril de galinha, de peixe, moqueca da Bahia, papas com agrião, e nunca faltando o bom peixe, e a bem feita salada (JORNAL DO COMMERCIO, 1847, p. 3)

É curioso perceber como neste primeiro momento o prato aparece de forma praticamente avulsa, em estabelecimentos sem grandes especificações, haja visto o fato de não terem sequer sido nomeados. Além disso, merece destaque o fato de que a moqueca não recebe nenhum destaque enquanto parte do cardápio dos locais, sendo antes apenas mais um alimento contido em seus catálogos.

Tal característica começa a mudar a partir da década de 1870, quando pela primeira vez há um registro de estabelecimento nomeado que traz o prato em seu cardápio. Trata-se de um local chamado Hotel Bahiano, localizado na Rua Nova do Ouvidor, centro de sociabilidades da urbe carioca. Em passagem de 1879, a *Gazeta de Notícias* (1875-1956) divulga de forma centralizada em sua sexta página a abertura do local, dando destaque aos alimentos a serem oferecidos no dia da inauguração, entre os quais está a moqueca.

Figura 1 – Anúncio de inauguração do Hotel Bahiano (26 de dezembro de 1879)



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Percebe-se, dessa forma, o aumento do prestígio do prato ao longo desse período. Sendo a hotelaria uma espécie de serviço pautado, para além do âmbito estrutural – isto é, de seu poder de acomodação –, pelo bom ou mau desempenho de seu atendimento (ROSSINI; TOMELIN; SOLANO, 2018, p. 215), a alimentação fornecida no interior de um hotel se apresenta como importante elemento definidor de sua qualidade enquanto estabelecimento. Dessa maneira, a “aposta” na moqueca como parte do espetáculo de inauguração de um hotel em uma rua de pujante movimentação é um indício revelador de seu status na sociedade carioca das décadas finais do século XIX. Já a partir da década de 1880, vemos uma proliferação de anúncios em noticiosos de diferentes categorias. Ao todo, são encontrados ao longo desse período 191 anúncios em 11 periódicos distintos. Assim, contamos com *O Fluminense*, com duas ocorrências; *O Programma Guiador: Folha Diária*, com três ocorrências; *A Evolução: órgão conservador*, com três ocorrências; *Monitor Campista*, três ocorrências; *O Paiz*, cinco ocorrências; *Diario de Noticias*, cinco ocorrências; *Gazeta da Tarde*, sete ocorrências; *A Vanguarda*, nove ocorrências; *Jornal do Commercio*, 23 ocorrências; *O Programma-Avisador: Publicação Diária*, 57 ocorrências; e *Gazeta de Noticias*, 74 ocorrências.

Em tal contexto, importa destacar a grande associação entre a moqueca e outros alimentos considerados típicos da cozinha baiana, como o caruru, o vatapá e o angu. Além disso, o prato deixou de ter presença somente em estabelecimentos comerciais e alcançou também os locais voltados à movimentação artística. Prova disso é sua dupla aparição na edição de número 559 do jornal *O Programma-Avisador: Publicação Diária*, em 1886. Com efeito, temos anúncios da programação artística de dois teatros, onde uma opereta e uma peça dramática poderiam ser acom-

panhadas pela ingestão, entre outras coisas, da moqueca fornecida por um estabelecimento chamado *A Casa Bahiana*.

Figuras 2 e 3 - Anúncios de evento teatral onde ocorreria a venda de alimentos



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Ademais, é nesta década que encontramos o primeiro anúncio em que a moqueca está sendo associada ao elemento nacional. Tal ocorrência se encontra na edição de número 294 do jornal *Gazeta de Noticias*, no ano de 1886. Na ocasião, há a divulgação de um estabelecimento que, apesar de não nomeado, é localizado geograficamente através de seu endereço. Inicialmente, é importante destacar o fato de que o local se encontra na já referida e prestigiada rua do Ouvidor. Acima de tudo, entretanto, cabe ressaltar o caráter diferenciador do gentílico nacional que, pela primeira vez, uma propaganda mobiliza como elemento distintivo da qualidade de seus produtos. Assim, temos na passagem:

o almoço e [ilegível] o jantar, com vinho, systema diferente de

nossos collegas; pois garantimos que em iguarias e bem servir não temos competidor; o cosinheiro é um dos mais peritos d'esta côrte, cosinha a franceza e a brasileira. Hoje boa e completa feijoada, amanhã moqueca á bahiana; na rua do Ouvidor n. 82, sobrado (GAZETA DE NOTICIAS, 1886, p. 5, grifo nosso).

Percebemos, dessa forma, a cozinha brasileira não apenas como existente, mas como marca de distinção de um profissional do preparo alimentício. Além disso, é destacável a equiparação entre a cozinha da comunidade nacional brasileira e a cozinha francesa, o que põe em evidência a carga simbólica adquirida por aquela ao longo das décadas do Oitocentos.

Tal fato pode ser reforçado por anúncio encontrado uma década depois no jornal *O Paiz* (1884-1934). Em sua edição de número 4367, de 1894, encontramos a indicação de um Restaurant á Bahiana, possuidor de uma “cozinha essencialmente brasileira”, que tem como componente a “moqueca de peixe, ostras e camarões”.

Figura 4 – Cardápio de restaurante



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

E as palavras-chave “muqueca” e “peixada” não seguiram ritmos diferentes. Com efeito, e no que pese sua menor aparição nos periódicos se comparados à palavra-chave “moqueca”, seus registros se concentram nas últimas décadas do Oitocentos: “muqueca” é encontrada em apenas um anúncio da década de 1850, em 22 anúncios da década de 1880 e em 25 anúncios da década de 1890, enquanto “peixada” aparece em apenas oito propagandas (uma na década de 1850, uma na década de 1870, duas na década de 1880 e quatro na década de 1890).

Ainda assim, alguns de seus pontos merecem destaque, como o as-

pecto de distinção que os anúncios que a compreendem trazem. Dessa forma, encontramos em uma propaganda de título “Casas de primeira ordem”, encontrado no jornal *O Caixeiro* (1873- ?) a seguinte passagem:

[...] Ha annos estabeleceu-se na rua Nova do Ouvidor n. 35, o Sr. Innocencio Santos, moço alegre, sizudo, que tem para o negocio um tino de aguia; sua GRUTA BAHIANA é hoje o ponto dos litteratos, dos commerciantes, dos que visitam esta capital e dos que saboreiam a muquèca e o vatapá (O CAIXEIRO, 1899, p. 3).

Dessa maneira, a muqueca se erige como prato turístico. E apesar de estar associada fortemente à Bahia, sua recorrente aparição no Rio de Janeiro assinala, de um lado, a importância da capital como polo definidor de sociabilidades e de circulação econômica e, de outro – e estabelecendo uma relação quase causal, uma vez que isso favorece a concentração urbana –, seu peso na formação de identidades grupais e nacionais.

E também a “peixada” ilustra tal fato, sendo evocada como alimento de destaque em práticas de turismo, como ilustra a passagem a seguir, encontrada na 18ª edição do jornal *A Republica*, de 25 de janeiro de 1894, em anúncio intitulado “Importante Passeio”, que trata do roteiro de um dia de experiências turísticas em São João da Barra: “Em S. João da Barra haverá demora de uma hora, para o competente almoço, visto haver um hotel de primeira ordem, fornecendo sempre a excellente PEIXADA” (A REPUBLICA, 1894, p. 3).

Figura 5 – Anúncio de passeio turístico



IMPORTANTE PASSEIO
Domingo, 28 do corrente
A PITORESCA CIDADE DE
S. João da Barra
E CONVIVENCIA

Realizado pela club carnavalesco dos Tamoyos.
A's 7 horas da manhã em ponto, ao estrondo medonho de uma *cabeça de gato*, largará do porto da banca o vapor Cachoeiro, unico que actualmente faz suas viagens sem receio de ser encailhado nos bancos de areia.

Em S. João da Barra haverá demora de uma hora, para o competente almoço, visto haver um hotel de primeira ordem, fornecendo sempre a excellentê PEIXADA.

O vapor seguirá para a Convivencia, lugar muito a proposito para gosar-se de uma fresca agradabilissima e observar-se as evoluções do mar.

Regressará a's 5 horas da tarde.

Passagem de ida e volta . . . 3\$000
Haverá um completo botequim a bordo.
Os bilhetes são pagos no acto do embarque.

A comissão.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Considerações finais

A análise das fontes nos permitiu compreender como se deu a evolução da “densidade conceitual” da moqueca não apenas enquanto alimento composto por ingredientes específicos e portador de significados e destinações singulares, mas também como elemento componente da carga simbólica necessária à formação da comunidade nacional. Deste modo, o país que recebeu, após 1822, o nome de Brasil, teve como uma de suas características constituintes a tradição alimentar, que seria composta por símbolos gastronômicos social e culturalmente assimilados para representar o que chamamos de “cozinha brasileira”

Assim, é curioso perceber como o prato evoluiu ao longo das décadas, deixando de ser apenas parte de cardápios mais ou menos perdidos no meio de jornais e se tornando elemento de destaque dos estabelecimentos que o comerciavam no Rio de Janeiro de fins do século XIX. E, apesar de não termos dado enfoque na relação entre a dimensão econômica e a dimensão cultural de tal desenvolvimento – nos centramos propositalmente mais nesta do que naquela, que apenas apareceu de forma marginal –, destacamos, através mesmo de nossas fontes, as ligações entre ambas. Com efeito, os anúncios comerciais expostos nos diferentes periódicos cariocas ao longo do Oitocentos revelam, com seus preços, seus posicionamentos nas páginas e os destaques dados a certos tipos de refeição em seu interior, o peso que esses alimentos ganharam enquanto elementos a serem consumidos na urbe, formando mesmo parte da identidade local e nacional.

Ademais, buscamos destacar outras facetas envolvidas nesse processo, como a repetidamente referida dimensão quantitativa que aqui é tão importante, visto que o número de ocorrências dos termos pesquisados já demonstra em larga escala o grau de sua importância social na comunidade estudada. Assim, a reprodução de anúncios nos permite perceber a natureza de “atualidade” que, na acepção de Tarde (2005), a moqueca ganhou ao longo do período investigado.

REFERÊNCIAS

Fontes

A Evolução: órgão conservador, Rio de Janeiro, 1886.

A Republica, Rio de Janeiro, 1890-1895.

A Vanguarda, Rio de Janeiro, 1885-1886.

Diario de Noticias, Rio de Janeiro, 1885-1895.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1821-1878.

Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 1880-1901.

Gazeta de Noticias, Rio de Janeiro, 1875-1956.

Gazeta do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1808-1822.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1827- .

Monitor Campista, Rio de Janeiro, 1834-2009.

O Caixeiro, Rio de Janeiro, 1873-?.

O Fluminense, Rio de Janeiro, 1878-2016.

O Paiz, Rio de Janeiro, 1884-1934.

O Programma Guiador: Folha Diaria, Rio de Janeiro, 1887.

O Programma-Avisador: Publicação Diária, Rio de Janeiro, 1884-1888.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo/ Benedict Anderson; tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. Da dietética à gastronomia regional portuguesa: um estudo de caso. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 16, n. 28, pp. 129-142, jan-jun.2014.

GAGLIARDO, Vinicius Cranek. **Imprensa e civilização no Rio de Janeiro oitocentista**. 2016. 252 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

- HOBBSAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, v. 25, 2006.
- LACLAU, Ernesto. On Imagined Communities. In.: CHEAH, Pheng; CULLER, Jonathan. **Grounds of Comparison**: around the work of Benedict Anderson. Nova York: Routledge, 2003.
- MERLO, Patrícia. Cozinheiro Imperial: intercâmbios gastronômicos e identidade nacional no primeiro receituário brasileiro. **REVISTA DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**, v. 1, p. 77-88, 2018.
- _____. Repensando a tradição: a moqueca capixaba e a construção da identidade local. **Interseções** (UERJ), v. 24, p. 25-32, 2011.
- MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. 2ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.
- MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec/Fapesp, p. 617-636, 2005.
- NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. A vida política. In.: SILVA, Alberto da Costa e. **História do Brasil Nação**: 1808-2010, Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. "Avisos de livros nos periódicos luso-brasileiros: um instrumento dos acontecimentos políticos e culturais (1808-1821)". In: SCOTT, Ana Silva Volpi; FLECK, Eliane Cristina D. **A corte no Brasil**: população e sociedade no Brasil e em

Portugal no início do século XIX. São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2008.

ROSSINI, Diva de Mello; TOMELIN, Carlos Alberto; SOLANO, Amélia Keller. A HOSPITALIDADE NOS HOTÉIS DA CIDADE DE ITAJAÍ (SC) NO SÉCULO XIX. Turismo. **Visão e Ação**, v. 20, p. 209-234, 2018.

SCHULTZ, Kirsten. **Versalhes Tropical**: Império, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808- 1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

TARDE, Gabriel. **A Opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VIANA JUNIOR, Fernando Santa Clara. **RITUAIS CORTESÃOS E CULTURA ALIMENTAR: ELITE E COZINHA DE CORTE NO PERÍODO JOANINO (1808-1821)**. 2022. Tese (doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal do Espírito Santo, 2022.

VIEIRA, Octávio Pacheco. **Origens da imprensa no Brasil**: estudo propográfico dos redatores e editores de periódicos publicados entre 1808 e 1831. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O desenvolvimento conceitual da moqueca nos periódicos oitocentistas publicados nas províncias além dos limites à Corte¹

Juliano Freires Ramos²

Introdução

Nas primeiras décadas do século XXI, falar de moqueca envolve a assimilação de vários outros elementos. Geralmente se associa a regiões de praia, a estados como Espírito Santo e Bahia e toda a sua carga cultural e simbólica. Nesse sentido, os debates sobre a moqueca ser um patrimônio imaterial se manifestam na política e no direito, pois a partir da constante evolução dos direitos humanos, o direito ao patrimônio imaterial se apresenta como legítimo e necessário para a humanidade. Todavia, essas

1 O presente artigo é resultado da pesquisa “O termo moqueca nos periódicos oitocentistas publicados nas províncias além dos limites à Corte”, apresentado na Jornada de Iniciação Científica da UFES no ano de 2022, com apoio do CNPq e FAPES, sob orientação da Dr^a Patrícia Maria da Silva Merlo, disponível em <<https://anaisjornadaic.sappg.ufes.br/desc.php?&id=19520>>

2 Graduando em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Membro do grupo de pesquisa LABCODEX Labirinto da Codificação do Direito Processual Internacional (Ufes-CNPq). Membro do grupo de estudos Modernidade Ibérica (Saberes e Sabores: História da Alimentação e das Práticas de Cura) vinculado ao departamento de História da Ufes.

construções e associações não são naturais, muito menos antigas.

A palavra moqueca vem do verbo “moquear”, que significar assar no moquém. Assim, antes de se tornar o conceito que é dado no século XXI, ele foi construído, densificado e aprimorado ao longo do tempo, ganhando cada vez mais novos elementos e associações.

Assim, o presente artigo visa contribuir com esse estudo do desenvolvimento do termo dando ênfase na moqueca, originalmente como técnica indígena convertida em prato, nos periódicos nacionais publicados para além dos limites da corte portuguesa na América durante o século XIX.

Procurou-se detectar a dinâmica e a existência de significados aparentemente diversos dentro de uma mesma época, buscando reunir subsídios que ajudem a compreender o complexo processo de ressignificações das palavras moqueca/muqueca e peixada ao longo do século XIX nos periódicos publicados nas províncias além da região sudeste, analisando a variação semântica em seus usos nas múltiplas dimensões do mundo social.

Para isso, foi usado como referencial teórico a História dos Conceitos, de Reinhart Koselleck, e os pensamentos de Eric J. Hobsbawm, Terence Ranger na sua obra *A Invenção das Tradições* e Benedict Anderson na sua obra *Comunidades Imaginadas*. Buscou-se assimilar os principais conceitos e linhas de raciocínio dos autores e relacioná-los, de forma a deixar a investigação mais completa.

Foi escolhido como objeto de pesquisa as ocorrências referentes à moqueca, peixada, caldo de peixe e moquém e seus usos culinários e figurados em jornais. Essas palavras foram observadas nos periódicos pro-

duzidos nas províncias além da corte, isto é, além da atual região sudeste.

O motivo para a escolha dos jornais foi pois a culinária neles não figura tema central. Os aparecimentos dos indícios sobre a temática colaboram para a identificação dos usos no cotidiano e indicam a difusão e apropriação dos termos ao longo do tempo (VIANA JUNIOR, 2020. p. 119).

No que diz respeito ao trato com as fontes, foi usada como metodologia a Análise de Conteúdo, conforme proposta por Laurence Bardin e que se divide em quatro etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados obtidos, inferência e interpretação e; 4) síntese final e apresentação dos resultados. Para sua execução, é empregada a técnica de Análise Categorical, que se constitui em operações de desmembramento do texto em unidades de registro que, por sua vez, são recortadas e incorporadas em categorias específicas atinentes ao objeto de estudo tratado (BARDIN, 2004).

Com isso, o procedimento foi organizado em três etapas. A primeira consistiu no levantamento bibliográfico, a segunda, coleta qualitativa de informações da amostra a Hemeroteca Digital Brasileira. Por fim, foi realizada a análise textual da documentação, de maneira que se compreenda a análise da trajetória da moqueca, técnica de cozinha convertida em prato. Interessa pensar como se deu essa transição, considerando o diálogo com a herança lusa que subsidiou a criação de uma cozinha normatizada no Brasil do séc. XIX.

Ao fim, será possível apresentar o processo de desenvolvimento do termo Moqueca no corte metodológico proposto, de forma a identificar quais elementos foram necessários e quais as características que o concei-

to foi ganhando ao longo do tempo.

O patrimônio material e imaterial como direito coletivo e seu desenvolvimento para o patrimônio alimentar.

De acordo com Françoise Choay, o patrimônio histórico é um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias e que se constitui de uma diversidade de objetos que congregam a partir de um passado comum. Essa visão de patrimônio iniciada, no final da Idade Moderna e no primeiro século da Idade Contemporânea foi se desenvolvendo (CHOAY, 2017, p. 11), tendo como outro marco fundamental para sua evolução o pós-guerra com o surgimento da terceira geração de direitos, isto é, direitos difusos que não servem apenas para a proteção do homem isoladamente, mas sim da sua coletividade (MENDES, 2019, p. 139).

Os direitos difusos são aqueles que pertencem, a um só tempo, a cada um dos cidadãos e a todos ao mesmo tempo e alguns são tão significativos que beiram ao consenso social. Dentre suas características, estão: a) a indivisibilidade do objeto, que significa que a sua ameaça e lesão atinge a todos; b) a situação de fato comum, ou seja, estão na mesma situação jurídica; c) a indeterminabilidade dos titulares (ANDRADE, 2016, p. 20-23).

Nesse sentido, a ideia do direito difuso ao patrimônio imaterial ganhou mais estrutura em 2003, quando a Unesco realizou a Convenção para a Salvaguardado Patrimônio Imaterial. A Unesco conceitou patrimônio cultural imaterial como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, junto com os instrumentos, objetos, artefatos e

lugares culturais que lhes são associados que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Além disso, ele se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, p. 4).

Uma vez reconhecido o patrimônio imaterial, uma das suas ramificações é o patrimônio alimentar. Sua definição se consiste em o conjunto de elementos materiais, como materiais e utensílios, e imateriais, como saberes, práticas, representações, das culturas alimentares, considerados como uma herança compartilhada, ou como um bem comum, por uma coletividade (SANTILLI, 2015, p. 586). Sua importância vem sendo a cada dia mais evidente em razão da dominação de um modelo alimentar industrial e homogêneo, pois a gastronomia local convertida em patrimônio alimentar traz consigo os ingredientes, métodos, preparações, formas de sociabilidade e sistemas de significados que se baseiam na experiência vivida (ANAIS, 2010, p. 6).

Desse modo, uma das consequências da elevação de uma prática a Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, como o Patrimônio Alimentar, é a obrigação do país signatário de adotar medidas de salvaguarda visando a viabilidade do patrimônio, e o acesso aos fundos de cooperação e assistência internacional para salvaguardar o bem reconhecido (SANTILLI, 2015, p. 586). Ademais, o reconhecimento da culinária tradicional como forma de produto cultural traz benefício no ramo econômico, im-

pulsionando a geração de trabalho e de renda por atividades complementares, como o turismo gastronômico (PINTO; SIMÕES, op cit. p. 5-7).

Uma histórica de conceitos: a construção da identidade da moqueca e as formas sociais e culturais para seu desenvolvimento.

A ideia de patrimônio ao longo da história passou por momentos de desenvolvimento do seu conceito. A cada novo século, novas ideias e percepções foram reconhecidas, densificando o termo e o ampliando para abarcar de forma mais satisfatória a realidade que busca representar.

Essa maneira de analisar um objeto, a partir do exame conceitual, foi proposta por Reinhart Koselleck e se justifica pela característica inerente dos conceitos, sobretudo os políticos e sociais, de envolverem os elementos e as forças da história. Nesse aspecto, busca-se identificar as camadas temporais que constituem o conceito e, segundo o autor, o conceito, dentre outras palavras, tem várias camadas temporais, e os seus significados têm diferentes *dureés* (KOSELLECK, 2006, p. 268).

Os fundamentos da história conceitual (*Begrifsgeschichte*) são, em larga medida, uma resposta ao caráter de positividade anterior da chamada História das Ideias, que prezava por uma realidade histórica, única e singular que se materializa no tempo e no espaço, enquanto que, para Koselleck, os conceitos não devem ser jamais tomados como um sistema textual autônomo, mas sempre relacionados a uma dada realidade social, a serviço da compreensão histórica, transcendendo seu contexto original e sua capacidade de se projetarem no tempo e no espaço (BENTIVOGLIO, 2010. p. 117-122). Dessa forma, a análise histórica de conceitos, estaria envolvida por camadas conceituais que contêm, a cada época, uma definição própria que nos dirá, ainda que de maneira implícita, o entendi-

mento daquele momento sobre os objetos.

Assim, por meio de sua teoria, busca-se identificar as camadas temporais que constituem um conceito dentro de um dado recorte temporal. Procura-se detectar a dinâmica e a existência de significados aparentemente diversos dentro de uma mesma época, buscando reunir subsídios que ajudem a compreender o complexo processo de ressignificações das palavras no período de estudo, analisando a variação semântica em seus usos nas múltiplas dimensões do mundo social.

Com isso, a história conceitual proposta pelo historiador alemão nos permite examinar a dinâmica de ressignificações, em uma análise semântica que considera os termos como próprios de seus tempos, o que nos distancia de equívocos de ordem anacrônica. Diante disso, para melhor identificar a dinâmica do desenvolvimento de conceito, algumas referências sobre o processo de formação de identidade cultural são valiosas ferramentas.

Uma delas é a teoria de Eric Hobsbawn e Terence Ranger na obra *Invenção das Tradições*. Os autores visaram um estudo sobre as tradições da sociedade e conceituaram “tradição” como conjunto de práticas reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, de natureza ritual ou simbólica que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição. Essas práticas implicam uma noção de continuidade em relação ao passado, passado este que é historicamente apropriado (HOBSBAWN; RANGER, 2008, p. 9). Assim, a tradição é inventada e é um processo de formalização e ritualização que se refere ao passado selecionado.

Diante disso, a tradição inventada parte da premissa de que ela pos-

sui um grande peso simbólico, criado de forma consciente para a apropriação, construção e legitimidade de uma ideia e discurso. De vertente marxista, sua posição busca compreender as origens, os motivos e a utilidade da tradição na sociedade. A forma de consolidar uma tradição inventada se dá por meio da repetição, que acaba determinando regras tácitas ou abertamente aceitas, de natureza ritual e simbólica (HOBSBAWN; RANGER, 2008, p. 12).

O conceito apresentado mostra termos que permitem uma melhor compreensão dos movimentos dentro da sociedade. Em primeiro lugar, as tradições inventadas são “regras tácitas” ou “abertamente aceitas”. Tratam-se de regras pois são regras que todos conhecem e, em certo grau, concordam, sejam porque são óbvias ou que não há o interesse de alterar. Nelas não há desenvolvimento direto de raciocínio ou concordância expressa e racional sobre o que se coloca, há uma inércia nos pensamentos que permite a naturalização e aceitação do discurso proposto (HOBSBAWN; RANGER, 2008, p. 9).

Outro ponto de destaque é que as tradições inventadas têm natureza ritual e simbólica. As tradições possuem caráter invariável e nada prático e isso se manifesta pelo estudo da forma, dos ritos e dos elementos acessórios. Assim a tradição inventada é um processo de formalização e ritualização ao passado que fora selecionado, tendo cunho ideológico. Os agentes que a usam são instituições políticas e movimentos ideológicos para criar uma ideia de continuidade histórica e legitimação de suas ideologias e, conseqüentemente, sua predominância em dada sociedade (HOBSBAWN; RANGER, 2008, p. 11).

Além do pensamento das tradições inventadas, outra linha, que

aparentemente teórica mas complementar, é o pensamento de Benedict Anderson em *Comunidades Imaginas*. Sua proposta é de buscar, por meio sociológicos e antropológicos, o sentimento de nacionalismo e nação, como se perpetua e quais sinais indicam suas características. Anderson mostra como o nacionalismo possui uma legitimidade emocional profunda e o apresenta como um conceito muito mais etéreo, abstrato e imprevisível, explicando-o a partir do que ele chama de comunidade imaginada.

Em sua obra, Anderson conceitua nação como uma comunidade política, imaginada, intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Imaginada pois nunca todos os membros irão se conhecer e encontrar, porém carregarão consigo sentimentos de camaradagem e união (ANDERSON, 2008, p. 54-56). Esses sentimentos são horizontais, de forma que todos se veem como companheiros e iguais, mesmo com diferentes status econômicos e sociais. Anderson explica que esse fenômeno tem teor de imprevisibilidade pois ele o alinha aos grandes sistemas culturais que precederam a ideia de nação (ANDERSON, 2008, p. 39).

Dos elementos que impulsionaram o Nacionalismo, Anderson destaca dois. O primeiro é o rebaixamento gradual da língua sagrada, tornando-a mais popular e vulgar, o que cria uma unificação e coesão social de interação maior e diminui, pelo menos de forma aparente e na linguagem, a estratificação social. O segundo é o rompimento das barreiras do espaço e tempo que permitiu uma unidade dos indivíduos do passado, presente e futuro e cria-se um organismo sociológico que atravessa o tempo e é homogêneo (ANDERSON, 2008, p. 51-70).

Nesse sentido, o autor também defende que a imprensa foi instrumento importante para o nacionalismo, o qual chamou de Capitalismo

Editorial. Há duas causas que permitiram o a propagação do nacionalismo, e conseqüentemente as tradições, pela imprensa. A primeira é o refino do acesso à língua, pois padroniza os dialetos criando uma linguagem formal que posteriormente é usada para determinar uma linguagem nacional. O segundo é o fenômeno de propagação das ideias dos centros urbanos para as regiões periféricas, unificando a língua, as notícias, as ideias e a exposição (ANDERSON, 2008, p. 71-83).

Além disso, a imprensa corroborou para o rompimento das barreiras de espaço tempo, confirmando a comunidade imaginada a partir da leitura. Anderson dá o exemplo que quando o um rapaz lê sobre o cadáver de um mendigo, ele não encontra o corpo na rua, mas sim o imagina a partir da notícia, ele não se importa com a identidade do mendigo, mas sim no que ele representa, no seu corpo representativo (ANDERSON, 2008, p. 64-65).

Nesse sentido, por mais que *A Invenção das Tradições* e *Comunidades Imaginadas* possuam abordagens distintas, juntas elas permitem uma melhor análise da construção de um conceito. Em *A Invenção das Tradições*, Hobsbawm e Ranger enxergam a difusão do nacionalismo em razão das Tradições Inventadas de forma planejada e consciente, sendo pensada e propagada para favorecer e perpetuar uma classe/grupo dominante. A sua abordagem busca uma análise ideológica da formação da tradição e da identidade da comunidade.

Anderson, por outro lado, leva em consideração fenômenos que estão além do controle dos seres humanos e a natureza humana que, mesmo tendo consciência do fenômeno, não conseguem deixar de serem influenciados. Desse modo, as ideias de Hobsbaw se limitam no fato de que nem

tudo consegue ser devidamente controlado ou pensado por alguém quando se fala em tradição e nacionalismo, ao passo que Anderson esquece que a sociedade também é movida por força humana de forma consciente, com o intuito de se defender e propagar uma ideia.

De todo o modo, tanto Hobsbaw e Ranger quanto Anderson realizam uma análise sobre o discurso que pode circundar um conceito. Isso é muito útil quando se estuda os hábitos alimentares de um povo, pois eles são indissociáveis de sua identidade, sendo uma chave de marcadores de identidades culturais. A comida é um forte elemento para o nacionalismo e a difusão da tradição pois ela pode distinguir um território, servindo como marcador de identidade coletiva, formando grupos que se reconhecem pelo aspecto comum da alimentação (MERLO, 2020, p. 523-524).

Assim, quando se fala de moqueca, a sua semântica ao longo do tempo ganha novas camadas de extensão e profundidade. Originalmente, o termo era usado a se referir a uma prática de cozinha, sendo que ele foi transformado em produto, um prato para ser servido, até ser considerado elementos de identidade de uma região. Essa alteração pode ser explicada com base nos referenciais teóricos apresentados, pois a simultaneidade dos jornais e sua prática auxilia na formação de uma comunidade imaginada. Deles se retiram um processo de longo prazo, que gera a formação de um ideal nacional voltado à gastronomia.

Esse ideal não é formado de forma instantânea e fácil, precisando de bases para que se construa. Nesse sentido, as tradições inventadas se apresentam como os alicerces dessa construção, criando o discurso gastronômico que leva em consideração a valorização dos elementos selecionados, descritos e repetidos.

A moqueca no século XX nas províncias além da corte: de técnica de cozinha à iguaria regional.

A partir dessa base teórica, foi feita pesquisa para identificar as camadas temporais que constituem o conceito de moqueca como um prato com contornos definidos dentro de um dado recorte temporal. Assim, foi possível uma melhor compreensão de como um conceito é construído ao longo do tempo e como o discurso e os agentes interferem nesse trabalho.³

A análise foi feita com base nos seguintes questionamentos: a) como o termo é usado; b) por que ele foi usado; c) qual é a intenção e finalidade do uso do termo; d) quem está usando; e) qual a mensagem e o sentimento que se têm a partir do seu uso.

Desse modo, os periódicos revelaram três grupos de termos e expressões se relacionavam ao conceito atual de moqueca, sendo deles: a) O termo moqueca e suas variáveis; b) os termos peixada ou caldo de peixe; c) os termos moquear e moquém. Para melhor organização, a pesquisa foi feita separando as incidências por décadas, começando na primeira ocorrência identificada: 1942.

Na década de 40 o termo moqueca aparece como forma de preparo e técnica de cozinha. Uma das incidências que revela isso é no jornal *O Carapuceiro*, de Recife, em 1942, de forma que seu uso foi relacionados ingredientes da seguinte forma: “muitas piabas, carapebinhas e carapicús formão huma moqueca”. Além dessa incidência, no jornal *A Marmota*, filia do jornal do Rio de Janeiro na Bahia, apresenta um texto no qual há um diálogo, em forma de poesia, em que o personagem diz que “A muita

3 Para mais detalhes da pesquisa, como a edição o ano e a página dos periódicos, além de outros indícios, videm o relatório completo da Iniciação Científica, disponível em: <<https://anaisjornadaic.sappg.ufes.br/desc.php?&id=19520>>.

gente sufoca, Peixe com molho é Moqueca, Milho torrado é pipoca”.

Essa referência no contexto faz um jogos de palavras com base na obviedade. Por ter um teor descontraído, acredita-se que se buscou a rima de termos que já são populares e de fácil assimilação. Assim, o texto nos dá um conceito claro de moqueca para época: peixe com molho. Há relação apenas com a forma a qual o peixe feito, o que reforça o uso como técnica de cozinha.

Todavia, no final dessa década, nos jornais regionais da Bahia, já há ocorrência do uso do termo moqueca como prato associado com a região. No jornal *O Cosmorama da Bahia*, em 1949, há o uso do termo da seguinte forma: “Porventura não tinha na Bahia, Moqueca, Vatapá ealconomia?”

Assim, as ocorrências da década de 40 nos informa o uso do termo moqueca como técnica de cozinha, sendo que ao final da década se associa a técnica com um prato regional.

Na década de 50, o termo moqueca começou a aparecer mais como prato de comida e o uso como técnica de cozinha ganhou menos importância. Além disso, ele se apresenta em certos casos com um complemento do tipo de peixe/marisco, mas não há o mesmo peso de técnica como os textos da década de 40. Como exemplo, o jornal *A Verdadeira Marmota*, em 1851, apresenta um dicionário e explica que a palavra *Lambidella* se trata do ato de passar a língua no prato, como uma moqueca de peixinhos muitos pequenos.

Na década de 60, o uso do termo moqueca se assemelha à década de 50. Porém, ocorre as primeiras incidências dos termos moquém e moquear. Todas elas estão relacionadas ao folhetim *Iracema*, Lenda do Ceará pelo Conselheiro José de Alencar. O seu uso remete a preparo e, além dis-

so, o texto possui um contexto indígena, por se tratar de José de Alencar e seu romance *Iracema*.

A partir da década de 70, as ocorrências aumentaram significativamente, sendo que começou a parecer mais o termo “moqueca à bahiana”. Das ocorrências, destaca-se a do *Annaes da Assembleia Legislativa*, que informa quem em dada reuniões de deputados, foi oferecido para homens de Ouro Preto um jantar “à bahiana”, com caruru, vatapá e moqueca ela ganha como característica a ardência.

No mesmo sentido, no jornal *A Bahia*, publicado em Recife, há um texto em forma de conversa entre um hóspede na Bahia com o garçom, no qual ele pede pratos como vatapá e caruru e é respondido que não há. Diante disso, o hóspede se manifesta dizendo: “Me caro senho, eu estou na Bahia, tenho direito a cozinha bahiana. Não me faça perder a paciência, Já prescindi da cadeirinha mas não estou disposto abrir mão do vatapá, da muqueca e do caruru”.

Esse texto aparece em periódicos que não são da Bahia, um é de Recife e outro é do Maranhão, ou seja, a associação é feita nas províncias adjacentes a região baiana.

Ainda, uma ocorrência chamou atenção pelo seu uso como marca-do de identificação entre países. No *Jornal de Recife* em 1875. Há um texto chamado “O Carnaval de Bolívia” que é uma correspondência de alguém na Bolívia para o *Jornal do Commercio* do Rio. Os autores da cartam narram sua estadia na Bolívia no período de carnaval e descrevem como que é a festa na região. Dentre as descrições contam que a confecção de *humintos*. O *humintos* é milho verde, móido entre duas pedras pelo sistema primitivo, queijo e embrulhado em uma *chala*, palha do mesmo milho

e assado no forno “uma espécie do que ahi se chama moqueca”.

Quanto ao termo moquear, ele aparece apenas no jornal *o Monitor*, em 1877, em um ato do presidente da província, determinando que é proibido desmanchar e cozinhar baleias e seus fragmentos, seja no moquear e no salgar. Desse modo, o termo já é usado de forma a parte do conceito formulado de moqueca, o moquear é uma técnica de preparação/armazenamento, ao passo que moqueca já ganhou em seu conceito a identificação como prato e, aos arredores da Bahia, já há a sua associação como comida “a moda bahiana”, principalmente ao uso da pimenta.

A partir das décadas de 80 e 90, o termo moqueca aumenta ainda mais. Quando aparece se relacionando com a Bahia, ele aparece em conjunto com o vatapá e o caruru, bem como a característica de ser bem apimentado. Uma incidência que reforça essa ideia é de um texto no jornal *Pacotilha*, em 1891, que o eu lírico ao falar sobre a Bahia, insere a moqueca como lembrança.

Nesse sentido, o termo é associado claramente à Bahia no *Jornal do Comércio*, em 1897, no qual se falava de um evento que teve “especial menção a faciona Bahianinha, que tinha se mil sedução das filhas da terra da muqueca”.

Além disso, a partir dessa década começam a aparecer anúncios de restaurantes, divulgando a moqueca como prato do dia, sendo que há ênfase que ela será feita por pessoa da Bahia. Um outro exemplo é no *Jornal de Recife* que trazia anúncio nesses termos, apresentando também o azeite de dendê e outras iguarias bahianas.

Todavia, o uso do termo moqueca não era exclusivamente associado à Bahia, há outras ocorrências que apresentam o termo de forma desasso-

ciada com a região, apresentando um recorte bem específico de prato, ou como comida de consumo comum e corriqueiro.

Como exemplo, em 1887, na *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*, traz no texto “Vocabulário Indígena” com explicações etimológicas, orhographicas, Topographicas, históricas therapeutica. Nele, moqueca é definida como guizado de peixes miúdos, cozinhados de mistura com farinha de mandioca, e assados na braza em folhas de bananeira. Também se trata da aneira porque os indígenas conservavam a caça para não apodrecer, quando andavam de viagem.

Quanto ao uso da moqueca no cotidiano da população, no jornal *Pacotilha*-, em 1890, há a notícia de um crime, que durante a narrativa usa o termo, sem destaque, afirmando que “quando não passou tal ocorrência de uma ligeira desconfiança entre um tio e um sobrinho, de falatórios, durante a comida de uma moqueca em casa do cidadão Glicerio da Costa Lima”. Essa ocorrência revela o uso da moqueca como um elemento comum do cotidiano, diferentemente dos outros registros que o associavam a cerimônias, iguarias e sua importância.

Por outro lado, nesse período começam a aparecer os termos Peixada e Caldo de Peixe. A peixada se relaciona tanto como prato como um sinônimo de boa pesca, porém os dois termos se associam a um prato, menos cerimonial e mais corriqueiro, com a finalidade apenas de nutrir.

Nesse sentido, já há indícios que o termos peixada e moqueca possuem amplitudes diferentes. No jornal *Correio Paraense*, em 1893, a mesma edição trouxe dois anúncios de restaurantes diferentes. Um anunciava com destaque a moqueca, a relacionando com carurú e vatapá, feitos exclusivamente por uma bahiana. Já o outro, informa que no cardápio do

dia terá “Peixada à Bahiana, angú a fluminense, maõ de vacca, sopa de tartaruda, paca no tucupi e outras iguarias não menos apetecíveis.”

Analisando o teor dos anúncios, uma das hipóteses formuladas é que no primeiro, há um maior teor de iguaria e prato exótico e também a temática da Bahia, pois os demais pratos também são associados a região (caruru e vatapá). Além disso, há destaque que eles serão feitos por uma “bahiana aperfeiçoadíssima na arte culinária”, ou seja, além do prato ser exótico, o sujeito que o prepara também é. É uma moqueca à baiana feita por uma baiana, o que aumenta o teor de legitimidade e aproximação da experiência de se comer o prato.

Por outro lado, no outro anúncio, não há essa especificação de quem produzirá as comidas, além de que o prato está em um contexto com outros pratos que não apresentam, em conjunto, associação com determinada região. Mistura-se uma peixada a bahiana com angú a fluminense, logo pode-se levantar a hipótese que aqui não há um apelo ao regionalismo, mas sim a diversos pratos exóticos de outras regiões no quesito de técnica. Em razão disso, não se trataria de uma legítima “moqueca baiana”, mas sim de uma “peixada feita como na Bahia”.

Assim, nitidamente durante o desenrolar do século XIX, o termo moqueca e os termos relacionados se alteraram. De técnica de cozinha, moqueca se tornou prato, e durante esse tempo, ganhou recortes de regionalismo, no sentido de ser uma iguaria, tendo como característica principal a pimenta. Além disso, ela também começou a ganhar traços cerimoniais, tendo seu uso apropriado pelas elites, aparecendo em grandes momentos. Porém, seu uso não foi exclusivo da classe, também ganhando dimensões no cotidiano do resto da população.

Considerações finais

A pesquisa indicou que durante o século XIX ainda não havia uma construção unificada da moqueca. Usando com base o referencial teórico de Kosselleck, Robsbawm, Ranger e Anderson, pode-se notar que o conceito ainda não possui uma defesa ou símbolo de identidade nacional ou regional com a força de se criar uma ideia de nação.

Todavia, já há evidências que podem ser interpretadas como composições de tradição e característica que trazem para a moqueca teores de identificação. A associação do prato como comida apimentada e o fato do cozinheiro ser baiano remetem a uma moqueca à baiana, sendo já a construção de uma regra abertamente aceita, porém longe de ser uniforme.

Há a tradição da moqueca baiana, porém o prato não é exclusivo da região, mesmo que já se faça certa associação. Quando a faz, é relacionada com outros elementos, logo o termo moqueca em si não se vincula apenas a Bahia. Além disso, a moqueca também carrega elementos de prato que só se consome na região brasileira, como a técnica (moquear) que é referenciada como indígena e o tempero, que é devido ao clima da região.

Nesse sentido, o papel do capitalismo editorial na popularização do conceito permitiu o seu desenvolvimento para um possível uso do prato como elemento unificador de nação. A moqueca também é a apresentada no uso corriqueiro do prato por várias camadas sociais, desde a elite como prato cerimonial até para no cotidiano em uma refeição familiar ou de restaurante.

Desse modo, percebe-se que no século XIX começou a transformação da moqueca para o conceito do início do Século XXI. Isso porque

os resultados já indicam um prelúdio de uma construção de identidade pautada na gastronomia, que ainda precisa ser refinada e influenciada para se tornar uma tradição, e um símbolo de identidade regional e nacional.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Adriano et al. **Interesses Difusos e Coletivos: esquematizado**. 6ª ed. São Paulo: Método, 2016.
- ANAIS DO VI SEMINÁRIO DE PESQUISA E TURISMO NO MERCOSUL, 6., 2010, Caxias do Sul. Alimentação e Cultura: Preservação da Gastronomia Tradicional. Caxias do Sul: Semintur, 2010. Disponível em: <https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/13/Alimentacao%20e%20Cultura%20Preservacao%20da%20Gastronomia%20Traducional.pdf> Acesso em: 20 jun. 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3ª ed. Lisboa: Edições, v. 70, 2004.
- BENTIVOGLIO, Júlio Cesar. A história conceitual de Reinhart Koselleck. **Dimensões**, vol. 24, 2010.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 6ª ed. São Paulo: Unesp, 2017.
- HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (org.). **Tradições Inventadas: finalidades e objetivos**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- MERLO, Patrícia M. S.; VIANA JÚNIOR, Fernando Santa Clara. Cozinha performática, identidade local e atrativo turístico: reflexões sobre as inter-relações entre turismo e gastronomia. In: GAZONI, Jefferson Lorencini; BRASILEIRO, Iara Lucia Gomes; WIE-SINIESKI, Livia Barros (org.). **Pesquisa em Turismo**: colaboração, inovação e interdisciplinaridade. Goiânia: 1, 2020. p. 521-545.
- SANTILLI, Juliana. O RECONHECIMENTO DE COMIDAS, SABERES E PRÁTICAS ALIMENTARES COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, [s.l.], v. 10, n. 3, p. 585-606, 28 jul. 2015. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/demetra.2015.16054>.
- VIANA JUNIOR, Fernando Santa Clara. A América Lusa, a Corte Joanina e os novos hábitos alimentares nos classificados da Gazeta do Rio de Janeiro: representações e disputas no cotidiano. In: REIS, Arthur Ferreira (org.). **Os mundos oitocentistas**: pesquisas e reflexões sobre o Brasil do século XIX. Vitória: Editora Milfontes, 2020. p. 109-126.

Um Banquete literário com Eça de Queiroz: Análise das referências alimentares nas obras “O crime do padre Amaro” & “A cidade e as serras”

Marina Galvão Prezotti¹

1. Petiscos de entrada: a alimentação em Eça de Queiroz

... Uma das mais interessantes manifestações de toda a civilização antiga – tem sido esquecida, ou menos atendida (...), justamente uma das que melhor revelam o génio de uma raça: a cozinha!

O comer bem foi, com efeito, uma das grandes preocupações do homem antigo, tão grande, talvez como servir o Estado.

(Cozinha Arqueológica – Eça de Queiroz)

No ano de 2010 o autor português José Quitério nos convidou para uma refeição com Camões, António José da Silva, Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco, Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz, Fernando Pes-

¹Graduada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo e mestre em História pela Universidade do Minho/Portugal.

soa e outros grandes autores portugueses. Na sua obra *Escritores à mesa (e outros artistas)* (QUITÉRIO, 2010), Quitério chama a atenção para como a alimentação ganhou espaço nas páginas dos literatos portugueses, destacando que os escritores, nem os maiores deles, deixaram de tratar de um tema considerado por muitos letrados como matéria menor, ou mesmo abominável e enfadonha, o ato de comer. O que se come, como se come, onde se come, foram temas recorrentes da literatura, nos permitindo debruçar sobre os enredos literários a fim de conhecer aspectos da cultura alimentar de determinado grupo e período. E aqui, nos propomos comer com Eça de Queiroz.

Os novos paradigmas, propostos pelos *Annales*, a partir da década de 1970, não desenvolveram apenas novas produções históricas, incorporando temas “da infância, do sonho, do corpo e, mesmo do odor” (BURKE, 1991.p.56), também redefiniram a própria concepção de fonte histórica. O estudo dos aspectos culturais da sociedade, com todos os seus desdobramentos, deu aos historiadores novos problemas, diferentes objetos, abordagens inovadoras e uma revolução das fontes (BARROS, 2005, p.259-286). Dentro do novo leque de fontes disponíveis ao trabalho do historiador surgem as produções literárias. Uma aproximação entre História e Literatura fez com que se multiplicassem os trabalhos historiográficos que utilizam obras literárias como fonte, preenchendo suas páginas com personagens saídos dos poemas, cordéis, romances e ficções científicas.

O mundo “verdadeiro” de *Clio* se aproveita das “mentiras” de *Calíope*. Os historiadores que fazem da literatura suas fontes de pesquisa trabalham, então, com a imaginação, pois os textos literários são manifes-

tações privilegiadas para se ter acesso ao imaginário das diferentes épocas, e, segundo Pesavento, o “imaginário é sempre um sistema de representação sobre o mundo, que se coloca no lugar da realidade, sem com ela se confundir, mas tendo nela o seu referente” (PESAVENTO, 2006). A literatura enquanto fonte histórica não é trabalhada como reveladora da existência real dos fatos e personagens narrados, mas sim, como um possível retrato de questões envolvidas na temporalidade em que foi escrita, em que viveu o seu autor, ou a qual o enredo se refere. Novamente, de acordo com Pesavento, “o texto literário revela e insinua as verdades da representação, ou do simbólico através de fatos criados pela ficção” (PESAVENTO, 2006), dessa forma, as obras do escritor Eça de Queiroz são fontes importantes na representação da cultural alimentar portuguesa do século XIX.

O escritor português dava grande importância aos aspectos alimentares da sociedade, portanto, ele consagra, em suas obras, um espaço relevante às referências a comida e ao comer, sendo a temática constante não apenas nos seus romances, mas também, em suas cartas e crônicas de imprensa. A ênfase em alimentos e bebidas não constitui algo comum nas narrativas literárias, portanto as produções de Eça são exceções dentro de um panorama geral da ficção (BERRINI, 2014), o que levou alguns estudiosos, literatos e historiadores, a analisarem a alimentação dentro de suas obras como algo além de um mero acessório descritivo, mas como algo crucial na estética do romancista (PEIXINHO, 2016). Entre os esforços em utilizar as referências alimentares enquanto chave interpretativa na obra queirosiana, temos os trabalhos de Beatriz Berrini, destacando sua obra com Maria de Lourdes Modesto, *Comer e Beber com Eça de Queiroz*; diversos artigos do pesquisador brasileiro José Roberto de Andrade, entre

eles *Identidade gastronômica na obra de Eça de Queiroz, Gula e literatura: diálogo gastronômico com a obra de Eça de Queirós*; a pesquisa de Ana Teresa Peixinho, *Estética alimentar queirosiana: notas gastronômicas na obra de Eça de Queiroz*; o livro *À mesa com Eça de Queirós* de Maria Antónia Goes; e o grande compilado de referências alimentares das obras de Eça, *Era tormes e amanhecia: Dicionário gastronômico cultural de Eça de Queiroz. Volume I e II*, produzido por Dário Moreira de Castro Alves (BERRINI, 2016; ANDRADE, 2016; PEIXINHO, 2016; GOES, 2016; ALVES, 1992).

As mais de 4500 alusões a comidas e bebidas, e a descrição de centenas de cenas a mesa mostram que Eça de Queiroz buscou representar a sociedade portuguesa da época também pelo estômago (ANDRADE, 2016). Os estudos acima citados destacam que as descrições dos pratos, do que se bebia e do momento das refeições não eram simples passagens sem intenções. A convite de Eça o leitor se senta à mesa e compartilha o prazer com seus personagens, e através das citações alimentares ele desenvolve o enredo, evidencia uma análise da sociedade e, muitas vezes, expõe sua visão crítica da realidade. Segundo Berrini (2016, p.8), a alimentação na obra queirosiana é “[...] um recurso para reunir socialmente alguns personagens e fazer evoluir a trama; para através de debates suscitados, expor a sua posição em face da realidade, em particular a portuguesa; para caracterizar uma determinada classe social, alvo de seu olhar crítico”.

O recuso da alusão alimentar contribui, então, para a composição de personagens, assim como para a caracterização da sociedade descrita pela obra. A degustação de suas obras nos permite fazer um rico levantamento sobre a cozinha portuguesa da época, fornecendo detalhes sobre o que se comia, quais eram os momentos das refeições e onde se comia. Citando

diversos locais frequentados na época, ele “considerou, em certa medida, a gastronomia como *arquê* – elemento básico – das representações da sociedade portuguesa” (ANDRADE, 2016, p.4).

A cozinha torna-se para ele um ingrediente principal no preparo de uma representação de Portugal. Assim, através do levantamento das referências alimentares presentes em duas de suas obras, *O crime do padre Amaro* (QUEIROZ, 2013), de 1880, e *A cidade as serras* (QUEIROZ, 2016), publicada postumamente em 1901, esse trabalho busca reforçar a importância da alimentação na obra queirosiana. Tomando como inspiração o trabalho desenvolvido por Dário Alves (1992), no dicionário gastronômico cultural, fizemos um levantamento quantitativo, através de um banco de dados, de todas as palavras que de alguma forma fazem uma alusão alimentar nas duas obras. Considerando que os números não são uma forma de obter respostas e sim de alargar nossa visão sobre o tema, aliamos os resultados obtidos com a análise das passagens em que se encontravam cada citação para entender qual a função ocupada por essas referências na construção do enredo dos livros. Degustado os petiscos de entrada passemos para a comezaina dos pratos principais.

2. Comezaina dos pratos principais

2.1. Um cardápio de referências: o uso da base de dados

A ampliação da noção de fonte levou a multiplicação das formas de tratamento das informações. A partir da década de 1970, algumas ferramentas informáticas adentram o campo da História a fim de auxiliar o trabalho do historiador na análise dos documentos, uma dessas é a base de dados. É importante destacar que essas experiências não devem ser

entendidas apenas como uma aplicação acrítica de modelos informáticos ao campo historiográfico, “a base de dados tem relação direta com nossas perguntas, ou deveriam ter. E é preciso planejar para tirar proveito delas” (GIL, 2015, p.9). Mais que fornecer dados e números, um banco de dados auxilia principalmente na visualização da fonte sob uma nova perspectiva, “ao historiador envolvido em um programa de pesquisa interessa muito mais a capacidade do programa de relacionar informações e recuperar documentos que respondam às questões formuladas por ele” (SILVA, 1998, p. 168). Dessa forma, partimos dos nossos problemas de pesquisa acerca do papel da alimentação nas obras de Eça de Queiroz para criar uma base de dados, no programa *Access*, que pudesse não apenas nos fornecer os números das referências alimentares, mas também, nos permitir a visualização de relações que expandisse nossos horizontes de interpretação.

Através da leitura prévia das duas obras, nossas fontes em questão, levantamos critérios para a definição dos campos do banco de dados. Cada um dos dez campos preenchidos são ingredientes que relacionados de muitas maneiras nos fornecem uma análise mais profunda do papel exercido pela alimentação nos textos de Eça de Queiroz. O primeiro e segundo campo, sendo a identificação do ‘livro’ e a ‘página’, são de grande importância para a assimilação do documento trabalhado. Seguimos com o nosso ingrediente principal, as ‘referências’, que aparecem no terceiro campo. Nele colocamos as palavras que aludem, de alguma forma a alimentação. O quarto e quinto campo dizem respeito a ‘categoria’ e ‘subcategoria’, pois consideramos que para visualizar melhor os dados obtidos seria importante dividir as citações em grupos de tipologia alimentar, para isso criamos treze categorias e dez subcategorias.

Em relação as categorias e subcategorias, são elas: *Ações alimentares*, no qual enquadrámos verbos ligados ao ato de comer e a preparação do alimento; *Rituais alimentares*, onde encontramos todas as referências a jantares, ceias, e momentos destinados a refeição; *Termos estrangeiros*, onde encaixamos nomes que aparecem em língua estrangeiras, e subdividimos esse campo em ‘ingredientes estrangeiros’, ‘preparos estrangeiros’, e ‘pratos estrangeiros’; *Culinária portuguesa*, aqui inserimos todos os pratos considerados típicos da alimentação portuguesa, e para a definição desse patrimônio alimentar utilizamos o livro *Culinária Portuguesa* (1936) de António Maria de Oliveira Bello, de pseudónimo Olleboma; *Produtos de origem animal*, presentes todos os alimentos derivados da produção animal, colocamos ainda, para especificar, a subdivisão ‘Carnes’.

Seguindo uma classificação pela origem e características dos produtos temos as categorias, “*Centeios, Cereais e Raízes*”; “*Frutas e Frutos*”; “*Legumes, Verduras e Hortaliças*”; “*Temperos, Ervas e Especiarias*”; e “*Peixes e Frutos do mar*”; a citação de sobremesas nos fez criar a categoria “*Doces*”, subdividido em ‘doces estrangeiros’ e ‘doces portugueses’. Como o ato alimentar inclui também o beber, na categoria “*Bebidas*”, inserimos qualquer referência a esse género alimentício, subdividindo as ‘bebidas estrangeiras’. Para finalizar, percebemos que algumas citações não se encaixavam de forma objetiva nas categorias estabelecidas, portanto criamos a “*Alimentos gerais*”, que se subdivide em ‘ingredientes’ e ‘pratos prontos’.

Explicitado os critérios utilizados para definir os campos da categoria e subcategoria, passemos para os próximos. O próximo ingrediente da nossa receita foi o campo “*Personagem*” na qual colocamos, quando há, os nomes dos personagens envolvidos na citação alimentar. Relacionado

também com o contexto da citação, definimos no próximo campo o espaço para a menção de “*Acessórios*” ligados ao ato de comer, tendo assim, uma visão da cultura material ligada a alimentação; o próximo campo foi a colocação, caso citado, do “*Espaço da refeição*”, enquanto lugar físico. Ao fazer a leitura das obras vimos a necessidade da existência de um campo, “*Metáforas alimentares*”, a fim de destacar se a referência alimentar foi usada como uma forma de metáfora por parte do autor, visto que ele, muitas vezes, descreve personagens usando característica de alimentos. Por último, o campo “*Observações*” foi utilizado para eventuais destaques que se viu necessário fazer sobre as fontes de pesquisa.

Assim dividimos nossos ingredientes e com eles pudemos fazer diferentes modos de preparo chegando a algumas receitas. Analisando as informações que o banco de dados nos forneceu chegamos a um total de 1144 referências alimentares, exemplificando o que os autores vêm discutindo sobre o papel central que os alimentos ocupam na obra de Eça de Queiroz. Dessas referências, 172 (15,03%) podem ser categorizadas como “*Ações alimentares*”; 188 (16,43%) são “*Rituais alimentares*”; “*Termos Estrangeiros*” são 12 (1,05%); a “*Culinária Portuguesa*” refere-se a 56 (4,90%) das citações; 100 (8,74%) são “*Produtos de origem animal*”; de “*Centeios, Cereais e Raízes*” temos 16 (1,40%); como “*Frutas e Frutos*” temos 63 (5,51%); de “*Legumes, verduras e Hortaliças*” são 80 (6,99%); temos 32 (2,80%) “*Temperos, Ervas e Especiarias*”; de “*Peixes e Frutos do mar*” temos 57 (4,98%); os “*Doces*” ocupam 69 (6,03%) das citações; as “*Bebidas*” somam 244 (21,33%); e para completar 55 (4,81%) como “*Alimentos Gerais*”. O destaque de determinadas categorias é confirmado ao visualizar que as cinco referências que mais se repetem nas obras são: 1º - Jantar, com 46 citações; 2º - Café, com 44; 3º- Chá, tendo 42; 4º - Vinho, sendo

34; e na 5ª posição temos Almoço, que aparece 32 vezes.

Com a base de dados conseguimos sintetizar as referências alimentares encontradas nas obras *O crime do padre Amaro* e *A cidade e as serras*. Os números nos auxiliaram na construção de uma crítica da fonte com outros parâmetros e abordagens. As estatísticas não trazem respostas prontas, e sim, nos instigam a levantar novos questionamentos e problemas. Portanto, analisaremos, a partir de agora, como os ingredientes da nossa base de dados nos ajudam a compreender a alimentação em cada um dos romances.

2.2. Primeiro prato: O crime do Padre Amaro

2.2.1. Pré-preparo: um contexto da obra

Publicado inicialmente no formato para folhetins, em 1875, na Revista Ocidental, a obra, que teve “surpreendente” (PAULA, 2012) aceitação foi transformada em livro no ano seguinte e ganhou posteriormente, mais duas edições revistas pelo autor, sendo a última no ano de 1880. *O crime do padre Amaro* se encaixa dentro das produções da nova geração de escritores da década de 70, na qual “o positivismo e o naturalismo exerceram grande influência no modo como se pensavam as relações entre arte e ciência, entre objetividade e subjetividade” (SOUSA, 2013. p. 231). Eça, com essa obra, desvincula-se de uma geração anterior de escritores e consolida em Portugal a escrita realista-naturalista carregada de críticas sociais visto que nesse novo tempo os campos políticos e intelectuais aprofundavam as suas diferenças (SOUSA, 2013. p. 231), tendo como o principal ponto de tensão a crítica ao liberalismo.

Através da vida e das relações de Amaro, o cônego da paróquia da

cidade de Leiria, no interior de Portugal, o autor tece uma crítica a sociedade da época, principalmente sobre a influência exercida pela Igreja Católica na sociedade. Na obra, os momentos do chá na casa da S. Joaneira e os jantares promovidos pelo Abade de Cortegaça são chaves para a exposição da sua maior crítica: o pseudomoralismo (BRANDÃO, 2014). As descrições alimentares reforçam uma sátira anticlerical destinada de forma mais direta aos falsos moralismos dos integrantes da igreja, com destaque ao celibato, ao cinismo, a insensibilidade e a gula.

2.2.2. Uma pitada de dados

As misturas dos nossos ingredientes da base de dados nos montaram um prato em relação ao livro “*O crime do padre Amaro*”, ou seja, nos trouxe informações que nos ajudam a degustar a obra com novos paladares. No que diz respeito as referências alimentares os termos que mais aparecem na obra são: 1º- Chá (34) – sendo 16 citações referentes a bebida e 18 ao momento da refeição, “a hora do chá” -; 2º- Jantar (31); 3º- Vinho (24); 4º- Café (21) – das quais 16 são a bebida e 5 o momento ou espaço da refeição -; e em 5º- Pão (17). Como exemplifica a imagem a seguir:

Imagem 1 – Nuvem de palavras das referências alimentares na obra *O crime do padre Amaro*

(21,16%); e para finalizar são 33 (6,65%) *Alimentos Gerais*.

Para melhor visualizar as referências enquadrámos ainda, algumas delas, em subcategorias. Em relação as “*Bebidas*”, das 105 referências, uma referia-se a uma bebida estrangeira, no caso a “Genebra”, um licor tradicional da Holanda. Dos “*Produtos de Origem Animal*”, destacamos que das 22 ocorrências, 18 eram referências direta a carne dos animais. Das 33 citações que adoçam o paladar 15 referem-se a doces tradicionalmente portugueses, como arroz-doce, marmelada e doces de ovos. Em relação aos rituais, sentimos a necessidade de uma subdivisão para encaixar o “Café” enquanto espaço físico, portanto dos 99 “*Rituais alimentares*”, 7 referem-se ao estabelecimento. E para finalizar, das 33 referências categorizadas como “*Alimentos Gerais*”, 19 são ingredientes e 14 são termos ligados a pratos prontos.

Eça de Queiroz ao dar atenção a descrição das refeições dos personagens nos ajuda a conhecer também um pouco da cultura material envolvida no ato de comer e beber do período. Encontramos 62 citações a acessórios alimentares na obra, sendo os principais: 1º- Chávenas e Garrafas, com 6 citações cada; 2º - com 5, Cálice e Copos; 3º - Prato e Travessa, sendo cada um citado 4 vezes. Pode-se perceber que os acessórios que mais aparecem são utilizados principalmente para as bebidas, e são justamente elas – o chá, o café e o vinho - as mais citadas dentro da obra.

A leitura da obra nos fez perceber que Eça faz uso de termos ligados a alimentação não apenas para descrever uma refeição, mas também para dar característica aos próprios personagens. Na seguinte passagem, “De resto detestavam-no; a tia chamava-lhe << o cebola >> e o tio chamava-lhe << o burro >>” (QUEIROZ, 2013, p.37), percebemos o uso da comida

como metáfora. Figuras de linguagem, semelhante a essa, aparecem ainda 7 vezes ao longo da obra, reforçando a função central que a alimentação possui nas produções queirosianas.

2.2.3. A hora do chá e do jantar: um momento de sociabilidade

Nos servimos de muitos ingredientes e obtivemos os mais diferentes dados acerca da utilização de referências alimentares por parte de Eça de Queiroz. Como afirmado anteriormente, acreditamos que para nós, historiadores, os números por si só não dão resposta, eles ampliam a visão para uma análise qualitativa de nossas fontes. Dessa forma, chamou-nos atenção na obra *O crime do padre Amaro*, a constância de duas palavras: “Chá” e “Jantar”, então buscamos analisar a função ocupada por essas citações na construção da história.

Eça utiliza a palavra “Chá” 34 vezes ao longo de sua obra, sendo 18 delas referindo-se ao momento do chá e não a bebida. Já, a palavra “Jantar” aparece 31 vez, tendo ainda algumas variações como, jantara, jantares, jantava e jantou. Relacionando esses números com a literatura especializada nas obras de Eça de Queiroz, podemos reafirmar a importância da alimentação na organização narrativa dos romances. No romance realista, os momentos de sociabilidade dos personagens são representados, principalmente, pela hora do “chá” e pela refeição noturna, o “jantar”. A partir desses ritos sociais Eça evidencia as regras de interação, os campos sociais e a cultura alimentar da época, e aproveita, ainda dessas ocasiões para tecer suas críticas a socialidade portuguesa.

Um dos jantares, na casa da S. Joaneira, reflete o momento da refeição como o espaço de interação entre os personagens, e consequentemente

te usado pelo autor na representação de sua opinião acerca dos costumes da época:

A hora do jantar sobretudo era a sua hora perigosa e feliz, a melhor do dia. A S. Joaneira trinchava, enquanto Amaro conversava cuspidando os caroços das azeitonas na mão e enfileirando-os sobre a toalha. A <<Ruça>>, cada dia mais hécica, servia mal, sempre a tossir: Amélia às vezes erguia-se para ir buscar uma faca, um prato ao aparador. Amaro queria levantar-se logo, atencioso.

- Deixe-se estar, deixe-se estar, senhor pároco” – dizia ela. E punha-lhe a mão no ombro, e os seus olhos encontravam-se.

Amaro com as pernas estendidas e o guardanapo sobre o estômago, sentia-se regalado, gozava muito no bom calor da sala; depois do segundo copo de Bairrada tornava-se expansivo, tinha gracinhas; às vezes mesmo, com um brilho terno no olho, tocava fugitivamente o pé de Amélia debaixo da mesa; ou fazendo um ar sentido, dizia <<que muito lhe pesava não ter uma irmãzinha assim>>.

Amélia gostava de ensopar o miolo do pão no molho do guisado a mãe dizia-lhe sempre:

- Embirro que faças isso diante do senhor pároco.

E ele então rindo:

- Pois olhe, também eu gosto. Simpatia! Magnetismo!

E molhavam ambos o pão, e sem razão davam grandes risadas (QUEIROZ, 2013, p.94-95).

O jantar era para Amaro o momento de aproximação e interação com a menina Amélia. Através de uma comunicação não verbal², pautada em movimentos e olhares, ou simplesmente em compartilhar o gosto de molhar o pão no guisado, ia se construindo uma relação amorosa. São vários os jantares em que as demonstrações da paixão deles se dão por trocas

² Termo utilizado por José Machado Pais para definir alguns rituais de galanteria da burguesia portuguesa no século XIX. Para saber mais: PAIS, José Machado. **Artes de amar da Burguesia**: a imagem da mulher e os rituais de galanteria nos meios burgueses do século XIX em Portugal. 2ª ed. Lisboa: ICS, 2007.

de carinhos escondidos em baixo da mesa, a através da refeição, “[...] em certas comidas descobria afinidade de gostos com Amélia” (QUEIROZ, 2013. p.93).

Nas refeições, na mesa do Jantar e do Chá senta-se junto aos personagens as críticas e ironias do próprio autor, “[...] quando aparentemente, apenas nos fala de um jantar ou descreve uma ceia, enumera pratos e bebidas, vai subversivamente expondo a sua cisão cética e bem-humorada da realidade” (BERRINI; MODESTO, 2016, p.8). O mais famoso jantar da obra, o realizado pelo Abade de Cortegaça em sua casa, é um prato cheio de juízos sobre a comunidade eclesiástica do período.

O jantar fora todo cozinhado pelo abade: logo à sopa as exclamações começaram:

- Sim, senhor, famoso! Disto nem no Céu! Bela Coisa!

O excelente abade estava escarlate de satisfação. Era, como dizia o senhor chantre, <<um divino artista>>! Lera todos os <<Cozinheiros completos>>, sabia inúmeras receitas; era inventivo – e, como ele afirmava dando marteladinha no crânio, <<tinha-lhe saído muito petisco daquela cachimónia>>! Vivia tão absorvido pela sua <<arte>> que lhe acontecia, nos sermões de domingo, dar aos fiéis ajoelhados para receberem a palavra de Deus, conselhos sobre o bacalhau guisado ou sobre os condimentos do sarrabulho. E ali vivia feliz, com a sua Gertrudes, de muito bom paladar também, com o seu quintal de ricos legumes, sentindo uma só ambição na vida – ter um dia a jantar o bispo! (QUEIROZ, 2013, p. 105-106).

[...]

Os padres engasgavam-se de riso. Já duas canecas de vinho estavam vazias: e o padre Brito desabotoara a batina, deixando ver a sua grossa camisola de lã da Covilhã, onde a marca da fábrica, feita de linha azul, era uma cruz sobre um coração. Um pobre então viera à porta rosnar lamentosamente padre-nossos; e enquanto

Gertrudes lhe metia no alforje metade de uma broa, os padres falaram do bando de mendigos que agora percorriam as freguesias (QUEIROZ, 2013, p. 107).

Os fragmentos desse jantar, onde estavam reunidos os principais clérigos da região de Leiria, são um caminho para se interpretar a crítica feita por Eça ao clero. A dualidade abundância X carência, que reforça a ideia de um corpo religioso insensível aos reais problemas sociais, é refletida na própria abundância do jantar versus a figura no pobre a porta que ganha de Gertrudes metade de uma broa. A cena dá abertura a debates, entre os personagens, sobre “o bando de mendigos” (QUEIROZ, 2013, p. 107) que percorriam as freguesias, e a pobreza, que segundo o padre Natário “é muita, mas muita preguiça” (QUEIROZ, 2013, p. 107). Eça, em uma frase, deixa claro a considerada hipocrisia do clero: “Muita pobreza por aqui, muita pobreza! – dizia o bom abade. – Ó Dias, mais este bocadinho de asa!” (QUEIROZ, 2013, p. 107).

Sentados ainda nessa mesma mesa com esses mesmos personagens, os leitores são levados, através dos diálogos a um julgamento da relação entre religião e política. O termo “cozinhar um deputadozinho”, utilizado por Eça, mostra a capacidade dos religiosos de influenciar votos, tendo Natário, na última eleição, conseguido oitenta tirando-se para isso grande partido das confissões. Uma das caracterizações dos personagens, como glutões, que desabotoam a batina pelo excesso de comida, e que tem a face avermelhada pelo excesso de bebida, reforça um exame do comportamento dos integrantes da Igreja no período.

Desse e dos demais jantares e chás da época pode-se confirmar que nas narrativas ecianas “as cenas gastronômicas têm função diegéticas e

ideológicas relevantes, que vão muito além da mera descrição realista, estruturando o ambiente moral e material, servindo a figuração dos personagens, o desenvolvimento das narrativas e o exercício da crítica e sátira” (PEIXINHO, 2016, p.203). Finalizando nossa análise, em um dos chás na casa da S. Joaneira, o personagem Sr. Artur Couceiro improvisa um fadinho, “Ora cá temos o senhor pároco/Nos chás da S. Joaneira/ Isto já parece outra coisa,/ Volta a bela cavaqueira” (QUEIROZ, 2013, p.139-140). É nas cavaqueiras, nos momentos de refeição, que Eça deixa transparecer a sua visão crítica da sociedade. O leitor de “*O crime do padre Amaro*” degusta, junto com os personagens, deliciosos pratos, mas também amargas opiniões, principalmente sobre a Igreja.

2.3. Segundo prato: A cidade e as serras

2.3.1. O pré-preparo: um contexto da obra

Livro de publicação póstuma, em 1901, “*A cidade e as serras*” seria, aparentemente, uma ampliação do conto *Civilização* publicado por Eça de Queiroz na Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro em outubro de 1892 (SANTOS, 2015). Com os olhos de Zé Fernandes conhecemos a vida de Jacinto, morador de Paris e excêntrico valorizador dos bens da Civilização. Com esses mesmos olhos, visualizamos a posição de Eça em relação ao desenvolvimento técnico da sociedade, ao desencanto com a civilização, e a própria noção de pessimismo e decadência (CARVALHO, 2007).

A ideia de decadência nacional pregada pela Geração de 70 é percebida na obra. A oposição Paris X Portugal, Cidade X Serra, reforça como esse grupo enxergava a necessidade de reaportuguesar a cultura, “quase todos procuravam fórmulas nacionalistas e continuavam o processo

de reinvenção da tradição” (SOUSA, 2013, p.233). Tais dualidades e a valorização do nacional aparece também refletidas na alimentação dos personagens ao longo da obra. Os alimentos da civilização, o aspargo, as trufas, o champagne, não são capazes de saciar a fome de Jacinto como faz uma cabidela ou um arroz com favas. As referências alimentares dão paladar as visões de Eça sobre o ideal civilizacional.

2.3.2. Uma pitada de dados

Seguindo o que foi feito anteriormente com o livro “*O crime do padre Amaro*”, podemos degustar “*A cidade e as serras*” com o paladar aguçado pelas informações retiradas da nossa base de dados. Utilizando a mesma ordem de exposição do subtópico anterior começamos por definir as referências alimentares mais utilizadas por Eça na obra, sendo elas: 1º- Peixe (25); 2º- Café (22) – sendo 16 referentes a bebida e 7 ao café enquanto espaço físico; 3º- Almoço (22); 4º- Fome (18); e em 5º- Jantar (15). Como é perceptível na nuvem de palavras abaixo:

Imagem 2 – Nuvem de palavras das referências alimentares na obra *A cidade e as serras*

Partindo dessas categorias enquadrámos algumas das referências alimentares dentro de subcategorias, permitindo uma melhor definição do significado dela dentro da obra. Das 139 citações relacionadas a *Bebidas*, 23 delas são bebidas estrangeiras, dando destaque ao “Champagne”. São referências diretas a carne dos animais 43 das 78 referências a *Produtos de Origem Animal*. Dos 36 *Doces*, podemos sentir o sabor tradicional de Portugal em 13 deles. Definimos 89 palavras como pertencentes a categoria de *Rituais Alimentares*, 8 dessas estão relacionadas ao espaço de ritual, aqui em absoluta referência aos cafés. De 22 alimentos considerados gerais, 8 são enquadrados como ingredientes e os outros 14 são pratos prontos. Nesse livro ainda subdividimos algumas referências, independente da categoria, em ingredientes estrangeiro e pratos estrangeiros, sendo respectivamente 16 e 9 citações.

A narrativa dessa obra também está repleta de objetos, no total 73, que nos dão uma pequena noção do material utilizado na alimentação. Os mais citados são, primeiro, com 9 referências a Garrafa; seguido de 8 citações ao Garfo; e o Copo é citado 7 vezes. Mais uma vez a grande incidência de referência a bebida reflete no maior número de objetos materiais ligados ao ato de beber.

Na caracterização dos personagens dessa obra, Eça lança mão de forma mais constante do uso dos alimentos como metáfora, somam-se 15 referências alimentares que ocupam o papel comparativo. Exemplificando, temos o fragmento: “- Com efeito, há aqui falta de mulher, com M grande. Mas as senhoras aí das casas dos arredores... Não sei, mas estou pensando que devem parecer com legumes. Sãs, nutritivas, excelentes para a panela – mas, enfim, legumes” (QUEIROZ, 2016, p.210, grifo nosso).

2.3.3. Entre abundâncias, a Fome

Assim como na obra anteriormente analisada, os resultados obtidos com a base dos dados nos ajudam a estudar a obra “*A cidade e as serras*” com um olhar diferente do que quando iniciamos a primeira leitura. Um desses deslocamentos de perspectiva se deu quando nos surpreendemos com a palavra fome entre as cinco que mais se repetiam ao longo da obra, com 18 aparições. Entre referências a momentos de abundância de comida, café, jantar, almoço, nos deparamos com a ausência dela.

Como já muito referido anteriormente, Eça de Queiroz ao descrever a alimentação de seus personagens, os pratos de um jantar, ou as bebidas que enchem os copos, ele também está apresentando ao leitor algumas de suas críticas a sociedade. Nessa obra a presença da fome é o reflexo da oposição entre pobreza/riqueza, abundância e escassez de alimento, que o autor usa para atentar o leitor a uma realidade. Segundo Berrini, “a fome dos miseráveis insinua-se de forma sutil no texto e faz-se de forma invisível” (BERRINI; MODESTO, 2016, p.9), dessa forma, a descrição da mesa dos abastados - o clero, a burguesia ou nobreza – aparece em oposição a penúria dos pobres. Na obra, as ceias e jantares do palacete dos campos Elísios, promovidos por Jacinto, se dão em detrimento da pobreza de grande parte dos parisienses. Zé Fernandes, em uma conversa, deixa claro essa visão:

Se nas suas tigelas fumessem a justa razão de caldo – não poderia aparecer nas baixelas de prata a luxuosa porção de *foie gras* e túbaras que são o orgulho da Civilização. Há andrajos em trepadeiras – para que as belas Madames d’ Oriol, resplandcentes em sedas e rendas, subam, em doce ondulação, a escadaria da Ópera. Há mãos

regeladas que se estendem, e beijos sumidos que agradecem o dom magnânimo de um sou – para que os Efrains tenham dez milhões no Banco de França se aqueçam à chama rica da lenha aromática, e surtam de colares de safiras as sua concubinas, netas dos duques de Atenas. E um povo chora de fome, e da fome dos pequeninos – para que os Jacintos, em Janeiro, debiquem, bocejando, sobre pratos de Saxe, morangos gelados em champanhe e avivados de um fio de éter!

- E eu comi dos teus morangos, Jacinto! Miseráveis, tu e eu!

Ele murmurou desolado:

- É horrível, comemos desses morangos... E talvez por uma ilusão (QUEIROZ, 2016, p.97-98).

Os bons pratos servidos e comidos por Jacinto são pagos pela fome dos muitos indivíduos. Na obra, essa oposição assume um próprio tom de crítica a Civilização. A ideia de progresso, pregada pelos abastados, da necessidade do desenvolvimento tecnológico, do desenvolvimento das potencialidades humanas, acabam por deixar escapar, ou escolher não enxergar, os problemas da realidade. Zé Fernandes reflete:

Por uma conclusão bem natural, a ideia de Civilização, para Jacinto, não se separava da imagem de Cidade, de uma enorme Cidade, com todos os seus vastos órgãos funcionando poderosamente. Nem este meu supercivilizado amigo compreendia que longe de armazéns servidos por três mil caixeiros; e de mercados onde se despejam os vergéis e lezírias de trinta províncias; e de bancos em que retine o outro universal; e de fábricas fumegando com ânsia, inventando com ânsia; e de bibliotecas abarrotadas, a estalar, com a papelada dos séculos; e de fundas milhas de ruas, cortadas, por baixo e por cima, de fios de telégrafos, de fios de telefones, de canos de gases, de canos de fezes; e da fila atroante dos ônibus, *tramways*, carroças, velocípedes, calhambeques, parelhas de luxo; e de dois milhões de uma vaga humanidade, fervilhando, a ofegar, através da polícia, na busca dura do pão ou sob a ilusão do gozo – o homem do século XIX pudesse saborear, plenamente, a delícia de viver!

(QUEIROZ, 2016, p. 23).

A Cidade, sinônimo de progresso era a única realidade possível. Jacinto comeu dos morangos e se saciou da ilusão do bem da Civilização, e ao chegar as serras, acreditou-se livre dos males de Paris, causando grande surpresa o seu contato com a fome em Tormes. O autor deixa de forma mais explícita nessa passagem sua crítica mais direta a desigualdade, a miséria dos pobres: “-É claro que há fome, homem! Tu imaginavas que o Paraíso se tinha perpetuado aqui nas serras, sem trabalho e sem miséria... Em toda a parte há pobres, mesmo na Austrália, nas minas de ouro. Onde há trabalho há proletariado, seja em Paris, seja no Douro...” (QUEIROZ, 2016, p. 23). Concluindo, “percebe-se, portanto, na ficção queirosiana, o recurso ao binómio contrastante: abundância/escassez de alimentos, como instrumento utilizado pelo narrador a fim de pôr nu as injustas estruturas sociais, tacitamente, diria até alegremente, ignoradas pelas classes privilegiadas” (BERRINI; MODESTO, 2016, p.9).

Por último a fome ocupa, ainda, um outro papel nessa obra, a de ausência de emoções e sentimentos em relação a comida. Jacinto por muito tempo alimentava-se com as comidas da Civilização, e elas apenas o sustentavam, ele não se saciava por completo, mesmo com os inúmeros tipos de água a disposição, Jacinto ainda sentia sede, as sopas de alcaparra, os ovos de carpa não lhe encantavam: “E não tenho nunca apetite, já a tempos... já a anos” (QUEIROZ, 2016, p.40). Cenário que se altera ao chegar na serra, em Tormes Jacinto vai saciar uma fome de anos, uma fome afetiva.

Deste enlevo nos arrancou o Melchior com o doce aviso do

<<jantarzinho de Suas Incelências>>. [...] Os copos, de um vidro espesso, conservavam a sombra roxa do vinho que neles passara em fartos anos de fartas vindimas. A malga de barro, atestada de azeitonas pretas, contentaria Diógenes. Espetado na côdea de um imenso pão reluzia um imenso facalhão.

[...]

E o Melchior, que seguia erguendo a infusa do vinho, esperava que Suas Incelências lhe perdoassem porque faltara tempo para o caldinho apurar... Jacinto ocupou a sede ancestral – e durante momentos (de esgazeada ansiedade para o caseiro excelente) esfregou energicamente, com a ponta da toalha, o garfo negro, a fusca colher de estanho. Depois, desconfiado, provou o caldo, que era de galinha e rescendia. Provou – e levantou para mim, seu camarada de misérias, uns olhos que brilharam, surpreendidos. Tornou a sorver uma colherada mais cheia, mais considerada.

E sorriu, com espanto:

- Está bom!

Estava precioso: tinha figado e tinha moela: o seu perfume enternecia: três vezes, fervorosamente, ataquei aquele caldo. - Também lá volto! – exclamava Jacinto com uma convicção imensa. – É que estou com uma fome... Santo Deus! Há anos não sinto esta fome.

Foi ele que rapou avaramente a sopeira. E já espreitava a porta, esperando a portadora dos pitéus, a rija moça de peitos trementes, que enfim surgiu, mais esbraseada, abalando o sobrado – e pousou sobre a mesa uma travessa a transbordar de arroz com favas. Que desconsolo! Jacinto, em Paris, sempre abominara favas!...Tentou todavia uma garfada tímida – e de novo aqueles seus olhos, que o pessimismo enevoara, luziram, procurando os meus. Outra larga garfada, concentrada, com uma lentidão de frade que se regala. Depois um brado:

- Ótimo!... Ah, destas favas, sim! Oh que fava! Que delícia! E por esta santa gula louvava a serra, a arte perfeita das mulheres palmeiras que em baixo remexiam as panelas, o Melchior que presidia o bródio... - Deste arroz com fava nem em Paris, Melchior amigo!

O homem ótimo sorria, inteiramente desanuviado:

- Pois é cá a comidinha dos moços da quinta! E cada pratada, que até Suas Incelências se riam... Mas agora, aqui, o sr.D.Jacinto, também vai engordar e enrijar!

O bom caseiro sinceramente cria que, perdido nesses remotos Parises, o senhor de Tormes, longe da fartura de Tormes, padecia fome e mingava... E o meu Príncipe na verdade, parecia saciar uma velhíssima fome e uma longa saudade da abundância, rompendo assim, a cada travessa, em louvores mais copiosos (QUEIROZ, 2016, p. 154, grifo nosso).

Nas obras queirosianas, como pudemos perceber, a alimentação e os momentos de refeição ocupam um papel central, nos permitindo ter uma noção da cultura alimentar do período, porém a ausência dela, a fome, também nos ajuda a analisar as críticas construídas pelo autor em relação a sociedade de seu tempo.

3. Uma sobremesa para digestão: considerações finais

O campo da História da Alimentação vem sendo ampliado conforme o interesse dos historiadores se deslocam para o cotidiano humano. Comer é uma necessidade básica, mas não nos alimentamos apenas para saciar a fome ou manter o funcionamento do nosso organismo, nossa alimentação é carregada de representações, simbolismos e retrato da nossa cultura. Estudar uma sociedade pelo que ela come, é entender que o “alimento não é apenas ingerido. Antes de chegar à boca, ele é preparado e pensado detalhadamente. Adquire o que geralmente se chama de valor simbólico” (ROSSI, 2014, p.32). Através do que e como se come podemos enxergar as hierarquizações da sociedade, os gostos e construções do paladar. Nesse trabalho buscamos conhecer a cultura alimentar portuguesa do

século XIX através de duas das obras de Eça de Queiroz.

O levantamento das referências alimentares, ou seja, os termos que se referem de alguma forma a alimentação na obra *O crime do padre Amaro* e *A cidade e as serras*, e a construção da base de dados, nos permitiu olhar para a fonte com novas questões e problemas. Nossos resultados conversam com o que se vem produzindo por literatos e historiadores acerca do papel da alimentação na obra eçiana. A constante presença de palavras que aludem a alimentos, a ações e rituais alimentares, assim como a descrição da cultura material envolvida nas refeições dos personagens confirmam que o a alimentação não era para Eça apenas um recurso da escrita realista e nem apenas um acessório estilístico da obra, e sim, ponto central de desenvolvimento do enredo.

A constância das palavras “Chá” e “Jantar” no “*O crime do padre Amaro*” explicita como Eça faz o uso das refeições como momento de interação dos personagens, caracterização dos personagens, apresentação de ideias e instrumento de conquista, além de ser um espaço de exposição de ironias a organização e hábitos da sociedade do período. Em “*A cidade e as serras*” a expressão da palavra “Fome” nos chama atenção para as dualidades exploradas por Eça em suas obras, abundância/escassez; pobreza/riqueza/; cozinha urbana/cozinha provincial. A alimentação é utilizada, então, como plano de fundo para a construção de suas críticas sociais.

Nossos resultados são apenas um pequeno contributo para os estudos da alimentação em Eça de Queiroz. O próximo passo é usar do nosso apetite para sentar à mesa com os outros personagens de Eça e aprofundar essa análise as demais obras do autor.

REFERÊNCIAS

Fonte

QUEIROZ, Eça. **O crime do padre Amaro**. 3.ed. Lisboa: Livros do Brasil, 2013.

_____. **A cidade e as Serras**. Lisboa: Livros do Brasil, 2016.

Bibliografia impressa e digital

ALVES, Dário Moreira de Castro. **Era Tormes e Amanhecia**: Dicionário Gastronômico Cultural de Eça de Queiroz. Volume I & II. Livros do Brasil: Lisboa. 1992.

ANDRADE, José Roberto. Identidade gastronômica na obra de Eça de Queirós. **Muitas vozes**: revista do programa de pós-graduação em linguagem, identidade e subjetividade. v.4.n.2. p.165-173, 2016.

_____. Gula e Literatura: Diálogo gastronômico com a obra de Eça de Queirós. **Revista Desassossego**. n.14. p.204-218, 2016.

BARROS, José D'Assunção. História cultural e história das ideias: diálogos historiográficos. **Cultura**: revista da História e Teorias das Ideias. n.21.p.259-286, 2005. Editora Centro de História da Cultura.

BELLO, António Maria de Oliveira. **Culinária Portuguesa**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1994.

BERRINI, Beatriz; MODESTO, Maria de Lourdes. **Comer e Beber com Eça de Queiroz**. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014.

BRANDÃO, Marcela de Sá; JÚNIOR, Virgílio Coelho de Oliveira. Por uma estética da conciliação: O Crime do Padre Amaro e a dinâmica

político-social portuguesa oitocentista. **Diálogos** (Maringá Online). v.18, supl. Espec, p.67-102, 2014.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales 1929-1989. Trad, Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CARVALHO, Cristina Henriques Bernardes. **Da decadência à regeneração: Jacinto e o percurso de auto descoberta em A cidade e as serras**. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares), Universidade Aberta. Lisboa, 2007.

GIL, Tiago. **Como se faz um banco de dados (em história)**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015.

GOES, Maria Antónia. *À Mesa com Eça de Queirós*. Sintra: Colares Editora, 2016.

PAIS, José Machado. **Artes de amar da Burguesia**: a imagem da mulher e os rituais de galanteria nos meios burgueses do século XIX em Portugal. 2ª ed. Lisboa: ICS, 2007.

PAULA, Cláudio Paixão A. de; REIS, Andréa Regina M. O Crime do padre Amaro: individuação, celibato e sexualidade discutidos em um romance. **Ipotesi**. v.16.n.2. p. 77-90, Juiz de Fora, 2012.

PEIXINHO, Ana Teresa. Estética alimentar queirosiana: notas gastronômicas na obra de Eça de Queirós. In: PINHEIRO, Joaquim; SOARES, Carmem (org.). **Patrimónios alimentares de alguém e além-mar**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & Literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [online], Debates. 2006.

- QUITÉRIO, José. **Escritores à mesa (e outros artistas)**. Lisboa: Assírio e Alvin, 2010.
- ROSSI, Paolo. **Comer: necessidade, desejo, obsessão**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- SANTOS, Giuliano Lellis Ito. Uma noção de história em A cidade e as serras de Eça de Queirós. **Hist.Historiogr.** n.18, p.140-159, Ouro-Preto, 2015.
- SILVA, Edson Armando. Bancos de dados e pesquisa qualitativa em História: reflexões acerca de uma experiência. **Revista de História Regional**. v.3. p.167-176, 1998.
- SOUSA, Paulo Silveira e. A cultura. In: ALMEIDA, Pedro Tavares de (coord.). **A construção nacional 1834-1890**. Vol. 2. Carnaxide: Editora Objectiva, 2013.

“Nariz de Cera” e Ensino de História, ou por que Maquiavel não é meu big brother?

Alexander Martins Vianna¹

Introdução

No Brasil, desde a década de 1990, a exemplo da faculdade de Educação da USP, há um setor de interesse de pesquisa de Ensino de História, em diálogo frutífero com Teoria da História, que analisa as operações narrativas de sentido de causalidade e tempo histórico na forma de conceber *explicações históricas*. É politicamente oportuno valorizar esta zona de convergência crítica das áreas de pesquisa de Ensino de História e Teoria da História num contexto atual de *webs* exponencialmente assoladas por andróides que invadem celulares com *informações históricas* que são “narizes de cera”. Os seus padrões narrativos de notícias, como qualquer *processo-linguagem*, provocam *letramento histórico* massivo pela exposição recorrente a seus gêneros de linguagem.

Valorizar a encruzilhada entre Ensino de História e Teoria da História é, para mim, um ato político que ultrapassa muros disciplinares e

¹ Doutor em História Social pela UFRJ, e Professor de História Moderna da UFRRJ.

paredes escolares. Não se ensina história apenas na escola, mas pela exposição a qualquer padrão recorrente de linguagem que estabelece vínculo implicativo entre passado, presente e futuro (VIANNA; FERREIRA, 2017). Por isso, é tão importante para a manutenção de uma elite no poder o domínio dos meios de comunicação digitais e de estabelecer protocolos ou decoros de adequação sobre *abordagens, linguagens, formas e temas* para *web*, o que em jargão jornalístico é chamado de *formas de manchetar*. Isso é tão ideologicamente eficaz que podemos observar tais condutas de comunicação assolarem a escrita de discentes de História nos períodos iniciais da licenciatura, onde atuo como docente. Resolvi dar a isso atenção de pesquisa desde 2018.

O web-“jornalismo” de andróides colabora com a visão pragmática tecnicista-individualista de mundo e com a formação e permissividade social à *personalidade autoritária*: propõe tutela, resumo e simplificação no *acesso à informação* sobre fenômenos sociais e políticos para *pessoas com pressa* e socialmente precarizadas na sua inserção no mercado de trabalho e bens culturais (SENNETT, 1999; 2007).

Enquanto docente e pesquisador no magistério superior de História, tornei tal assunto pauta de pesquisa desde 2018, quando comecei a transformar minhas aulas em *processos-ensaio* que cobram, como avaliação, que os discentes proponham ensaios históricos, deslocando-os, portanto, da avaliação centrada em resumo/resenha comparativo de abordagens de autores. Fiz isso porque percebi que competência técnica de escrita num gênero apenas *reprodutivo* (resumir e comparar) propunha uma máscara cômoda para os discentes – aquela do(s) autor(es) resumidos/comparados –, o que não me dava uma visão real do impacto do curso na formação

da *aprendizagem histórica crítico-genética* nos discentes (VIANNA; FERREIRA, 2017).

O grande fator de alerta sobre isso foram as suas próprias condutas em rede social nas fatídicas eleições presidenciais de 2018, que demonstravam que não tinham desembaraço crítico nas ilações, deixando-se cair no mesmo *locus* pragmático de linguagens políticas integristas ao *usarem história* em seus argumentos. A partir do segundo semestre de 2018, eu não mais propus o tema ou questão de ignição para os ensaios. Os discentes tinham de se protagonizar nessa operação.

Então, o que se segue no artigo é um recorte dentro desse processo de *observação participante e interferente* no meio social de ensino numa universidade pública federal do Rio de Janeiro que acolhe, em Seropédica, uma maioria de alunos de famílias pretas e pardas periféricas que fizeram escola pública e não têm, desde 2004, acesso curricular às áreas de literatura, arte, filosofia e sociologia no Ensino Médio, então interferido pela sobrecarga curricular de horas para “linguagens” (Português e Matemática), o que não incluem literatura e arte, havendo o invasivo componente curricular “Educação Religiosa” que é recorrentemente monopolizado por paradigmas evangélicos neopentecostais (CAPUTO, 2012).

Mesmo que os alunos não tenham adesão a tal nicho religioso, vivem num ambiente social-institucional de pauperização cultural por conta do domínio político de grupos evangélicos nas instituições administrativas e representativas da Baixada Fluminense. Isso interfere estruturalmente *no que e como* acessam e significam *informações históricas* nas precárias políticas culturais locais, assim como, nas suas *visões comparativas* sobre instituições políticas e sociais do passado e do presente.

1. A localização teórica de alguns postulados críticos da pesquisa

Algumas questões norteadoras da reflexão da pesquisa: Quais padrões de linguagens e condutas se hegemonomizam na vida social e provocam letramento histórico? O que nos dizem os comportamentos discentes que solicitam dos docentes de história resumos tutelares de “conteúdo”? Qual a relação entre esta demanda e a recorrente presença de chavões generalistas tautológicos na escrita discente quando o docente introduz o *ensaio* como componente de avaliação de desempenho de aprendizagem histórica?

Como área acadêmica de pesquisa, história é mais do que buscar e verificar “conteúdo factual” (obviamente, estabelecer a veracidade das fontes e eventos é de primordial e incontornável importância). Enquanto ação crítica de pesquisa, a história curricularizada que eu pratico é também a reflexão crítica epistêmica sobre as formas de *localizar, categorizar, perceber e articular sentido narrativo de tempo e vínculos implicativos entre fenômenos humanos quando vistos a partir de alguma chave de sentido que mobiliza noções de passado e presente* (e nem toda hipótese de vínculo implicativo é necessariamente *modalizada* por noções de *causalidade, evolução e ruptura*). Falo, portanto, não apenas da *realidade extralinguística e sensível* (o “factual”) mas da forma como a acessamos, construímos e entendemos com nossas *categorias de percepção e categorias de avaliação* de mundo, as quais se inserem em culturas, epistemologias, cosmovisões e/ou biopolíticas (BOURDIEU, 2007).

A *história narrada e investigada* pelas ciências históricas nas universidades públicas do Brasil está *reflexivamente* comprometida com éticas interferentes em visões de mundo. Não tem, ou não deveria ter, compro-

metimento em afirmar ou confirmar o que é *familiar*. Se fica apenas na constatação ou confirmação *não-perspectivadora, não-estranhadora e não-singularizadora* das relações de poder e valores no passado e no presente, caindo em chavões generalistas que *concluem futuros e ratificam presentes imutáveis*, é apenas uma história narrada eticamente conservadora, com algum pendor profético integrista, os exatos tom e sentido que emergiram como *voz discente* recorrente quando meus alunos foram postos para escrever ensaios, desde 2018, nas minhas aulas.

Uma história narrada que apenas busca o *familiar* ou a confirmação de uma *herança fixa*, inventando para si *pessoas, passados e territórios* para promover ou confirmar dignidades sociais e institucionais do presente, replica *funções e finalidades narrativas já presentes nas genealogias aristocráticas do Antigo Regime*, ou *nos mitos circulares fundadores de dinastias de realezas sagradas* das Antiguidades. Refiro-me a isso especificamente porque são pontos de conteúdo programático acionados nas aulas teóricas que investigo, de modo que constato que o movimento de escrita dos discentes *em sentido ético contrário à minha intenção ética como mediador categórico de aprendizagem histórica* não é um problema de acesso ao *conteúdo curricular*, mas de *como se sensibilizam e se motivam* para construir e verificar a informação desde a primeira formação que trazem do meio social de seu Ensino Básico.

O que provoca retenção de atenção sobre *conteúdos curriculares* parece muito interferido pelos padrões, agendas e dispositivos de linguagens de redes de comunicação digital: contraposição generalista acusatória para assuntos políticos complexos; generalismos tautológicos com palavras-chave e clichês de ocasião; exigência intransigente de facilitação,

resumos tutelares e rapidez de resposta; descontextualização deliberada de evidências para ilustrar ou confirmar um ponto de vista fechado em es-cuta reativa; agrupamento seguidista visando a cancelar ou elevar pessoas como relevantes para um grupo; estigmatização de textos longos e pressa em chegar a conclusões; visão da coisa pública a partir de moralismo cen-trado em vivências domésticas imediatas; individualismo e falta de soli-dariedade com colegas, traduzido pela forma como não colaboram ou dão atenção às falas de colegas, construindo uma espécie de pacto de silêncio entre si para evitarem ser “expostos” em sala de aula (virtual ou não); por conseguinte, o esvaziamento da sala de aula como ágora ou espaço aberto de experimento crítico-genético de ideias, o que sabotava o próprio *processo didático* que os levaria a seus respectivos *processos-ensaio*.

Atualmente, é uma evidente armadilha política operar nesse padrão de linguagem com história: Quem busca uma resposta simples, confirma-dora ou fundadora sobre um “passado” no “presente” cai na *armadilha ética e política de estabelecer relevância para o conhecimento histórico a partir do que é próximo e/ou familiar às referências de seu meio social* (que é interferido por violências estruturais e relações de poder horizontais e verticais), o que justamente estimula que a forma de conceber vínculo implicativo entre passado e presente se reduza à *preparação ou confirmação* estrutural do presente, perdendo reflexividade epistemológica e crítico-genética.

Tal conduta sociocultural favorece novos integristas políticos, religiosos e epistemológicos, algo sobre o qual já havia atentado Walter Benjamin (1892-1940) quando se deparou, na década de 1930, com a for-ma oficial de interpretação stalinista do nazismo: seria uma *fase necessária* do capitalismo que levaria ao comunismo (BENJAMIN, 2012, p.243).

Como bom ensaísta, Walter Benjamin *estranha* as banalidades categóricas de seu meio social e político, ou seja, exercita a *distância perspectivadora do cotidiano*, desbanalizando a *automatização sociocultural* de hábitos de percepção e categorização.

A epistemologia histórica que pratico não tem uma forma acabada e tecnicamente replicável, não segue uma pragmática técnica de resultados, porque está comprometida com processos críticos qualitativos e casuísticos de *reprogramação cultural periódica*; com a *revisão de hábitos automatizados* de fazer, perceber e compreender; e com a *reelaboração perspectivadora* de sentidos sobre a vida. Daí, o meu diálogo metodológico preferencial, quando penso docência hoje, é com o *working progress* da performance (COHEN, 2007), o que também explica a dificuldade discente de lidar com ações de ensino em história curricularizada que não sejam de *facilitação diretiva* e/ou de *tutela mediadora hermenêutica de modelos para replicar*.

O *processo-ensaio* das aulas focaliza descobertas e autodescobertas dialógicas que *estranhem o familiar*. Com isso, os discentes não têm mais máscaras de autores para vestirem como resumo, ou verbetes facilitadores para replicarem ideias sobre autores, segundo uma expectativa já normatizada de cumprimento de protocolo de avaliação. Trata-se de uma forma de romper com seus hábitos e expectativas de tutelas programadoras de visão de mundo.

Nos *processos-ensaio* das aulas, os discentes deveriam dialogar crítica, criativa e propositivamente com as obras; trazer propostas de entendimentos para testar na turma, ou desdobramentos de ideias que tiveram a partir das mesmas. Para conseguirem se localizar com *critérios revisáveis* e

densidade categórica, os discentes também precisariam perceber e localizar as operações de sentido com história nas obras que leem, quando então podem chegar a enfrentar o vazio dos seus próprios “narizes de cera”: a forma generalista e tautológica de pensarem vínculos implicativos entre “passado” e “presente”. Alguns até descubrem que não estão tão *presentes* quanto pensavam (JENKINS, 2001; 2014).

No Brasil, a partir da Faculdade de Educação da USP, foi importante para mim a encruzilhada de pesquisa entre Ensino de História e Teoria da História, especificamente aquela inspirada nos trabalhos de epistemologia e didática da história do professor alemão Jörn Rüsen (2009; 2010; 2011), que construiu uma interface bem criativa entre a história dos conceitos de R. Koselleck (2006; 2013) e a tradição de crítica textual de Northrop Frye (2014), mediada pela forma como este foi mobilizado pelo tipo de história da historiografia de Hayden White (2008).

Daí, ao avaliar o ensaio discente, fico bem atento ao modo *como se introduz o tema, como se mobilizam conceitos/abordagens e como se propõem noções de causalidade ou vínculos implicativos para os fenômenos sociais-institucionais*. A atenção a tais dispositivos nos ensaios discentes tem revelado, desde 2018, os níveis de resistência às leituras propostas nos cursos e o empobrecimento epistêmico, referencial, sensível, ético, político, artístico e poético trazido dos meios sociais e escolas de origem, os quais devem ser vistos como um *problema social e civilizatório*, em vez de pretexto para “cancelar” indivíduos por conta de sua suposta *ineficácia* ou *demérito* de cumprir uma expectativa avaliadora.

2. Um caso-modelo do hábito do “nariz de cera”

Foco, aqui, em algo que foi tirado de uma avaliação entregue em maio de 2022², mas foi linguisticamente adaptado para não expor a pessoa avaliada e, ao mesmo tempo, criar *exemplaridade condensada* para uma conduta que é socialmente recorrente nos casos observados desde 2018. Trata-se da forma como se introduz o tema num ensaio que se propôs: falar da “época moderna” (talvez Europa ocidental, séculos XVI e XVII) e “fazer pontes” (Qual extensão? Quais critérios de aferição?) com o “*mundo atual*” (Qual fronteira? De qual lugar? O que é “*mundo atual*”?)

Os generalismos categóricos, por substantivos-coletivo, vêm do acervo discente do Ensino Médio e do seu acesso ao padrão de linguagem jornalística e televisiva que chegava ao seu celular, mas que também vemos nas condutas retóricas públicas de marketings políticos presidenciais entre 2018 e 2022. A construção de argumento do *caso-exemplo* não demonstra adesão dialógica crítica com a bibliografia proposta para o curso. Reparem o argumento ao se falar em “*Itália*”, “*estado*”, “*povo*” e “*desordem*” nas primeiras linhas que introduzem, à queima-roupa, o “ensaio” com uma afirmação peremptória: “*A Itália do Renascimento se encontra numa situação de desordem governamental, não havendo estado unificado, mas apenas pequenos principados que governam o povo.*”

Em relação ao trecho citado acima, não me interessa, aqui, apenas fazer crítica de conteúdo e dizer que “povo” tem sentido específico no

2 O componente curricular é “Moderna 1”, que corresponde ao terceiro período da matriz curricular. O primeiro período letivo de 2022 da licenciatura em História transcorreu entre começos de fevereiro e começos de maio. No caso mencionado, o discente estava cursando o componente curricular dentro do período previsto em sua matriz curricular. O curso de história da UFRRJ não tem pré-requisito entre os componentes curriculares obrigatórios, mas se recomenda que os discentes sigam a matriz curricular.

Antigo Regime, ou afirmar o quanto está factualmente errado quando o discente diz que na “*Itália do Renascimento*” havia apenas “*principados que governam o povo*”, mesmo porque foi proposta a leitura no curso da obra “*O Príncipe*” (1513) de Nicolau Maquiavel (1469-1527) e, portanto, o mero contato efetivo com o campo referencial da fonte não corroboraria factualmente tal generalização. O que me interessa é identificar as *operações narrativas de sentido de tempo histórico* na introdução do dito “ensaio” para, em seguida, demonstrar as *possibilidades críticas da semântica histórica* como recurso de contextualização para quem pretendia fazer uma “ponte” entre *presente e passado*.

O ensaio começa com uma introdução bombástica, como os “*narizes de cera*” dos andróides do web-“jornalismo” que chegavam ao celular do discente: O argumento propõe que há “*desordem*” porque não há “*estado unificado*”. Portanto, normatiza *passado* a partir de uma expectativa contemporânea de Estado-Nação. Então, vem a minha pergunta maiêutica para o discente a qual *testa e cobra a exposição do critério analítico*: O que se normatiza como “passado”, “estado”, “povo” e “ordem” na “Itália do Renascimento”? Olha-se a partir do que foi construído e normatizado como “Itália” no pós-1871?

E vem a pergunta para mim mesmo, também pensando o ambiente de formação da minha instituição de trabalho: A introdução proposta pelo discente tem valor de explicação ou apenas preenche uma pauta técnica de “produção de texto científico”³, do tipo “faça uma introdução” com uma “ideia geral”? Como tal “técnica textual discursiva” localizaria, de

3 Os discentes do curso de história onde trabalho têm tal disciplina ministrada pelos colegas de Letras, geralmente da área de linguística, a qual se tornou um campo à parte e não convergente em relação às literaturas.

fato, a singularidade histórica da forma e conteúdo de um *espelho de príncipe* de 1513? Portanto, o discente começa o texto com um evidente “*nariz de cera*”, hábito que não foi desafiado pela formação que alcançara nas aulas de “produção de texto científico” do seu primeiro período letivo na UFRRJ. Frente a tal constatação, sigo com um exercício crítico de *semântica histórica* à luz da *história social da cultura do livro, gênero e leitura no Antigo Regime*.

3. A importância social e política da semântica histórica crítico-genética

Quando pensa *desordens políticas* no capítulo XXVI de “*O Príncipe*” (1513), que é uma *exortação* (em tom *providencialista*) a Lourenço II de Médicis (1492-1519), Maquiavel (1973, p.113-116) tem como horizonte erudito de comparação o passado latino do Império Romano. À luz dessa referência, Maquiavel repertoria o seu presente: A península itálica estaria sob ataque permanente de potências estrangeiras (chamadas por ele de “*bárbaras*”), porque os poderes locais ficam em disputas menores entre si, sem construir defesas próprias consistentes (segundo o seu julgamento), pensando sempre pequeno, deixando-se dominar por potências estrangeiras que, na sua geografia trópico-erudita comparativa com o Antigo Império Romano, seriam oriundas das nações *bárbaras*, ou seja, que não eram originalmente latinas.

Disso decorre o postulado tácito de que “*ser latino é ser civilizado*”, mas, se tal código erudito não for compartilhado ou investigativamente descoberto pelo leitor de hoje, o jogo de referência e intenção fica na penumbra: A forma como Maquiavel *mobiliza convencimento* para o

que entende por *história* útil para a formação do governante. No curso que ministrei, para o discente construir alguma percepção sobre tal *código letrado erudito*, foram propostas duas leituras específicas na primeira unidade⁴, curtas e adequadas ao tempo do período letivo, as quais, oportunamente, também são ensaios históricos, para os discentes se impregnarem, no ponto de partida do curso, de contato com tal gênero.

Na terceira unidade⁵, que finalizava o programa, depois de o discente passar pela segunda unidade⁶ que aborda Estado, haveria uma retomada crítico-historiográfica geral que possibilitaria conectar dialogicamente o acervo de ideias, abordagens, métodos e referências das unidades do curso. Portanto, deveria haver disponibilidade discente para leitura, para tal jogo de formação de *aprendizagem histórica* criar campo de experiência para lidar com as várias camadas de intenção de “*O Príncipe*”, obra que faz parte do gênero *espelho de príncipe*: Um gênero didático dissertativo e/ou dialogal, geralmente em prosa, voltado à instrução moral-política do jovem ou futuro governante aristocrata.

4 Nomeadamente: BURKE, Peter. A Invenção da Biografia e o Individualismo Renascentista. *Estudo Histórico*, n.19, p.83-97, 1997; KOSELLECK, Reinhart. História Magistra Vitae: Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. São Paulo: Contraponto, 2006 [1979]. p.42-60

5 Nomeadamente: GINZBURG, Carlo. O alto e o baixo: O tema do conhecimento proibido nos séculos XVI e XVII. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991 [1986]. p.95-117; JASMIN, Marcelo. Política e Historiografia no Renascimento Italiano: O caso Maquiavel. In: CAVALCANTE, Berenice (org.). *Modernas Tradições: Percursos da cultural ocidental, séculos XV-XVII*. Rio de Janeiro: Access, 2002. p.177-202

6 Nomeadamente: VIANNA, Alexander Martins. *Antigo Regime no Brasil: Soberania, Justiça, Defesa, Graça e Fisco, 1643-1713*. Curitiba: Prismas, 2015. p.15-19; 45-69; ELIAS, Norbert. *Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 [1933-1969]. p.66-131

No trecho do “ensaio” discente citado na outra seção, fica evidenciado o seu não envolvimento com os protocolos de formação propostos no programa do curso. O mesmo também não propôs protocolos alternativos consistentes. No começo dos meus cursos, informo que o programa é apenas um ponto de partida, uma proposta de formação mínima, obrigatória e comum a toda turma. Outras leituras podem ser agregadas, por sugestão minha ou da turma, segundo o andamento das *aulas-ensaio*, por demandas individuais, grupais ou gerais da turma.

Contudo, lidei com uma turma, entre fevereiro e maio de 2022, que não era propositiva, que queria “resumo dos textos” e alegava que o assunto do curso “*não fazia parte de sua realidade*”. Portanto, o *coeficiente de relevância e interesse* em estudos históricos hegemonicamente codificado na turma estava baseado na *confirmação* do que é *familiar* (VIANNA; FERREIRA, 2017, p.131). Por este viés, os discentes não precisariam ler “*O Príncipe*”, obra daquele *autor que “diz” que os fins justificam os meios na política. Isso é tão óbvio, basta ver o “mundo atual”*. Como já sabiam disso, para que complicar o assunto?

3.1. Bom, complicuemos o assunto...

Lendo “*O Príncipe*” (1513) por completo, identificamos alusões históricas operadas por *vínculo implicativo* concebido a partir da noção de *recorrência instrutiva exemplar* do modelo epistêmico historiográfico (latino e grego antigo) da *história mestra da vida*. Na cultura letrada europeia do Antigo Regime, tal modelo passa a ser concorrido, desde meados do século XVIII, pela *filosofia da história*, que concebe *tempo narrativo causal-processual-evolutivo* para explicar natureza, sociedade e indivíduos. Este

é um dos sentidos de *moderno* nesta historiografia, tão oportunamente caracterizado por Koselleck (2006, p.42-60), o qual foi disponibilizado na unidade 1 do curso.

Portanto, no que tange à *função da história* narrada, Maquiavel é *antigo*: Olha a península Itálica a partir de seu conhecimento erudito latino de Roma Antiga em *vínculo implicativo com seu presente por meio de recorrências exemplares sobre ações de homens em funções públicas, entendidas como pragmaticamente instrutivas ao estadista do presente quando discursivamente organizadas em paralelos comparativos*. Portanto, a forma de Maquiavel pensar a *história narrada relevante* para a formação do estadista está regida pelo *princípio pragmático da familiaridade (identificar supostas recorrências semelhantes fixas por temas úteis para o presente)*, mas o seu modelo narrativo de temporalização do vínculo implicativo entre presente e passado *não é processual-evolutivo*. É óbvio, mas preciso dizer: Maquiavel não faz *filosofia da história*, não é iluminista. Nesse sentido, Maquiavel não é *moderno*.

Maquiavel entendia, especificamente em 1513, a sua Florença como um ***principado novo, mas não civil***, nas mãos dos Médicis, se aceitarmos como válidas as categorias que ele mobiliza na sua obra dedicada a Lourenço II de Médicis. Então, Maquiavel configura narrativamente *paralelos históricos comparativos exemplares sobre homens (atuais e antigos) em funções públicas* que poderiam servir como *constelação instrutiva* para o tema principal da obra, o ***principado novo***, o qual está implicado com os temas da *defesa do corpo político* e da *legitimidade/utilidade pública do poder soberano principesco*.

De junho de 1498 a novembro de 1512, Maquiavel exerceu a função de secretário da segunda chancelaria de Florença, república então gover-

nada por Piero Soderini (c.1451-1522), cuja família era de nobreza recente, tal como os Médicis. Maquiavel tomou para si assuntos relacionados à guerra e à política interna. Na prática, ao assumir também missões diplomáticas no exterior em nome de Soderini, tomou para si funções da primeira chancelaria. Em novembro de 1512, houve um golpe armado pelos Médicis contra a governança republicana florentina (então conduzida por Piero Soderini), no qual usou a força externa dos exércitos convocados pelo rei Fernando de Aragão, ou seja, os Médicis procederam exatamente por meio dos recursos que Maquiavel, quando escreve “*O Príncipe*” (1513), recomenda que não sejam utilizados contra o próprio território. Em agosto de 1513, Lourenço II de Médicis (1492-1519) assume a governança de Florença, até sua morte.

Portanto, entre novembro de 1512 e agosto de 1513, desenha-se uma outra configuração de estado soberano em Florença: tornou-se um *principado novo*, se usarmos as próprias categorias que Maquiavel mobiliza em “*O Príncipe*”, ou seja, uma *monarquia recente, ainda não-hereditária*, mas já se desenhando nessa direção por conta das tentativas políticas de manter a continuidade biológica (linhagem direta e/ou colateral) dos Médicis na governança de Florença. A única herdeira viva de Lourenço II de Médicis, Catarina de Médicis (1519-1589), tornar-se-ia rainha e regente da França, o que demonstra que, do ponto de vista das cortes monárquicas europeias mais antigas, Florença era politicamente entendida como seu igual depois de 1512.

Maquiavel ficou exilado em suas terras em *Sant’Andrea in Percussina* depois de 22 dias de prisão e tortura sob suspeita de conspirar contra o principado e a favor do retorno de Soderini do exílio. Foi anistiado

em fevereiro de 1513, mas nunca foi aceito na corte dos Médicis. Teve de contentar-se com uma vida doméstica absenteísta de rico homem do povo, reduzido a gerir os negócios de suas terras e imóveis em *Sant’Andrea in Percussina*, vida que lhe dava *ócio filosófico suficiente para continuar* as suas obras políticas e literárias. É tal vida que ele chama de “pobreza” quando se dirige a Lourenço II de Médicis na carta ao patrono que precede a entrega de seu manuscrito “*O Príncipe*” ao novo e jovem *princeps* de Florença.



Ora, ponderando a forma como Maquiavel (1973, p.9-10; 117-120) tenta se aproximar dos Médicis oferecendo uma *dádiva erudita de homem do estamento povo* (vide a carta ao patrono e a carta a Francesco Vettori, ambas de 1513) *com ampla experiência erudita e prática sobre matérias de Estado*, e que estava consciente de que rompia um decoro estamental de hierarquia social ligado ao gênero *espelho de príncipe*⁷, é

⁷ Maquiavel não é *nobre*, nem *clérigo*, é um homem do *estamento povo* escrevendo

no mínimo um importante *sintoma de intenção* a forma como ele diferencia “*principado novo*”(capítulo VI) e “*principado civil*”(capítulo IX) como categorias analíticas em sua obra. Tal diferencialismo categórico não é generalizável, não atravessa o tempo com o mesmo preenchimento semântico: está localizado numa intenção referida à inusitada *situação de principado* da Florença a partir de novembro de 1512.

Por isso, alguns modelos de análise de filosofia política e ciência política não interessariam como recursos analíticos no curso de História Moderna I proposto em 2022. Geralmente, nesses estudos, Maquiavel é apenas um pretexto para indagações anacrônicas sobre “*realismo político*”, focadas no “presente” das instituições liberais, pensando o “passado” de Maquiavel como mero *recurso de enredo recortado* para exercitar dedutivamente a semântica política segundo expectativas das instituições e categorias constitucionalistas liberais.

Durante o curso, eu informo: Se quiserem agregar filosofia política e ciência política como leituras – geralmente, os discentes querem fazer isso porque, quando os encontro no terceiro período, já fizeram Ciência Política no segundo período, que oferece para eles um Maquiavel *resumido e familiar* –, estabeleçam uma *relação crítica localizadora das obras citadas*, a partir dos recursos e lugares de *aprendizagem histórica* que o curso propõe, para se evitar ensaios cheios de chavões pretenciosos pobres e generalistas que não identificam *singularidades históricas* nas intenções um *espelho de príncipe*, algo muito incomum na história deste gênero no Antigo Regime. Ainda não encontrei outro exemplo histórico de pessoa do *estamento povo* que se disponha a romper um protocolo social aristocrático vinculado ao gênero *espelho de príncipe* e se prontificar a escrever um exemplar para presentear um príncipe. O único decoro social que Maquiavel cumpria socialmente para se autorizar nesse gênero era o fato de ser mais velho, 44 anos, experiente e erudito do que o jovem Lourenço II, então com 21 anos, em 1513.

da obra de Maquiavel. Geralmente, tal tipo de recomendação é ignorada: esse Maquiavel *resumido e familiar* é dominante nas narrativas dos discentes, que não se dão ao trabalho de ler a obra na íntegra e, no mínimo, testar na fonte a pertinência ou não de seus generalismos perceptuais, “factuais” e categóricos.

3.2. Recursos crítico-genéticos de semantização histórica

É um ponto de interpretação histórica importante sobre *intenção* na obra “*O Príncipe*” saber que foi oferecida especificamente, como *manuscrito*, para Lourenço II de Médicis (MAQUIAVEL, 1973, p.9-10). Se não havia intenção de que fosse amplamente conhecida, ou seja, se era intencionada para *leitura/leitor exclusivo, social e politicamente elevado*, alguns assuntos poderiam ser francamente abordados de acordo com a pragmática do cargo do soberano, o que explica que Maquiavel buscasse se legitimar, na aproximação ao jovem Lourenço, com seu conteúdo diferenciado em relação à tradição moral-religiosa do gênero *espelho de príncipe*, sinalizando-se para o soberano como *erudito da prática* e como *homem do povo* que escreve em prosa e que não falaria das matérias de governo a partir de ideais morais inalcançáveis (MAQUIAVEL, 1973, p.29; 69), sinalizando, assim, a sua distinção em relação à tradição moral-religiosa dos *espelhos de príncipe*.

Os temas são modelizados a partir de repertórios de Plutarco, Cícero, *Iliada*, *Argonautas*, *Odisseia* e *Antigo Testamento*, os quais recirculam nos teatros europeus desde, ao menos, o século XV. O alegado “*realismo político*” “de Maquiavel” não tem nada de propriamente moderno, novidadeiro ou contrastativo com “Idade Média” (i.e., aquela da visão

monolítica, genérica e burckhardtiana que os discentes trazem do Ensino Médio e que é ratificada nas aulas de Ciência Política). O argumento genérico contrastativo “*moderno vs. medieval*” é um pretexto mobilizado recorrentemente nos ensaios discentes para dar ares de contexto (dedutivo) para Maquiavel, algo que não é corroborado pela bibliografia e fonte do curso que proponho. O fator de protocolar escândalo erudito – quando a obra foi postumamente impressa em 1532 – não estava nos temas, mas no gênero que vinculou os temas: um *espelho de príncipe*, nem escrito por nobre, nem escrito por clérigo.

Maquiavel sabia que o *principado novo* dos Médicis, em Florença, sucedeu a forma de governo da *república civil* por meio de golpe de estado, ou seja, não foi por *consentimento* dos cidadãos dos estamentos nobre e povo. O *principado novo* de Florença era, portanto, um assunto político recente, tão presente à obra, que Maquiavel não precisava explicar isso sem parecer ofensivo a Lourenço II de Médicis. Logo, quem lê a obra a partir de hoje precisa fazer uma investigação para descobrir esta camada de intenção que para Maquiavel é tão presente, óbvia e perigosa que não precisava explicar. Afinal, Maquiavel escreve a obra para um contemporâneo seu, de nobreza recente, que ocupa a chefia de um Estado por meio de um golpe da facção nobre que alijou o próprio Maquiavel do cargo de secretário de chancelaria da extinta *república civil* de Florença.

Dito isso, vêm os problemas crítico-conceituais da Moderna I proposta como curso em relação aos paradigmas constitucionais-liberais projetados para o passado de Maquiavel pela Ciência Política que os alunos de História acessam como componente de curso no segundo período da sua matriz curricular. O gargalo epistêmico entre as duas experiências

curriculares é recorrentemente o modo como se entende “*civil*” em Maquiavel por uma *chave continuativa categórica dedutivamente aderida aos paradigmas constitucionais-liberais republicanos de Estado*.

Conhecer tal abordagem não seria um problema se os discentes exercitassem a *diferença de paradigmas* entre a Ciência Política que fizeram no segundo período e os modelos críticos analíticos e revisões temático-historiográficas que lhes são apresentados em Moderna I no terceiro período. Mas acabam por optar pelo Maquiavel *familiar de resumo de manual*: leem extratos de capítulos de “*O Príncipe*” citados em obras de ciência/filosofia política, em vez da fonte inteira sugerida no programa de Moderna I, quando escrevem seus “ensaios” para esta matéria. E, mesmo lendo tão pouco, sentem-se autorizados a generalizar com tautológicos “*narizes de cera*”. Desse modo, não testam com a fonte os paradigmas de leituras com os quais se habituaram por meio de *tutelas resumistas* das referências de ciência e/ou filosofia política.

Ora, “*civil*” no vocabulário mobilizado na obra “*O Príncipe*” tem por preenchimento semântico tanto a noção de “*consentimento*” (categoria valorizada pela tradição crítica liberal) quanto a ideia de *estamento povo* como uma das bases estamentais do pacto de submissão (MAQUIAVEL, 1973, p.45). Na comparação entre as repúblicas de Veneza e Florença até 1512, “*aristocrático*” se opõe categoricamente a “*civil*” porque, na construção do poder soberano de Veneza, o *pacto de submissão* implicou na subalternização política dos direitos do estamento povo em relação ao estamento nobre, ou seja, o estamento povo sofre a “*conquista*” do estamento nobre, que monopoliza os cargos políticos centrais do estado.

No caso do principado de Florença pós-1512, “civil” de opõe categoricamente a “conquista”, porque o novo poder soberano surgiu de um golpe e não do “consentimento” de ambos os estamentos, mas, segundo a própria percepção de Maquiavel, isso não alterou a relação de autoridade entre os estamentos povo e nobre na gestão do *bem comum* de Florença. Por esses vieses categóricos, na comparação entre a república de Veneza e o principado de Florença pós-1512, este seria, com sua *refundação de poder soberano*, um principado *não-civil e não-aristocrático*⁸. Isso nos possibilita entender porque Maquiavel (1973, p.41-42) mobiliza o exemplo antigo de Agátocles de Siracusa no capítulo VIII de sua obra: ele serve como *exemplo-espelho extremo de principado novo* não-civil libertador, cuja violência na sua fundação contra o senado patricio de Siracusa era também contra a sua submissão ao domínio colonial-fiscal de Cartago – este implicava em alta carga de impostos extraordinários sobre o estamento povo de Siracusa. É como se este exemplo antigo extremo ecoasse o que Maquiavel (1973, p.113-116) esperava de ação libertadora de Lourenço II sobre toda a península itálica contra os “bárbaros” de seu presente, particularmente as interferências das monarquias hereditárias francesa e espanhola nos mini-estados da Península Itálica.

Então, reparem o sentido específico e diferenciador de “civil” no vocabulário político mobilizado por Maquiavel em “*O Príncipe*” para entendermos a sua intenção de vínculo *implicativo, instrucional e contínuativo* entre o capítulo VI (“*Dos principados novos*”) e o capítulo VIII (“*Dos que alcançaram o principado pelo crime*”), sendo que este encer-

⁸ Aqui, fala-se em “*não-aristocrático*” porque, se comparado com a república de Veneza, o principado de Florença com os Médicis não alterou o costume instituído de longa data que abria acessos a famílias absenteístas do *povo* e da *nobreza* para postos de governação.

ra, paradigmaticamente, a parte da obra que desdobra, com exemplos extremos, o tema dos *principados novos*, o qual antecede, por *contraste temático*, o tema do capítulo IX, dedicado aos *principados civis*, quando Maquiavel enfatiza, para tais casos, o *consentimento* dos estamentos *nobre e povo* como fatores de definição da legitimidade *civil* do poder soberano principesco (MAQUIAVEL, 1973, p.29-31; 41-44; 45-48).

E o principado de Florença seria “*novo*” porque ainda *não era hereditário*, ou seja, ainda não tinha uma *tradição de linhagem nobre hereditária sacralizada pelos costumes e feitos dinásticos do passado* se reproduzindo como *encarnação legítima contínua* do poder soberano, mesmo porque a própria família Médicis, antigos comerciantes do *grosso trato* do começo do século XV, era de nobreza recente em começos do século XVI. Mais uma vez, isso reforça a utilidade, para Maquiavel, do *paralelismo exemplar* entre Agátocles de Siracusa e Lourenço II de Médicis enquanto libertadores latinos contra os domínios estrangeiros dos “*bárbaros*”, embora seja irônico imaginar que os Médicis, em novembro de 1512, utilizaram as forças armadas de Fernando de Aragão para derubar Soderini.

É como se imaginássemos um subtexto no capítulo VIII que enfatiza a dimensão criminosa do sanguinário golpe de estado de Agátocles, mas este teria o mérito instrutivo, para o jovem e irredento Lourenço II de Médicis, de ser libertador de um jugo externo, porque não se valeu de armas alheias e transformou o golpe de estado numa vantagem para a maioria, praticando todo crime possível contra o senado patrício siracusano (que estava vendido aos interesses colonialistas de Cartago) até Agátocles se tornar rei. Depois de se entronizar rei, Agátocles teria

governado até idade avançada com relativa paz, porque agia conforme o que se esperava dos papéis públicos de um poder soberano principesco.

Então, quando vemos o capítulo VIII, os capítulos dedicados aos temas milícia e exército, armas próprias e armas alheias para, por fim, chegar à exortação do capítulo XXVI sobre a necessidade da libertação da Itália dos “*bárbaros*”, é como se Maquiavel advertisse que aquilo que fez o principado dos Médicis em Florença foi um golpe de sorte, uma ação criminosa menos meritosa do que de Agátocles, porque não libertou a península dos “*bárbaros*” e, além disso, em 1513, o principado ainda não teria provado a que veio para a maioria de seus súditos, que são do estamento povo, a *planície*, tal como Maquiavel se metaforiza na carta ao patrono que precede seu manuscrito de “*O Príncipe*”. Daí entendemos o tom de rogo exortativo de Maquiavel para Lourenço: este não deve se fiar naquilo que justamente tornou a península um joguete fragmentário de poderes locais que lutam entre si com o uso circunstancial de armas alheias, deixando-se colonizar pela política externa da França, Espanha e Sacro-Império.

Até meados do século XVII, aos poucos, o principado de Florença vai se legitimar, estabilizar e sacralizar enquanto instituição hereditária na diplomacia das dinastias europeias (FANTONI, 1994), mas ainda não era o caso em 1513. Daí a centralidade temática do *contraste categórico* entre “*principado novo*” e “*principados hereditários*” (MAQUIAVEL, 1973, p.13). Estes são exemplificados na obra preferencialmente com França e Espanha (MAQUIAVEL, 1973, p.15-21; 25; 35-39; 51; 56-58; 61-63; 72; 81; 85; 99-101; 110-111), metaforizados como os “*bárbaros*” invasores da península itálica no epílogo-exortação a Lourenço II de Médicis (MA-

QUIAVEL, 1973, p.113-116). Tal exortação não foi ouvida no sentido político-clientelar que Maquiavel (1973, p.117-120) esperava: ele continuou politicamente exilado em *Sant’Andrea in Percussina*.

3.3. O gênero, o tema e nuances de quebra de decoro

As categorias mobilizadas por Maquiavel na parte dedicada à tipologia dos principados⁹ (MAQUIAVEL, 1973, p.11-53) têm uma semântica própria, localizada na intenção de a obra ser dedicada ao jovem soberano Médicis. Um *espelho de príncipe*, enquanto gênero erudito didático performado em página escrita (impressa ou manuscrita), pressupõe um sábio mais velho (nobre e/ou clérigo) instruindo um jovem para as matérias do bom governo político, sendo tematicamente distinto dos tratados de economia, que versavam sobre o bom governo doméstico, tendo por modelos referenciais as casas aristocráticas.

Ora, acontece que Maquiavel era um “velho sábio”(44 anos) florentino secular do *estamento povo* a dirigir um *espelho de príncipe* para um soberano de família de nobreza recente. Ele sabia que isso era ousado e se desculpava preventivamente na carta ao patrono, usando metáforas da *arte da perspectiva* para atenuar o embaraço social de sua indevida aproximação ao poder soberano que derrubou o *status quo ante* de Florença em que Maquiavel atuava como uma espécie de *magister* de estado. Afinal, Maquiavel ocupava o cargo de secretário de chancelaria numa Florença que fora *república civil*, tendo no seu currículo político a experiência administrativa, a idade adequada e a erudição clássica para ser um *conselheiro perfeito, ministro* ou *valido* num *principado novo* que

9 Capítulo I ao XI.

ainda previa, nos seus costumes, que membros preeminentes da *nobreza* e do *povo* pudessem ocupar cargos políticos elevados.

Ao oferecer sua obra ao patronato de Lourenço II, Maquiavel estava solicitando um retorno à vida política de Florença no contexto do principado dos Médicis. Em 1513, Maquiavel era um *absenteísta dono de terra*. Do ponto de vista social-estamental, pesava a seu favor o fato de não ter origem ou vida *abjeta*, ou seja, não tinha origem recente ou vivia como *artesão* ou do *comércio varejista*. Contudo, politicamente, ele trabalhou para o governo anterior (1498-1512) de Piero Soderini (1451-1522) e, em certa medida, *ele foi o governo*. Portanto, se Maquiavel tinha elegibilidade social-estamental, etária e intelectual para ser *conselheiro* de Lourenço II (encarnação soberana de um principado *não-aristocrático* e *não-civil* em 1513), a chance de haver viabilidade política para seu pleito era diminuta, mesmo porque ele não poupa censura contra o modo como os Médicis derrubaram o governança republicana de Soderini.

Em 1513, Florença era uma monarquia *ainda não hereditária, ainda sem tradição aristocrática legitimadora de linhagem régia, ainda sem sacralidade mística para o governante, ainda a se provar legítima e útil para os súditos*, mas ainda assim mantinha os costumes institucionais anteriores, da república civil, que previam que membros da nobreza e membros absenteístas do povo pudessem ocupar cargos e posições de alto governo. E a criação golpista do *principado novo* não implicou, imediatamente, no peso de impostos extraordinários sobre o *estamento povo*. Foi um *golpe de elite*, uma realocação de famílias nobres nas redes de poder de Florença, utilizando exércitos externos e não guerras de facções de cidadãos armados, estas, aliás, eram a tônica das lutas entre

clãs e casas aristocráticas na Península Itálica desde o século XIV, como podemos notar nos próprios exemplos instrutivos que Maquiavel mobiliza em sua obra.

Sem entender isso, não perceberemos porque é plausível para Maquiavel o exemplo antigo de Agátocles de Siracusa como caso extremo, mas instrutivo, de êxito enquanto *príncipe novo*. E igualmente não entenderíamos a sua insistência de o *príncipe novo* não criar impostos novos ou alterar leis e costumes de territórios que já se submeteram ao seu domínio, mas fazer dos próprios súditos preeminentes locais os seus aliados responsáveis pela mobilização de recursos para a defesa de seus territórios, evitando usar tropas mercenárias em seu próprio território ou sustentar com impostos exércitos permanentes na mão de generais estrangeiros contratados (*condottieri*), dispositivos que ele entende que estiveram na causa da decadência do Antigo Império Romano.

O exemplo antigo drástico de êxito político de Agátocles de Siracusa (*atípico* em relação ao quadro moral-religioso costumeiro da *tradição temática* do gênero *espelho de príncipe*) espelha os Médicis do presente, mas pôde ser instrutivamente mobilizado porque Maquiavel entrega uma obra *manuscrita* em *volume único*, ou seja, um *presente elevado*, condizente à posição do novo governante, uma obra investida de *segredo de estado* e não um projeto de livro para ser impresso. Além disso, é politicamente estratégico Maquiavel falar de um *eficaz, libertador e longo principado conquistado através do crime* por meio de um exemplo antigo, porque o exemplo moderno e próximo, *mas inferior em relação ao exemplo de Agátocles*, seria o próprio golpe dos Médicis em Florença em novembro de 1512. Há uma ousadia na escolha deste exemplo e uma

quebra de *decoro de gênero* ao abordá-lo num *espelho de príncipe* e não numa *tragédia* ou *drama histórico*, como seria o esperado, mas não havia intenção de Maquiavel vulgarizar o seu *espelho* para qualquer leitor.

Quando a obra foi postumamente impressa em 1532, emergiu a tradição erudita de dar uma *protocolar resposta anti-Maquiavel* em tratados teológico-políticos, quando se inventou a pecha erudita de que Maquiavel teria escrito um tratado sobre a *arte da tirania* ou a *arte de reinar tiranicamente*, a ponto de “*Maquiavelismo*” já aparecer, por exemplo, no vocabulário político europeu desde o século XVII. O dicionário português do padre francês Raphael Bluteau (1716: p. 234) tem “*Machiavelista*” como verbete, mas não a palavra “*machiavelismo*” no corpo do dicionário. Em todo caso, o sentido é o mesmo. O *Dictionnaire Historique et Critique* de Pierre Bayle tem um longo verbete sobre a biografia intelectual e política de Maquiavel, intitulado “*Machiavel*” (BAYLE, 1697, p. 457-462), no qual “*machiavelisme*” aparece quando o verbete aborda as suas *obras políticas* (BAYLE, 1697, p. 459) como *nocivas* e elenca as *protocolares respostas eruditas*, inclusive de reis e príncipes, à *tradição Maquiavel*.

Conclusão:

Em tudo que antecede esta conclusão, vejam o quanto mobilizei categorias que possibilitam criar algum *senso de localização histórica para a fonte*, com um claro direcionamento metodológico analítico de *história social da cultura do livro, gênero e leitura no Antigo Regime* e de *estudo de semântica histórica* focada no *vocabulário político* da obra. Eu reflito eticamente sobre as implicações analíticas de cada categoria que mobilizo, algo que um androide de “*nariz de cera*” de web-“jornalismo” não faria, mas é

algo que espero encontrar num ensaio histórico discente, considerando os recursos mobilizados nas *aulas-ensaio* e no programa do curso.

Há uma *ironia crítica e douda* quando Maquiavel aciona a tópica da *desordem* no epílogo exortativo a Lourenço II, porque ela traz a ideia de que está havendo uma inversão: o berço da civilização latina do passado se deixa dominar, no presente, pelos descendentes dos “*bárbaros*” (França, Espanha, potentados locais do Sacro-Império, etc). Então, quando exorta Lourenço, no capítulo XXVI, como agente para unificar os interesses fragmentários dos potentados locais da península itálica (repúblicas, ducados, principados, etc), Maquiavel tem em mente como modelo o Antigo Império Romano. *Maquiavel não é nosso contemporâneo.*

As guerras de facções aristocráticas na Itália são temas recorrentemente explorados por Maquiavel como *permissivas a invasões de potências estrangeiras na península*, o que explica a função crítica atípica num *espelho de príncipe* do antigo exemplo latino, golpista e libertador de Agátocles, centurião do senado de Siracusa que tem origem familiar “*abjeta*” (é filho de oleiro, enfatiza Maquiavel). Se um homem de origem *abjeta* consegue ascender politicamente e libertar um país inteiro da anuência da aristocracia local com o domínio fiscal estrangeiro de Cartago que pesava sobre a população *não-nobre* de Siracusa, então temos aqui a dupla vergonha de pessoas nascidas da nobreza se deixarem dominar por potências invasoras “*bárbaras*” na península itálica do presente.

Não há nada de moderno nessa provocação tácita que diminui o apelo de méritos social, cultural, moral e político baseados na origem aristocrática. Tal provocação é feita da premissa ciceroniana de que um homem pode, por meio de seu esforço, melhorar a sua própria condição.

Assim podemos entender a forma como Maquiavel tenta construir argumento favorável para o *príncipe novo*: arquetipicamente, este não teria ainda um *passado de linhagem* ou *tradição de família* que o legitimasse para *chegar* no poder, porque o *conquistou* por meio do golpe, não sendo, portanto, fruto do automatismo sucessório da *hereditariedade dinástica*, como seria o caso das *monarquias sagradas*, muitas das quais originadas há muito tempo seja do *consentimento*, seja do *golpe*. No entanto, são as *imagens ou famas públicas* de suas altas ações políticas no presente que mantêm qualquer monarca soberano no poder, particularmente se protege o *povo* do abuso dos *grandes* (i.e., nobreza), mas não exaspera os interesses destes enquanto estamento (MAQUIAVEL, 1973, p.83-86).

Portanto, a linhagem de sangue na monarquia hereditária não é garantia *em si* de manutenção do poder se o soberano não se prova periodicamente útil para o estado com suas ações, escolhas e exemplos (MAQUIAVEL, 1973, p.107). Ora, isso não é uma espécie de *republicanismo* subterrâneo em “*O Príncipe*”. Todo poder soberano, hereditário ou não, monárquico ou colegiado, civil ou aristocrático, deve dar provas públicas periódicas de que governa para a maioria dos súditos e não para seus caprichos e interesses particulares. Portanto, Maquiavel cumpre a função instrutiva básica do *espelho de príncipe*: ensinar o soberano a *governar para os súditos* e não para seus *caprichos e humores particulares*, que devem ser controlados/civilizados – *se não tiver uma qualidade, o soberano deve fingir que a tem, porque, para fingir, o jovem soberano deve aprender aquilo que ainda não tem ou sabe*. Como um ator, o soberano *atua o cargo*: Deve submeter seus humores e gostos pessoais ao cargo e não o contrário, porque o contrário é a tirania.

É a tal *desafio de civilidade* que propende todo *espelho de príncipe* enquanto gênero didático que visa a instruir um futuro e/ou jovem governante. Aceitar os *desafios de civilidade* (i.e., *fingir/aprender* habilidades morais e humorais) dos cargos voltados ao *bem comum* é o que (hu)moralmente diferencia o poder soberano legítimo dos arquétipos político-(hu)morais dos tiranos, antigos ou recentes. Por este viés, Agátocles não seria tirano porque deu um violento golpe de estado, mas sim se continuasse a cometer crimes contra a vida de seus súditos depois que se tornou Rei, ou seja, quando passou a ser uma *pessoa político-moral*: a *instituição pública régia*, a qual deve garantir as *finalidades políticas-morais* do *pacto de submissão*. Por este mesmo viés, o senado patrício de Siracusa, uma *instituição pública republicana aristocrática*, seria um traidor do *pacto de submissão* – e, portanto, *tirânico* – ao colocar os interesses fiscais de Cartago (potência estrangeira) acima dos interesses dos conjuntos dos cidadãos siracusanos, patrícios ou plebeus.

A equação que a Ciência Política faz entre Maquiavel e “*realismo político*”, colocando-o numa zona postulada de diferença “*moderna*” e “*secular*”, basicamente reproduz uma longa *tradição temática anti-Maquiavel* que remonta ao século XVI. A historiografia atual, se pretende, de fato, desenvolver um horizonte de estudo histórico crítico-genético sobre autor e obra, não pode simplesmente replicar uma tradição de propaganda que visava a *cancelar* “*O Príncipe*” de Maquiavel.

Os tratadistas eruditos dos séculos XV-XVII poderiam tirar da bíblia e da literatura latina antiga, como fez Maquiavel, exemplos negativos e positivos de governantes e seus dilemas. Não há novidade ou originalidade em Maquiavel na mobilização temática, com fins instrutivos, dos

dilemas da arte do governar, mas sim na forma como mobilizou exemplos que não caberiam nos *costumes letrados* relativos ao gênero *espelho de príncipe*. Quando a obra “*O Príncipe*” se torna vulgarizada pela forma impressa, isso gera uma necessidade igualmente pública e protocolar de resposta erudita, como aparecem nos verbetes dedicados a Maquiavel nos dicionários europeus dos séculos XVII e XVIII. Todas essas ponderações expõem os vários filtros que foram configurados para o nosso acesso atual à sua obra. Por isso, para mim, é inseparável uma *história social da cultura letrada* de uma *histórica crítico-genética* dos mediadores dessa cultura letrada que chegaram até nós.

No tom exortativo providencialista do capítulo XXVI, Maquiavel conclama Lourenço II a continuar o modelo recente de trajetória política de César Bórgia (1475-1507), já que a família Médicis também ocupava – tal como os Bórgias no passado recente – a soberania dos Estados Papais em 1513. É à luz de sua comparação erudita com o mundo peninsular antigo da “*grandeza*” do Império Romano que o seu “mundo atual”, a “Itália”, parece em “desordem”. Mas ele também pretendeu instruir o príncipe, ao longo da obra, com exemplos eruditos tirados dos autores latinos para explicar as razões da “*decadência*” do Império do passado e da “Itália” do presente. Ele não pensa ou propõe um *vínculo causal-processual evolutivo* entre o “passado” (Antigo Império Romano) e o “presente” (“Itália” como península da herança latina invadida por potências atuais formadas pelos descendentes dos antigos povos “*bárbaros*”), mas sim *paralelos exemplares* (*antigos e recentes*) *instrutivos* para o *príncipe novo*, por demonstrarem a suposta *recorrência* de feitos políticos e seus *efeitos* na manutenção ou *decadência* do estado e do poder soberano.

Não se trata de uma visão “empírica” ou “circular” de história. Postular *recorrência* e *regularidade exemplar* tem mais relação com outra geometria, o *paralelo*, que é também um dispositivo literário de história entendida como um *gênero de relato exemplar*, distinto da *poesia*. A história, em Maquiavel, não tem nada a ver com a história-ciência (*história anti-retórica*) dos “fatos em si”, a dita “empíria”, construída no século XIX. O *paralelo* supõe a *analogia*, a qual não é propriamente um recurso de linguagem que prima pela singularidade histórica e pela percepção de mudanças processuais qualitativas, porque induz a tornar próximo, *familiar*, o que é distante, ou seja, constrói o *ato de compreensão histórica* com foco na regularidade comparativa de supostas semelhanças que cabem num quadro fixo de dispositivos ponderadores, o que significa postular uma visão igualmente fixa de natureza ou condição humana.

Além disso, a obra “*O Príncipe*” – na sua excepcionalidade de *expressão de gênero, pessoa, assunto e circunstância* – foi de alguém do estamento *povo* para um soberano *nobre*, categorias político-jurídicas a *serem localizadas numa dinâmica hierárquica estatal de vínculo social e político específica de sociedades de estamentos advindas da Idade Média*. Por isso, foram mobilizadas as referências específicas da unidade 2 do curso para os discentes terem algum repertório sobre a *diferença histórica* das instituições sociais e políticas em que viviam Maquiavel e Lourenço, enquanto as unidades 1 e 3 circunstanciavam entradas críticas de entendimento sobre as operações historiográficas e genéticas formativas de “*O Príncipe*”.

Tal percurso de leituras daria base para os discentes de Moderna I explorarem, no tempo curto do período letivo (fevereiro a maio de 2022), algumas hipóteses de contextualização da obra atentas à sua singularidade

de de *vocabulário político* e de *desvio de conduta de gênero* no modo atípico como Maquiavel provê a obra com exemplos instrutivos de homens públicos, antigos e recentes, por meio de paralelos analógicos. Ponderar a relação entre gênero, tema, forma material da obra (impresso ou manuscrito) e a história do seu vocabulário político possibilitou *localizar historicamente as intenções temáticas de Maquiavel e os seus deliberados desvios do decoro erudito do gênero espelho de príncipe*.

Devemos considerar também que todos os temas expostos em “*O Príncipe*” suportam ou gravitam um *tema principal*: o *principado novo*, ou seja, *recente*, ainda *não-hereditário*, conquistado por golpe e não pelo consentimento (nesse sentido, *não-civil*), a exata situação da dinastia dos Médicis na Florença de 1513. O líder régio *novo* é instruído para ser o fiel da balança entre os interesses dos estamentos *povo* e *nobre* de Florença, a qual se tornou um principado *não-aristocrático* e não deveria contar, segundo Maquiavel, com exércitos de mercenários, ou seja, Maquiavel sugere que aquilo que fez parte do golpe dos Médicis não garante o futuro do seu principado.

Pensada de forma patrimonialista *por convocação* e não de forma burocrática carreirista permanente, a defesa de Florença, para Maquiavel, deveria contar com os recursos, corpos e interesses de seus próprios súditos. Em seu vocabulário, isso é *milícia*, milícia de súditos, enquanto *exército* é o oposto categórico de qualquer senso de *coisa pública* ou *bem comum*. Este pequeno detalhe no vocabulário político de Maquiavel desmonta as habituais e dedutivas teleologias historiográficas de modernidade institucional geralmente mobilizadas para explicar o tema da *formação do estado moderno* (Cf. HENSHAL, 2000).

REFERÊNCIAS:

- BAYLE, Pierre. **Dictionaire Historique et Critique**, vol. 2. Rotterdam: Reinier Leers, 1697.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**, vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e Latino**, vol. 5. Lisboa: Pascoal da Sylva, 1716.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BURKE, Peter. A Invenção da Biografia e o Individualismo Renascentista. **Estudo Histórico**, n.19, p.83-97, 1997.
- CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos Terreiros – e como escola se relaciona com crianças de candomblé**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.
- CAVALCANTE, Berenice (org.). **Modernas Tradições: Percursos da cultural ocidental, séculos XV-XVII**. Rio de Janeiro: Access, 2002.
- COHEN, Renato. **Performance como Linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FANTONI, Marcelo. **La corte del Granduca: Forma e simboli del potere medico fra Cinque e Seicento**. Roma: Bulzoni, 1994.
- FRYE, Northrop. **Anatomia da Crítica**. São Paulo: Realizações, 2014.
- HENSHAL, Nicolas. El Absolutismo de la Edad Moderna, 1550-1700: Realidad política o propaganda? In: ASCH, Ronald, DUCHHARDT, Heinz (eds.), **El Absolutismo: Un Mito?** Barcelona: Idea Books, 2000. p.43-83

- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.
- JENKINS, Keith. **A história refigurada**. São Paulo: Contexto, 2014.
- JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.
- KLEIN, Robert. **A forma e o inteligível**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- KOSELLECK, Reinhart *et alii*. **O Conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. São Paulo: Contraponto, 2006.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: Questões Relevantes de Meta-História. **História da Historiografia**, n. 2, p.163-209, 2009.
- RÜSEN, Jörn. **História Viva**. Brasília: UnB, 2010.
- RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Brasília: UnB, 2011.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- VIANNA, Alexander Martins. **Antigo Regime no Brasil: Soberania, Justiça, Defesa, Graça e Fisco, 1643-1713**. Curitiba: Prismas, 2015.
- VIANNA, Alexander Martins; FERREIRA, Maurício dos Santos. Tratamento histórico crítico-genético como fenda extraordinária entre coisas vivas e mortas. **Revista Escrita da História**, p.128-152, 2017.
- WHITE, Hayden. **Meta-História: A imaginação Histórica do Século XIX**. São Paulo: EDUSP, 2008.

Sabor de conhecimento: alimentação como recurso didático para o ensino de História

Gabriel Bolognini Benedicto¹

Introdução

No segundo volume de *A invenção do cotidiano*, ao examinar as inspirações de cozinheiras em suas rotineiras práticas inventivas na “arte de nutrir”, Luce Giard (2003) nos convida a uma reflexão a respeito dos alimentos como elementos ordenados segundo um código de valores, regras e símbolos. Segundo a autora, alimentar-se todos os dias não se trata de algo indiferente. Para além das necessidades calóricas e do balanço nutricional, existe uma alimentação *culturalizada*, escolhida e preparada de acordo com leis de compatibilidade e regras de convivência próprias a cada área cultural, que se sobrepõem a qualquer princípio dietético puro. (GIARD, 2003, p. 228-232). De uma forma semelhante, esse aspecto cultural da alimentação também é exposto por Massimo Montanari (2013), que elabora sua explicação sobre a base do sistema alimentar, menos apartada de uma naturalidade do que representada e resultada por proces-

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

cos culturais, numa lógica de reinterpretação e modificação da natureza. (MONTANARI, 2004, p. 9)

O historizar a partir da compreensão do cotidiano das pessoas - como os hábitos alimentares, no nosso caso - que abarcam os usos, os costumes, as representações, os valores, os significados de um grupo, inscrito numa égide própria, de regência característica e de dinâmica peculiar são próprios da chamada História Cultural, vertente de análise que remonta ao fim do século XIX, iniciada com o historiador alemão Karl Lamprecht em 1897 e tratada, posteriormente, por nomes como Norbert Elias e Pierre Bourdieu. (VIANA JÚNIOR, 2022, p. 28-29). No que tange à alimentação enquanto objeto da História, o gastrônomo Fernando Santa Clara Viana Júnior destaca em sua tese que os debates, inicialmente restritos a outros campos das ciências sociais, acabaram cooptados pelos *Annales*, assistindo a partir desse momento a eminência de nomes como Daniel Roche, Fernand Braudel e o próprio Massimo Montanari (VIANA JÚNIOR, 2022, p. 31-35).

Neste trabalho, veremos Giard e Montanari desenvolvendo seu argumento em torno da naturalidade do comer, destacando a fascinante carga cultural alimentar e sua inexorável presença cotidiana em nossa vida. Diante dessa bagagem de cultura envolvida na alimentação, entendemos que os estudos da temática são essenciais à formação escolar e devem, dessa forma, estar presentes no currículo das escolas por diversos motivos. Primeiro, porque, enquanto cultura material, a alimentação é um meio interessante de acesso à representação étnica de um grupo, permitindo um melhor entendimento dos valores e significados da cultura local em questão (MERLO, 2011, p. 29). Segundo, pois, como elemento sig-

nificativo e universal, portanto, participante do mundo real dos alunos, a alimentação é considerada um conhecimento prévio, de modo que os avanços no sentido do ensino-aprendizagem serão potencializados, de acordo com Ausubel, em direção a uma aprendizagem significativa, mais eficiente e duradoura, em vista da sua preexistência na consciência dos estudantes (MOREIRA, 2012).

Entretanto, para além das vantagens supracitadas, existem obrigações de cunho legal no tocante à abordagem do tema. Prevista constitucionalmente, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) é um documento normativo que define essencialmente o que os alunos devem aprender ao longo de sua formação na Educação Básica (BRASIL, 2017, p. 7-8). A História se encontra no documento como “componente curricular”, contido na área do conhecimento das “Ciências Humanas”. Na Base, cada componente curricular contém um texto que apresenta a disciplina e explicita seu papel na formação integral dos alunos. É possível identificar na BNCC subsídios para a aplicação da temática da alimentação como conteúdo a ser ensinado quando percebemos os aspectos de cultura material envolvidos na gastronomia. No texto concernente à História, podemos encontrar menções claras sobre o uso de “objetos materiais” e seus respectivos favorecimentos em “uma melhor compreensão da história, das mudanças ocorridas no tempo, no espaço e, especialmente, nas relações sociais” (BRASIL, 2017, p. 398-399).

Embora termos como “alimento” ou “comida” não estejam presentes de maneira explícita em toda a seção de História na BNCC, o termo “cultura”, por sua vez, é bastante frequente, com dezenas de menções, de forma que, quando observamos o documento e não encontramos pala-

bras relacionadas diretamente à alimentação, não significa dizer, de modo algum, que o tema não deva ser abordado. Pelo contrário, o exemplo alimentar não se trata de mera conveniência quando tratamos de aspectos culturais, mas de orientação normativa. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) em seu artigo 26, que dispõe sobre a inclusão da educação alimentar nos currículos, parágrafo 9º-A: “A educação alimentar e nutricional será incluída entre os temas transversais de que trata o caput.” (BRASIL, 1996). Por sua vez, o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE 11.947/09) inclui, entre outras orientações, “ações” e “promoções de educação alimentar” (BRASIL, 2009).

No exame da BNCC de História no Ensino Fundamental, encontramos três elementos nos quais a cultura alimentar pode ser incorporada como tópico central, relacionados às habilidades que tratam sobre “circulação de produtos” (códigos EF06HI15 e EF08HI03); “patrimônio cultural material e imaterial” (código EF06HI07); e “desenvolvimento de saberes e técnicas” (código EF07HI03). No entanto, as possibilidades não se limitam nesses assuntos. Ao ampliarmos nossa abordagem, explorando habilidades que tratam da cultura de forma mais abrangente (códigos EF05HI01, EF06HI08, EF09HI17 e EF09HI27), o tópico gastronômico se apresentará naturalmente, embora de maneira periférica, mas igualmente importante, uma vez que, apesar de eventos políticos, econômicos e sociais terem um protagonismo nas narrativas, é crucial reconhecer diante da carga cultural envolvida nos alimentos que eles desempenham um papel de destaque na história humana.

Diante das orientações legais e do estabelecido na Base, foi elaborada uma pesquisa para examinar como e com que frequência os alimentos

são utilizados nas escolas como recurso didático. Antes, é preciso esclarecer que a metodologia utilizada para tomar os alimentos como objeto de ensino pode variar de acordo com os objetivos educacionais e meios disponíveis, mas, como recurso didático, entendemos que os alimentos podem se apresentar em seu sentido físico (por exemplo, utilizando a merenda escolar, as hortas escolares, as aulas de campo em feiras, plantações, fábricas, etc.) ou mesmo na forma de estudo teórico como, no caso capixaba, o exemplo do papel do café na economia do Estado ou ainda a moqueca, como comida típica do Espírito Santo. A pesquisa foi elaborada em formato de enquete e divulgada para docentes, de qualquer área, em atividade ou aposentados. As perguntas variavam sobre o emprego, ou não, de alimentos como recurso didático em suas aulas, bem como os ganhos e dificuldades desta prática. Entre os dezoito participantes, sete disseram atuar como professores de História. No que diz respeito ao questionamento principal, houve um equilíbrio simétrico entre os que disseram utilizar alimentos como recurso didático e os que não aderem à prática: 50% para cada lado. Com relação aos principais ganhos com a experiência, o conhecimento histórico-cultural é o mais citado, presente em 36% das respostas, enquanto o tempo hábil e a disponibilidade material foram destaques nas alegações de dificuldades do emprego.

Com base no estudo, é preocupante a constatação de que metade dos professores não levam em consideração os alimentos como recurso didático em suas aulas. Esse dado levanta questionamentos claros sobre a falta de aproveitamento do tema, apesar da conexão entre comida e cultura, para não mencionar a proximidade do tópico com a rotina dos estudantes, como a presença diária da merenda nas escolas. Todavia, a pesquisa revela uma lacuna na sua implementação, o que indica uma des-

conexão entre a teoria expressa em documentos legais e a prática no ambiente escolar.

Quando observamos essa deficiência, entendemos que trabalhos como este têm por objetivo, num primeiro momento, alertar a respeito da obrigatoriedade legal da educação alimentar e da inclusão da alimentação nas respectivas habilidades que abarcam o fenômeno cultural. Em seguida porque, a partir das teorizações de David Ausubel, referências a elementos históricos que se relacionam à alimentação constituem estratégia interessante para o alcance da chamada aprendizagem significativa, uma maneira eficiente de lograr resultados positivos no processo ensino-aprendizagem, haja vista a acepção da alimentação como elemento de conhecimento prévio. Diante da constatação, este trabalho pretende discutir de que modo a alimentação, enquanto elemento cultural, pode ser tratada como ferramenta didática no ensino da História.

Para tanto, vamos orientar nosso estudo a partir dos conceitos de cultura alimentar, elaborados a partir dos exames de Massimo Montanari sobre a dimensão cultural da alimentação. Complementará este trabalho, da mesma forma, o conceito de aprendizagem significativa de David Ausubel que versa sobre a relevância dos conhecimentos prévios, aqueles já adquiridos ao longo da vida, assim como o de consciência histórica, elaborado por Jorn Rüsen que explicará, a partir da interiorização da informação pelo sujeito esta, como esta torna-se ferramenta mental de orientação cotidiana na vida dos sujeitos.

História e didática: cultura alimentar como meio de aprendizagem

Embora, por vezes, despercebidos durante uma rápida refeição no

horário de almoço ou em um descontraído jantar entre amigos, é surpreendente o fato de questionamentos simples como “por que comemos o que comemos?” poderem abrir caminhos para um fascinante mergulho na história dos alimentos. As respostas a perguntas simples como essa revelam uma intrincada teia de aspectos culturais - históricos, portanto - que nos levam a compreender como nossas escolhas alimentares não são frutos de acaso. Neste sentido, atentar-se menos ao aspecto puramente biológico da alimentação em favor de seu caráter cultural abre um campo largo de ressignificações, que podem nos revelar facetas inesperadas sobre o comer.

A historiadora francesa Luce Giard revela em Certeau (2003, p. 232) que:

Tanto quanto os outros elementos da vida material, a alimentação não se apresenta ao homem *in natura*. Mesmo cru e colhido diretamente da árvore, o fruto já é um *alimento culturalizado*, antes de qualquer preparação e pelo simples fato de ser tido como comestível.

De forma similar, Massimo Montanari (2004), professor e estudioso do campo da história da alimentação, explica que tanto a comida quanto a maneira como a assimilamos dispõe dessa realidade profundamente cultural, própria dos seres humanos. Para ele, diferenciamos-nos dos animais quando, no passado, começamos a produzir nosso próprio alimento de um modo artificial, não utilizando somente o que encontramos na natureza, mas preparando e transformando a comida a partir do uso do fogo, além do próprio consumo, afinal de contas, nós podemos consumir de tudo, mas selecionamos aquilo que queremos. (MONTANARI, 2004 p. 9)

De acordo com o autor, entende-se como cultura o ponto de encontro entre aquilo apreendido pela tradição, nas técnicas e nos valores, e aquilo que nos move para uma posição nova no nosso contexto ambiental e que nos dá, dessa forma, possibilidades de experimentar novas realidades. Com a invenção da cozinha - conjunto de técnicas destinadas à preparação de alimentos -, ficou mais clara a separação daquilo que nós comemos do que comem os animais e, a partir desse instante, a determinação cultural, e por isso histórica, começou a ter efeitos naquilo que consideramos bom ou ruim. (MONTANARI, 2004). De outra maneira, a comida não é boa ou ruim em si mesma: o órgão do paladar, na verdade, é o cérebro, que condicionará nossos gostos de acordo com aquilo que nos foi ensinado. (MONTANARI, 2004, p. 55).

Que comer vai além do biológico, isso já vimos, mas é justamente no biológico, isto é, no fato de que todos comemos, que se encontra outra grande vantagem em sua utilização. Como veremos adiante, o trato de conteúdos significativos da vida do estudante - como sua cultura alimentar - traz consigo, além de um aprimoramento crítico sobre diversas esferas da sua realidade, uma eficiência concreta no aprendizado e na retenção do conteúdo. É indispensável, desse modo, que se pense num currículo que incorpore o estudo e a compreensão da cultura alimentar como um elemento de destaque. De acordo com Luce Giard, “cada hábito alimentar compõe um minúsculo cruzamento de histórias”. Hábito que, mesmo manifestado “sob o sistema silencioso e repetitivo das tarefas cotidianas [...] empilha-se de fato uma montagem sutil de gestos, de ritos e de códigos, de ritmos e de opções, de hábitos herdados e de costumes repetidos.” (GIARD, 2003, p. 234) Nesse reconhecimento da comida como uma expressão cultural, possibilitamos abordagens de valores, tradições, histórias

e relações sociais, imprescindíveis à formação do estudante.

É importante que se tenha noção de que, apesar dessa relação entre cultura e comida possibilitar uma ampla gama de aplicações no campo do ensino, para a História, esse é um tema relativamente novo. Asfora (2009) remonta o começo recente desses estudos a partir da publicação de dois artigos por Fernand Braudel na revista *Annales E.S.C.* em 1961, quando, a partir de então, a alimentação começou a ser reconhecida como um campo fecundo para o estudo das sociedades. Braudel enfatizou a importância de situar a alimentação em um quadro explicativo mais amplo, que incluísse as conjunturas de curta e longa duração. Ele argumentou que a investigação da alimentação deveria envolver a colaboração entre geógrafos, antropólogos e historiadores da pré-história. (ASFORA, 2019) Com seus artigos, Braudel elevou o estatuto da alimentação como objeto de estudo tão sério e nobre quanto outros temas históricos. Ele também destacou a importância da abordagem totalizante da alimentação, que não pode ser compreendida apenas através de uma única perspectiva, mas sim deve considerar múltiplas perspectivas biológicas, econômicas, sociais e culturais. (ASFORA, 2019 p. 1-2)

Desta noção, é pertinente notar como Daniel Roche, examinado por Patrícia Merlo (2013), se dedicou a compreender a história a partir dos modos como as sociedades se relacionam com os objetos materiais em seu cotidiano. De acordo com o historiador francês de maior destaque na atualidade, a noção de cultura material proporciona aos historiadores relacionar fatos considerados marginais aos temas centrais da história, como política, religião, economia e sociedade. (MERLO, 2013, p. 91) Em sua leitura de Roche, a historiadora explica que os elementos concretos

da cultura são expressões sociais que carregam valores e símbolos humanos relevantes que são artefatos da história e objeto de estudo e análise, permitindo uma releitura da história econômica e social. Os objetos materiais não são meras distinções sociais, mas representam contextos sociais e carregam informações sobre uma temporalidade específica. A compreensão das relações dos homens com as coisas e as mediações com os objetos e com o mundo é fundamental para a compreensão dos fatos sociais. (MERLO, 2013, p. 91). Visto que existe essa qualidade inerente à cultura material de conter conceitos e códigos, seria um desperdício que esta não fosse empregada para o ensino - particularmente de história - diante da sua riqueza em informações e significados que dialogam com matérias diversas do campo.

A cultura alimentar é parte fundamental da identidade de um indivíduo porque nosso comportamento com relação à comida está diretamente ligado ao sentido de nós mesmos e à nossa identidade social. (MERLO, 2011, p. 29) Em vista disso, entender o universo do comer pode revelar muitos aspectos sobre um indivíduo ou sobre uma sociedade. Em sua cultura alimentar, os árabes muçulmanos, por exemplo, assim como qualquer outra pessoa, dispõem de uma identidade social própria cheia de particularidades. A ausência de talheres e o lugar ao chão, neste caso, são características que seriam percebidas imediatamente pelos ocidentais como algo distinto da sua realidade. Não precisamos, contudo, ir tão distante, como ao Oriente Médio, para perceber essas variedades. A título de exemplificação, pensemos na moqueca capixaba. Na receita tradicional, não está incluído leite de coco e pimentões, tampouco o azeite de dendê, influência dos africanos na cultura baiana. (MERLO, 2011, p. 30) Neste caso, a adição ou não de um ingrediente a uma receita é uma

prática que pode revelar costumes de uma determinada região, uma vez que, de acordo com o antropólogo Sidney Mintz, diferenças, ainda que sutis, no comportamento relativo à comida acabam por revelar a cultura em que estamos inseridos. (MINTZ, 2001 p. 31).

Quando consideramos essa vasta quantidade de informações que uma cultura alimentar nos fornece é importante reconhecer que será impossível capturar toda a sua diversidade. Isso não impede, contudo, que não seja feita uma análise material da alimentação que permitirá investigações, por exemplo, das diferentes esferas da vida de um indivíduo ou sociedade. É daí que podemos extrair material didático. É como se a alimentação fosse um espelho que reflete não apenas os hábitos alimentares da pessoa, mas também sua cultura, história, economia, meio ambiente e até mesmo suas relações sociais. Ao estudarmos a cultura alimentar de um determinado indivíduo, podemos ter acesso a informações valiosas sobre sua identidade, suas preferências, seus valores e suas crenças.

Tudo isso, evidentemente, nos instiga a refletir sobre de que maneira podemos aproveitar essa carga de conteúdo. Entendemos que a alimentação faz parte da vida de todo ser humano e não se poderia tomar dado mais certo de que carregamos em nós aspectos da nossa cultura alimentar. Não sabemos o porquê, mas sabemos o que comemos e como comemos. É desta noção que entendemos, a partir de David Ausubel, ser condição para a chamada aprendizagem significativa, aquela capaz de interagir conceitos novos com conhecimentos prévios. De acordo com o psicólogo estadunidense, a aprendizagem significativa ocorre quando novos símbolos e ideias interagem de forma substancial e não-litera - não ao pé-da-letra - com o conhecimento prévio do aprendiz, em uma inte-

ração específica e relevante para a estrutura cognitiva do sujeito, sendo o conhecimento prévio, denominado subsunçor ou ideia-âncora, essencial porque será a partir dele que o aprendiz poderá atribuir significado aos novos conhecimentos (MOREIRA, 2012, p. 2).

Imagine que alguém consuma tomates regularmente e tenha algum conhecimento sobre seu cultivo e origem. Ao comprá-los no supermercado ou saboreá-los numa pizza, também é possível, por outro lado, que nunca tenha se questionado sobre a origem do alimento, como ele foi incorporado à nossa cultura ou por que se tornou parte de nossa dieta habitual. Seja como for, para Ausubel, essa interação do conteúdo novo - por exemplo, numa aula que remonte à tomates como ingrediente de uma receita típica local - com a percepção anterior que temos desse determinado assunto constitui aprendizagem significativa. Por outro lado, a abordagem de um alimento que pouca ou nada tem a ver com os hábitos locais tornaria difícil o caminho à aprendizagem significativa. Neste caso, não se poderia configurá-lo em conhecimento prévio pois estaria distante demais da realidade do aprendiz, comprometendo dessa forma avanços no sentido da aprendizagem significativa.

O que vemos na prática escolar, contudo, são abordagens que muitas vezes se prendem a conceitos teóricos, demasiadamente distantes do mundo prático dos estudantes. O problema é que, por vezes, eles dispõem de uma generalidade que não penetram na especificidade da vida do educando, naquilo que de alguma forma seja significativo para ele. Ausubel alerta que esse costume fatalmente incidirá numa aprendizagem mecânica, aquela inversa à significativa. (PELIZZARI et al., 2002, p.38) Na aprendizagem mecânica não se consegue incorporar e atribuir significa-

dos diante de um elemento apresentado que pouco ou de nenhum modo pertença à estrutura de conhecimento prévio do estudante. Segundo a teoria de Ausubel, neste cenário, perdemos a oportunidade de, além de abordar um conceito significativo na vida do educando, que tende a despertar maior interesse, ensinar algo que ficaria retido de maneira mais eficiente, por mais tempo na sua memória. Pelo contrário, na aprendizagem mecânica há uma baixa capacidade de reter esse conhecimento, uma vez que, por se tratar de algo exterior ao universo de experiências do aluno, o novo conteúdo não se associa aos conceitos anteriores (PELIZZARI et al., 2002, p.38). O ponto aqui é entender que a aprendizagem significativa não é aquela que nunca será esquecida, mas que a partir do estabelecimento da informação nova na estrutura cognitiva do sujeito, o subsunçor se torna mais estável, o que permite fazer novas assimilações de maneira mais fácil e frequente e, para que isso ocorra, este conhecimento deve de algum modo apresentar-se como significativo (MOREIRA, 2012).

Escritor contemporâneo de Ausubel, que compartilha dessa ideia sem tê-lo, contudo, conhecido pessoalmente - pelo menos nunca o mencionou - é Paulo Freire. O patrono da educação brasileira é também referência quando tratamos a realidade do educando como vetor para a produção de conhecimento nas salas de aula. Freire foi um dos mais importantes pedagogos brasileiros do século XX e um crítico da chamada educação de cunho tradicional, que ele denominou “educação bancária” (FREIRE, 1994). Em oposição a esse modelo, ele propôs uma educação crítica e libertadora, chamada na mesma lógica de “educação não-bancária”. Em comum, ambos autores advertem a respeito de uma didática passiva em que os novos elementos seriam apresentados aos estudantes de maneira mecânica, indiferenciando aquilo que há de significativo em suas

vidas diante do novo conteúdo.

Observamos ao longo das obras do pedagogo a ideia central pela busca de uma educação para uma responsabilidade social e política. Para Freire (1994), no âmbito educacional, devemos prezar pela substituição de antigos hábitos bancários - hábitos de depósito passivo de conhecimento na mente do educando - por uma educação crítica. Neste sentido, aspecto que pouco contribui para essa mudança é a posição da escola brasileira. De acordo com Paulo Freire, as instituições educacionais, privilegiando didáticas de memorização de trechos - no caso da alfabetização, pela sonoridade da palavra -, e sobretudo pela desvinculação da realidade, assumem uma posição caracteristicamente ingênua, que pouco ou nada contribuem para a alteração desse *status quo* (FREIRE, 1967, p. 95). Embora escrita há mais de quarenta anos, as queixas de Freire pelo mecanismo bancário da educação ainda são um problema corrente.

Freire trata amiúde da função transformadora que dispõe a educação. Na obra *Pedagogia do Oprimido*, seu trabalho mais conhecido, é exposto a proposta do caminho para se atingir aquilo que o pedagogo chama de libertação do sujeito: o diálogo, através do estreitamento da relação educador(a)-educando(a)-mundo, como fortalecedor das práticas de liberdade, num estímulo à produção de conhecimento pelos educandos, atuando como sujeitos e agentes nesse processo (PEREIRA; SARTORI, 2020, p. 644). O pedagogo preconiza por uma educação libertadora, crítica, que traga a consciência da realidade. Afinal de contas, discutimos por metodologias mais eficientes com que finalidade? Entendemos, por exemplo, que os aspectos culturais envoltos na alimentação podem contribuir para uma percepção mais apurada do sujeito enquanto pertencente a

uma comunidade. Ainda no caso da moqueca, Merlo (2013) nos explica que com essa percepção de pertencimento está envolvido uma reapropriação da tradição, uma recuperação do orgulho de pertencer. Com isso, cita diversos benefícios como o comprometimento cívico implicando em assumir a responsabilidade de deixar a condição marginalizada, criando novos modelos de desenvolvimento que não anulem a herança cultural transmitida pelos nossos ancestrais em nome do progresso, mesmo que este não seja necessariamente desejado (MERLO, 2013, p. 37). Posto que a alimentação, além de nos saciar biologicamente, envolve, ainda que não percebamos, singularidades da nossa cultura, entendemos que a combinação desses elementos pode compor interessante material didático.

Dessa esteira ideológica, concordamos que sujeitos críticos de sua realidade são sujeitos potencialmente mais dispostos a agir para alterá-la. Em larga medida, é disso que se trata o objetivo de uma educação criticizadora. Diante disso, se quisermos nos distanciar da mecanicidade bancária da educação, devemos pensar de que maneira essa relação dialógica pode ser estimulada nas salas de aula a fim de que se ative nesses sujeitos elementos que contribuem para sua própria percepção política de mundo, a partir dos elementos que as instituições de ensino dispõem.

Nessa seara, o pensamento de Jörn Rüsen é fundamental se quisermos propor, a partir do trato da didática da história, elementos que contribuem para um pensar crítico, ou como diria o historiador e filósofo alemão, consciente da história. A sua tese principal gira em torno da recuperação da didática da história, face a uma nova compreensão do seu ensino, do qual o aspecto eminentemente institucionalizado pelo qual se transformou o campo nas últimas décadas pôs de lado a didática preocu-

pada em confrontar os problemas reais concernentes ao aprendizado e à educação histórica (SCHMIDT et al., 2011, p. 25).

O autor aponta que, enquanto seres-humanos, temos a necessidade de orientar nossas vidas numa determinada estrutura temporal que nos confere uma maior possibilidade de entendimento sobre as dimensões do passado, do presente e do futuro (SCHMIDT et al., 2011). Isso significa que o ensino da história não trata unicamente de conhecimento sobre o passado, como muito se costuma pensar. Consiste, como Rüsen nos explica, antes de tudo, numa ferramenta mental de orientação cotidiana. A consciência histórica é, portanto, uma conexão entre as três dimensões temporais que nos proporciona meios de, a partir do passado, entender o tempo presente e antecipar o futuro. Não é um estágio a ser alcançado - ninguém é consciente historicamente de modo integral - mas um processo que se dá a partir do aprendizado histórico (SCHMIDT et al., 2011, p. 25). O aprendizado histórico, por sua vez, consiste na aquisição de experiência a partir do nosso passado, no modo como interpretamos dando significado ao conhecimento do passado e como utilizamos esse conhecimento para a organização significativa da vida prática (SCHMIDT et al., 2011, p. 85-88). Diante disso, é possível perceber uma clara aproximação entre a literacia envolvida, isto é, a noção sobre a origem dos alimentos, seus impactos no meio ambiente e na saúde, além de sua importância cultural e social no uso de alimentos e um desenvolvimento em direção a um grau mais elevado de consciência histórica pelo processo do aprendizado histórico. De acordo com a concepção de Rüsen sobre aprendizado histórico, a compreensão e interpretação do passado são fundamentais para a aquisição de experiência e conhecimento para a organização da vida prática. Nesse sentido, a literacia alimentar tem conexão direta com

o desenvolvimento da consciência histórica, pois ambos envolvem a interpretação e a utilização do conhecimento na orientação prática cotidiana.

Ao refletirmos sobre a importância do aprendizado histórico na literacia alimentar, é possível perceber como esse conhecimento pode ser utilizado para a tomada de decisões conscientes e responsáveis em relação à alimentação, mas também num sentido mais amplo. A compreensão das práticas alimentares ao longo do tempo e a sua relação com o meio ambiente e a saúde humana pode fornecer subsídios para uma alimentação mais sustentável e saudável, mas, além disso, esse conhecimento histórico pode contribuir também para uma maior valorização da diversidade cultural e culinária, permitindo a apreciação e preservação de práticas alimentares tradicionais e regionais. Desse modo, a literacia alimentar pode ser vista como uma importante ferramenta para o desenvolvimento da consciência histórica e para a construção de uma sociedade mais crítica.

É possível perceber uma aproximação do pensamento de Freire e Rösen. Tanto Paulo Freire quanto Jörn Rösen destacam a importância do pensamento crítico para a compreensão do mundo e para uma ação consciente e transformadora. Freire enfatiza a conscientização crítica e a participação ativa dos alunos no processo educativo, enquanto Rösen destaca a relação entre história, cultura e pensamento crítico. Ambos acreditam que a educação deve ser vista como um processo contínuo de aprendizado crítico, no qual os alunos são incentivados a explorar diferentes perspectivas e a questionar as estruturas e normas sociais existentes. Ao utilizar alimentos como recurso didático no campo da História, estamos promovendo uma abordagem que incentiva a reflexão crítica e a conexão com a realidade dos estudantes. Através do estudo da

história dos alimentos, podemos, por exemplo, explorar questões relacionadas à cultura, economia, política e meio ambiente, proporcionando uma compreensão mais ampla e contextualizada do passado e do presente. Ao desenvolver a consciência histórica e o pensamento crítico, estamos capacitando os alunos a se tornarem cidadãos ativos, capazes de compreender e transformar a sociedade em que vivem. Dessa forma, entendemos que a integração entre a literacia alimentar e o aprendizado histórico é uma forma enriquecedora de promover uma educação mais significativa e libertadora e deve ser incentivada nas práticas educativas.

Considerações finais

Decerto, as qualidades culturais envolvidas na alimentação constituem baú valioso de artefatos pedagógicos. Gastronomia e didática escolar podem formar uma poderosa ferramenta de ensino, seja diante da necessidade biológica de nos alimentarmos com certa frequência, o que nos aproxima do tema de uma maneira singular, seja porque, com isso, beneficiamo-nos do conhecimento adquirido sobre nossa cultura alimentar ao longo de toda a vida. Para uma análise que levasse em conta o uso de alimentos como recurso didático no ensino de História, consideramos importante que, em primeiro lugar, investigássemos aspectos da alimentação que servissem a fins didáticos. Nesse sentido, o universo da cultura alimentar se apresenta como objeto caro ao nosso propósito, pois cultura e comida apresentam relação íntima. Em seguida, entendemos que estudar a cultura passa por abordar diversas manifestações antropológicas, contudo, no caso da alimentação, não se trata de mera conveniência priorizá-la, mas de determinação legal. Além de pertinente, o tema se apresenta como

essencial à formação escolar, pois relaciona diversas habilidades contidas no documento com os estudos histórico-culturais envolvidos na alimentação.

Através da análise da cultura alimentar, vimos ser possível abordar diversos aspectos históricos e culturais de uma determinada sociedade. Os alimentos são produtos de sua época e refletem as relações sociais, econômicas, políticas e culturais de um determinado período histórico. Ao estudar a alimentação, os alunos têm a oportunidade de compreender as transformações sociais ao longo do tempo, as trocas culturais entre diferentes povos e as influências da globalização na culinária. Neste sentido, encontramos nos alimentos uma interessante alternativa porque, além de abarcar elementos importantes à formação estudantil, como constados na BNCC, acabam por trazer progressos na construção da consciência histórica, de forma que sirva de algum modo para o desenvolvimento da habilidade de dar significado à História e ajudar-nos a compreender a realidade passada para, enfim, compreender a realidade presente, como nos diz Jorn Rüsen. Dessa forma, se prezamos por uma educação em que a realidade dos estudantes seja levada em conta, num sentido em que eles próprios são considerados no processo de construção de conhecimento, o uso da alimentação se mostra como objeto interessantíssimo nesse propósito.

Como vimos a partir da pesquisa, foram identificadas ausências na abordagem do tópico na prática escolar, o que nos chama atenção por sua importância formativa e por sua determinação legal. Diante da distância que pode existir entre a lei e a realidade, entendemos que trabalhos como este se apresentam com pertinência, seja ao meio acadêmico, como

tema que se propõe a pensar a História a partir de novos olhares, seja ao contexto escolar como uma maneira de envolver os estudantes de forma mais significativa no processo de aprendizagem. A novidade dos estudos históricos envolvendo alimentação e didática comprova a necessidade de trabalhos que prezem pela construção de conhecimento sobre o tópico e que sirvam de embasamento ou inspiração às aulas. Dessa forma, é fundamental que pensemos estratégias pedagógicas que explorem a cultura alimentar como recurso didático no ensino de História a fim de que superemos cenários em que o ensino se manifeste na lógica bancária, para propor, pelo contrário, abordagens mais ativas e participativas. Neste sentido a utilização da cultura alimentar como recurso didático no ensino de História pode trazer inúmeros benefícios, pois envolve os alunos de maneira significativa, conecta o passado ao presente, estimula a pesquisa, a experimentação e a valorização da diversidade cultural. Ao explorar a relação entre gastronomia e didática escolar, os professores têm em mãos uma poderosa ferramenta de ensino, capaz de despertar o interesse dos estudantes, ampliar suas habilidades cognitivas e emocionais, e contribuir para uma formação escolar mais completa e enriquecedora.

REFERÊNCIAS

- ASFORA, Wanessa C. **Apício**: história da incorporação de um livro de cozinha na Alta Idade Média (séculos VIII e IX). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16/06/2009**: Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília-DF.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2**. Morar, cozinhar. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MERLO, Patrícia. Repensando a tradição: a moqueca capixaba e a construção da identidade local. **Interseções**, v. 13, n. 1, p. 26-39, jun. 2011.

MERLO, Patrícia. A História em distintos modos de fazer: reinvenções de Daniel Roche. **Cultura Histórica & Patrimônio**, v. 2, n. 1, Alfenas-MG, p. 89-99, 2013.

MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, nº. 47, p. 31-41, out. 2001.

MONTANARI, Massimo. **La comida como cultura**. Espanha: Trea, 2004.

- MOREIRA, M. A. O que é afinal aprendizagem significativa? **Revista cultural La Laguna**, Espanha, 2012. Disponível em: <http://moreira.if.ufrgs.br/oqueefinal.pdf>. Acesso em: 23/5/2023.
- PELIZZARI, A.; KRIEGL, M. L.; BARON, M. P.; FINCK, N. T. L.; DOROCINSKI, S. I. Teoria da aprendizagem significativa segundo Ausubel. **PEC**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 37-42, jul. 2001-jul. 2002. Disponível em: <https://goo.gl/geA25C>. Acesso em: 23/5/2023.
- PEREIRA, Thiago I.; SARTORI, Jerônimo. **Educação, diálogo e prática da liberdade em Paulo Freire: revisitando a pedagogia do oprimido**
- SCHMIDT, Maria A.; BARCA, Isabel.; MARTINS, Estevão de R. (ed.) **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.
- VIANA JÚNIOR, Fernando Santa Clara. **Rituais cortesãos e cultura alimentar: elite e cozinha de corte no período joanino (1808-1821)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

Arte e cultura na escola: interculturalismo e multiculturalismo

Marcia Almeida Machado¹

1. Introdução

A inclusão dos conteúdos da cultura popular sociocultural na educação básica da educação brasileira é uma preocupação muito forte na contemporaneidade, dado que a Arte, oferece ricas possibilidades de se abordar e estabelecer aproximações riquíssimas com a diversidade, a multiculturalidade e a interculturalidade, desde a educação infantil.

Isto porque, as crianças que recebemos nas escolas, chegam a nós, imersas num ambiente sociocultural, atravessado por um caldo de cultura rico e diverso, mas que na escola, apesar de muitos esforços realizados por professores negros e afrodescendentes, e daqueles comprometidos com uma educação inclusiva e democrática, os movimentos sociais, ativistas indígenas e quilombolas, ainda são conteúdos invisibilizados ou mesmo não abordados no ambiente escolar.

O Brasil, a partir de uma visão simplista, foi considerado um pa-

¹ Professora de Artes graduada em Desenho e Plástica, pela UFES. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da UFES. Especialista em Psicopedagogia pela FAESA. Atualmente presta assessoria à Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia do ES.

raíso racial, de harmoniosa convivência inter-racial, quando na verdade sempre escondeu ou omitiu as graves desigualdades sociais de grupos socioculturais, como os negros, os indígenas e outras minorias, agudizando o preconceito e a intolerância de diversas ordens.

Na atualidade se reconhece que levar nossas crianças a reconhecer, desde a educação infantil a importância de uma educação multicultural, permite que elas ampliem o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos.

Os conhecimentos produzidos pelas relações socioculturais, transmitidos através das relações entre as gerações, pelos processos migratórios, pelos povos originários, precisa e deve ser valorizado, registrado e reconhecido no ambiente escolar, até porque, serão estas formas de manifestação de costumes, valores e ações, canções, danças e brinquedos, que nos permitem realizar ricas experimentações pedagógicas.

A riqueza cultural do nosso país, nos presenteia com diversas manifestações culturais, trazidas pelo movimento migratório e imigratório de diversos povos que vieram aqui, viver e trabalhar, e a riqueza delas nos permitirá desenvolver ações pedagógicas que valorizem a nossa cultura.

De um modo geral, apenas o nível erudito desta cultura era admitido nas nossas escolas. As culturas de classes sociais populares continuam ainda seguem sendo ignoradas no ambiente escolar ou são vistos a partir de atividades e ações que pouco contribuem para uma verdadeira tomada de consciência.

Alguns aspectos legais são dignos de nota, dado o impacto que promoveram na educação escolar. Um deles, o marco internacional, de extre-

ma importância e que impactou os países signatários, entre eles o Brasil, foi a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, da UNESCO, 2002, que reafirma o seu compromisso com a plena realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais proclamadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outros instrumentos universalmente reconhecidos, como os dois Pactos Internacionais de 1966 relativos respectivamente, aos direitos civis e políticos e aos direitos econômicos, sociais e culturais, além disso, apresenta o conceito cultura, definição que está de acordo com as conclusões da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (MONDIACULT, México, 1982), da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (Nossa Diversidade Criadora, 1995) e da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (Estocolmo, 1998), afirmando que:

a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.

Além disso, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural destaca que a cultura se encontra no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber; que é fundamental o respeito à diversidade das culturas, à tolerância, ao diálogo e à cooperação, em um clima de confiança e de entendimento mútuos, pois, estes valores estão entre as melhores garantias da paz e da segurança internacionais, o que nos permite aspirar a uma maior solidariedade fundada no reconhecimento da diversidade cultural,

na consciência da unidade do gênero humano e no desenvolvimento dos intercâmbios culturais, reconhecendo que o processo de globalização, facilitado pela rápida evolução das novas tecnologias da informação e da comunicação, apesar de constituir um desafio para a diversidade cultural, cria condições de um diálogo renovado entre as culturas e as civilizações. Tudo isso com vista a assegurar a preservação e a promoção da fecunda diversidade das culturas.

No contexto político brasileiro ficou consagrado o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, expressamente previsto no inc. III do artigo 1º, da Constituição Federal de 1988, que categoricamente afirma:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I – (...)

II – (...)

III - a dignidade da pessoa humana;

Desde a promulgação da Constituição Federal, e mesmo antes, em toda a mobilização constituinte, que movimentou a sociedade brasileira, as políticas públicas para a educação, diretrizes legais e parâmetros curriculares passaram a incorporar a diversidade cultural, e tornaram visíveis, para o interior da escola questões antes silenciadas ou dissimuladas.

A partir dos anos 2000 cresce o interesse pelo tema referente à educação multicultural nas escolas e importantes orientações e reformulações foram realizadas a educação brasileira e apontaram para uma concepção

de currículo que considerasse o caráter multicultural da nossa sociedade.

Em 2003, com a promulgação da Lei nº 10.639/2003 que alterou a Lei 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determinou, a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira nas escolas, de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, incluindo o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando, assim, a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas disciplinas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras, assim como, instituiu que o calendário escolar incluísse o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. A lei nº 11.645/2008, estendeu essa obrigatoriedade a todas as etapas da educação básica, a partir da educação infantil, assim como, a obrigatoriedade do ensino da cultura indígena.

Essas mudanças políticas e normativas materializaram grandes expectativas de parte da população brasileira, de que este debate, um dia, alcançaria a esfera pública e se tornasse política de Estado, no mesmo patamar das demais legislações educacionais brasileiras.

Foram esses diversos os movimentos, que contaram com a participação de diferentes atores, além dos educadores, das entidades de trabalhadores na educação, dos movimentos sociais, intelectuais e ativistas -, que contribuiriam de forma bastante relevante, para o ensino da pluralidade cultural, da empatia e do respeito à diversidade.

Fato reconhecido por CANDAU (2011):

As diferenças culturais - étnicas, de gênero, orientação sexual, religiosas, entre outras - se manifestam em todas as suas cores, sons, ritos, saberes, sabores, crenças e outros modos de expressão. As questões colocadas são múltiplas, visibilizadas principalmente pelos movimentos sociais, que denunciam injustiças, desigualdades e discriminações, reivindicando igualdade de acesso a bens e serviços e reconhecimento político e cultural.

Todos estes movimentos se organizaram para preencher uma lacuna grave na e colocou como exigência a necessidade de se formar professores preparados para lidar com a diversidade cultural em sala de aula.

Formar professores reflexivos que busquem modificar o ambiente escolar a fim de torná-lo menos opressor e que construam entendimento do que são as culturas e a importância da diferença de cada uma, da compreensão do caráter dialógico, e das relações que se dão num processo de alteridade, do pleno reconhecimento do outro, pois só isso torna possível a construção de uma educação para a paz.

2. Arte e cultura na educação

Para conhecermos um país é necessário que conheçamos a sua arte. Sem conhecer as artes de uma sociedade, só podemos ter conhecimento parcial de sua cultura. Aqueles que estão engajados na tarefa vital de contribuir para a criação de uma identidade cultural, não podem alcançar um resultado significativo sem o conhecimento das artes.

Através da poesia, dos gestos, da imagem, as artes conseguem falar aquilo que a história, a sociologia, a antropologia etc., não podem dizer porque elas usam um outro tipo de linguagem, a discursiva, a científica, que sozinhas não são capazes de decodificar nuances culturais.

Fato inquestionável é de que a educação que contemple as relações étnico-raciais tem o potencial de qualificar positiva e solidariamente a educação brasileira e se inclui nas perspectivas de uma educação para a paz. E nisto podemos concordar com Bertold Brecht (1898-1956): *“Todas as artes contribuem para a maior de todas as artes: a arte de viver”*.

O ensino de arte assume assim, papel preponderante, dado que é através das artes que temos a representação simbólica dos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam uma sociedade ou um o grupo social, seu modo de vida, seu sistema de valores, suas tradições e crença.

Por isso, quando afirmamos que arte é linguagem, é porque, como uma linguagem presentacional dos sentidos, transmite significados que não podem ser transmitidos através de nenhum outro tipo de linguagem, tais como as linguagens discursivas e científica, por isso também, arte é conhecimento.

Ana Mae Barbosa (2006) afirma que uma das questões fundamentais que se coloca para a educação, e, em especial, para a educação em arte é que ela garanta o acesso aos códigos da cultura dominante. O acesso aos códigos do poder, é um direito, e por isso, todas as classes sociais, têm este o direito, por isso é necessário que os conheçamos, sermos versado neles.

Mas esses códigos permanecerão como um conhecimento exterior a não ser que, cada indivíduo tenha dominado as referências culturais da sua própria classe social, que é a porta de entrada para a assimilação do “outro”. A mobilidade social depende, então, da inter-relação entre os códigos culturais das diferentes classes sociais. O texto abaixo nos ajuda a compreender as relações entre o ensino de arte e a interculturalidade.

A diversidade cultural pressupõe o reconhecimento dos diferentes códigos, da existência de classes, da presença de grupos étnicos, de crenças e gênero na sociedade, assim como o diálogo com os diversos códigos culturais das várias nações ou países, inclui, inclusive, a cultura dos colonizadores.

Passaremos agora a nos deter sobre cada um dos termos que dão causa a este artigo: cultura, interculturalismo, multiculturalismo e cultura popular, que desvelam igualdades e diferenças na educação, que para além de serem termos a serem conhecidos, são fatos sociais reais que estão presentes no âmbito da educação brasileira.

A partir do pensamento de Clemente e Morosini (2020) entende-se que a cultura, pode-se apresentar sob diversas perspectivas, numa complexidade indescritível e singular, sempre permeada pelo contexto que a envolve. E todas elas incluem valores, crenças, conhecimento, símbolos que afloram um determinado espaço e que são reconhecidos pelos indivíduos ali inseridos. Essa polissemia conceitual conduz às ideias de multiculturalidade e interculturalidade que por sua vez também se encontram em um emaranhado de discussões e entendimentos diversos.

Assim, multiculturalismo e interculturalidade podem ser considerados como conceitos distintos, mas também com características similares.

Backes (2013, p. 53) ressalta que:

[...] persistem dúvidas sobre se o conceito mais produtivo é o da interculturalidade ou multiculturalismo e o reconhecimento de que se trata de conceitos polissêmicos e de multiuso é acompanhado de um esforço para diminuir a polissemia, recorrendo-se a diferentes tipos de multiculturalismo.

Respeitadas as diversas visões que permeiam os conceitos de diversidade, multiculturalismo, pluralidade e interculturalidade, podemos nos assegurar que para definir diversidade cultural, é necessário que caminhemos através de uma complexa rede de termos. Alguns falam sobre multiculturalismo, outros sobre pluriculturalidade, e temos ainda, para outros que o termo mais apropriado - Interculturalidade.

Os termos multicultural e pluricultural significam a coexistência e conduzem a um esforço em torno de um mútuo entendimento da existência e pertinência da presença de diversas e diferentes expressões de culturas numa mesma sociedade, possibilitando a interculturalidade que vem a ser a possibilidade de interação entre as diferentes culturas.

Podemos dizer, então, que este é o objetivo central de uma educação interessada no desenvolvimento cultural, que busca uma educação democrática, crítica e criativa. Para alcançar tal objetivo, nesse campo do conhecimento é necessário que a educação providencie possibilidades de assegurar a presença em seus currículos do conhecimento sobre a cultura local, da cultura de vários grupos que caracterizam a nação e a cultura de outras nações e que se manifestam no entorno do espaço educativo.

Quando pensamos em nos aproximar destes conceitos, é porque compreendemos que uma ação inovadora reflexiva e inclusiva, no âmbito da educação brasileira é fundamental, não apenas porque é uma questão legal, mas porque, como uma sociedade latino-americana, somos resultado de uma constituição plural e, isto requer de nós, uma ação pedagógica que dê conta dessa pluralidade e dessa diversidade.

Hernández (2000, pp.45-46) afirma que existem diversas racionalidades para explicar a presença da arte na educação, uma delas a raciona-

lidade cultural: Esta racionalidade considera a arte como uma manifestação cultural e os artistas, com suas obras, realizam representações que são mediadoras de significados em cada época e cultura. Essa racionalidade é a que está presente nos parâmetros curriculares brasileiros pois, considera o objeto artístico uma produção cultural, com as seguintes qualidades: documento do imaginário humano, sua historicidade e sua diversidade.

2.1. Cultura

Podemos começar dizendo que cultura é toda transformação que o ser humano provoca na natureza. Quando observamos as abelhas ou as formigas, ficamos fascinados com a forma, a organização e a produção delas. Uma colmeia ou um formigueiro, tem ordem, hierarquia, disciplina, trabalho em conjunto, cada indivíduo sabe exatamente o que fazer, sabem os seus lugares, os seus postos, o papel, e fazem isto de uma forma que, por vezes, nos perguntamos: porque o ser humano não faz desse jeito?

Porque o ser humano é incapaz de cumprir a síndrome da Gabriela cantada por Dorival Caymmi: *“eu nasci assim, eu cresci assim, vou ser sempre assim, Gabrieela!”* (Caymmi, 1975). Esta capacidade de transformar o mundo à sua volta, fez o ser humano construiu tudo isto, que hoje nós chamamos de processo civilizatório, construiu políticas, formas de governo e de poder, construiu cidades, pontes, máquinas, inventou o avião, tornou realidade o sonho de Ícaro, foi além, foi à lua, viaja e investiga os espaço, cria vacinas, retarda a morte e o envelhecimento, enfeita com arte e beleza o mundo, faz prosa e verso sobre o amor, assim como, o enfeia e entristece com suas guerras.

Cultura, então, é compreendida como os comportamentos, tradi-

ções e conhecimentos de um determinado grupo social, incluindo a língua, as comidas típicas, as religiões, música local, artes, vestimentas, entre inúmeros outros aspectos, inclusive um modo próprio de viver e de sentir o mundo.

Para as ciências sociais, em especial, a sociologia e a antropologia, cultura é uma rede de compartilhamento de símbolos, significados e valores de um grupo ou sociedade, que são compartilhados pelos membros da sociedade, criando-se, assim, uma identidade cultural.

Todos estes elementos são criados artificialmente pelo homem, ou seja, de uma maneira não natural, até porque conforme já sabemos, a cultura só se manifesta pela ação do ser humano sobre a natureza.

Sua origem, vem do termo em latim *colere*, que significa cuidar, cultivar e crescer. Por isso, é comum associar o termo a outras palavras, como a agricultura, que trata do cultivo e crescimento das plantações.

Quando observamos a cultura brasileira, por exemplo, verificamos que ela é formada por diversas influências, na qual se expressam diversos aspectos das diversas culturas que recebemos desde o processo de colonização. Isso dá a ela, uma grande diversidade, e ao mesmo tempo uma grande unidade que se manifestam, por exemplo, nas grandes festas como o carnaval, na variedade musical, no futebol e no samba.

No entanto, é um equívoco, afirmar que todos os brasileiros, ou qualquer outro povo, se comportam da mesma forma ou reproduzem a cultura pela qual o seu país é reconhecido por outras sociedades no mundo, isso porque cada estado, cidade ou pequena região possui uma cultura tipicamente local, como diferentes comidas típicas, estilos musicais, comportamentos, dialetos, entre outros aspectos, que criam uma identidade

própria de um determinado grupo social.

Um fato interessante de se notar é que a cultura passa por um processo que podemos denominar de cumulativo, porque as modificações trazidas por uma geração passam à geração seguinte, nesse processo ela pode perder ou incorporar outros aspectos, e assim, vai melhorando a vivência das novas gerações e acrescentando novos elementos.

Significa dizer, então, que a cultura está sempre em transformação, motivada, em grande parte dos casos, pelas trocas que são feitas entre diferentes povos, num processo denominado por aculturação. Aliás, impossível falar de cultura sem falar de troca, aspecto que caracteriza as culturas ao redor do mundo, e, é o traço mais forte daquilo que denominamos de “cultura popular”.

O traço marcante desta cultura dita popular é exatamente porque se refere à interação entre pessoas de uma mesma sociedade, e que sofrem variações de acordo com as transformações ocorridas no meio social, inclusive pode vir de vários lugares e ter várias origens, já que uma comunidade pode ser composta por pessoas de vários territórios que compartilham a cultura de sua nação formando uma nova, e também abrange todas as classes sociais.

2.2. Interculturalidade

A interculturalidade diz respeito a um conjunto de propostas de convivência democrática entre diferentes culturas, buscando a integração entre elas sem anular sua diversidade, ao contrário, evidencia o potencial criativo e vital resultante das relações entre diferentes culturas e seus respectivos contextos. Ela se apresenta quando duas ou mais culturas entram

em interação de uma forma horizontal e sinérgica.

O termo nasce e vem sendo utilizado com frequência nas teorias e ações pedagógicas, mas extrapola o campo educacional e se amplia, referindo-se, também a práticas culturais e a políticas públicas.

Condição fundamental nas relações interculturais é o respeito pela diversidade, tendo consciência que, nestas trocas, podem surgir conflitos, que muitas vezes acontecem de forma inevitável e imprevisível, e, a solução deve ser buscada através do respeito, do diálogo e da concertação e da assertividade.

2.3. Multiculturalismo

O multiculturalismo procura trabalhar com as diferenças culturais que é o foco central da sua abordagem. Dá ênfase ao reconhecimento da diferença e procura promover a expressão das diversas identidades culturais presentes num determinado contexto, garantindo espaços em que estas se possam expressar. O multiculturalismo entende que somente se reconhecendo a diferença, que os diferentes grupos socioculturais poderão manter suas matrizes culturais de base.

CANDAU (2008B,p.246), acentua a interculturalidade, por considerá-la a mais adequada para a construção de sociedades, democráticas e inclusivas, que articulam políticas de igualdade com políticas de identidade e se compromete com a promoção deliberada da interrelação entre diferentes sujeitos e grupos socioculturais presentes em uma determinada sociedade.

Concebe as culturas em contínuo processo de construção, desestabilização e reconstrução, assim como, pela afirmação de que nas socieda-

des em que vivemos os processos de hibridização cultural são intensos e mobilizadores da construção de identidades abertas, em construção permanente, o que supõe que as culturas não são puras, nem estáticas. A hibridização cultural é um elemento importante na dinâmica dos diferentes grupos socioculturais.

CANDAU (2008B, p.247), afirma que:

A consciência dos mecanismos de poder que permeiam as relações culturais constitui outra característica desta perspectiva. As relações culturais não são relações idílicas, não são relações românticas, estão construídas na história, e, portanto, estão atravessadas por questões de poder e marcadas pelo preconceito e discriminação de determinados grupos socioculturais. A perspectiva intercultural também favorece o diálogo entre diversos saberes e conhecimentos.

3. Arte-educação e a abordagem multicultural

No Brasil, uma das primeiras arte-educadoras a mencionar a abordagem multicultural para o ensino das artes visuais foi Ana Mae Barbosa. No livro *A imagem no ensino da arte*, publicado em 1991, que teve como eixo fundamental da Abordagem Triangular, a autora orienta que a ação educativa em arte deve priorizar uma visão multicultural, destacando também, que essa educação deve ser realizada para o fortalecimento de uma sociedade democrática e inclusiva.

A educação em arte “[...] deve exercer o princípio democrático de acesso à informação de todas as classes sociais, propiciando-se na multiculturalidade brasileira uma aproximação de códigos culturais dos diferentes grupos.” Salientava “[...] a ideia de reforçar a herança artística e estética dos alunos com base em seu meio ambiente, [advertindo que] se não for bem concluída, pode criar guetos culturais e manter os grupos amarrados aos códigos de sua própria cultura sem possibilitar decodificação de outras culturas.”

Aos nos aproximarmos do pensamento freiriano, aprendemos a nos opor à segregação cultural na educação. As décadas de luta que ele, Paulo Freire, empreendeu para salvar os povos oprimidos da ignorância sobre eles mesmos, nos ensinaram que uma educação libertadora só terá sucesso quando os participantes no processo educacional forem capazes de identificar sua própria cultura, se orgulharem dela e se tornem protagonistas na construção do conhecimento e valorização de sua própria identidade cultural.

GOHN (2002, p.67) em análise ao pensamento freiriano, destaca:

Nos anos 90, Freire destaca ainda mais a dimensão cultural nos processos de transformação social e o papel da cultura no ato educacional. Além de reforçar seus argumentos em defesa de uma educação libertadora que respeite a cultura e a experiência anterior dos educandos, Freire alerta para as múltiplas dimensões da cultura, principalmente a cultura midiática. Ele chama atenção para o fato de que ela poderá despertar-nos para alguns temas geradores que o próprio saber escolar ignora, ou valoriza pouco, como a pobreza, a violência, etc. Destaca também que a mídia trabalha e explora a sensibilidade das pessoas e por isso consegue atrair e monopolizar as atenções. Seus livros escritos nos anos 90 – de estilo mais literário – revelam um pensador preocupado com o futuro da sociedade em que vivemos, dado o crescimento da violência, da intolerância e das desigualdades socioeconômicas. Ele destacará a importância da ética e de uma cultura da diversidade. O tema da identidade cultural ganha relevância na obra de Freire, assim como o da interculturalidade.

No que concorda Gimeno Sacristán (2001, p. 123-124), que acrescenta que:

Uma das aspirações básicas do programa pro-diversidade nasce da rebelião ou da resistência às tendências homogeneizadoras pro-

vocadas pelas instituições modernas regidas pela pulsão de estender um projeto com fins de universalidade que, ao mesmo tempo, tende a provocar a submissão do que é diverso e contínuo “normalizando-o” e distribuindo-o em categorias próprias de algum tipo de classificação. Ordem e caos, unidade e diferença, inclusão e exclusão em educação são condições contraditórias da orientação moderna. E, se a ordem é o que mais nos ocupa, a ambivalência é o que mais nos preocupa. A modernidade abordou a diversidade de duas formas básicas: assimilando tudo que é diferente a padrões unitários ou “segregando-o” em categorias fora da “normalidade” dominante.

Não se trata de defender um “apartheid” cultural ou de negar às classes populares o acesso à cultura dita erudita, mas de reconhecer que por séculos a cultura das classes populares foi invisibilizada, dado que apenas o nível erudito desta cultura esteve presente, por séculos, em nossas escolas. Em muitos casos, as culturas de classes sociais populares continuam a ser ignoradas pelas instituições educacionais, inclusive mesmo pelos que estão envolvidos na educação de crianças e jovens das classes populares.

Sabemos que as classes populares têm o direito de acessar os códigos da cultura erudita porque esses são os códigos dominantes – os códigos do poder, atravessados pela hegemonia da cultura dominante.

CANDAU (2011, p.246), uma das maiores autoridades brasileiras no âmbito da educação multicultural, no texto abaixo nos leva a uma maior compreensão desta temática, quando afirma que:

As diferenças são então concebidas como realidades sócio-históricas, em processo contínuo de construção-desconstrução-construção, dinâmicas, que se configuram nas relações sociais e estão atravessadas por questões de poder. São constitutivas dos indivíduos e dos grupos sociais. Devem ser reconhecidas e valorizadas positiva-

mente no que têm de marcas sempre dinâmicas de identidade, ao mesmo tempo em que combatidas as tendências a transformá-las em desigualdades, assim como a tornar os sujeitos a elas referidos objeto de preconceito e discriminação.

Sabemos que é necessário conhecê-las, ser versado nelas, caso contrário continuarão sendo um conhecimento exterior, assim, é fundamental que o indivíduo consiga dominar as referências culturais da sua própria classe social, pois, só assim, ele encontrará a porta de entrada dialética para a assimilação do “outro”, num processo dialógico e em alteridade.

Ana Mae, ainda na obra “A imagem no ensino da arte”, afirmava que: “[...] acredito que na década de noventa as teorias e práticas multiculturais dominarão a cena.” (BARBOSA, 1994, p. 21). Já estamos no século XXI e essa pauta, mais do que nunca, está na ordem do dia.

Aproximar as crianças de uma abordagem educativa multicultural, significa reconhecer que elas vivem e atuam em um mundo marcado culturalmente e, desde que nascem, compartilham das formas de viver e de pensar dos adultos, que constroem suas experiências, em meio a objetos e fenômenos criados pelas gerações anteriores, integram os seus significados e estabelecem suas relações interpessoais, utilizando-se de linguagens e expressões.

FONTANA & CRUZ, 1997, P.60, afirmam que:

É na relação com o outro que a criança vai se apropriando das significações socialmente construídas. Desse modo, é o grupo social que por meio das linguagens e das significações possibilita o acesso a formas culturais de perceber e estruturar a realidade. A partir de suas relações com o outro, a criança reconstrói internamente as formas culturais de ação e pensamento.

Observamos, então, que as crianças aprendem sobre a cultura que não conhecem conversando, brincando e trocando ideias com as outras crianças. Nesse momento de aproximação, não estão ainda preocupadas em identificar as raízes desta ou daquela manifestação cultural, mas, quando conversamos com elas, percebemos que elas pensam sobre isso. Neste momento entra o professor que vai mediar e ampliar estes pensamentos, transformando-os em conhecimento.

Nesta ação de conhecer outras culturas, tomam contato com os hábitos, costumes e valores de outros povos, aprendem, então, a diferenciar e reconhecer as marcas de sua própria cultura e a se familiarizar com outras marcas, com o diferente, a conviver com a diversidade, aceitando-a como parte da vida. Ao se generalizar, essa aprendizagem, vai se constituindo como uma regra moral que organiza as relações interpessoais e que vão regendo sua vida em sociedade, por isso, podemos compreender que a formação pessoal das crianças também está relacionada à formação social e cultural.

4. À guisa de conclusão

A escola tem um papel importante na perspectiva de reconhecer, valorizar e empoderar sujeitos socioculturais subalternizados e negados, dado ser o “locus” privilegiado da aprendizagem científica, cultural, mediada e interativa. É uma tarefa que passa por processos complexos, pois estabelece relações dialógicas entre diferentes conhecimentos e saberes, atravessado por intensa pluralidade de linguagens, de estratégias pedagógicas e de recursos didáticos, criando diferentes ferramentas de diferen-

ciação pedagógica, além de se organizar para o combate a toda forma de preconceito e discriminação no contexto escolar, na perspectiva de construir uma escola verdadeiramente democrática, inclusiva, plural e diversa, que articule igualdade e diferença.

A dimensão sócio-histórica-cultural é parte intrínseca do fazer pedagógico, ao não entendermos essas dimensões corremos o risco de fazer uma educação que acentua e fortalece uma sociedade subalterna, subordinada, desigual e autoritária que não respeita os direitos humanos universais e a justiça social.

É ela quem permite um processo educativo crítico, criativo e estético na medida em que em que reconhece e valoriza cada um dos sujeitos neles implicados, combate todas as formas de silenciamento, invisibilização e/ou inferiorização de determinados sujeitos socioculturais, favorecendo a construção de identidades culturais abertas e de sujeitos de direito, assim como a valorização do outro, do diferente e o diálogo intercultural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/acervo/constituicao-federal>.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm

BRASIL. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/

L11645.htm >. Acesso em 01 ago. 2023.

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____, A. M.; CUNHA, F. P. **Abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais**. São Paulo: Cortez, 2010.

CANDAU, V. M. F. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A.F.B. e CANDAU, V.M. (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas. **Curriculo sem fronteiras**, v. 11, n. 2, pp. 240-255, jul./dez., 2011.

FONTANA, R; CRUZ, M. N. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

GOHN, M. da G. Educação Popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma; **ETD- Educação Temática Digital**, Campinas, v.4,n.1, , dez., p.53-77, 2022.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura Visual, Mudança Educativa e Projeto de Trabalho**. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

MOREIRA, A. F. B. Currículo, cultura e formação de professores. **Revista Educar**, Editora da UFPR, n. 17, (pp. 39 – 52), Curitiba, Brasil. 2001

ONU-UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**, 2002. Disponível em: < <https://www.oas.org/dil/port/2001%20>

Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20sobre%20a%20Di-
versidade%20Cultural%20da%20UNESCO.pdf >.

SACRISTÁN, Gimeno, J. (2002) A construção do discurso sobre a diversidade e suas práticas. In: ALCUDIA, R. et all. **Atenção à diversidade**. Porto Alegre: ArtMed.

_____. Políticas de la diversidad para una educación democrática igualizadora; In: SIPÁN COMPAÑE, A. (coord.) **Educación para la diversidad en el siglo XXI**. Zaragoza: Mira Editores.



No decurso da Época Moderna assistimos profundas transformações políticos e culturais que impactaram profundamente os diversos campos de saberes. A mudança de perspectiva inaugurada pela modernidade comporta, nesse aspecto, importantes nuances tanto no que diz respeito ao caráter propriamente científico da produção de conhecimentos quanto a sua utilização com relação à governança. Temos, portanto, o propósito estimular debates sobre a circulação de conhecimentos, práticas, ideias, além de intercâmbios culturais no mundo moderno, valorizando a pesquisa empírica e o diálogo com as metodologias e as abordagens contemporâneas, propomos a descortinar temáticas já consagradas pela historiografia luso brasileira sob diferentes prismas, bem como introduzir novos objetos na cena da produção do conhecimento histórico.

